

PRETO E BRANCO

Rosa Cabecinhas

A NATURALIZAÇÃO DA
DISCRIMINAÇÃO RACIAL

hnmus

 **CECS**
centro de estudos
de comunicação
e sociedade
PUBLICAÇÃO

PRETO E BRANCO

PRETO E BRANCO

A naturalização da discriminação racial

Autora: Rosa Cabecinhas

Diretor das Coleções do CECS: Moisés de Lemos Martins

Diretor-Adjunto das Coleções do CECS: Manuel Pinto

Capa: António Modesto

© Universidade do Minho

EDIÇÕES HÚMUS, 2017

Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Tel. 926 375 305

Email: humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Campo das Letras, dezembro de 2007

2.ª edição: Edições Húmus, novembro de 2017

Depósito legal: 433634/17

ISBN: 978-989-755-292-2

Apoio:

Cofinanciado por:



Financiado pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 e FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto: UID/CCI/00736/2013.

PRETO E BRANCO

A naturalização da discriminação racial

Rosa Cabecinhas



Prefácio

O racismo é um tema ausente do debate público em Portugal. E isto, apesar do quotidiano nos dar sinais dramáticos da sua existência e da investigação sobre o tema nos trazer abundante evidência do fenómeno. Crimes de ódio racial e de género como os de que foram vítimas mortais Alcino Monteiro em Lisboa ou Gisberta no Porto, ou agressões homofóbicas em Viseu, não suscitam movimentos colectivos de indignação, nem sequer sobrevivem, nos próprios meios de comunicação social, que começam por lhes dar visibilidade, a um outro qualquer *fait divers* do quotidiano político português.

É a indiferença institucional, perante este tipo de crimes, e a imobilidade colectiva que distinguem a sociedade portuguesa de outras democracias onde os crimes raciais, homofóbicos e as manifestações de anti-semitismo, como a que recentemente ocorreu no cemitério israelita de Lisboa, suscitam a imediata reacção dos responsáveis políticos e da sociedade civil por constituírem comportamentos intoleráveis face aos direitos humanos e aos princípios fundadores das sociedades democráticas.

A singularidade no modo da sociedade portuguesa lidar com estas questões, em comparação com outras sociedades democráticas, tem origem em dois défices que permanecem profundos, apesar das extraordinárias mudanças que ocorreram nos últimos 30 anos: o défice de consciência histórica e o défice de conhecimento. A sensibilidade à discriminação e vitimização de indivíduos com base no sexo, na cor da pele ou da orientação sexual foi-se desenvolvendo graças às mudanças sociais, políticas e jurídicas, que os movimentos sociais dos anos 60 e 70 do século passado introduziram nas sociedades onde ocorreram. A personificação do conceito de cidadania nos homens, brancos, de classes privilegiadas e heterossexuais foi posta

em causa por esses movimentos e pela ideologia dos direitos humanos, através do progressivo reconhecimento dos direitos de indivíduos que até aí tinham sido remetidos à invisibilidade, dando lugar, ao mesmo tempo, à percepção da diversidade social e da distintividade individual. É neste quadro que o holocausto se destaca como exemplo único, na história da humanidade, de desumanização total dos membros de um determinado grupo e que o anti-semitismo, que lhe serviu de base, permanece como um fenómeno extremo de preconceito racial.

Mobilizada em torno da luta contra a ditadura que muito contribuiu para a ilusão de homogeneidade, a sociedade portuguesa não participou naqueles movimentos, antes importou os seus efeitos *a posteriori* quando passou a integrar a comunidade internacional das democracias e teve que adaptar a sua ordem jurídica. Assim se compreende a persistência de certos mitos no imaginário colectivo, como o do lusotropicalismo, que alguns políticos se empenha(va)m em repetir perante uma opinião pública desejosa de acreditar numa modernidade a que o país formalmente aderiu, mas não construiu colectivamente.

Mas a existência de movimentos reivindicativos de direitos de minorias, ou maiorias, teve também como consequência a mobilização das comunidades de cientistas sociais para o desenvolvimento do conhecimento sobre as origens dos conflitos sociais que os interpelavam, a dinâmica das transformações que os envolviam e a procura de instrumentos teóricos e metodológicos que permitissem acompanhar e compreender os processos de mudança em curso. Em Portugal, foi também necessário vencer a crença de que ‘o racismo não existe’ para o eleger como objecto de estudo e as limitações dos próprios modelos de análise social, dominados pelas desigualdades de classe, que não favoreciam o reconhecimento de outras desigualdades sociais. A investigação neste domínio é, por isso, muito recente e a sua apropriação por parte da opinião pública, ainda superficial, o que dificulta o processo de tomada de consciência do fenómeno e das suas consequências para a vida em sociedade.

Estes dois défices contribuem para definir um contexto em que um crime de ódio ou uma manifestação flagrante de preconceito são, em geral, tratados como acontecimentos isolados, protagonizados por indivíduos marginais à sociedade, também eles tratados como casos raros. Face a acontecimentos de extrema gravidade, os discursos políticos e institucionais parecem ser movidos pela preocupação de combater o reconhecimento do racismo como um facto social e de manter a sociedade portuguesa estranhamente imune a uma doença de que apenas padeceriam seres estranhos.

O trabalho apresentado neste livro, que resulta da tese de doutoramento da autora, premiada pelo Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias

Étnicas em 2004, constitui um contributo fundamental para colmatar o défice de conhecimento sobre o racismo, por várias razões. Em primeiro lugar, porque foi iniciado em 1997, Ano Europeu contra o Racismo, e a maior parte da investigação desenvolvida ao longo dos anos seguintes foi feita com estudantes universitários, uma população não só atenta, como capacitada para acompanhar as várias iniciativas organizadas em escolas e universidades naquele ano e que, presume-se, estaria melhor informada e sensibilizada para a questão, do que outros sectores da população.

Além disso, ao nível do enquadramento teórico, a autora faz uma extensa revisão da investigação neste domínio, vinda de outros países e que se inscreve na tradição que referimos acima, apresentando as diferentes perspectivas teóricas e disciplinares que têm contribuído para o alargamento da compreensão do fenómeno do racismo, sem adoptar a solução fácil de se centrar exclusivamente na sua própria área científica. Neste trabalho aprofundado de revisitação do objecto de estudo ao longo da história das ideias e das disciplinas cabe ainda uma discussão detalhada da investigação que tem sido feita em Portugal e que mostra, por um lado, a sua história recente mas, por outro lado, a grande vitalidade que este domínio de pesquisa tem vindo a adquirir.

No plano da investigação, a diversidade de procedimentos metodológicos adoptados e o rigor com que são tratados, discutidos e operacionalizados conceitos tantas vezes confundidos como o da cor da pele, da nacionalidade ou da condição minoritária, conferem grande solidez aos resultados obtidos e tornam-nos incontornáveis no debate teórico, razão pela qual alguns deles foram objecto de artigos em revistas internacionais. O racismo é aqui analisado na sua complexidade, no plano cognitivo e individual, certamente, mas também na sua vertente de memória colectiva que alimenta as crenças e as representações sobre determinados grupos sociais, e na sua ligação a dinâmicas de categorização social que traduzem hierarquias simbólicas e de estatuto, geradoras de desigualdades.

O racismo adquire assim toda a sua dimensão de fenómeno social, fortemente enraizado na(s) sociedade(s) e na sua memória colectiva, que é aprendido, e reproduzido de forma inconsciente ou naturalizada, se não for contrariado por um esforço de reflexividade. Enquanto obra de referência nesta área de investigação que passará a ser, este livro suscita, ainda, no plano cívico, a necessidade urgente de reflexão na sociedade portuguesa sobre as relações entre diferentes grupos sociais e sobre o reconhecimento do outro, enquanto indivíduo, prescindindo do estereótipo do seu grupo de pertença.

O combate ao racismo faz-se de diversas formas, desde a punição exemplar dos crimes violentos de natureza racista, à afirmação dos valores civilizacionais de

igualdade e respeito pela dignidade dos seres humanos. A autora deste livro fê-lo também, através dos instrumentos que melhor domina, construindo conhecimento rigoroso e aprofundado e devolvendo-o a todo(a)s aqueles e aquelas que querem saber mais para viver melhor.

Lígia Amâncio

Agradecimentos

Este livro resulta de um projecto de doutoramento cuja concretização foi possível graças a duas ajudas institucionais decisivas. Ao longo deste percurso pude contar com o apoio inestimável do Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. A Fundação Calouste Gulbenkian concedeu-me uma bolsa de estudos que permitiu a minha estadia no Laboratório de Psicologia Social da Universidade de Genebra e apoiou a minha participação em diversos congressos internacionais.

Lígia Amâncio, minha orientadora, acompanhou o meu trabalho com grande entusiasmo e dedicação. A sua competência científica, disponibilidade e capacidade de diálogo foram de um valor inestimável para a concretização deste projecto. Devo a Aníbal Alves, meu orientador interno, o respeito pelo meu tema de investigação, o constante encorajamento e a criação das condições que tornaram possível este projecto. Ao Fabio Lorenzi-Cioldi, meu co-orientador, agradeço os ensinamentos metodológicos, os comentários críticos e as sugestões.

Agradeço aos cerca de dois mil jovens que participaram voluntariamente nesta investigação e aos colegas que colaboraram na recolha de dados. Ao longo destes anos pude receber ensinamentos e trocar ideias com alguns professores e colegas que muito me ajudaram a melhorar este trabalho. Neste percurso pude ainda contar com o apoio e o constante encorajamento de amigos e familiares. Muito obrigada a todos.

Introdução

O trabalho de investigação que deu origem a este livro teve como objectivo geral a análise dos processos psicossociais subjacentes à discriminação *racial* e *étnica*, inserindo-se claramente num ciclo histórico que conduziu, em Portugal, à grande relevância da problemática da discriminação social na opinião pública e nos meios político e científico.

Tradicionalmente considerado um país de *emigração*, Portugal tornou-se recentemente também um país de *imigração*, o que contribuiu para uma maior heterogeneidade da população portuguesa em termos culturais, linguísticos e religiosos. A questão da imigração adquiriu grande visibilidade pública, ocupando um lugar de destaque nos meios de comunicação social, ao mesmo tempo que o racismo e a etnicidade se tornaram em termos delicados e controversos da *agenda* contemporânea (e.g., Machado, 2000; Vala, 1999).

A compreensão dos fenómenos de discriminação social e dos processos identitários que lhe subjazem, exige uma abordagem interdisciplinar (e.g., Alves, 1999; Essed, 1991). Neste trabalho, sem negligenciar os contributos de outras disciplinas como a Antropologia, a História e a Sociologia, pretendemos evidenciar o contributo da Psicologia Social para o entendimento destes fenómenos.

Daremos especial relevo aos processos cognitivos subjacentes à discriminação social e analisaremos de que forma esses processos cognitivos são influenciados pelas ideologias dominantes, ideologias essas que definem o lugar e o papel que os membros de diferentes grupos ocupam na sociedade (e.g., Amâncio, 1998; Lorenzi-Cioldi, 2002).

No plano teórico, este trabalho parte das contribuições de duas grandes áreas da psicologia social: a ‘cognição social’ e as ‘relações intergrupais’. A primeira das perspectivas centra-se, sobretudo, no processo de categorização social e nos seus efeitos na selecção, tratamento e recuperação da informação social,

enquanto que a segunda, não subestimando o papel da categorização social enquanto processo organizador da realidade, tem em conta o contexto e a natureza das relações intergrupais.

A conciliação destas duas perspectivas apresenta o interessante desafio da articulação de níveis de análise¹ no estudo dos fenómenos de discriminação social. Um dos principais objectivos desta investigação empírica foi, precisamente, proceder a uma articulação entre níveis de análise no estudo da discriminação social, na tentativa de alcançar uma compreensão mais completa desta problemática. Nesse sentido, centrámos o nosso estudo no processamento da informação sobre membros de grupos cujas posições relativas não são intermutáveis e relativamente aos quais existem ideologias largamente difundidas (e.g., Bourdieu, 1979; Guillaumin, 1992).

A pesquisa empírica foi efectuada junto de uma população jovem. No conjunto dos estudos participaram cerca de 2 000 estudantes do Ensino Superior público de várias regiões do país². Os vários estudos realizados tiveram como objectivo aprofundar o conhecimento dos processos cognitivos subjacentes à discriminação social, baseada na cor da pele ou na nacionalidade, sem aspirar à generalização dos resultados à população portuguesa em geral.

Nesta investigação participaram estudantes portugueses e estudantes angolanos residentes em Portugal, o que nos permitiu averiguar a perspectiva dos membros de grupos que ocupam posições assimétricas na estrutura da sociedade portuguesa: o grupo maioritário e um grupo minoritário. Este aspecto difere da maior parte da pesquisa em psicologia social, que tem sido conduzida sem ter em consideração as posições relativas dos grupos, para além de ter sistematicamente privilegiado a perspectiva do grupo dominante, isto é, do agente da discriminação, ignorando a perspectiva do alvo da discriminação.

A maior parte da investigação sobre esta temática tem sido efectuada utilizando medidas ‘directas’ ou ‘explícitas’ (por exemplo, questionários), isto é, medidas em que os participantes facilmente se podem aperceber dos objectivos da pesquisa e controlar as suas respostas no sentido do que é ‘socialmente correcto’. Pareceu-nos, no entanto, que no estudo da discriminação *racial* ou *étnica*, em

¹ Doise (1982) distingue quatro níveis de análise nos trabalhos dos psicólogos sociais. No nível *intra-individual* estão incluídos os modelos que descrevem o modo como os indivíduos organizam a sua percepção, avaliação e comportamento em relação ao meio social em que se inserem. A interacção entre o indivíduo e ambiente social é negligenciada nestes modelos – são os mecanismos que, ao nível do indivíduo, lhe permitem organizar as suas experiências que constituem o seu objecto de análise. No nível *inter-individual* ou *situacional* encontram-se os modelos que descrevem o modo como os indivíduos interagem numa dada situação, não tomando em consideração as diferentes posições que estes possam ocupar fora dessa situação, isto é, as posições dos indivíduos são consideradas como intermutáveis. O nível *posicional* integra os modelos que recorrem explicitamente às diferentes posições ou estatutos sociais que os indivíduos ocupam previamente a qualquer interacção para explicar as diferentes modalidades de interacção. Finalmente, o nível *ideológico* integra os modelos que descrevem o modo como as representações e os comportamentos dos indivíduos, numa dada situação, são modelados pelos sistemas de valores, crenças e ideologias veiculados pela sociedade.

² A recolha de dados decorreu de Outubro de 1997 a Fevereiro de 2001. Foram realizados dez estudos empíricos, dos quais reportamos aqui oito. Cada estudante participou apenas em um dos estudos.

que as questões de ordem normativa têm um peso significativo, se tornava particularmente relevante a utilização de medidas ‘implícitas’ ou ‘não-obstrusivas’, para ter acesso aos processos mais automáticos de processamento de informação sobre os grupos. Tentamos, assim, contribuir para um conhecimento mais aprofundado desta problemática através da análise conjugada dos dois tipos de medidas que, na maior parte dos casos, são estudadas separadamente.

Este livro é constituído por seis capítulos, que passamos a apresentar. Nos três primeiros procede-se à contextualização da problemática desta investigação e ao enquadramento teórico e metodológico. Nos três capítulos seguintes, apresentamos os objectivos, as hipóteses, o método, os resultados e a respectiva discussão dos diversos estudos empíricos realizados.

No capítulo 1 – *Racismo, racialização e etnicização das minorias* – é feito o enquadramento da problemática da presente investigação. Na primeira das quatro secções que compõem este capítulo, são lançadas diversas questões sobre a forma como se opera a diferenciação entre *nós* e os *outros* e sobre as consequências desta diferenciação. É também nesta secção que se procede a uma primeira delimitação de diversos conceitos relativos a diferentes formas de discriminação social: etnocentrismo, racismo, nacionalismo e xenofobia. Na segunda secção, discute-se a problemática do racismo, racialização e etnicização das minorias no contexto histórico, sociopolítico e científico internacional. Para esta breve contextualização, considera-se a evolução da noção de ‘raça’ em diferentes momentos históricos. Na terceira secção, essa mesma problemática é contextualizada no Portugal pré e pós-25 de Abril de 1974. No que respeita ao primeiro período analisa-se a relação entre o colonialismo, a identidade nacional e a ideologia racista. No que se refere ao segundo período, procede-se a uma breve caracterização da evolução do fenómeno imigratório desde a descolonização até ao final do século XX e faz-se uma revisão das questões *raciais* e *étnicas* no meio social, político e científico na década de noventa. Na última secção são discutidas as ambiguidades conceptuais que têm caracterizado esta temática e são propostas algumas definições.

No capítulo 2 – *Identidade social e diferenciação simbólica* – efectuamos uma revisão de literatura sobre a área das ‘relações intergrupais’, apresentando os modelos teóricos e as investigações empíricas que consideramos mais relevantes para a fundamentação do nosso trabalho. Neste capítulo, cuja análise é centrada nos processos de diferenciação intra e intergrupais e na forma como estes processos são afectados pelas posições relativas dos grupos, são discutidos alguns dos conceitos fundamentais do presente trabalho, tais como: categorização social, identidade social, comparação social e estatuto social. Este capítulo é constituído por três secções. Na primeira, fazemos referência a algumas das abordagens clássicas sobre relações intergrupais e discriminação social no âmbito da psicologia social. Na segunda, apresentamos os modelos da escola de Bristol, dando especial destaque à teoria da identidade social de Henri Tajfel,

uma vez que esta serviu de base aos estudos posteriores nesta área, para além de ser aquela que pela primeira vez articulou os conceitos fundamentais sobre os quais se alicerça o nosso estudo. Na última secção, apresentamos os modelos desenvolvidos no âmbito da escola de Genebra e seus desenvolvimentos recentes, salientando o esforço de integração de várias contribuições anteriores e articulação de níveis de análise empreendido pelos autores, o que permitiu ultrapassar algumas das limitações apontadas aos modelos anteriores. Foi no âmbito deste quadro teórico que se procedeu à fundamentação das hipóteses gerais desta investigação.

No capítulo 3 – *Processos cognitivos e estereótipos sociais* – debruçamo-nos sobre a área da ‘cognição social’, isto é, sobre a forma como as pessoas processam a informação social, mais precisamente a informação sobre grupos sociais, dando especial relevo aos estudos que mais contribuíram para a fundamentação teórica e metodológica da nossa investigação. Este capítulo é constituído por três secções. Na primeira, apresentamos de forma concisa esta área de estudo. A segunda secção é dedicada ao estudo dos estereótipos sociais, desde a obra pioneira de Walter Lippmann até aos dias de hoje. Ao longo da exposição faremos referência ao conteúdo dos estereótipos, à conotação avaliativa desse conteúdo e ao seu significado simbólico. Na terceira secção, apresentamos a pesquisa sobre os efeitos da categorização e sobre a percepção da variabilidade grupal e fazemos referência aos modelos cognitivos da representação categorial. Finalmente, discutimos a insuficiência dos modelos cognitivos e salientamos o carácter assimétrico dos enviesamentos observados na percepção dos grupos em função do seu estatuto relativo.

No capítulo 4 – *Categorização e diferenciação entre grupos étnicos* – apresentamos e discutimos os resultados referentes a cinco estudos. O primeiro estudo teve como objectivos específicos: investigar a noção de *grupo étnico* dos jovens portugueses e em que medida esta difere, ou não, da noção de *raça*; averiguar quais os *grupos étnicos* considerados mais significativos para os jovens portugueses; e analisar as auto-categorizações *raciais e étnicas* dos jovens. Os grupos mais mencionados pelos participantes neste estudo foram seleccionados para o estudo seguinte. O segundo estudo teve como objectivo averiguar o estatuto social percebido de catorze *grupos étnicos* na sociedade portuguesa. Desses catorze grupos, onze foram designados em função da origem nacional ou geográfica e três foram designados em função da cor da pele. Este estudo foi realizado em diferentes zonas do país (Braga, Bragança, Porto, Lisboa, Évora e Faro), a fim de identificar regularidades nos resultados. Para os estudos seguintes seleccionámos dois grupos: os portugueses (grupo maioritário) e os angolanos (grupo minoritário). Foram realizados três estudos com o objectivo de analisar os estereótipos que os estudantes portugueses e os estudantes angolanos a residir em Portugal têm do seu próprio grupo (auto-estereótipo) e do grupo dos outros (hetero-estereótipo). Em primeiro lugar, analisámos os estereótipos dos ‘ango-

lanos’ e dos ‘portugueses’, salientando as dimensões comuns e as diferenciadoras e o nível de diversidade dos conteúdos associados a cada grupo (Estudo 3a). Em segundo lugar, averiguámos a avaliação dos conteúdos descritivos associados a cada grupo, a partir da opinião pessoal de cada participante (Estudo 3b). E, finalmente, analisámos o significado simbólico desses conteúdos, tendo como referente a representação ‘universal’ de pessoa adulta (Estudo 3c).

No capítulo 5 – *Discriminação no tratamento da informação* – são apresentados e discutidos os resultados de dois estudos experimentais, ambos realizados com estudantes portugueses e angolanos a residir em Portugal. O principal objectivo destes estudos foi a análise do papel que o estatuto relativo dos grupos tem na percepção da homogeneidade grupal e nas estratégias identitárias dos grupos. No Estudo 4, as pessoas-estímulo eram categorizadas segundo a nacionalidade (*angolanos* vs. *portugueses*) enquanto que no Estudo 5 as pessoas-estímulo eram categorizadas em função da cor da pele (*brancos* vs. *negros*) ou estavam disponíveis ambas as categorizações (*nacional* e *racial*). Nestas experiências analisámos os efeitos de categorização, os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo pelo grupo de pertença. Investigámos também a relação entre estes fenómenos e em que medida estes são mediados pelo auto-conceito, pelos níveis de identificação com o grupo de pertença e o grupo dos outros e pelo nível de contacto entre os grupos. Prosseguimos ainda com objectivos de ordem metodológica, relativos à comparação de diferentes tipos de medidas, umas mais explícitas ou ‘directas’ e outras mais implícitas ou ‘indirectas’. Neste estudo averiguámos ainda a relação entre as atitudes ou orientações racistas e os processos perceptivos.

No capítulo 6 – *Racismo e homogeneização das minorias* – apresentamos um estudo realizado com o objectivo de comparar as percepções que os portugueses têm dos vários grupos nacionais de origem africana – *angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses* – e em relação aos imigrantes ‘negros’ no geral. A utilização destes seis grupos-alvo permitiu, por um lado, a comparação das respostas dos participantes em função dos diferentes grupos nacionais africanos e, por outro, a comparação das respostas dos participantes em função do tipo de categorização: *nacional* ou *racial*. O segundo objectivo deste estudo foi averiguar quais as variáveis preditoras da percepção de variabilidade grupal.

Por último, nas considerações finais rematamos às questões teóricas centrais exploradas nos diversos estudos e apresentamos as conclusões gerais desta investigação empírica.

1. Racismo, racialização e etnicização das minorias

Este capítulo tem por objectivo contextualizar o nosso objecto de estudo. Assim iremos referir brevemente o velho debate sobre a influência da natureza e da cultura na diferenciação entre grupos humanos, para além de abordar as especificidades históricas e sociológicas da sociedade portuguesa que contribuem para a actualidade da questão do racismo. Embora, neste capítulo, esta questão não seja centrada na psicologia social, os contributos desta disciplina para o referido debate e para a problematização do racismo não deixarão de ser assinalados.

Começaremos por abordar um primeiro conjunto de questões: Como se estabelece a diferenciação entre grupos humanos? Quais as características que estão na base dessa diferenciação? Quais são as consequências dessa diferenciação? Quem define as fronteiras entre os grupos? Com que objectivos? Quão definitivas são essas fronteiras? Quão permeáveis são essas fronteiras?

Nos capítulos subsequentes vamos aprofundar estes temas e analisar detalhadamente as assimetrias envolvidas nestes processos: Os processos de diferenciação são recíprocos? Existe consenso entre os grupos quanto às respectivas definições? Quais são as implicações das fronteiras para uns e para outros? Essas fronteiras são igualmente permeáveis para uns e para outros?

Assim, este capítulo está subdividido em quatro secções. Na primeira, são abordadas diversas questões sobre a forma como se opera a diferenciação entre *nós* e os *outros* e sobre as consequências desta diferenciação, sendo efectuada uma primeira delimitação de diversos conceitos relativos a diferentes formas de discriminação social: etnocentrismo, racismo, nacionalismo e xenofobia.

A segunda secção é dedicada à problemática do racismo, racialização e etnicização das minorias no contexto histórico, sociopolítico e científico internacional. Nesta breve contextualização teremos em conta a evolução da noção de ‘raça’ em dois momentos históricos distintos: um primeiro período que vai des-

de a génese do ‘racismo científico’ no século XVIII até meados do século XX; e um segundo período que se inicia após a II Guerra Mundial, que marca uma viragem no posicionamento político e científico face à ‘raça’ e ao ‘racismo’. Na secção seguinte procede-se à contextualização dessa mesma problemática em Portugal. Ao efectuarmos esta separação não partimos do pressuposto de que o racismo se manifesta em Portugal de forma distinta dos outros países europeus. De facto, os recentes estudos sobre racismo efectuados em Portugal demonstram resultados idênticos, tanto em natureza como em grau, aos obtidos noutros países da União Europeia (e.g., Vala, 1999). Tal separação deve-se à necessidade de analisar o contexto português no que ele tem de específico, já que a nossa recolha de dados empíricos foi efectuada em Portugal. Numa análise que não se pretende exaustiva mas apenas ilustrativa, traçamos um breve resumo da ‘ideologia racista’ que se desenvolveu em Portugal, sobretudo a partir do início do século XIX até ao 25 de Abril de 1974, com especial destaque ao período do Estado Novo por ser considerado por diversos autores o período mais marcante da ideologia racista em Portugal (Alexandre, 1999; Castelo, 1998; Rosas, 1994). Seguimos a evolução das concepções em torno deste tema nos meios político e científico portugueses, socorrendo-nos neste percurso de trabalhos efectuados por historiadores, sociólogos e antropólogos. Pontualmente, fazemos referência a outras fontes, nomeadamente a literatura africana. Na última secção, procedemos à discussão das ambiguidades conceptuais que têm caracterizado esta temática e propomos algumas definições.

1.1 Racismo e etnocentrismo: a actualidade de uma velha questão

Os homens nascem semelhantes uns aos outros por natureza, mas divergem gradualmente em função dos diferentes costumes.

Confúcio (551-479 a.C.)

De acordo com as leis da natureza, há homens feitos para a liberdade e outros para a escravidão, aos quais por justiça e por interesse, é conveniente a sujeição.

Aristóteles (384-322 a.C.)

A problemática da *diferença* é uma constante na história da humanidade. Em todas as sociedades humanas se estabelece a diferenciação entre *nós* e os *outros*, diferenciação essa inerente à própria definição de pertença. No entanto, a forma como se opera essa diferenciação e as suas consequências variam de sociedade para sociedade, e têm conhecido consideráveis mutações em diferentes momentos históricos.

Confúcio explica as desigualdades humanas a partir da *cultura*, Aristóteles situa-as no âmbito da *natureza*. A discussão sobre a influência relativa da cultura

e da natureza no ser humano constituiu uma das mais acesas problemáticas científicas do século XX: paleontólogos, biólogos, neurologistas, psicólogos, antropólogos, sociólogos, historiadores, filósofos e políticos discutiram amplamente esta questão.

A partir do século XVIII até meados do século XX as desigualdades entre povos humanos foram essencialmente explicadas a partir da natureza, sendo essa natureza considerada imutável e facilmente identificável a partir de características fenotípicas (cor da pele, forma dos lábios, dos olhos ou do nariz, etc.).

O genocídio de milhões de judeus e ciganos durante a II Guerra Mundial levou cientistas e políticos a problematizar a noção de ‘raça’ e a cultura ganhou terreno. Os grupos humanos que até aí eram categorizados racialmente passaram a designar-se por ‘grupos étnicos’ para enfatizar as características culturais e não as hereditárias. Mas, como veremos, a um processo de *racialização* seguiu-se um processo de *eticização*: a cultura passou também ela a ser percebida como algo estático e absoluto.

A distinção entre *nós* e os *outros* implica o reconhecimento de uma diferença e essa diferença nunca é *neutra*: pode provocar repulsa, receio, inquietação ou atracção (Taguieff, 1997; Wieviorka, 1992/1995). A diferenciação baseia-se em características reais ou imaginárias, e as características atribuídas a determinado grupo são geralmente generalizadas a todos os seus membros e consideradas imutáveis. No entanto, essas mesmas características são constantemente reinventadas e reinterpretadas em função do momento histórico e das normas sociais (Machado, 2000; Taguieff, 1997).

Através de um processo de ‘alquimia moral’ a sociedade ‘transforma facilmente a virtude em vício e o vício em virtude, conforme as necessidades de ocasião’ (Merton, 1949/1968: 522). Cada sociedade cria os seus ‘bodes expiatórios’ (Dollard, Doob, Miller, Mower e Sears, 1939), agarrando-se ao que for preciso para justificar a sua exclusão social. No ensaio *Réflexions sur la question juive*, Sartre discute esta problemática salientando que ‘se o judeu não existisse, o anti-semita o inventaria’ (1954/2001: 14).

Trata-se de um processo de diferenciação simbólica que se traduz na ‘desumanização’ do outro, já que os membros desse grupo não são percebidos enquanto *pessoas*, com a sua individualidade e a sua ‘singularidade subjectiva’, mas enquanto *representantes* indiferenciados do grupo (Amâncio, 1998; Tajfel, 1981/1983). Neste sentido os outros tornam-se um outro indiferenciado, um *alter*. A exclusão simbólica dos outros retira-lhes o estatuto de sujeito e impõe-lhes um ‘destino comum’ (Lewin, 1948/1997).

Como a diferenciação *nós/outros* não é neutra, a ela está associada o conceito de *discriminação*. Em psicologia social, o conceito de discriminação é geralmente utilizado para referir comportamentos ou orientações comportamentais. Neste trabalho, faremos uma utilização menos restritiva do conceito, englobando aspectos comportamentais, mas também cognitivos e emocionais.

O termo discriminação é utilizado para referir percepções, avaliações ou comportamentos que resultam numa *desvantagem* para o grupo-alvo, isto é, que prejudicam o outro. Neste sentido, quando usamos o termo discriminação estamos a referir-nos à *discriminação negativa*.

No entanto, o termo discriminação pode assumir também uma conotação positiva, quando é utilizado para designar acções que resultam numa *vantagem* para o grupo-alvo: *discriminação positiva* ou *acção afirmativa*. Por exemplo, nos Estados Unidos da América (EUA) desde 1964 tem vigorado uma política que estimula as instituições sociais e as organizações empregadoras a recrutar membros de grupos minoritários que tenham sofrido discriminação no passado, isto é, trata-se de uma medida política destinada a contrabalançar as desigualdades produzidas socialmente (Kerstein, 1996). Apesar das políticas de *discriminação positiva* terem como objectivo proporcionar igualdade de oportunidades, alguns autores consideram que estas são causadoras de desigualdades ainda mais profundas na sociedade, uma vez que assentam num tratamento desigual que, em última instância, é prejudicial para as próprias minorias (Sowell, 1990).

Associado ao conceito de discriminação surgem outros, em função do grupo-alvo e do tipo de discriminação: etnocentrismo, racismo, nacionalismo, xenofobia, entre outros. Neste trabalho vamos focalizar-nos no racismo e no etnocentrismo, e deixaremos por desenvolver as questões relacionadas com o nacionalismo e a xenofobia, embora estejam intimamente relacionadas. Não podemos, no entanto, deixar de referir brevemente estes conceitos.

No *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, o nacionalismo é definido como a ‘preferência por tudo o que é relativo à nação, por tudo o que é nacional. [...] Doutrina baseada no sentimento de exaltação das características consideradas essenciais da nação e que subordina a política interna do país ao desenvolvimento do poderio nacional’ (Academia de Ciências de Lisboa, 2001: 2561). A questão do nacionalismo e da identidade nacional está intimamente ligada com a questão racial, trata-se de uma questão extremamente complexa que não iremos aprofundar no âmbito deste trabalho. Na perspectiva de Billig, a identidade nacional está intrinsecamente alicerçada na existência e partilha de um território, território esse que é delimitado por fronteiras. Billig (1996: 183) realça a precisão com que as fronteiras são material e simbolicamente demarcadas, enfatizando os limites da sua extensão.

No dicionário acima referido, define-se xenofobia como a ‘aversão ou hostilidade manifestada a pessoas ou coisas estrangeiras’ (Academia de Ciências de Lisboa, 2001: 3792). Essa aversão ou antipatia pode ser traduzível em percepções ou comportamentos e tem sempre um denominador comum: manifesta-se em relação a indivíduos de uma nacionalidade diferente da do próprio, isto é, estrangeiros. Mas, como veremos, nem sempre é a nacionalidade que determina o facto do outro ser percebido como ‘estrangeiro’, por isso alguns autores

preferem termos mais abrangentes como a heterofobia, que se refere à hostilidade manifestada em relação a indivíduos que são percebidos como diferentes. De notar, no entanto, que nalgumas das formas de racismo contemporâneo o desprezo pelos ‘inferiores’ dá lugar à obsessão do contacto com eles através do culto exacerbado do ‘exótico’, isto é, os novos discursos do racismo são menos heterófobos e mais heterófilos (Taguieff, 1987, 1997).

O conceito de *racismo* apresenta uma diversidade de conotações, sendo definido, num sentido restrito, como doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças, e, num sentido mais lato, como conceito que envolve também o preconceito e os comportamentos discriminatórios. Apesar do carácter relativamente recente da palavra *racismo*, o facto é que este constitui um fenómeno antigo e de carácter largamente difundido, muito anterior à sua conceptualização (Taguieff, 1997).

Alguns autores argumentam que no mundo clássico e medieval não havia ‘consciência racial’, uma vez que a cor da pele não determinava categorizações socialmente relevantes, isto é, as diferenças sociais não eram ‘biologizadas’ (Hannaford, 1996; citado por Cunha, 2000: 202). Para outros, o *Tratado de Política* de Aristóteles representa uma das primeiras teorizações racistas, uma vez que o autor procurou legitimar uma ordem social baseada na escravatura referindo-se à *natural* inferioridade dos escravos (e.g., Taguieff, 1997).

De facto, Aristóteles não faz qualquer referência à cor da pele no seu ensaio sobre a escravidão. Mas, segundo alguns autores, terá sido precisamente porque os escravos não eram fisicamente distintos dos cidadãos que levou o autor a ensinar aos gregos uma maneira de os ver, isto é, de os diferenciar (Lippmann, 1922/1961: 97). O seu comportamento submisso seria a prova irrefutável da sua *escravidão natural*. Embora o comportamento de obediência fosse o aspecto central da definição do escravo, Aristóteles não deixou de tecer algumas considerações sobre o *corpo*, que estão espelhadas em teorizações racialistas muito posteriores:

Não é somente necessário, é também vantajoso que haja comando duma parte e obediência da outra; e todos os seres, desde o primeiro instante do seu nascimento, estão marcados pela natureza, uns para mandar, outros para obedecer [...]. O homem que, por natureza, não pertence a si próprio mas a outro, é por natureza escravo: é um objecto de posse e um instrumento para agir separadamente e sob as ordens do seu patrão [...]. Todos aqueles que nada têm de melhor para nos oferecer do que o uso dos seus corpos e dos seus membros estão condenados pela própria natureza à escravidão. Para eles é melhor servir do que ficar abandonados a si próprios. Numa palavra, é naturalmente escravo aquele que não tem alma nem meios para se decidir [...]. A natureza imprimiu a liberdade e a escravidão nos próprios hábitos corporais. [Uns com] corpos robustos talhados para transportar fardos [...] e, pelo contrário, outros mais bem feitos mas mais delicados incapazes de tais tarefas, próprios somente para a actividade política [...] (Aristóteles, s/d: 12-14).

Isto remete-nos para outra questão: o racismo existe apenas quando são invocadas características físicas visíveis (cor da pele, formato do nariz, lábios, etc.) ou pode ser considerada como racista uma discriminação que invoca aspectos culturais? Este é actualmente um dos mais acesos debates, ao qual voltaremos mais adiante.

Outra das questões em debate é a universalidade do racismo. Diversos investigadores consideram que os fenómenos racistas são omnipresentes na história da humanidade e que o ódio racial faz parte constituinte da natureza humana (e.g., Kovel, 1970). Na opinião de Taguieff (1997) esta perspectiva não distingue o racismo do etnocentrismo e da xenofobia. Para esses investigadores o etnocentrismo, enquanto fenómeno universal, estaria na origem do racismo, que assumiria manifestações específicas em determinados momentos históricos. Mas será o etnocentrismo um fenómeno universal?

O conceito de etnocentrismo foi introduzido pelo sociólogo William Graham Sumner em 1906 no livro *Folkways*. Apoiado numa vasta documentação etnográfica das mais diversas proveniências (Papua Nova Guiné, China, França, Alemanha, etc.), Sumner define etnocentrismo como ‘uma forma de ver em que o grupo de pertença é o centro do universo e todos os outros são avaliados tendo como referência o grupo próprio’ (1906/1940: 13).

Sumner argumenta que o etnocentrismo é visível nas tradições populares dos mais diversos povos e com os mais diversos níveis de desenvolvimento. Na opinião do autor, as tradições populares são destinadas a justificar, por um lado, as relações no interior do grupo (relações intragrupais) e, por outro, as relações com os outros grupos (relações intergrupais). Cada grupo cultiva o seu orgulho e vaidade próprias, exhibe ritualmente a sua superioridade, exalta os seus próprios deuses e considera com desconfiança os ‘estrangeiros’. Cada grupo pensa que os seus próprios costumes e normas são os melhores, e vê-se como o único detentor da ‘verdade’ (Sumner, 1906/1940: 29), o que faz olhar os outros com desdém e sentir-se superiores. A interdependência das relações intra e intergrupais está reflectida numa célebre frase do autor, infelizmente tão visível em conflitos actuais:

São as exigências da guerra com o exterior que mantêm a paz no interior. [...] Assim, a paz e a guerra têm sido reacções uma da outra, e têm-se também criado mutuamente, tanto dentro do grupo como nas relações intergrupais. [...] Lealdade ao grupo, sacrifício em nome deste, ódio e desprezo pelos outros, irmandade dentro do grupo, conflitos fora dele – tudo se desenvolve conjuntamente, como produtos resultantes da mesma situação (Sumner, 1906/1940: 12).

Na acepção de Sumner, o etnocentrismo é um fenómeno universal (observável em todos os povos humanos) e global (englobando componentes cognitivas, afectivas, avaliativas e comportamentais) e assenta na distinção elementar entre

o grupo de pertença (*we-group* ou *ingroup*) e os outros grupos (*others-group* ou *outgroup*) (1906/1940: 12)¹.

O etnocentrismo conduzia cada povo a exagerar, a intensificar os traços particulares dos seus costumes, que os distinguem dos outros povos. Esta centração sobre a diferença do endogrupo corresponderia ao mesmo tempo a uma sobrevalorização das suas qualidades exclusivas. Assim, a auto-referência face ao endogrupo implicaria necessariamente a desconfiança e a intolerância face aos outros grupos. Cada grupo se definiria a si mesmo como o único representante da ‘humanidade’, excluindo os outros, e elegeria o ‘nós’ como o ‘verdadeiro Homem’, por oposição ao ‘outro’ que seria em certo grau ‘desumanizado’ (1906/1940: 14).

Na opinião do autor, o etnocentrismo preenche uma função socialmente positiva: favorece os comportamentos altruístas no interior do grupo. No entanto, trata-se de um altruísmo limitado, já que os laços de simpatia e de solidariedade não passam as fronteiras do endogrupo². O conflito intergrupar é visto como uma resposta *racional* face a objectivos incompatíveis (aspecto que foi mais tarde desenvolvido no âmbito da perspectiva dos conflitos intergrupais realistas, cf.: Sherif e Sherif, 1953).

Diversos autores da psicologia social têm efectuado críticas à metodologia utilizada por Sumner e têm salientado as inconsistências de alguns dos seus pressupostos fundamentais, nomeadamente a universalidade do etnocentrismo e a correlação positiva entre a diferenciação intergrupar e a indiferenciação intragrupal, aspecto que retomaremos no segundo capítulo (e.g., LeVine e Campbell, 1972; Brewer, 1979).

Num vasto estudo sobre o etnocentrismo, Brewer demonstra que o favoritismo pelo grupo de pertença não se manifesta em todas as dimensões, mas apenas naquelas que são *relevantes* para o grupo em causa. Ao referir as diversas inconsistências observadas nos estudos sobre o etnocentrismo, a autora conclui: ‘Talvez a essência do etnocentrismo seja esta tendência para esperar que o exogrupo partilhe a mesma definição da realidade que o endogrupo’ (1979: 84). A expectativa de que o exogrupo ‘partilhe a mesma definição’ da realidade, definição essa que favorece o endogrupo nas dimensões que são mais valorizadas

¹ Os termos *ingroup* e *outgroup* usados na literatura anglo-saxónica foram inicialmente traduzidos por Lígia Amâncio na versão portuguesa do livro de Henri Tajfel (1981/1983) como ‘grupo de pertença’ e ‘grupo dos outros’. Posteriormente, na década de noventa, adoptaram-se as designações ‘endogrupo’ e ‘exogrupo’, de origem francesa, sendo essas as designações utilizadas no livro de referência *Psicologia Social* da Fundação Calouste Gulbenkian, organizado por Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro, razão pela qual adoptamos tal tradução. Em consonância, utilizaremos o prefixo *endo* para nos referirmos a aspectos relativos ao grupo de pertença (favoritismo endogrupal, identificação endogrupal, etc.) e o prefixo *exo* para nos referirmos a aspectos relativos ao grupo dos outros.

² Algumas teses no âmbito da sociobiologia vieram a extremar esta conceptualização, considerando que o etnocentrismo seria uma mera extensão do ‘espírito de família’. Nesta acepção, o etnocentrismo seria uma preferência pelos ‘parentes genéticos’, no sentido de assegurar o ‘sucesso reprodutivo’ e de preservar os genes do indivíduo, isto é, seria uma atitude retida por selecção natural (e.g., Dawkins, 1975).

por este, constitui o âmago da questão. Embora não tenha desenvolvido esta ideia, Sumner implicitamente reconheceu os limites do etnocentrismo enquanto fenómeno universal: ‘Qualquer emigrante é obrigado a mudar o seu modo de vida [...] e o seu modo de pensar’ (1906/1940: 108).

Na acepção do autor, quando um homem passa de uma classe social para outra, quando imigra, quando há relações de conquista entre povos ou escravatura, verifica-se uma mudança nos costumes e nas normas. Um dos grupos estabelece os padrões (grupo dominante) e os outros submetem-se a esses padrões (grupos ou classes inferiores), isto é, sempre que dois grupos estabelecem contacto há uma selecção dos costumes e das normas que é destrutiva para alguns deles, o que está bem patente na afirmação seguinte:

Um dos grupos toma precedência e define a norma. Os grupos ou classes inferiores imitam o grupo dominante e erradicam das crianças as tradições dos seus próprios antepassados. [...] Assim, quando dois grupos têm contacto um com o outro ocorre contágio, dá-se, por sincretismo, uma selecção de costumes populares, os quais são destrutivos para alguns deles (Sumner, 1906/1940: 116).

Modificar as suas normas e representações significa aderir às normas e representações do outro grupo, isto é, interiorizar um sistema de valores não endocêntrico mas exocêntrico, porque definido pelo exogrupo.

Entramos então no domínio da dominação simbólica: determinados grupos (dominantes) desenvolveram ideologias que lhes permitiram legitimar o tratamento ‘desumano’ dos outros grupos (dominados). Como veremos, o ‘Homem Branco’ nos últimos séculos tem efectuado uma acção sistemática para levar outros grupos a partilhar a sua ‘definição de realidade’, na qual ele representa a ‘universalidade’, enquanto os outros são remetidos para a ‘especificidade’ de determinado papel (Amâncio, 1998; Chombart de Lauwe, 1983-1984).

Ora, como tem sido demonstrado por inúmeros estudos na área da psicologia social, esse sistema pode implicar uma visão negativa do seu próprio endogrupo com efeitos nefastos para a auto-estima da pessoa (Lewin, 1948/1997; Phinney, 1990). As consequências sobre a auto-estima dependem da percepção da legitimidade da discriminação. Os membros dos grupos dominados podem interiorizar a sua inferioridade, tomando como legítima a posição dos grupos dominantes (Jost e Banaji, 1994). Em apoio desta perspectiva, podemos mencionar os estudos realizados nos EUA que demonstraram que as crianças negras, no sul segregacionista, manifestavam preferência pelas crianças brancas, rejeitando as negras (Clark e Clark, 1947).

Frequentemente, os próprios alvos do racismo interiorizam a hierarquia que lhes é transmitida. Ervin Goffman (1959/1989) refere que as pessoas estigmatizadas tentam reduzir o peso do seu próprio estigma acusando outros de possuírem o mesmo estigma mas com mais intensidade, num sistema que denominou de ‘estratificação auto-destrutiva’ (e.g., Pina-Cabral e Lourenço, 1993).

No entanto, quando os membros dos grupos dominados tomam consciência da arbitrariedade e ilegitimidade da discriminação, reivindicam uma identidade positiva e não sentem a sua auto-estima ameaçada pela pertença ao grupo (e.g., Khan, 1998), assunto que desenvolveremos no segundo capítulo. Mas, não deixa de ser paradoxal que mesmo quando envolvidos em lutas colectivas contra a discriminação (*Négritude*, *Black Power*, etc.), recorram a auto-designações racializadas que coincidem, frequentemente, com as usadas nos discursos racistas (Machado, 2000: 20), dando assim uma continuidade perversa ao que querem eliminar.

Se o racismo partilha alguns aspectos com o etnocentrismo – a *diferenciação* face ao outro, diferenciação essa que é acompanhada por uma *inferiorização* do outro – possui aspectos distintos tanto no grau com que a ‘desumanização’ do outro é operada cognitivamente como na forma como é mantida e reforçada socialmente.

Na literatura sociológica é relativamente consensual que o racismo envolve três dimensões distintas: ideologia, preconceito e comportamento discriminatório (Machado, 2000: 10). Nos próximos capítulos iremos abordar detalhadamente os aspectos cognitivos do preconceito e as dinâmicas da discriminação entre grupos humanos marcados por fortes assimetrias de estatuto. Neste capítulo iremos focalizar-nos na ideologia racista, enquanto sistema de crenças forjado na ciência com objectivos políticos claros: legitimar um sistema social com fortes desigualdades sociais que estabelecia claramente o *lugar* e o *papel* que os diferentes grupos humanos deveriam ocupar na sociedade, grupos esses definidos e reconhecidos a partir de características físicas que eram supostas traduzir as suas capacidades intelectuais e as suas aptidões.

Ao longo da história, o racismo tem variado muito nos seus alvos (*ciganos*, *judeus*, *negros*...), nos seus interesses (exploração de mão-de-obra, preservação da pureza da raça, manutenção da identidade nacional...), nas crenças que o legitimam (inferioridade intelectual ou moral, perigosidade, incompatibilidade de culturas...) e nos modos de actuação (exterminação, perseguição, expulsão, segregação, ou exclusão simbólica). É por isso extremamente difícil delimitar o conceito, sem cair em demasiadas restrições e sem o alargar demasiado (Machado, 2000; Taguieff, 1997).

Miles (1989/1995) critica a ‘inflação conceptual’ que tem caracterizado as investigações sobre racismo. Na mesma linha de ideias, Taguieff (1997: 9) critica o que ele designa como ‘definição ultra-alargada de racismo’ porque torna difícil estabelecer as fronteiras com outros conceitos como a xenofobia e o tribalismo. No entanto, como refere Machado (2000), se restringirmos demasiado a definição de racismo, arriscamo-nos a não estar atentos nem às metamorfoses ideológicas nem à diversidade dos novos contextos sociopolíticos.

Se é verdade que o racismo reactiva certas características do etnocentrismo não se poderá reduzir a estas. Como refere Taguieff (1997), algumas das

características do racismo têm uma data e um local de nascimento: um sistema de dominação simbólica cuja emergência se deu na Europa e que é paralela ao estabelecimento do colonialismo europeu. Assim, estamos no plano do racismo, enquanto ideologia fabricada num determinado local – Europa – numa determinada época – na modernidade recente (fim do século XVIII até meados do século XX) – com um determinado objectivo – legitimar o colonialismo, a escravatura e o tráfico de escravos, invocando a sua animalidade (Taguieff, 1997; Wieviorka, 1998).

A grande maioria dos historiadores considera que o racismo é moderno, situando o seu nascimento nas proximidades do século XVIII, na altura em que começou a ser elaborado o projecto de uma ciência moderna e em que se iniciou uma reflexão científica sobre a espécie humana que levou ao grande desenvolvimento da antropologia física (Wieviorka, 1992/1995: 9). O ‘racismo científico’ teve o seu auge no século XIX e, embora no início do século XX já se ouvissem vozes críticas no seio das novas ciências sociais emergentes (por exemplo, Sumner, 1906/1940; Lippmann, 1922/1961), só na segunda metade do século XX, depois do genocídio de milhões de judeus e ciganos em nome da ‘pureza racial’, este sistema de crenças viria a ser desmontado e considerado ‘pseudo-científico’ (UNESCO, 1973).

Mas como veremos, o fim do ‘racismo científico’ não significou o fim do racismo na sociedade. Este transformou-se e diversificou-se, o que levou alguns autores a falar de ‘racismos’ e não de ‘racismo’ para salientar a multiplicidade de manifestações (e.g., Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999).

Apesar da ideologia racista ter sido desenvolvida de forma sistemática na sociedade ocidental, não podemos afirmar que seja um problema exclusivo do mundo ocidental, já que mesmo depois do fim do colonialismo, esta tem continuado a ser difundida através dos *media*, contribuindo dessa forma para a *globalização do racismo* (e.g., van Dijk, 1991; Hecht, 1998). Como refere Taguieff:

Invenção ocidental, o racismo como ideologia e conjunto de práticas sociopolíticas universalizou-se de seguida. Os seus esquemas constitutivos foram difundidos para todo o mundo através do imperialismo colonial, o sistema esclavagista e o nacionalismo, e, mais recentemente, através da banalização das utopias eugenistas e etnicistas – ‘purificar’ a raça, defesa da ‘pureza’ de uma origem étnica ou cultural (1997: 9).

1.2 Contexto histórico-político, ciência e racismo

1.2.1 O racismo na ciência e no senso comum

A noção de ‘raça’ tem, em relação a outras maneiras de classificar grupos humanos, a especificidade de estabelecer uma ligação directa entre características

físicas visíveis (fenótipo) e características profundas (genótipo), explicativas das diferentes aptidões e capacidades dos indivíduos. As classificações raciais invocam ‘a natureza como registo fixo, dado e inelutável’, daí decorrendo o seu peso e dureza (Cunha, 2000: 123). Como veremos nesta secção, as classificações raciais serviram de alicerce à discriminação intencional e sistemática de determinados grupos humanos, durante pelo menos dois séculos.

As várias teorias da raciologia clássica tinham em comum uma perspectiva sobre as ‘raças’ hierarquizadora e desigualitária. Como já referimos, a popularidade que estas teorias alcançaram no século XIX, na Europa e nos EUA, não foi alheia à justificação que proporcionavam à escravatura (Taguieff, 1997; Wiewiorka, 1992/1995).

A noção de ‘raça’ apoiou-se na antropologia física clássica, que utilizava critérios morfológicos como a cor da pele, a forma craniana, a textura do cabelo, entre outros. As classificações que deles resultavam eram contraditórias e muito variáveis, de acordo com o critério escolhido ou com a importância atribuída a cada um deles, mas essa variabilidade de resultados e ausência de rigor foi muitas vezes escamoteada. Embora o número de ‘raças’ humanas variasse bastante nas diversas classificações raciais propostas (para revisões ver Bracinha-Vieira, 1995; Cunha, 2000), a divisão mais frequentemente invocada identificava três ‘raças’ principais: brancos (*caucasóide*), amarelos (*mongolóide*) e negros (*negróide*).

A ‘ciência da classificação’ foi iniciada por Lineu no século XVIII. Com base numa multiplicidade de critérios, principalmente de natureza fenotípica, o autor dividiu os seres humanos em quatro categorias – Americanos, Africanos, Asiáticos e Europeus (‘belos’, ‘cabelo louro, castanho leve’, ‘amáveis’, ‘perspicazes’, ‘inventivos’, ‘cobertos com vestes’, ‘governados por leis’, foram alguns dos atributos usados para caracterizar estes últimos) (Lineu; citado por Bracinha-Vieira, 1995).

Numa sucinta revisão de literatura, a antropóloga Manuela Cunha refere as diversas correntes da raciologia clássica. Os poligenistas consideravam que cada ‘raça’ principal tinha sido criada como uma espécie verdadeiramente separada e que cada uma delas teria traços físicos e mentais específicos: os *brancos* seriam dotados de maiores capacidades intelectuais e os *negros* teriam uma ‘especial vocação manual’.

Para os polifiléticos cada ‘raça’ descendia de diferentes primatas: os *brancos* do chimpanzé, os *amarelos* do orangotango e os *negros* do gorila. Como Manuela Cunha salienta, sendo o chimpanzé considerado o mais elaborado dos macacos, fica claro qual o sentido da hierarquia.

Em contrapartida, os monogenistas e os monofiléticos convergiam na defesa de uma origem única para as diferentes ‘raças’, que representariam, no entanto, diferentes etapas da evolução humana. Os monogenistas defendiam a teoria da recapitulação segundo a qual o desenvolvimento embrionário reproduziria

as etapas de evolução das espécies (peixe, réptil, macaco). Assim, os *negros* seriam menos evoluídos porque permaneceriam num estado que os *brancos* só passariam na infância. Como salienta Manuela Cunha:

quer reportasse as ‘raças’ a diferentes origens ou a lugares particulares na evolução humana, a raciologia clássica sempre as ordenou em superiores e inferiores – ocupando invariavelmente os brancos o topo dessa hierarquia. Esta perspectiva hierarquizadora fundamenta-se na pressuposta existência de uma equação ‘natural’ entre aparência física e aptidões (2000: 193-194).

O paleontólogo Stephen J. Gould (1981/1990) demonstra habilmente o carácter falacioso das ‘provas’ da antropologia física e dá-nos a conhecer os discursos de alguns dos famosos defensores da desigualdade racial. Por exemplo, Louis Agassiz, reputado poligenista, na sua maior declaração sobre a ‘raça’ (publicada em 1850) apresenta os argumentos da doutrina do ‘separados e desiguais’:

O indomável, corajoso, orgulhoso Índio, em que plano tão diferente ele se encontra ao lado do submisso, obsequioso, imitativo Negro ou ao lado do manhoso, astuto e covarde Mongol! Não constituem estes factos indicações de que as diferentes raças não se alinham em um nível único na natureza? (Agassiz; citado por Gould, 1981/1990: 193).

Agassiz termina a sua declaração defendendo uma política social específica – a educação deve ser ajustada à capacidade inata:

treinem os Negros no trabalho manual e os Brancos no trabalho mental: Qual seria a melhor educação para as diferentes raças em consequência da sua diferença primitiva? [...] nós não acalentamos a mais pequena dúvida de que os negócios humanos referentes às raças de cor seriam muito mais judiciosamente conduzidos se na nossa relação com eles fossemos guiados por uma consciência total das diferenças reais existentes entre eles e nós e de um desejo de nutrir essas disposições que são eminentemente marcadas neles, de preferência a tratá-los em termos de igualdade (Agassiz; citado por Gould, 1981/1990: 193).

Como refere Gould, já que estas disposições eminentemente marcadas são a submissão, a obsequiosidade e a imitação, não é difícil imaginar aquilo que Agassiz tinha em mente. Mas há neste discurso outro pormenor importante para a nossa argumentação: essas disposições são *eminentemente marcadas neles*, não em nós. Assim, a natureza marca os homens de forma desigual: marca uns (eles) e não outros (nós), assunto que desenvolveremos mais adiante. Noutra ocasião, Agassiz (1863) argumentou que as raças deviam ser mantidas separadas, a fim de a superioridade *branca* não se diluir. Esta separação teria de ocorrer naturalmente, já que os *mulatos*, como elo fraco, deveriam desaparecer. Os *negros* deveriam deixar os climas frios do hemisfério norte, tão inadequa-

dos para eles, e mover-se para sul (referido por Gould, 1981/1990: 194). Este receio da miscigenação não será alheio ao facto de ela tornar menos nítidas as fronteiras entre os grupos e, eventualmente, ameaçar a ‘consciência total das diferenças reais existentes entre eles e nós’ (Agassiz, 1950; citado por Gould, 1981/1990: 193). Na opinião de diversos autores, o pensamento racista foi dominado pela inquietação, pela decadência e degenerescência acarretada pela mistura de ‘raças’ (Taguieff, 1997; Wieviorka, 1992/1995).

No século XIX, Paul Broca desenvolveu métodos de medição do volume da caixa craniana que passaram a ser amplamente utilizados. Com base nestas diferenças, supostamente objectivas, os antropólogos físicos alegavam que os *brancos* eram mais inteligentes, porque tinham cérebros maiores. Mas neste, como noutros tipos de medição, não eram os *negros* as únicas vítimas:

Na generalidade, o cérebro é maior nos homens que nas mulheres, nos homens eminentes do que nos de talento medíocre, nas raças superiores do que nas inferiores. Como noutras coisas, existe uma relação notável entre o desenvolvimento da inteligência e o volume do cérebro (Broca, 1861; citado por Gould, 1981/1990: 168).

Enquanto os antropólogos mediam crânios, médicos e psicólogos desenvolveram outros métodos supostamente mais rigorosos e que viriam a constituir uma das formas ‘inequívocas’ de demonstrar a alegada superioridade dos *brancos*: os testes de aptidões físicas e intelectuais, especialmente os testes relativos ao Quociente de Inteligência (QI). Este é um dos domínios onde o carácter ‘eurocêntrico’ e ‘androcêntrico’ da ciência moderna é mais visível (cf.: Amâncio, 1998; Sousa Santos, 1987/2001).

Gould (1981) faz referência a estas distorções, descreve os preconceitos que marcaram a história dos testes de QI e as manipulações a que estes se prestaram no início do século XX com o objectivo de recusar, em nome da ciência, a entrada a imigrantes considerados indesejáveis.

Quaisquer que fossem os critérios utilizados (volume craniano, tempos de reacção, testes de inteligência), os *brancos* eram sempre posicionados no topo da escala e os *negros* em baixo, ocupando os *amarelos* a posição intermédia, mas muito mais próximos dos últimos do que dos primeiros (para revisões alargadas ver Montagu, 1997; Richards, 1997).

Mas se a ‘grande clivagem’ se verificava entre os ‘brancos’ e os ‘outros’ (africanos, asiáticos, indígenas americanos), que eram frequentemente homogeneizados na categoria de ‘selvagens’, no seio da raça *branca* reconhecia-se a heterogeneidade. Assim, alguns autores identificaram a existência de algumas nacionalidades de elite, a que não era alheia a própria nacionalidade do cientista.

Por exemplo, Goddard (referido por Gould, 1981/1990), um dos principais promotores da interpretação hereditária rígida dos testes de QI, sugeriu uma classificação das capacidades mentais de modo a abarcar uma ‘classificação natural

das raças e nacionalidades humanas'. Nesta classificação, os *White Anglo-Saxonic Protestants* (WASP) americanos situavam-se no topo, correspondendo ao desenvolvimento completo, e os europeus do Sul e de Leste no escalão mais baixo, no limiar entre a normalidade e a debilidade mental. Goddard, depois de instituir os testes de QI para os imigrantes à sua chegada aos EUA, proclamou mais de 80% débeis mentais, apressando-lhes o regresso à Europa.

Na mesma linha de ideias, Down publicou uma obra sobre a classificação dos 'idiotas' (1866), com base em observações realizadas num hospital psiquiátrico, na qual descrevia 'idiotas' caucasianos que lhe lembravam africanos, malaios, índios americanos e orientais. Como refere Gould (1981/1990: 182-187), destas imaginárias comparações entre os 'débeis mentais caucasianos' e as 'capacidades normais nos adultos de raças inferiores' só os 'idiotas que se agrupam à volta do tipo mongolóide' sobreviveram na literatura como designação técnica ('idiota mongolóide' para designar a Trissomia XXI ou Síndrome de Down).

Meio século após Charles Darwin ter publicado o livro *Origin of the Species* (1859), alguns biólogos e antropólogos continuavam a não admitir uma origem comum para o *Homo Sapiens* (Banton, 1996: 295). O termo 'raça' foi sendo utilizado no sentido 'espécie', para designar grupos humanos distintos na sua constituição física e nas suas capacidades mentais e, de certa forma, esta ideia subsistiu até hoje, passando a constituir o núcleo duro das doutrinas designadas de 'racismo científico'.

O ensaio de Gobineau sobre a desigualdade das raças humanas (1853-1855), constitui um dos marcos fundamentais do 'racismo científico', tendo exercido considerável influência no desenvolvimento posterior da ideologia nazi. A utilização do termo 'ariano', palavra do sânscrito que significa 'nobre', tornou-se mais frequente a partir do momento em que foi utilizada por Gobineau para identificar um grupo de indivíduos que produziu uma civilização especialmente avançada (Miles, 1989/1995).

Outra das referências marcantes do 'racismo científico' foi Galton, fundador de um laboratório de eugenia, em Londres, com vista ao aperfeiçoamento da espécie humana. Galton argumentou em defesa da eliminação progressiva dos 'indesejáveis' da sociedade, proibindo-lhes o casamento ou impondo a sua esterilização (*eugenia negativa*) e, simultaneamente, tentou proteger, aperfeiçoar e multiplicar os indivíduos 'mais aptos', de melhor saúde física e moral (*eugenia positiva*). Na introdução da sua obra *Inquiries into Human Faculty*, Galton afirma:

O meu objectivo geral foi registar várias faculdades hereditárias dos diferentes homens e as grandes diferenças nas várias famílias e raças para determinar em que medida a história pode ter demonstrado a viabilidade de substituir a reserva humana ineficiente por melhores linhagens, e reflectir se não seria dever nosso fazê-lo na medida do razoável, agindo assim no sentido de alcançar mais depressa o termo de evolução menos penosamente do que deixando os acontecimentos entregues ao seu curso normal (1883, citado por Freeman, 1962/1980: 9).

No final do século XIX, as doutrinas raciais estavam extremamente divulgadas na Europa e nos EUA. Como mostra a teoria das representações sociais (Moscovici, 1972/1977), o determinismo biológico não só marcou profundamente a ciência moderna, como se propagou ao senso comum, tornando-se um verdadeiro fenômeno social. Isto é, o discurso ‘científico’ dos séculos XVIII e XIX estimulou e legitimou o discurso racista do senso comum.

Depois do Holocausto poucos cientistas continuaram a defender uma hierarquia de ‘raças’ e as investigações desenvolvidas no domínio da genética vieram questionar muitas das ‘verdades’ anteriores. Mas, se a ciência contemporânea se esforça por desmascarar o ‘mito da raça’ (Montagu, 1997), o senso comum reproduz hoje alguns dos elementos fundamentais dessas teorias racialistas.

1.2.2 As normas da igualdade e os novos racismos

Após a guerra de 1939-1945 as políticas e doutrinas ‘coloniais’ e ‘racialistas’ são postas em causa. A tal não será alheia a participação significativa de soldados de origem asiática e africana nas tropas aliadas. Como refere Magalhães (1996; citado por Correia, 1999: 114), participaram cerca de quinhentos mil africanos e dois mil indianos nas tropas aliadas.

As lutas pela independência ganham uma dinâmica incontornável nos territórios asiáticos e africanos sob o domínio europeu, o que conduz à independência de numerosos territórios: a independência da União Indiana em 1947 marca o ‘princípio do fim’ do colonialismo europeu nos seus moldes tradicionais. Na África Negra as primeiras independências ocorrem em 1956 (Gana) e até final dos anos 60 todas as potências coloniais tinham perdido o seu império, à exceção de Portugal, assunto que desenvolveremos na próxima secção³.

A 10 de Dezembro de 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU) proclama a Declaração Universal dos Direitos do Homem na qual se lê o seguinte:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade (§1º); Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (§2º).

³ Para uma análise do colonialismo e das lutas pela independência, ver por exemplo Fanon (1967) e Ben-tou (1969/1981). Para uma ilustração dos discursos reivindicativos africanos, ver por exemplo Senghor (1977/1997).

Embora esta Declaração tenha sido ratificada por 159 países, a realidade tem ficado sempre aquém das palavras. Dez anos depois desta declaração, instala-se oficialmente o regime de *apartheid* na África do Sul (1958-1991) e os afro-americanos só em 1964 vêem aprovado o *Act of Civic Rights*, depois de intensas lutas e manifestações.

De notar que no segundo artigo da Declaração, a ‘raça’ aparece em primeiro lugar e sem aspas. De facto, o uso de aspas para referir a ‘raça’ só se começou a vulgarizar nas ciências sociais nos anos oitenta, para salientar que se trata de uma noção do senso comum.

Assiste-se, assim, no pós-guerra a uma mudança do posicionamento científico e político relativamente ao conceito de ‘raça’. Se até aí, como ilustrámos na secção anterior, iminentes cientistas das mais variadas ciências ‘naturais’, sociais e humanas tinham ocupado as suas energias a demonstrar cientificamente a ‘raça’, a partir daí todas estas áreas científicas começaram a desnaturalizar a noção de ‘raça’, isto é, a demonstrar o carácter falacioso dos estudos do ‘racismo científico’. No livro de referência *Le Racisme Devant la Science* (UNESCO, 1973) procede-se a uma desmontagem detalhada do carácter falacioso das ‘provas’ da superioridade *branca* nos vários domínios científicos.

As recentes investigações ligadas à descodificação e à sequenciação do Genoma Humano⁴ vieram dar razão aos vários relatórios elaborados no âmbito da UNESCO, pois não foi possível identificar nenhum gene ou conjunto de genes ligados às supostas ‘raças’ humanas, pelo que a ‘raça’ enquanto conceito aplicado para classificar os seres humanos está desacreditado, à luz do conhecimento científico actual.

A questão racial foi tema de discórdias internacionais e assumiu tal importância que, após o termo da II Grande Guerra, a UNESCO promoveu amplas investigações interdisciplinares sobre a questão racial, cujos resultados foram debatidos por quatro equipas diferentes e que deram origem a quatro Declarações (1950, 1951, 1964 e 1967).

Na sua primeira Declaração (1950), a UNESCO proclama que todos os seres humanos pertencem à mesma espécie, o *Homo Sapiens*, estabelecendo as bases da igualdade de facto entre todas as ‘raças’ (UNESCO, 1973: 366). A segunda Declaração (1951) chama a atenção para o uso abusivo da palavra ‘raça’ e para os mitos que a esta palavra estão associados, pelo que recomenda o uso de outra palavra para designar os grupos humanos:

⁴ Com a análise do genoma humano a noção de ‘raça’ foi completamente desacreditada: ‘De um ponto de vista genético, todos os seres humanos são africanos – que ou vivem em África ou estão no exílio. [...] A nossa origem africana é verificada pelo facto da diversidade genética ser maior em África do que em qualquer outro ponto do mundo, o que leva a pensar em vagas de migração humana a partir daquele continente. [...] A noção de raça leva ainda outro golpe: podem verificar-se mais diferenças genéticas entre um louro nórdico e o seu também louro vizinho do que entre eles e um africano’ (Svante Paäbo, Instituto Max Planck de Antropologia da Evolução, citado por Clara Barata, in *Público*, 10 de Outubro de 2001).

A palavra ‘raça’ está marcada, por ter servido para designar diferenças nacionais, linguísticas e religiosas e por ter sido utilizada num sentido deliberadamente abusivo pelos partidários das doutrinas racistas, por isso nos esforçamos para encontrar uma nova palavra [...] mas ainda não conseguimos (UNESCO, 1973: 368).

A quarta Declaração (1967) vai mais longe nesta ideia e refere que ‘as doutrinas racistas são destituídas de base científica’, sendo a noção de ‘raça’ convencional ou arbitrária (UNESCO, 1973: 379). Nesse sentido recomenda o abandono da palavra no meio científico e o uso de designações menos discriminatórias. Recomenda igualmente que se proteja a diversidade cultural:

Os grupos étnicos que de uma forma ou outra são vítimas de discriminação são por vezes aceites e tolerados pelos grupos dominantes na condição de renunciarem à sua identidade cultural. É conveniente salientar a necessidade de encorajar esses grupos étnicos a preservar os seus valores culturais. Eles estarão assim em melhores condições de contribuir para o enriquecimento da cultura total da humanidade (UNESCO, 1973: 384).

Desde então, o termo ‘grupo étnico’ tem sido empregue para referir grupos sociais minoritários, que são percebidos e classificados em função da sua diferenciação cultural face aos padrões estabelecidos pela cultura dominante. Todavia, o pensamento do senso comum terá acompanhado esta deslocação da ‘raça’ para os ‘grupos étnicos’, sendo as ‘práticas culturais’ percebidas como rígidas e imutáveis, e até mesmo geneticamente herdadas (Chapman, McDonald e Tonkin, 1989; Rex, 1986). A cultura não é entendida como algo fluido e dinâmico, mas como algo análogo à ‘raça’ e os laços culturais são vistos como ‘laços de sangue’ (Gilroy, 1993; referido por Lima, 2002).

Como salienta Guillaumin (1992/1995), apenas os grupos minoritários, isto é, destituídos de poder ou de estatuto, são objecto deste processo de naturalização. Assim, o deslocamento da percepção das diferenças entre os grupos humanos do pólo das características físicas ou raciais para o pólo das características comportamentais e culturais permanece um processo de naturalização da diferença, isto é, a um processo de *racialização* seguiu-se um processo de *etnicização* (Vala, Lopes, Brito, 1999a), processo esse que se verifica em relação aos grupos minoritários mas não em relação aos dominantes.

A *racialização* corresponde a um processo político e ideológico pelo qual determinadas populações são identificadas mediante referência directa ou indirecta às suas características fenotípicas, isto é, este termo refere-se à utilização da ideia de ‘raça’ enquanto estruturador da percepção de determinada população (Miles, 1989/1995). Miles define racialização como um ‘processo de delimitação das fronteiras do grupo e de colocação de pessoas nessas fronteiras em função das suas (supostas) características inerentes e/ou biológicas (geralmente fenotípicas). Trata-se portanto de um processo ideológico’ (1982: 157).

Assim, apesar de estar cientificamente desacreditado, o conceito de ‘raça’ existe na mente dos indivíduos, não podendo ser ignorado pelos cientistas sociais. O facto da hierarquização racial ter sido banida do discurso público não exclui comportamentos e percepções racistas. Atentas às novas normas sociais, as pessoas têm o cuidado de velar os seus discursos discriminatórios, ‘fazendo preceder a sua enunciação com a invariável asserção ‘eu não sou racista, mas...’ – [o que] mostra bem que se está ciente do grau de consensualidade discursiva que a sua condenação conquistou na arena pública’ (Cunha, 2000: 194).

Como o argumento da desigualdade e da hierarquização racial é actualmente contra-normativo, enfatizam-se as diferenças culturais. Por exemplo, já não se detestam os árabes pela sua cor morena, mas por serem ‘fanáticos religiosos’ ou por ‘tratarem mal as mulheres’. Estes têm sido alguns dos argumentos apresentados por certos líderes de extrema-direita, tal como o holandês Pym Fortuyn, que depois de ser assassinado, conseguiu a maior votação de extrema-direita na Holanda. Pim Fortuyn reclamava não ser racista como os outros líderes de extrema-direita: ‘não tenho nada a ver com os senhores Le Pen, Haider e Dewinter’. No entanto, defendia a supressão na constituição holandesa do artigo que proíbe as discriminações. O argumento de que ‘a Holanda está cheia’ resume a sua política anti-imigração, salientando também os malefícios dos ‘excessos do clima de tolerância’, pelo que recomendava a restrição drástica do número de imigrantes e de refugiados, e uma política mais repressiva em relação à integração de estrangeiros (Fortuyn, citado por Simon Kuin, *Expresso*, 27 de Abril de 2002).

Se, como já referimos, hoje em dia poucos ousam defender uma hierarquia racial, em contrapartida a ideia de ‘raça’, no sentido de uma população natural definida por caracteres hereditários comuns, persiste e continua a servir de suporte a ideologias racistas. E também aqui reencontramos as armadilhas do relativismo cultural extremo que, levado às suas últimas consequências, nega a própria possibilidade de ‘tradução intercultural’ (Lévi-Strauss, 1983; Taguieff, 1997).

A este propósito Manuela Cunha (2000: 194) fornece-nos uma interessante análise de um discurso de Bruno Mégret, ex-número dois do partido de extrema-direita francês, que num colóquio sobre ecologia questionava o seguinte: ‘Porquê batermo-nos pela preservação das espécies animais quando ao mesmo tempo aceitamos o princípio do desaparecimento das raças humanas pela mes-tiçagem generalizada?’. Como refere a autora:

A apropriação de dois actualíssimos temas – a consciência ecológica e a apologia da diferença – em torno dos quais se gerou um largo consenso público funciona aqui como caução legitimadora de uma ideologia segregacionista. Por outro lado, encontramos de novo a assimilação das ‘raças’ a espécies que marcou várias teorias raciais [...]. O efeito retórico que Mégret obtém através da equivalência ‘raças’ – espécies acentua subliminarmente a ideia de descontinuidade entre tipos humanos que seriam

as 'raças'. É esse, afinal, o cerne das doutrinas rácicas: estipular a existência de uma descontinuidade natural no interior do género humano (Cunha, 2000: 195).

Segundo Manuela Cunha 'falha-se porém o alvo quando se procura demonizar este ideário segregacionista apostrofando-o de hitleriano ou nazi' (2000: 295), já que os autores de tais discursos descartam essa acusação com uma desconcertante facilidade. Com efeito, os novos racismos são bem mais sofisticados e subtis, já não defendem a hierarquização racial, mas sim a distanciação. Isto é, não há 'raças' superiores ou inferiores, mas cada uma devia permanecer no seu 'canto', numa lógica de *apartheid*.

Assim, por um lado, invoca-se a defesa da especificidade cultural dos grupos racializados e, por outro lado, clama-se o direito à identidade própria, que essas 'outras' culturas são supostas ameaçar. Desemboca-se, assim, na questão da imigração, que produziria o indesejado efeito de 'contaminação'. Desta forma, o elogio 'da diferença pode caucionar e camuflar uma vontade de exclusão' (Cunha, 2000: 196).

Na opinião de diversos autores, o 'fundamentalismo cultural' não substituiu totalmente o discurso do 'fundamentalismo racial', pelo contrário, o primeiro compactou-se com o segundo, constituindo uma das suas metamorfoses (Cunha, 2000; Taguieff, 1997). Neste sentido, as 'raças' não desapareceram do discurso diferencialista, deixaram apenas de ser ordenadas hierarquicamente e aparentemente perderam a sua visibilidade biológica.

A ideia de 'raça' continua a estruturar a percepção que se tem dos outros e a operar o discurso de exclusão, ainda que mais ou menos camuflada pela referência à identidade cultural, remetendo-a constantemente para o terreno da natureza. Deste modo, apesar da palavra 'raça' ter sido banida do discurso científico e político é legítimo continuar a falar de 'racismo' (Cunha, 2000; Segall, 1999).

Depois de 'desnaturalizada' a 'raça', os cientistas sociais, constatando que esta não tinha desaparecido do conhecimento do senso comum, preocuparam-se em estudar a forma como este 'naturaliza' as categorias sociais. Não deixa de ser irónico que muitos cientistas venham agora acusar o senso comum de ignorância, ingenuidade ou irracionalidade quando este recorta a realidade através das categorias humanas que a própria ciência tinha forjado e lhes associa os conteúdos que a elas tinham sido tão convenientemente associados.

Por exemplo, Taguieff (1992/1995) salientou que apesar dos geneticistas terem provado a inexistência de 'raças', a noção de 'raça' continuou a ser aceite pelo senso comum, dado que a clássica tipologia branco/amarelo/negro é facilmente apreendida e o senso comum confia na evidência imediata dos seus sentidos, e apoia-se em caracteres visíveis (fenótipo) ignorando os invisíveis (genótipo).

Como salienta Manuela Cunha (2000: 199), os mesmos cientistas que fazem as imputações de ingenuidade ao senso comum, consideram que os caracteres

visíveis (cor da pele, textura do cabelo) se prestam quase automaticamente, isto é, ‘naturalmente’, à racialização. Consta-se, assim, que o ‘binómio natureza-cultura’, continua a estar presente nas ciências sociais, mas agora organizado de forma diferente:

as ‘raças’ são criações sociais e não entidades biológicas, mas os traços fenotípicos fornecem uma base natural em que a cultura investe, constituem uma matéria neutra da qual ela se apropria; os traços físicos são dados fixos e evidentes que a cultura é chamada a interpretar e a transformar em símbolos. E é assim, por via desta incontornável base natural, que somos quase conduzidos ao ponto inicial, quer dizer, à especial dificuldade que enfrentariam as tentativas de combate às classificações raciais (Cunha, 2000: 200).

Como argumenta a autora, a altura, os lóbulos das orelhas, entre outros, são também traços fenotípicos, igualmente naturais, expostos e evidentes e, no entanto, não são evocados quando se fala nas classificações raciais. A aparência física, enquanto matéria-prima para as classificações raciais, não é terreno neutro, já que a própria saliência de certas características físicas é resultado de definições sociais e não de enviesamentos ‘naturais’ da percepção humana. O recurso a certos traços físicos em detrimento de outros não constitui um fenómeno natural, mas decorre de processos ideológicos que devem ser historicamente situados.

Considerar a aparência física como um suporte meramente ‘biológico e a-histórico’ é esquecer que foram ideologias ocidentais num determinado período histórico que definiram certas características físicas como mais importantes do que outras para marcar diferenças e contribuíram, assim, para a sua visibilidade.

No seio da Psicologia Social, Gordon Allport no livro *The Nature of Prejudice* (1954/1979) foi o primeiro autor a desmontar claramente o conceito de ‘raça’ e a ilustrar o processo de racialização: inclusão dos indivíduos em categorias raciais, às quais corresponde um determinado rótulo e às quais são atribuídos significados.

Allport define uma categoria como ‘um conjunto acessível de ideias associadas que tem a propriedade de guiar os ajustamentos quotidianos’. A categorização dos grupos sociais minoritários seria acompanhada por uma essencialização: ‘pensa-se na hereditariedade como algo inexorável, conferindo uma essência ao grupo à qual não pode escapar’ (1954/1979: 170-171). Allport evidencia as consequências da essencialização dos grupos humanos:

Alguns rótulos [...] são extremamente salientes e poderosos. Tendem a prevenir classificação alternativa, ou até classificação cruzada. Os rótulos étnicos são, muitas vezes, deste tipo, particularmente quando se referem a alguma característica visível, e.g. Negro, Oriental. [...] Estes símbolos funcionam como sirenes ruidosas, ensurdecendo-nos em relação a todas as discriminações que, de outro modo, poderíamos detectar (Allport, 1954/1979: 179).

Como o autor salienta, nem todas as categorias são estanques, ‘algumas categorias são mais flexíveis (diferenciadas) do que outras’ (1954/1979: 172). Segundo Allport, quanto maior o nível de contacto com os membros de determinada categoria, maior a flexibilidade desta categoria, mas fica claro pelos exemplos que nos fornece que as categorias mais rígidas são as relativas aos grupos étnicos, enquanto as mais diferenciadas são relativas ao grupo de pertença, neste caso os americanos.

Como o autor sublinha, ‘aprendemos a ser críticos e ter mente aberta em relação a alguns aspectos da realidade, mas noutros obedecemos à lei do menor esforço’. Uma das consequências da ‘lei do menor esforço’ seria o desenvolvimento de uma crença sobre a essência desses grupos: expressões como ‘alma oriental’, ‘sangue negro’, ‘paixão latina’, etc., representam a crença numa essência (Allport, 1954/1979: 173-174).

No entanto, esta perspectiva sobre o processo de racialização foi ignorada pelos psicólogos sociais durante décadas e só recentemente veio a ser retomada e desenvolvida em detalhe por diversos autores, entre os quais Rothbart e Taylor (1992), que no entanto, se esqueceram de alguns aspectos com enorme importância da argumentação de Allport.

Rothbart e Taylor (1992) consideram que o senso comum distingue entre categorias naturais (peixes, pássaros, etc.) e categorias artificiais (cadeiras, bicicletas, etc.). Os autores argumentam que o senso comum consideraria as primeiras como menos ‘arbitrárias’ do que as segundas e lhes atribuiria um maior potencial indutivo, uma vez que a sua experiência no dia-a-dia lhe mostraria que comete menos erros ao fazer inferências sobre objectos ‘naturais’ do que sobre objectos artificiais. Esta diferença conduziria o senso comum a supor que os primeiros são dotados de essências profundas que justificariam a forma como são categorizados, e que essas essências se manifestariam, geralmente, em diferenças perceptíveis.

Assim, o processo de essencialização operar-se-ia através da inferência de uma estrutura profunda (genótipo) a partir de diferenças de superfície (fenótipos). Uma vez essencializadas, as categorias ‘naturais’ não só dispõem de um elevado potencial indutivo, como seriam vistas como inalteráveis e exclusivas.

Segundo Rothbart e Taylor as categorias ‘naturais’ funcionam como um modelo para pensar as categorias sociais, nomeadamente as categorias raciais, na medida em que ambas são pensadas como produtos da natureza e não como resultado de uma construção humana. A essencialização das categorias sociais reflecte-se na percepção de inalterabilidade das categorias: da mesma forma que não seria possível transformar um peixe numa ave, também não seria possível mudar de ‘sexo’, ‘raça’, ‘casta’ (1992: 20).

Uma outra propriedade das categorias essencializadas é a exclusividade. Os seres classificados em categorias naturais apenas podem fazer parte de uma categoria, aquela que reflecte a sua essência. Seria esta propriedade, a exclusivi-

dade, que estaria subjacente ao efeito de acentuação, que consiste em exagerar as semelhanças entre os membros da mesma categoria social e em acentuar as diferenças entre membros de diferentes categorias (Tajfel e Wilkes, 1963), como veremos adiante.

Finalmente, as categorias sociais essencializadas revestir-se-iam de um elevado potencial indutivo. Em resumo, determinadas categorias sociais seriam regidas por um princípio de essencialismo psicológico (Corneille e Leyens, 1994).

Como referem Vala e colaboradores (1999a), na proposta de Rothbart e Taylor a analogia entre as categorias naturais e sociais levou os autores a esquecer alguns aspectos essenciais, nomeadamente o valor das categorias para os próprios observadores (Tajfel, 1972) e as assimetrias envolvidas neste processo (Lorenzi-Cioldi, 1988), aspecto que desenvolveremos no próximo capítulo.

Em primeiro lugar, os autores parecem conferir às diferenças físicas um estatuto de evidência perceptiva que estas nem sempre possuem, uma vez que a sua saliência já é o resultado de teorias e convenções sociais, como atrás referimos. De facto, alguns estudos têm demonstrado que os indivíduos mais preconceituosos são os que se revelam mais ‘aptos’ a identificar sinais físicos como indicadores de diferenças ‘raciais’, ainda que cometendo muitos erros por sobre-exclusão do endogrupo (e.g., Pettigrew, Allport e Barnet, 1958; Tajfel, 1972), assunto que retomaremos no próximo capítulo. É precisamente porque as diferenças físicas nem sempre são pertinentes para as classificações raciais que, ao longo da história, grupos discriminados foram obrigados a usar sinais distintivos, como sucedeu com os judeus durante o período do nazismo, apenas para citar um exemplo⁵.

Na década de setenta, à medida que os afro-americanos conquistavam um maior protagonismo social, na sequência do fim da segregação (*Act of Civil Rights*), e afirmavam orgulhosamente a sua pertença ‘racial’ (*Black Power*), foi crescendo nos euro-americanos um sentimento de ‘ameaça’ em relação a esta minoria, que de repente ocupava lugares até aí exclusivos da maioria.

Estas alterações políticas e sociais relativas aos afro-americanos, conduziram a uma mudança na perspetivação desta categoria, o que veio requerer a introdução de novos conceitos explicativos do fenómeno, permitindo estabelecer uma distinção entre expressões tradicionais e as novas formas de racismo emergentes nas sociedades formalmente anti-racistas. Sociólogos e psicólogos contribuíram para uma ‘explosão’ de novos conceitos relativos aos racismos

⁵ A este propósito será elucidativo ver o vídeo relativo ao exercício anti-discriminação realizado pela professora Jane Elliott com os seus alunos do ensino básico (efectuado pela primeira vez em 1968 depois do assassinato de Martin Luther King Jr. e desde aí repetido em inúmeras escolas e organizações diversas, tanto com crianças como com adultos), que ilustra de forma clara o poder da ‘marca’ como estigma nos grupos de menor estatuto (neste caso operacionalizados através da divisão em dois grupos em função da cor dos olhos, castanhos ou azuis, aos quais estava supostamente associado um maior ou menor nível de inteligência, sendo o grupo ‘menos inteligente’ marcado por um lenço azul ao pescoço para facilitar o ‘reconhecimento’ dos membros deste grupo à distância (<http://www.horizonmag.com/4/jane-elliott.asp>).

contemporâneos: racismo ‘cultural’ (Jones, 1972); racismo ‘moderno’ (McConahay, 1986); racismo ‘aversivo’ (Gaertner e Dovidio, 1986); racismo ‘simbólico’ (Sears, 1988); racismo ‘ambivalente’ (Katz e Hass, 1988). Esta renovação conceptual ocorreu inicialmente nos EUA e na Grã-Bretanha e, em seguida, alargou-se a outros países europeus.

Por exemplo, Jones (1972) refere um racismo ‘cultural’ nos EUA: na opinião dos indivíduos preconceituosos, as minorias discriminadas sê-lo-iam por razões que lhe são intrínsecas – por partilharem uma cultura que não lhes permite uma boa adaptação às exigências do sistema económico capitalista, o individualismo meritocrático, a orientação para o poder e o êxito em detrimento dos valores afiliativos. Assim, existiria uma forma ideal de Homem (WASP) e formas menores de humanidade que se manifestariam na incapacidade de adaptação às sociedades capitalistas liberais. Isto é, quando já não se pode afirmar publicamente que os *negros* possuem capacidades intelectuais e aptidões inferiores aos *brancos*, atribui-se-lhes a responsabilidade da discriminação de que são vítimas por não aderirem aos valores necessários para serem bem sucedidos nas sociedades ocidentais e por não efectuarem um esforço de adaptação.

Para Pettigrew e Meertens podemos considerar duas expressões contrastantes do preconceito nas sociedades contemporâneas: o preconceito *flagrante* e o preconceito *subtil*, que os autores caracterizam da seguinte forma: ‘o preconceito flagrante é quente, próximo e directo. O subtil é frio, distante e indirecto’ (1995: 58).

Na opinião dos autores, as sociedades ocidentais, a partir da II Guerra Mundial, desenvolveram progressivamente uma norma social contra as formas tradicionais de expressão do racismo. A relação dos indivíduos com esta norma social pode assumir três formas: rejeição, aceitação ou internalização. Na perspectiva de Kelman, a aceitação de uma norma corresponde à sua adopção instrumental, de modo a garantir recompensas ou evitar punições, enquanto a internalização de uma nova norma ocorre quando existe congruência entre ela e o sistema de valores de um indivíduo (1961; referido por Vala *et al.*, 1999b). Isto é, num caso estamos perante um acordo público (submissão) e noutro perante um acordo privado (conversão), usando a terminologia de Moscovici (1976).

Na perspectiva de Pettigrew e Meertens (1995), os indivíduos que rejeitam a norma anti-racista não se inibem de exprimir publicamente o racismo tradicional, sendo as suas respostas claramente anti-normativas (racismo flagrante). Os indivíduos que aceitam a norma não exprimem o racismo na sua forma tradicional, mas manifestam expressões mais subtis de racismo que não violam a norma anti-racista, uma vez que esta incide apenas sobre as expressões tradicionais do racismo (racismo subtil). Por sua vez, os que internalizaram a norma, rejeitam ambas as formas de racismo, uma vez que a norma anti-racista se enquadra no quadro de valores igualitários mais gerais (igualitarismo).

Resumindo: o racismo flagrante é claramente anti-normativo; o racismo subtil corresponde à aceitação da norma, acompanhada de expressões de racismo não censuradas por esta; e igualitarismo corresponde à internalização da norma, com base em valores igualitários.

Segundo os autores, o conceito de racismo subtil permite sintetizar num só conceito expressões de racismo ligadas a configurações de valores individualistas (racismo simbólico) e expressões que não põem em causa um auto-conceito igualitário dos indivíduos (racismo aversivo).

Os autores realizaram um estudo no âmbito do Eurobarómetro de 1988, envolvendo amostras aleatórias e representativas de quatro países europeus, questionadas sobre diferentes grupos minoritários: na Inglaterra os grupos-alvo foram os ‘antilhanos’ e os ‘asiáticos’; em França os ‘norte-africanos’ e os ‘asiáticos’; na Holanda os ‘surinameses’ e os ‘turcos’; e na Alemanha os ‘turcos’ (Pettigrew e Meertens, 1995)⁶.

Os autores identificaram nas diversas amostras nacionais dois factores correlacionados: o preconceito flagrante e o preconceito subtil. O preconceito flagrante integra duas dimensões: a rejeição do grupo-alvo e a percepção de que este constitui uma ameaça; e a rejeição de intimidade com membros do grupo-alvo. O preconceito subtil integra três dimensões: a percepção de que o grupo-alvo não se ajusta aos valores tradicionais da sociedade (nomeadamente aos valores de trabalho e de sucesso); a acentuação das diferenças culturais entre o grupo-alvo e o endogrupo; e a negação de emoções positivas relativamente aos membros do grupo-alvo.

O racismo flagrante encontra-se associado à diferenciação no plano biológico (racialização) enquanto que o segundo se associa à diferenciação no plano cultural (etnicização). O facto de ambos os factores se encontrarem fortemente correlacionados ‘mostra que se está perante duas dimensões diferentes de um mesmo fenómeno’ (Vala, Brito e Lopes, 1999b: 37).

Nas várias amostras europeias verifica-se uma maior adesão ao racismo subtil do que ao racismo flagrante, o que apoia a hipótese de partida dos autores, segundo a qual o racismo flagrante é percebido como anti-normativo, mas não o racismo subtil. Contudo, não devemos ‘esquecer que os dados foram recolhidos através de questionário, quer dizer, em condições que não facilitam a expressão do racismo tradicional anti-normativo, e em que os respondentes têm controlo sobre as suas respostas’ (Vala *et al.*, 1999b: 38).

Relativamente a outras conceptualizações sobre os ‘novos racismos’, a proposta de Pettigrew e Meertens (1995) tem a vantagem de colocar claramente a análise do racismo no âmbito dos processos intergrupais, e de realçar a im-

⁶ Posteriormente estas foram aplicadas noutros países europeus que entretanto se tornaram também eles países de imigração: na Itália o grupo-alvo foram os ‘marroquinos’ (Arcuri e Boca, 1999); e em Portugal os ‘imigrantes negros’ (Vala, Brito e Lopes, 1999a), assunto que desenvolveremos na próxima secção.

portância das questões de ordem normativa nas novas expressões do racismo (Vala, 1999).

De salientar que a esmagadora maioria dos estudos realizados sobre esta temática apenas apresenta a perspectiva dos membros dos grupos majoritários ou dominantes, deixando na sombra as percepções que os membros dos grupos vítimas de racismo têm destes processos. Este ‘esquecimento’ a que são votados os membros das minorias por parte dos investigadores constitui só por si uma discriminação digna de registo e limita o avanço do conhecimento científico nesta área.

1.3 O contexto português

1.3.1 Colonialismo, identidade nacional e representações raciais

Deverão introduzir-se na África os métodos europeus de higiene e de assistência, e deve fazer-se dos Negros nossos modestos auxiliares, sem que lhe criemos a veleidade de futura independência. Os Negros devem ficar na África, mantendo-se, na Metrópole das nações coloniais, a pureza da raça, e impedindo a mestiçagem.

J. A. Pires de Lima, 1940

Portugal foi durante muito tempo perspectivado como um país ‘homogéneo’ em termos linguísticos, culturais e religiosos, mas também como um país singularmente versátil, adaptativo e aberto a outras culturas. Assim, por exemplo, Jorge Dias, considera que Portugal se caracteriza por uma ‘certa homogeneidade cultural permanente’ (1950/1990: 139), mas também por um ‘temperamento paradoxal [que] explica os períodos de grande apogeu e de grande decadência da história portuguesa’ (1950/1990: 146). Por seu turno, Eduardo Lourenço refere ser difícil encontrar ‘um país tão *centrado*, tão concentrado, tão bem definido em si mesmo como Portugal’, mas constata também o ‘gozo da diferença’ (1990: 10).

Numa investigação sobre a identidade nacional, Joana Miranda refere que, desde o período dos *Descobrimentos*, Portugal revestiu-se de uma ‘identidade mítica’, uma identidade imaginária já expressa por Luís de Camões em *Os Lusíadas*. Segundo a autora, os portugueses são um povo com um elevado grau de ‘segurança ontológica’, salientando que esse sentimento de segurança ontológica contrasta com a ‘fragilidade objectiva’ do país em termos económicos, políticos, tecnológicos ou científicos (Miranda, 2002).

Não nos vamos aqui debruçar sobre as questões da identidade nacional a não ser aquelas que se prendem com a nossa relação com um ‘outro’ específico: o Negro. Numa obra sobre a presença dos negros na vida portuguesa, José Tinhorão (1988/1997) considera que esta presença foi ‘silenciada’ pelo preconceito dos investigadores portugueses. O autor averigua a participação dos

negros na vida portuguesa, especialmente no seu papel de trabalhadores no artesanato, no serviço doméstico, no campo, e nos ‘serviços mais sujos e pesados’ (Tinhorão, 1988/1997: 107). A sua análise remete-nos para os papéis que os *negros* eram chamados a desempenhar e também para as representações do *negro* na cultura popular.

Segundo o autor, a partir do século XIV são frequentes nos registos históricos as referências ao *negro*, sendo a palavra usada tanto para designar ‘mouros’ como ‘africanos’. A palavra era também usada como apelido identificador da cor da pele: *David Negro, Pêro Palha, Luís Mulato, Rita Malhada* (Tinhorão, 1988/1997).

Na sua revisão de literatura, Tinhorão refere que uma das questões mais presentes nas obras dos historiadores e antropólogos portugueses é a de saber até que ponto os *negros* se cruzaram com os autóctones da metrópole. Na opinião de Tinhorão, a maioria dos autores portugueses, influenciados pelos preconceitos racistas, tomou como problema os possíveis vestígios de ‘nódoas pigmentares’ (expressão de Pedro d’Azevedo, 1903) para concluir, quase sempre, como Mendes Correia que ‘a proporção de negróides, mulatos ou negros na nossa gente metropolitana é escassíssima’, que os ‘Portugueses não têm afinidades hemáticas com os negros africanos’ e que ‘são reduzidíssimos os vestígios das influências negríticas ou simplesmente negróides na população portuguesa actual’ (1938, citado por Tinhorão, 1988/1997: 405-406).

Esta opinião de Mendes Correia é partilhada por diversos médicos que se preocuparam com a ‘pureza bioquímica do povo português’. Por exemplo, Aires de Azevedo (1940: 32) defende que a ‘influência das raças coloniais (nomeadamente Hindu e Negra) na pureza bioquímica do povo português, é praticamente nula’. E Pires de Lima fornece-nos uma indicação mais detalhada:

Não há dúvida que o nosso fundo étnico provém dos Lusitanos, dos Romanos e dos Germânicos; mas onde quer se topam indícios de influências estranhas. As ideias fatalistas do nosso povo derivam da alma dos Árabes, que deixaram aqui tantas mours encantadas; onde quer se notam sobrevivências judaicas no espírito mercantil e usurário de tantos Portugueses; e o abominável fado, que muitos consideram indevidamente como a mais típica das canções nacionais, provém certamente da triste música dos escravos negros, que herdamos das Descobertas. Com grande exagero, tem sido Portugal acusado, sobretudo por alemães, de albergar um povo inferior, de carácter acentuadamente negróide (1940: 167).

Na opinião de Tinhorão, a indiferença científica e o preconceito oficial conduziram ‘ao esquecimento da dívida inegável da nação e da gente portuguesa à força de trabalho e ao sangue dos negros africanos’ (1988/1997: 422), que desde a segunda metade do século XV chegaram cada vez em maior número à metrópole e se foram cruzando com a população autóctone.

O historiador Valentim Alexandre defende que o moderno Império de Portugal em África foi construído no século XIX, a partir da independência do Brasil

(declarada em 1822 e reconhecida em 1825), após a qual o poder imperial português ficou significativamente reduzido. Foi neste contexto desfavorável que nasceram os primeiros projectos de formação de um novo Império, centrado no Continente Africano (1999: 134). Segundo o autor, Sá da Bandeira formulou o mais consistente desses projectos – o único que, rompendo com as práticas correntes, tomou por base a abolição imediata do tráfico de escravos e, a prazo, a abolição da própria escravatura. Para justificar as medidas abolicionistas, Sá da Bandeira valia-se da Carta Constitucional, que consagrava a ‘inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses’ e que concedia a cidadania portuguesa a quem tivesse nascido ‘em Portugal ou seus domínios’. Partindo destes princípios, Sá da Bandeira concluía: ‘é positivo que os habitantes portugueses das províncias da África, da Ásia e da Oceânia, sem diferença de raça, de cor ou de religião, têm direitos iguais àqueles de que gozam os portugueses da Europa’ (1873, citado por Alexandre, 1999: 134).

No entanto, apesar de traduzido em vários diplomas legais, o abolicionismo de Sá da Bandeira encontrou múltiplas resistências. Na perspectiva de Alexandre (1999), a proibição do tráfico negreiro em 1836 em pouco contribuiu para a sua efectiva extinção, já que os negreiros dominavam a vida económica e política dos territórios africanos e, além disso, a perspectiva abolicionista era também muito minoritária na própria metrópole, sendo geralmente encarada como uma utopia, que poderia pôr em causa a soberania dos portugueses nesses territórios.

Para a ideologia dominante [...] a raça negra estava irremediavelmente ferida por uma inferioridade inata: tratar-se-ia de uma ‘população selvagem’, ‘essencialmente indolente’, inclinada por natureza à embriaguez e ao roubo, que não conhecia nenhum dever social nem experimentava ‘sentimento do amor à família ou do amor do próximo’. Desta concepção se partia para a justificação do tráfico de escravos [...], como também da escravatura, única forma de, pela obrigação do trabalho, dar umas tintas de civilização a quem, por outro modo, lhe seria forçosamente alheio (Alexandre, 1999: 135).

Segundo Alexandre, o predomínio desta ideologia só se iria esbater na década de 1870, época em que Andrade Corvo retomou e aprofundou alguns dos temas enunciados por Sá da Bandeira. A manifestação mais clara dessa renovação traduziu-se na lei de 1875 que extinguiu o trabalho servil nas colónias. No âmbito da política colonial defendeu-se ‘a integração dos povos das possessões no conjunto nacional, de preferência por aliança com os ‘chefes indígenas’ e preservando as instituições tradicionais africanas, nas quais via um embrião da vida democrática’ (1999: 136). Para Andrade Corvo a grande maioria das populações africanas seria susceptível de progredir e civilizar-se, recuperando do seu atraso histórico. Caberia aos europeus abrir o caminho, mostrando-lhes as formas de ‘domínio do homem sobre as forças da natureza pela ciência’ e inculcando-lhes a superioridade moral da civilização cristã ‘fundada na igualdade

de todos os homens, na paridade de todas as raças e no progresso em comum de toda a humanidade' (1883/1887; citado por Alexandre, 1999: 136). No entanto, a política de Andrade Corvo sucumbiu rapidamente, não resistindo à emergência de uma forte corrente de nacionalismo populista nos finais dessa década. Nas colónias, o trabalho forçado e o tráfico de escravos impuseram-se de novo, com a complacência do governo de Lisboa (Alexandre, 1999: 136). No campo ideológico, o 'racismo científico' recorre aos tópicos desenvolvidos pelo darwinismo social e pela antropologia física. Oliveira Martins (1880) fornece-nos um exemplo:

Sempre o preto produziu em todos esta impressão: é uma criança adulta. A precocidade, a mobilidade, a agudeza próprias das crianças não lhe faltam; mas essas qualidades infantis não se transformam em faculdades intelectuais superiores. Resta educá-los, dizem, desenvolver e germinar as sementes. [...] Não haverá, porém, motivos para supor que esse facto do limite da capacidade intelectual das raças negras, provado em tantos e tão diversos momentos e lugares, tenha uma causa íntima e constitucional? Há decerto, e abundam os documentos que nos mostram no negro um tipo antropológico inferior, não raro próximo do antropóide, e bem pouco digno do nome de homem.[...] A ideia de uma educação dos negros é, portanto, absurda não só perante a História, como também perante a capacidade mental dessas raças inferiores. [...] Que será daqui por muitos séculos das raças negras? Obedecendo a leis inerentes à existência do homem sobre a Terra, terão desaparecido, em vez de se terem civilizado (citado por Alexandre, 1999: 136-137).

Valentim Alexandre defende que a doutrina expressa neste texto é uma ilustração de uma 'teoria geral da história, muito elaborada e muito coerente', que tinha por base a ideia de uma desigualdade congénita das diversas 'raças naturais', biologicamente distintas e irredutíveis. De entre elas, a superioridade caberia à ariana, 'destinada a criar a civilização europeia e a dominar o mundo, submetendo ou exterminando os povos inferiores'. As consequências desta teoria, no domínio da política colonial, eram óbvias. Segundo Oliveira Martins, seria absurda a aplicação da Carta Constitucional aos indígenas africanos, sendo a utilização do trabalho forçado a única forma de criar colónias proveitosas à economia nacional (Alexandre, 1999: 137).

Alexandre salienta que estas ideias tiveram larga aceitação nos meios imperiais portugueses. António Enes desenvolveu o tema do trabalho obrigatório, justificando o exercício de uma compulsão sobre 'entes quase impensantes e impulsivos para os arrancar à ociosidade', considerando que o Estado não devia 'ter escrúpulo de obrigar e, sendo assim, de forçar a trabalharem, isto é, a melhorarem-se pelo trabalho, a adquirirem pelo trabalho meios de existência mais felizes, a civilizarem-se trabalhando, esses rudes negros da África, esses ignaros párias da Ásia, esses meios selvagens da Oceânia' (1899; citado por Alexandre, 1999: 138), tendo participado num diploma que consagrou de novo o trabalho obrigatório em 1899.

Perspectiva semelhante contribuía para justificar a apropriação de terras em África, uma vez que os *negros* não tinham noção de propriedade, para defender a aplicação aos indígenas de um direito penal específico, fortemente repressivo, que seria o único eficaz perante ‘povos selvagens’, e ainda para preconizar a limitação da educação dos africanos aos mais simples rudimentos ‘sendo tudo mais inútil e mesmo prejudicial’ (Alexandre, 1999: 138).

É ainda dentro desta perspectiva que Eduardo Ferreira da Costa, no primeiro Congresso Colonial, apresenta uma comunicação na qual faz a apologia de um ‘despotismo atenuado’ para governo das colónias, argumentando que a lei aplicável a ‘europeus’ e a ‘indígenas’ não poderia ser igual, pois:

as razões antropológicas, as razões sociais, mostrando a disparidade de caracteres étnicos, de usos e de instintos, e a inferioridade manifesta do selvagem, evidencia[m] a necessidade de aplicar diferentes sistemas de governo a raças tão diversas e de manter nas mãos dos mais civilizados, como dos mais dignos, a tutela dos mais selvagens e primitivos, como de uma classe desgraçada ou incompleta da sociedade humana (Costa, 1901; citado por Alexandre, 1999: 139).

Para Valentim Alexandre, esta seria a doutrina dominante nos começos do século XX, em plena época da ocupação militar dos territórios coloniais. No entanto, algumas vozes davam um maior crédito às possibilidades de ‘civilização’ da *raça negra* – embora sempre num futuro longínquo, após uma longa evolução. Por exemplo, Paiva Couceiro apontava como objectivo final da colonização de Angola a sua transformação numa ‘grande província portuguesa’, dando ‘cunho nacional à totalidade do seu povo’, a constituir por ‘portugueses do Velho Continente’, pelas ‘raças nativas’ e por uma ‘percentagem devidamente doseada de estrangeiros adventícios’. Para o ‘integralismo final de todas as populações dentro da paz, da ordem e do progresso da hegemonia portuguesa’ que, na sua perspectiva, levaria centenas de anos a realizar (1948; citado por Alexandre, 1999: 139).

Esta ideia de integração nacional foi continuada por Norton de Matos. Os seus planos tinham como elemento essencial fomentar a emigração metropolitana para África, única forma de transformar o ultramar no ‘prolongamento da nacionalidade, brilhante receptáculo da nossa língua, campo vastíssimo à expansão da nova civilização [...] abençoada pelos povos primitivos que a História nos entregou para os elevarmos até nós’. Uma vez estabelecidas a hegemonia e a civilização nacional, processo que duraria séculos, seria então possível a fusão das raças em presença, sob a égide dos valores portugueses. No entanto, durante as gerações mais próximas, a conservação do domínio de Portugal exigiria uma rigorosa separação racial, de modo a evitar a diluição dos elementos de civilização (Norton de Matos, 1926; citado por Alexandre, 1999: 139-140).

A necessidade de consolidar economicamente o espaço colonial teria estado na origem da promoção de um inquérito etnográfico em 1912, bem como, no

mesmo ano, a criação do Museu Etnográfico de Angola e Congo. Nessa linha, a acção de Norton de Matos em Angola, parece ter contribuído para estimular o interesse pelo conhecimento dos povos nativos das colónias. Assim, foi criado o Serviço dos Negócios Indígenas, ‘cuja principal função consistia na codificação dos usos e costumes indígenas’ (cf: Pereira, 1986: 201-202).

A emergência do Estado Novo marcou uma inversão nesta política colonial com o retorno à dicotomização simplificadora das sociedades em duas esferas – ‘civilizadas’ *vs.* ‘primitivas’, exigindo a conceptualização de mecanismos capazes de atenuar as diferenças pela absorção gradual da ‘civilização’ por parte daqueles que eram supostos não a possuírem. Esta política deu lugar à elaboração de diversos projectos assimilacionistas que Moutinho (1980: 49) não hesita em designar por ‘acção etnocidária’.

Na opinião de Alexandre, estaríamos perante uma concepção ‘fortemente etnocêntrica, muito marcada pelo nacionalismo exacerbado que, desde o último quartel de Oitocentos, tomara a quase totalidade das elites políticas portuguesas’ (1999: 140). Um dos aspectos fundamentais subjacentes a esta ideologia era a ideia de uma ‘finalidade’ ou de uma ‘missão’ a cumprir por Portugal no Ultramar, como portador dos valores universais da civilização face aos ‘povos primitivos’. Este espírito de ‘missão’ foi uma das ideias fortes do Estado Novo e viria a ser expresso formalmente no Acto Colonial de 1930.

No início do Estado Novo o império está à beira da falência, sendo a sua importância ‘muito maior no plano político e ideológico do que no campo económico’ (Rosas, 1994: 131). Pode mesmo dizer-se que, embora no plano político e jurídico se expresse a intenção de promover o desenvolvimento económico, parece ser mais ao nível simbólico que o império assume a sua verdadeira importância (Cunha, 1994).

Um breve olhar pela legislação produzida na primeira fase do Estado Novo, ajuda-nos a perceber tanto o esforço de desenvolvimento, quanto o apelo ao império como factor de mobilização nacional. Braga da Cruz afirma não ser ‘possível entender cabalmente o nacionalismo autoritário do salazarismo sem uma referência à sua dimensão colonial, não só porque o colonialismo do Estado Novo foi um colonialismo nacionalizador, mas também porque o próprio nacionalismo foi intrinsecamente determinado pela situação colonial’ (citado por Silva, 1989: 141).

Em 1926 são publicadas as *Bases Orgânicas da Administração Colonial*, onde se vinca a necessidade de remodelar a administração colonial. Pela primeira vez se fala de ‘império colonial’ (cf. Silva, 1992: 358), o que evidentemente nos remete para a importância estratégica que tal ideia começa então a assumir, e em 23 de Outubro é aprovado o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas* (Rosas e Brandão de Brito, 2000: 320).

O *Acto Colonial*, aprovado em 1930 e tornado constitucional em 1933, exemplifica de forma clara o desejo de reafirmação do país através da revaloriza-

ção das colónias: ‘É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam’ (Art. 2; Silva, 1989: 118).

Durante o Estado Novo realizaram-se diversos congressos coloniais onde cientistas, académicos, políticos, militares e religiosos expuseram e debateram as teses sobre a ‘missão civilizadora’ do povo português e as práticas a implementar nos territórios coloniais para aproximar os diversos povos indígenas, sob a hegemonia dos valores portugueses.

O antropólogo Luís Cunha (2001) analisou a documentação produzida no âmbito de dois eventos concretos particularmente marcantes durante este período: a *Exposição Colonial* do Porto (1934) e a *Exposição do Mundo Português* em Lisboa (1940). Referindo-se ao primeiro destes eventos, o autor salienta, por um lado, o discurso de exaltação do império e, por outro, a sua tónica pedagógica. Através da exposição procurou-se ‘cativar interesses e vocações, mas sobretudo demonstrar a verdadeira dimensão e vocação do país’. A exposição da ‘vastidão geográfica’ da nação permitiria negar a sua ‘pequenez europeia’, evidenciando ‘o valor da alma missionária e civilizadora portuguesa’. Neste sentido, face à ameaça de outras potências coloniais europeias que cobiçavam o solo português, pretendia-se evidenciar ‘os direitos históricos e morais de possuir um império’ e legitimar as expectativas de um ‘novo ciclo político’ com vista à consolidação destes direitos (Cunha, 2001: 95). Sintetizando o material relativo a este evento, Luís Cunha salienta aquela que à época era a imagem dominante dos indígenas:

Seres que conservam do ‘primitivismo’ a nota exótica, os nativos que a Exposição Colonial mostra apresentam-se docilizados, convenientemente submetidos aos desejos de uma ‘autoridade superior’, sem que, todavia, se tenham tornado já seres plenamente civilizados, pois importa fazer notar que [como se defendia numa publicação associada ao evento] ‘dum selvícola, que só conhece o ritmo sensual do seu *batuque* e a simplicidade primeva da sua esteira, não se faz, de golpe, um *cidadão*’ (2001: 100).

Na opinião do autor, as imagens e os discursos sobre os indígenas produzidas no âmbito da Exposição Colonial devem ser entendidos ‘como prova de dois factos convergentes: a sua pacificação, que os tornou súbditos do estado português; e a necessidade de os fazer ainda evoluir no sentido da aquisição de uma cidadania plena’ (Cunha, 2001: 100).

No número especial que a revista *Civilização* dedica à exposição, os indígenas são desprovidos da palavra, mas constituem o essencial da ilustração da revista, onde se evidencia a ‘sensualidade de corpos seminus’ ou o ‘exotismo das roupas e adornos’. Assim, ‘é pela imagem que o discurso do colonizado se constrói, num processo onde o olhar de quem domina estabelece as regras decisivas do processo de comunicação’. Neste sentido o autor afirma que fica

elucidado de forma clara que ‘possuindo uma *imagem*, o indígena não parece possuir ainda uma *alma* e essa ausência remete-o inevitavelmente ao silêncio’ (Cunha, 2001: 101).

Na análise que faz das diversas conferências a bordo do *Cruzeiro de Férias* que levou jovens portugueses a visitar as Colónias, Luís Cunha salienta que os conferencistas nunca atribuíam relevo à diversidade dos ‘nativos’, sendo estes ‘sempre designados genericamente por *pretos*, do mesmo modo que o universo de práticas culturais se reduz quase sempre ao sedutor *batuque*’ (2001: 111). Por exemplo, Jorge Brutus Cardoso enfatiza ‘a ingenuidade e criancice dos pretos, que apreciam ainda as bugigangas berrantes’ (1935: 303). Mais tarde, Marcelo Caetano, Director Cultural do referido cruzeiro, salientou a importância deste evento na formação moral e patriótica de potenciais novos administradores, cuja acção mais valiosa seria o ‘domínio das almas’ (1936: 379).

Os Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial (1934) oferecem-nos uma clara demonstração do saber da época sobre os ‘indígenas’. A título meramente ilustrativo iremos referir algumas das comunicações apresentadas na secção de Psicologia.

A comunicação de Mendes Correia, sobre o ‘*valor psico-social comparado das raças coloniais*’ apresenta os resultados de um inquérito no qual se procurava estabelecer um ‘índice de eficiência racial’ (1934: 386) baseado numa adaptação do método de Poteus e Babcock⁷. O inquérito foi efectuado junto de 27 portugueses (missionários, oficiais do exército, médicos, funcionários e outras profissões), que deveriam expressar a sua opinião sobre várias qualidades (a aptidão para o trabalho, a impulsividade, moralidade, sugestibilidade, autocontrolo, capacidade de decisão, previdência, tenacidade, inteligência global e educabilidade) das seguintes ‘raças puras’: negros da Guiné, negros de S. Tomé e Príncipe, negros de Angola e Congo, Mucancalas, negros de Moçambique, Indianos, Chineses de Macau e Timor e Timorenses (1934: 388).

Mendes Correia, tendo presente que o reduzido número de respostas recebidas não permitia conclusões definitivas, considerou que os resultados do inquérito não deixavam, no entanto, de fornecer algumas indicações úteis. Por exemplo, os *bantos* manifestavam aptidão para o trabalho mas eram pouco previdentes, no que eram acompanhados pelos *negros da Guiné* e pelos *timorenses*.

⁷ Poteus e Babcock (1925) efectuaram um inquérito a 25 pessoas (administradores de fazendas, industriais, médicos e educadores – sobre alguns caracteres psico-sociais dos trabalhadores agrícolas e industriais) sobre as qualidades (*capacidade de planeamento em grupo, resistência à sugestão, auto-determinação, inibição dos impulsos – prudência, determinação, auto-controlo, estabilidade de interesses, atitude conciliatória, confiança*) de vários ‘grupos raciais’ do Hawaii (japoneses, chineses, portugueses, havaianos, filipinos e porto-riquenses). Sobre os resultados do referido inquérito, Mendes Correia refere: ‘os portugueses ficaram dum modo geral abaixo dos japoneses e chineses. A verdade é que os ditos autores e os juizes – de certo norte-americanos como aqueles – não mostram muita simpatia por nós...’ (1934: 385). Não deixa de ser curioso que o reconhecimento do etnocentrismo dos americanos não o tenha levado a reflectir sobre o etnocentrismo espelhado nas suas próprias concepções.

Quanto à educabilidade e a inteligência global imperava o desacordo entre os informantes, tendo alguns deles considerado os *portugueses metropolitanos* em desvantagem face aos *chinas* e aos *negros da Guiné!* Talvez por isso, Mendes Correia reconheceu a ‘heterogeneidade complexa das populações das nossas colónias’ e salientou a necessidade da ‘utilização de processos científicos mais directos e seguros do que o de Porteus e Babcock para o conhecimento do valor psico-social das populações, como certos métodos antropológicos e psicotécnicos’ (1934: 393).

Foram precisamente os resultados obtidos através de métodos psicotécnicos ‘mais rigorosos’ que foram apresentados por Leite Costa na comunicação seguinte, sobre a ‘*avaliação mental dos indígenas de Angola*’. A autora aproveitou a presença dos indígenas na exposição colonial para, através dos testes de Burt⁸, comparar o nível mental destes com os das crianças metropolitanas, tendo concluído o seguinte: ‘os indígenas de Angola [têm] um nível mental correspondente ao das crianças europeias entre os 6 e 13 anos’ (1934: 493). A caracterização dos negros como ‘crianças grandes’ é uma das ideias mais recorrentes, ilustrada na seguinte afirmação de Santos Júnior:

Não posso deixar de dizer que a alma indígena moçambicana é, no conjunto, infantil. Inegavelmente, nos testes de inteligência e em muitas atitudes, surgem marcas características infantis. Mas temos de reconhecer que há muito de complexo, de evoluído e de misterioso naquela alma. (1950: 28).

Mas o ‘paternalismo’ com que os nativos são encarados é apenas uma das faces do relacionamento colonial. O seu contraponto é o ‘temor da selvajaria’ que marca o indígena. João de Figueiredo (Governador da Província do Niassa), a partir das informações fornecidas pelas Missões Católicas, salientou a ‘dimensão perigosa’, difícil de controlar ou disciplinar. O ‘feiticeiro’ encarnaria o lado selvagem dos povos colonizados: ‘horroroso ser humano’, ‘repugnante indivíduo mata gente para comer carne humana’ (1939: 25). Torna-se por isso necessário orientar os indígenas nos rumos difíceis da civilização, contrariando a sua dimensão marcadamente perigosa. O caminho que o ‘selvagem’ deve trilhar significa um afastamento face a um primitivismo que ora é grosseiro e violento, ora irracional e incompreensível, mas representa também a perda da ingenuidade infantil frequentemente atribuída aos indígenas e que os conferencistas do congresso colonial procuram demonstrar cientificamente (Cunha, 2001: 125).

⁸ Não podemos deixar de dar um exemplo dos referidos testes: ‘Teste também valioso para se formar um diagnóstico mental é o da construção de uma frase com três palavras dadas. Este teste, que as crianças entre 10, 11 e 12 anos satisfazem de uma maneira mais ou menos completa, construindo com as três palavras dadas uma frase com duas ideias distintas ou duas frases distintas, ou numa só frase distinta, não foi compreendido por nenhum dos indígenas. Nenhum foi capaz de compreender aquilo de que se tratava, nem mesmo os mais pretensiosos. As palavras dadas foram – *porto, dinheiro, rio* – com os quais uma criança da metrópole de 8 anos [...] formulou – *no Porto passa um rio que trás muito dinheiro*’. Leite Costa salienta que apenas um angolano foi capaz de escrever, ‘mas três frases distintas, o que não satisfazia’ o critério do teste (1934: 399).

Numa breve análise das teses apresentadas neste congresso podemos constatar que estas espelham aquilo que cientistas anglo-saxónicos procuravam demonstrar ‘cientificamente’ desde o século XIX em relação a outras minorias *raciais* e *étnicas*, e que, como já referimos, incluíam os Europeus do Sul, e especificamente os portugueses (e.g., Porteus e Babcock, 1925). De salientar, no entanto, o seu carácter ‘anacrónico’ já que grande parte das comunicações apresentadas se debruçava na ‘antropologia física’ (*estudo do crânio, do índice cefálico*, etc.) e na ‘biologia étnica’ (*os grupos sanguíneos dos indígenas, os problemas causados pela mestiçagem*, etc.) numa altura em que noutros países europeus e nos EUA a antropologia física já era seriamente contestada. Esta tentativa de conhecimento das características físicas, psicológicas e sociais dos diferentes tipos de indígenas visava sobretudo um melhor aproveitamento da mão-de-obra disponível no vasto império e não um reconhecimento da heterogeneidade dos diferentes povos.

Sintetizando alguns dos aspectos fundamentais do relacionamento da metrópole com os povos dos territórios colonizados, Luís Cunha destaca: a negação do princípio da autonomia; a missão de converter, ensinar e proteger o indígena; e a ‘unidade do império’. É neste quadro que se alicerça o ‘itinerário de acção política especificamente orientado para as colónias, através do qual se procura consolidar essa unidade, pela conversão do indígena ‘aos valores imanentes à *alma humana*’ (2001: 105). Ao impor ‘uma língua, uma fé e uma história ‘superiores’, Portugal fazia-os participar da sua própria identidade’ rejeitando a ‘política de segregação, adoptada por outros países coloniais’ (Vieira Machado, 1936: 103).

Na opinião de Luís Cunha, a análise do processo colonial no plano político e científico é insuficiente para compreender todo o fenómeno ‘já que em grande parte deixa na sombra a natureza das relações sociais que o sustentam’ (1994: 3). Com o objectivo de descortinar essas relações sociais, o autor empreendeu uma análise sobre a imagem do negro na Banda Desenhada do Estado Novo, tendo em conta duas dimensões: a representação pictórica e a acção desenrolada.

O objectivo foi analisar as continuidades e as transformações das representações do *negro* que acompanharam os acontecimentos históricos, cujo ponto de viragem é a II Guerra Mundial. O autor destaca uma caracterização que tende a dicotomizar-se em duas imagens do *negro*, as quais simbolizam uma aparente evolução devida à acção civilizadora do Homem Branco: a transformação do negro *selvagem* num negro *civilizado*, isto é, *assimilado*. Mas, como o autor refere, os negros mesmo quando *civilizados* ‘surge[m] quase sempre em posição de subalternidade face ao branco (são frequentemente os criados) ou, pelo menos, integrados numa disciplina que o colonizador define [...] caracterizando-se antes de mais por uma fidelidade estrita ao seu ‘patrão’ (Cunha, 1994: 27-28).

Ao nível pictórico os elementos mais salientes da dicotomia *selvagem* – *assimilado*⁹ são o grau de nudez das personagens e o contexto situacional que as envolve (a ‘selva ameaçadora’ ou o ‘contexto urbano’). Mas é sobretudo ao nível dos comportamentos das personagens que se opera a diferenciação.

A construção da especificidade identitária do negro acentua-se através do uso de designações em termos genéricos (*preto, selvagem, etc.*). Quando são atribuídos nomes às personagens negras é também notório o reforço dessa especificidade, que é efectuado ora acentuando a marca distintiva da cor (*Juca Alcatrão, Zé Preto, Zé Pretinho, Farrusco, etc.*) ora invocando, ironicamente, o seu contrário através do uso da antonímia (*Bola de Neve, Arminho, etc.*). Algumas expressões remetem ainda para a esfera da animalidade (‘guerreiros selvagens’, ‘maus como escorpiões’, ‘berro selvagem’, ‘filho das matas’, etc.) sendo estas acompanhadas de ‘imagens onde negros e macacos praticamente se não distinguem (Cunha, 1994: 30).

O autor refere que a imagem *positiva* do negro surge frequentemente associada a uma boa prestação escolar, isto é, ‘a expressão de uma positividade está como que dependente da participação do africano nos critérios de ‘civilização’ que o colonizador define’ (Cunha, 1994: 31-32).

Sintetizando, ao negro ‘selvagem’ são associados traços ‘negativos’: *agressividade, perigosidade, voracidade, inabilidade e ignorância*. Em contrapartida, ao negro ‘assimilado’ são associados traços ‘positivos’: *prestabilidade, submissão, heroicidade, esperteza e habilidade*. De salientar, no entanto, que a *esperteza* só se expressa de forma clara, ainda que restrita, pela participação no universo do Homem Branco (Cunha, 1994: 33-34). Assim, a construção de uma imagem *positiva* do negro é um mero reflexo da interiorização de um modo de ser que é definido num universo simbólico comum, mas de recursos polarizados para os diferentes actores.

De salientar ainda que a imagem do negro veiculada pela banda desenhada infantil variou consideravelmente em função do período histórico. Até ao início dos anos quarenta predomina a imagem de ‘um negro embrutecido, enredado em práticas perigosas e quase a-humanas, como a agressividade gratuita ou o canibalismo. Quando não é a agressividade a imperar os negros tendem a aparecer como uma espécie de ‘crianças grandes’, facilmente controladas pela inteligência do branco civilizado’ (Cunha, 1994: 80).

Antes da II Guerra Mundial predomina a imagem do negro *selvagem*, enquanto que depois desta é a do negro *assimilado* que predomina, acompanhando assim a mudança que se efectuou a nível internacional na perspetivação das diferenças ‘raciais’, a que fizemos referência. No pós-guerra predomina uma imagem *positiva* do negro, ainda que esta dependa da aceitação dos valores da ‘civilização’, expressa na *submissão* e *lealdade* face ao branco. Aparentemente a distância entre o branco e o negro deixa de ser intransponível, mas fica con-

⁹ O autor refere ainda uma terceira categoria, transversal à dicotomia *selvagem/civilizado*, a representação *caricatural* ou *grotesca* em que o negro surge como veículo de ‘comicidade’ (Cunha, 1994: 27).

dicionada à submissão do segundo ao universo do primeiro. Assim, em ambos os momentos históricos o negro surge como ser ‘dominado’ (Cunha, 1994: 80). De notar que a dicotomia entre os negros ‘selvagens’ e os ‘assimilados’ tem o seu paralelismo com uma alteração do Estatuto do Indígena, introduzido legalmente em 1954, que distinguia entre os *indígenas* e os *assimilados*:

Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo [de raça negra] que comprovar satisfazer as cinco condições: 1) Ter mais de 18 anos; 2) Falar correctamente a língua portuguesa; 3) Exercer uma profissão, uma arte ou um ofício que lhe dê um rendimento necessário à sua subsistência e de seus familiares ou das pessoas que estão a seu cargo; 4) Ter bom comportamento e ter adquirido a instrução e os hábitos pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses; 5) Não ter sido considerado refractário no serviço militar ou desertor (Art.º 56; citado por Barradas, 1991: 74).

Como salienta Luís Cunha, ‘o cumprimento das exigências feitas a quem quisesse adquirir o estatuto de assimilado e dessa forma a cidadania, obrigaria o ‘candidato’ a participar do universo cultural do colonizador, dir-se-ia mesmo que a integrar-se nele’ (1994: 19). Segundo o autor, se se considerar a figura do ‘assimilado’ como um elemento de aferição do sucesso da missão ‘civilizadora’ do colonialismo português, fica clara a sua ineficácia, visto que a percentagem de ‘assimilados’ era bastante reduzida.

Por exemplo, em Angola, segundo os censos de 1940 e de 1950, a percentagem de *negros* ‘assimilados’ era apenas de 0,7% (em ambos os censos), enquanto que a percentagem para os *mestiços* ‘assimilados’ era bastante superior: 82,9% em 1940 e 88,8% em 1950 (Bender, 1976/1980: 216-218). Assim, a aquisição do estatuto era em grande medida uma questão *racial*, já que a percentagem de ‘assimilados’ entre os *mestiços* era muito mais elevada do que entre os *negros*. A distinção entre ‘indígenas’ e ‘assimilados’ e a sua estreita ligação com a questão *racial* poderá estar na origem do desenvolvimento ‘em Angola de uma hierarquização da cor da pele (‘preto retinto/negro’, ‘preto fulo/mulato/cabrito’, etc.) com grande impacto na estruturação social da sociedade’ e cuja influência ainda é visível nos dias de hoje (Delgado, 1997: 19).

No pós-guerra verifica-se um estreitamento dos laços entre a economia de Portugal e a das colónias africanas e ganha expressão significativa a emigração da população da metrópole para os territórios de África. Para tal terá contribuído o desenvolvimento económico e o melhoramento das condições sanitárias nas colónias e a ‘insistente propaganda da ideia imperial’ (Alexandre, 1999: 141). Por outro lado, a progressiva autonomia e independência de países anteriormente colonizados por potências europeias tornava o sistema colonial português cada vez mais anacrónico, adensando-se as ameaças externas sobre ele.

Face a este contexto, o Estado Novo procede a uma inflexão da sua política: em 1951 foram abolidas as designações ‘império colonial’ e ‘colónias’, até então

utilizadas nos textos oficiais, sendo substituídas pelas de ‘ultramar’ e ‘províncias ultramarinas’. Estas ‘províncias’ formariam com a metrópole um ‘Portugal uno do Minho a Timor’ (Correia, 1999: 139). No entanto, manteve-se no ultramar o ‘Estatuto do Indígena’ que retirava à grande maioria dos africanos o direito de cidadania. Este só seria abolido em 1961, aquando de um conjunto de reformas efectuadas por Adriano Moreira, entre as quais se destaca a abolição do trabalho obrigatório (Alexandre, 1999: 143). Segundo Alexandre, esta mudança jurídica e institucional corresponde à adopção do *luso-tropicalismo* de Gilberto Freyre como doutrina oficial pelo regime.

Analisando a formação da sociedade brasileira, Freyre realçou os efeitos benéficos do processo de miscigenação biológica e cultural que ocorrera no Brasil, valorizando o papel dos portugueses nesse processo, dada a sua ‘singular predisposição’ para lidar com os ‘povos dos trópicos’ e a sua aceitação dos valores culturais das populações que colonizou. Estas qualidades seriam explicadas pelo próprio ‘passado étnico’ do povo português, já de si uma mistura de gentes de diversas origens (1933/1992: 80). O resultado final da presença de Portugal nos trópicos seria a criação de uma verdadeira ‘civilização luso-tropical’ fundada na fusão de elementos dos vários povos. Apesar de ser conhecida em Portugal já nos anos 30, a teoria do luso-tropicalismo foi, na altura, recebida com reservas pelo regime devido, por um lado, à sua apologia da mestiçagem e, por outro, porque a noção de ‘fusão’ dos contributos culturais das diversas raças não se coadunava com o quadro conceptual dominante na época em Portugal, baseado na oposição ‘entre povos ‘civilizados’ e povos ‘primitivos’ ou ‘selvagens’ (Alexandre, 1999: 142).

Num contexto político e social europeu onde o princípio da ‘assimilação’ fora substituído por uma cada vez maior autonomia e mesmo independência, o luso-tropicalismo transformou-se num instrumento de justificação para a afirmação da especificidade do colonialismo português. De recordar que ainda nos anos quarenta o discurso dos responsáveis políticos era marcado pelo desejo de contrariar a miscigenação. Por exemplo, Marcelo Caetano afirmava em 1945:

Num só ponto devemos ser rigorosos quanto à separação racial: no respeitante aos cruzamentos familiares ou ocasionais entre pretos e brancos, fonte de perturbações graves na vida social de europeus e indígenas e origem do grave problema de mestiçamento (citado por Barradas, 1991: 73).

A partir dos anos 50 assiste-se a uma notória transformação na ênfase com que a relação do colonizado-colonizador é pensada e enfatiza-se a ‘multiracialidade’ da nação portuguesa:

A maneira de ser portuguesa, os princípios morais que presidiram aos descobrimentos e à colonização fizeram que em todo o território nacional seja desconhecida

qualquer forma de discriminação e se hajam constituído sociedades plurirraciais, impregnadas do espírito de convivência amigável, e só por isso pacíficas (Salazar, 1961: 18).

A demonstração da especificidade portuguesa constituía um dos pilares fundamentais para sustentar a conservação de um modelo de colonização cada vez mais desajustado das práticas seguidas por outros países europeus. Assim, terminada a II Guerra Mundial o governo português procurou apagar da legislação os indícios mais evidentes de discriminação racial (Alexandre, 1999). Porém, a representação do *negro* mudou mais à superfície que em profundidade, tendo permanecido o paternalismo, que devia continuar a ser exercido sobre os povos das províncias ultramarinas (Cunha, 1994: 22). A eclosão das guerras coloniais nos territórios africanos (Angola, 1961; Guiné-Bissau, 1963; Moçambique, 1964; ver Correia, 1999) terá conduzido à acentuação do recurso ao mito do luso-tropicalismo pelo regime e à introdução de reformas importantes que, no entanto, não tiveram grande expressão no terreno (Alexandre, 1999: 143).

Vamos agora referir brevemente alguns depoimentos de Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto, antes do eclodir das guerras, sobre a forma como estes dirigentes nacionalistas das ex-colónias portuguesas perceberam o colonialismo português. Nos documentos por nós consultados é evidente uma crítica ao ‘terreno movediço da luso-tropicalologia’ (Pinto de Andrade, 1958/2000: 43) e uma constante referência aos malefícios do processo de assimilação a que foram sujeitos os povos africanos. Por exemplo, Pinto de Andrade refere:

No caso português a assimilação traduziu-se sempre praticamente por uma desestruturação dos quadros negro-africanos e a criação de uma *elite*, quantitativamente reduzida. Ela apresenta-se como a receita mágica que conduziria o indígena depois das trevas da ignorância até à luz do *saber* (1961/2000: 58).

Mais adiante, salientando a perda de ‘autenticidade’ dos povos africanos, refere:

O peso do *assimilacionismo* sofrido por todos pesava sobre os ombros. Com efeito, não somente nos dávamos conta de todo o artifício da nossa formação intelectual mas igualmente da dificuldade para nos encontrarmos a pensar pelos nossos próprios meios os valores negro-africanos. Era preciso rasgar o véu que nos obnubilava, para permanecermos nós mesmos (1961/2000: 63).

Na mesma linha de ideias, Agostinho Neto critica o facto de as línguas tradicionais não serem faladas nas escolas nem nos meios de comunicação social, apenas encontrando ‘guarida em sorridentes e paternos caçadores do exótico’ (1959/2000: 49), fazendo com que a cultura angolana não se possa desenvolver. E acrescenta:

é mais triste que espantoso que uma grande parte de nós, os chamados ‘assimilados’, não sabe falar ou entender qualquer das nossas línguas! E isto é tanto mais dramático quanto é certo que pais há que proibem os filhos de falar a língua dos seus avós. É claro, quem conhece o ambiente social em que estes fenómenos se produzem e vê dia a dia o desenvolvimento impiedoso do processo de ‘coisificação’ não se admirará de tanta falta de coragem. Este desconhecimento das línguas que impede a aproximação do intelectual junto do povo cava um fosso bem profundo entre os grupos chamados ‘assimilados’ e ‘indígenas’ (1959/2000: 51).

Agostinho Neto salienta que ‘a assimilação é um processo complicado e sempre doloroso’ visto que:

o ‘assimilado’ é um indivíduo que se encontra entre dois mundos. Desenraizado, sem laços que o unam ao seu povo, sem a sua língua, sem os meios de realizar a sua vida conforme a sente, não se encontra também no mundo europeu, cujos costumes adoptou, cuja língua fala, cujos hábitos pratica, sem que todas essas características culturais sejam de facto sentidas, sem que façam parte do seu eu (1959/2000: 52).

Na opinião de Alexandre, o mito do luso-tropicalismo não se dissipou com a ‘queda do Império’ em 1975, continuando a circular de forma difusa. Segundo o autor esta persistência deve-se, por um lado, ‘ao peso avassalador dos aparelhos ideológicos do *Estado Novo* na formação das mentalidades, com consequências a longo prazo’ e, por outro, ao paralelismo entre o luso-tropicalismo e ‘algumas das ideias de fundo do nacionalismo português’ (1999: 143-144).

A partir dos materiais analisados e das sínteses fornecidas pelos autores que citamos torna-se claro que os traços outorgados ao ‘negro’ remetem para um ser com forte ligação à natureza: são ‘crianças grandes’, incapazes de dominar os seus impulsos e de tomar conta de si próprios e, embora possam manifestar certa ‘esperteza’, são desprovidos de inteligência. A imagem do negro oscila entre a atracção do exótico (o batuque, as danças, os corpos sensuais) e a repulsa (são agressivos, perigosos, feiticeiros, têm uma sexualidade descontrolada). Quando ‘assimilados’, isto é, dominados e disciplinados, manifestam alguns traços *positivos*, mas estes só se expressam pela sua submissão ao sistema de valores do Homem Branco, a sua dependência e obediência. Os papéis que lhes são destinados são ligados à execução e não à concepção de algo, uma vez que podem imitar mas são incapazes de criar, isto é, são papéis subordinados. Os Negros são considerados essencialmente como força de trabalho, mas também podem ser fonte de divertimento e entretenimento para o Homem Branco. Sintetizando, estamos perante seres limitados a um modo de ser específico, que mesmo depois de ‘civilizados’, permanecem fora da ‘história universal’ (Amâncio, 1998; Chombart de Lauwe, 1983-1984; Guillaumin, 1972).

Bem diferente é a representação dos portugueses expressa pelos autores que durante este período se dedicaram a descrever a identidade nacional. Por exemplo, Jorge Dias define a *personalidade base* do povo português da seguinte forma:

o português é um misto de sonhador e de homem de acção, ou melhor, é um sonhador activo, a que não falta certo fundo prático e realista [...]. O português é, sobretudo, profundamente humano, sensível, amoroso e bondoso, sem ser fraco. Não gosta de fazer sofrer e evita conflitos, mas, ferido no seu orgulho, pode ser violento e cruel. É [...] fortemente individualista, mas possui um grande fundo de solidariedade humana. O português não tem muito humor, mas um forte espírito crítico e trocista e uma ironia pungente (1950/1990: 145-146).

Assim, na acepção do autor, a *singularidade* do português define-se essencialmente pela versatilidade de carácter que, como salienta Mário Moutinho, tem como preocupação ‘não deixar nada de fora’ (1980: 90). Especial importância é dada à peculiar capacidade de adaptação dos portugueses, que explica o carácter *sui generis* da colonização portuguesa:

Há no Português *uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres, sem que isso implique perda de carácter*. É [...] curioso que o Português se adapta a outro ambiente cultural tão bem que parece ter sido assimilado [...]. A capacidade de adaptação, a simpatia humana e o temperamento amoroso são a chave da colonização portuguesa. O português assimilou adaptando-se. Nunca sentiu repugnância por outras raças e foi sempre relativamente tolerante com as culturas e religiões alheias (Dias, 1950/1990: 156; *itálico nosso*).

De salientar que para Jorge Dias esta maleabilidade não significa negar ou sequer diminuir as singularidades do povo português. Na mesma linha de ideias, Cunha Leão refere-se à ‘nação portuguesa, tão permeável ao universo como universalizante’ (1960/1992: 149). Para este autor a valorização do que é alheio à nação traduz uma ‘plasticidade única’, que permite a adaptação sem que o indivíduo se dissolva (1960/1992: 187). Assim, o gosto pelo que é estranho e exótico nada tem de ameaçador para a identidade nacional, traduzindo-se, pelo contrário, em realizações históricas.

Para Jorge Dias ‘a mentalidade complexa’ dos portugueses ‘resulta da combinação de factores diferentes e, às vezes, opostos’ (1950/1990: 146). Segundo o autor ‘este temperamento paradoxal explica os períodos de grande apogeu e de grande decadência da história portuguesa’ (1950/1990: 146). De notar ainda que esta síntese de contrários dá origem ‘a um quadro excessivamente heterogéneo’ (1961: 121) que, como salienta Luís Cunha corresponde a ‘uma forma de abrir todos os caminhos’ (2001: 54).

No seu livro sobre a identidade nacional durante o Estado Novo, Luís Cunha (2001) salienta que estas constituem algumas das ideias mais recorrentes: a especial capacidade de adaptação dos portugueses e a complexidade da sua maneira de ser. Se o objectivo dos autores analisados é apresentar Portugal como uma entidade singular e inconfundível, constata-se também o ‘gozo da diferença’ (Lourenço, 1990: 10). Assim, a ‘originalidade’ dos portugueses parece definir-se pelo seu ‘carácter universal e transcultural’ (Cunha, 2001: 70).

A ‘universalidade’ dos portugueses (cujas características lhes permitem múltiplas formas de realização e de expressão) opor-se-ia à ‘especificidade’ dos outros (cujas características lhes impõem um destino comum e indiferenciado), constituindo, na nossa opinião, o elemento fundamental do sistema simbólico que estamos a analisar, que fica mais claro quando confrontamos a representação dos portugueses com a representação dos *negros* durante este período. Enquanto aos portugueses são abertos todos os caminhos e diluídas todas as fronteiras, aos outros (os *negros*) é destinado um papel específico num lugar com fronteiras bem delimitadas (Amâncio, 1998; Deschamps, 1982; Lewin, 1948/1997). Assim, segundo este sistema simbólico, a complexidade dos portugueses opõe-se à simplicidade dos ‘negros’ e a heterogeneidade dos primeiros à homogeneidade dos segundos, assunto que desenvolveremos aprofundadamente nesta investigação.

1.3.2 Descolonização, imigração e os novos racismos

A revolução de 25 de Abril de 1974 provocou mudanças profundas na política interna e externa portuguesa. O fim da guerra colonial e a descolonização tornou-se um dos imperativos, sendo frequentes as manifestações de ruas gritando o *slogan* ‘nem mais um só soldado para as colónias’ (Vieira, 2000: 171). As negociações para o reconhecimento da autonomia dos diversos territórios começaram de imediato, tendo sido reconhecida a independência das diversas ex-colónias africanas entre 1974 e 1975: a Guiné-Bissau em 1974 (tinha sido proclamada unilateralmente em 1973, mas não reconhecida por Portugal), Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe em 1975 (Correia, 1999).

A soberania indiana sobre Goa, Damão e Diu, integrados na União Indiana em 1961, foi reconhecida em 1974. O enclave de Macau continuou sob administração portuguesa até 1999, altura em que foi integrado na China. Quanto a Timor-Leste, em 1975, a Fretilin proclama unilateralmente a independência, mas dez dias depois a Indonésia anexa o território, que passa a ser considerado a sua 27.^a Província. Esta anexação nunca será reconhecida por Portugal nem pela ONU. Em consonância com os resultados de um referendo promovido pela ONU em 1999, Timor-Leste viria a tornar-se um Estado independente em 2002.

Na opinião de Miranda (2002), a perda das ex-colónias não feriu a identidade nacional. Por seu turno, Lourenço considera que estamos perante uma ‘estranha permanência no seio da mudança’ porque o império permanece no nosso imaginário (1990: 22).

A descolonização e a consolidação da democracia, vieram provocar um aumento significativo da população residente em Portugal, não só devido ao regresso de um número bastante significativo de portugueses residentes nas ex-colónias

e na Europa, mas sobretudo pelo aumento dos fluxos imigratórios. Sem deixar de ser um país de *emigração*¹⁰, nas últimas décadas Portugal tornou-se também num país de *imigração* (Machado, 1994: 112), como demonstram os dados retrospectivos fornecidos pelo *Instituto Nacional de Estatística* (INE): em 1975 havia 31 983 estrangeiros com residência legalizada em Portugal; em 1990 esse número ascendia a 107 767; e uma década depois este número havia duplicado, situando-se nos 208 198.

Ao contrário do que se verificava relativamente à emigração, a imigração constituía, até há pouco tempo, um fenómeno de reduzida visibilidade. Não só não se revelava uma temática privilegiada de estudo, como também não constituía objecto de representações enraizadas no conjunto da população portuguesa (Esteves, 1991).

Na segunda metade da década de setenta, assistiu-se a um aumento substancial no crescimento da população residente em Portugal em resultado do processo de descolonização. Um primeiro fluxo foi constituído pelo regresso de mais de meio milhão de portugueses residentes nas ex-colónias (especialmente em Angola e em Moçambique) e que passaram a ser designados por ‘retornados’¹¹. Um segundo fluxo (especialmente, entre 1976 e 1980) foi constituído por população africana dos *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* (PALOP). Finalmente, verificou-se uma intensificação dos fluxos migratórios com origem na Europa e na América, devido ao regresso de emigrantes portugueses e pela vinda de naturais desses países (Rocha-Trindade, 1995).

Segundo os dados do censo de 1981 residiam em Portugal 9 833 014 habitantes. De notar que, entre 1960 e 1981, o número de imigrantes aumentou 313%: o seu peso total na população residente passou de 0,33 % em 1960 para 1,24 % em 1981 (Esteves, 1991: 21). Os estrangeiros provenientes das ex-colónias de África, aproximadamente 45 000, representavam 42% do número total de estrangeiros residentes no país (Saint-Maurice e Pires, 1989).

Ultrapassado o período da descolonização, desenvolveram-se novos padrões de imigração dos PALOP para Portugal. Por um lado, verificou-se uma intensificação dos fluxos migratórios laborais já existentes, sobretudo de Cabo Verde, e a constituição de fluxos envolvendo os outros países, em especial da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Por outro lado, verificaram-se fluxos migratórios de menor amplitude, envolvendo refugiados políticos, especialmente de Angola

¹⁰ A emigração portuguesa foi uma constante ao longo do século XX, tendo atingido a sua expressão máxima nos anos sessenta – cerca de 1,3 milhões de portugueses, isto é, 15% da população (que passou de 8,85 milhões para 8,62 milhões) (Viera, 1999). Embora com menor expressão, a emigração continua a ser um fenómeno importante na nossa sociedade.

¹¹ Como refere Machado (1994: 113-115), não é possível saber de entre os ‘retornados’ quantos deles seriam de origem africana. De facto, muitos dos africanos ‘retornados’ não podem ser considerados imigrantes, visto que formalmente têm a nacionalidade portuguesa. Machado propõe a designação de ‘luso-africanos’ que engloba tanto os africanos de nacionalidade portuguesa que optaram por se fixar em Portugal na sequência da descolonização, como os novos luso-africanos que, sendo filhos dos primeiros, ‘nasceram e/ou cresceram em Portugal e aos quais se chama, erroneamente, “imigrantes de segunda geração”’ (1994: 112).

e de Moçambique. Finalmente, a institucionalização de acordos de cooperação entre Portugal e os PALOP ao nível do ensino secundário e superior permitiu que estudantes oriundos destes países efectuassem a sua formação académica em Portugal (Miranda, 2002).

Mas foi sobretudo depois da adesão de Portugal à *Comunidade Económica Europeia* (actualmente designada *União Europeia*), a 12 de Julho de 1986, que a imigração passou a assumir uma importância crescente, acentuando-se ainda mais desde a concretização dos Acordos de Schengen, permitindo a livre circulação de pessoas na *União Europeia* (UE). O fim da *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas* (URSS), em 1989, e as subsequentes alterações profundas na geopolítica europeia, levaram a um aumento exponencial de imigrantes oriundos dos países do Leste Europeu em todos os países da União Europeia, o que também atingiu Portugal, especialmente a partir da segunda metade dos anos noventa (Serra, 2000).

Segundo os dados do Censos 2001 a população residente em Portugal é de 10 356 117 habitantes. De 1991 a 2001 a população portuguesa registou um aumento de cerca de 5%, sendo este devido, em grande parte, à imigração. De acordo com os dados do INE (www.ine.pt), em 2001 o número de estrangeiros ascendia a 226 715, representando 2,2% da população residente em Portugal. Apesar destes números serem inferiores em termos percentuais aos registados noutros países europeus (ver www.oi.acime.gov.pt), não deixam de ser significativos, tendo a questão da imigração ganho enorme visibilidade na comunicação social ao longo da última década.

Segundo dados fornecidos pelo *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (www.sef.pt), em 2001, aproximadamente metade dos estrangeiros residentes em Portugal são imigrantes provenientes de África – 104 012 pessoas –, 65 314 são oriundos de países europeus, 40 369 da América, 9 279 da Ásia, 539 da Oceânia, e 273 são apátridas. Entre os imigrantes de origem africana destacam-se os oriundos dos PALOP: 48 873 cabo-verdianos, 21 700 angolanos, 16 796 guineenses, 5 895 são-tomenses e 4 747 moçambicanos. Entre os imigrantes de origem americana, 23 400 são brasileiros, constituindo o segundo grupo de imigrantes mais importante em termos numéricos. Estes números referem-se apenas aos estrangeiros com residência legalizada em Portugal, estimando-se que, na realidade, o número de residentes estrangeiros seja bastante mais elevado¹².

Verifica-se uma enorme assimetria na proporção de estrangeiros residentes em Portugal entre as grandes e as pequenas cidades, as áreas urbanas e as rurais. Em 1996, 65% dos estrangeiros residentes em Portugal concentravam-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo. A segunda região com maior número de estrangeiros

¹² A nossa investigação empírica decorreu entre 1997 e 2001, motivo pelo qual não procedemos à actualização das estatísticas sobre os imigrantes em Portugal, que entretanto registaram um crescimento considerável assim como uma diversificação dos países de origem dos imigrantes.

era o Algarve com 12,4%, seguida da Área Metropolitana do Porto com 6% (Machado, 1999: 50-51).

Os imigrantes oriundos das ex-colónias portuguesas são maioritariamente jovens, com poucas habilitações literárias e desempenham tarefas não qualificadas (Rocha-Trindade, 1995: 201). Os homens trabalham predominantemente por conta de outrem, na construção e obras públicas e nos serviços, dedicando-se as mulheres basicamente aos serviços domésticos e ao comércio. Trata-se de imigrantes que, em geral, não possuem habilitações profissionais especializadas e que apresentam dificuldades linguísticas que dificultam a sua integração profissional e social, sendo na sua maioria impelidos para situações profissionais precárias e mal remuneradas (Rocha-Trindade, 1995: 201).

Em Portugal não há estatísticas oficiais baseadas na cor da pele, uma vez que os censos populacionais não implicam qualquer registo relativo a grupos 'raciais' ou 'étnicos', ao contrário do que acontece noutros países (EUA, Reino Unido, etc.). No entanto, alguns autores avançam com estimativas sobre algumas minorias étnicas. Os *ciganos* constituem a minoria étnica mais antiga e mais significativa em Portugal. As primeiras referências a ciganos datam do início do século XVI (Correia, Brito e Vala, 2001). As estimativas sobre o número de ciganos em Portugal variam enormemente em função da fonte: 20 000 (Nunes, 1981); 20 000 a 30 000 (Liêgeois, 1989); 50 000 (Bacelar de Vasconcelos, 1998); 30 000 a 92 000 (Mendes, 1998).

De referir a presença de duas 'hiperminorias' (Vala *et al.*, 1999a: 11) que adquiriram alguma visibilidade sobretudo nos meios urbanos: os *indianos*, grupo constituído por cidadãos oriundos dos territórios do Estado Indiano, nos anos sessenta, e de Moçambique, nos anos setenta; e os *timorenses*, cujo primeiro contingente chegou a Portugal em 1976 depois da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia (Rocha-Trindade, 1995: 199).

Apesar do significativo crescimento da imigração em Portugal, até meados da década de noventa eram escassíssimos os estudos sobre a problemática da imigração e do racismo no nosso país. Na opinião de diversos autores, o mito do luso-tropicalismo (Freyre, 1933/1992) terá contribuído para que a sociedade portuguesa acordasse tão tarde para este problema (e.g., Bacelar de Vasconcelos, 1998; Vala, 1999). No início da década de noventa, Machado afirmava premonitoriamente:

Se até hoje a problemática das minorias étnicas não tem tido grande relevância na sociedade portuguesa, a situação poderá conhecer uma inversão num futuro próximo. Sensivelmente nos últimos dois anos, têm-se tornado nítidos alguns sinais de que a politização das questões da imigração e da etnicidade já se iniciou (1992: 134).

O crescimento de actividade e de influência do movimento associativo, 'tanto ao nível da publicitação dos problemas dos imigrantes como através da interpelação directa do Estado' e o tema da legalização dos imigrantes clandestinos

começava então a ganhar alguma visibilidade, constituindo o ‘*grau zero da politização da etnicidade*’ (Machado, 1992: 134).

A partir da segunda metade da década de noventa a problemática da imigração tem vindo a ocupar um lugar cada vez mais central na opinião pública portuguesa. O discurso ‘anti-racista’ passou a assumir uma posição central no debate público e político, tendo frequentemente lugar de destaque na *agenda* mediática (Miranda, 2002). Paralelamente, assistiu-se a um incremento de estudos nas diversas ciências sociais e humanas sobre a problemática do racismo, tanto relativamente aos diversos grupos de origem africana como relativamente aos *ciganos*, que vivendo entre nós há tantos séculos, continuam a ser considerados ‘estrangeiros’.

O discurso político oficial é um discurso anti-discriminação e de incentivo à integração das minorias na sociedade portuguesa, com particular atenção para os imigrantes lusófonos. A 17 de Julho de 1996 foi criada a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), com o objectivo de estreitar os laços de cooperação entre os sete países de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil e Portugal), aos quais se juntou Timor-Leste após a independência em 2002.

Os crescentes fluxos de imigração na Europa e o aumento da visibilidade da discriminação racial e étnica levaram à criação do *Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia* (EUMC)¹³, do qual Portugal se tornou membro. Como membro do EUMC, Portugal tem participado nas diversas acções definidas por este organismo. As políticas adoptadas em Portugal relativamente à imigração e ao combate à discriminação estão em consonância com as preconizadas pela União Europeia, embora haja nesta matéria consideráveis variações entre os países da União.

Em Janeiro de 1996 foi instituído o *Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas* (ACIME) cujas funções são ‘contribuir para a melhoria das condições de vida dos imigrantes em Portugal, de forma a proporcionar a sua integração na sociedade, no respeito pela sua identidade e cultura de origem’ e ‘combater o racismo e a xenofobia’ (www.acime.gov.pt).

O ano 1997 foi consagrado *Ano Europeu Contra o Racismo*¹⁴, o que intensificou a visibilidade desta questão nos *media* e na sociedade em geral, já que foram realizados inúmeros seminários e debates ao longo do ano, com a par-

¹³ O principal objectivo do EUMC ‘consiste em proporcionar à comunidade e aos seus Estados-Membros dados objectivos, fiáveis e comparáveis, a nível europeu, sobre os fenómenos do racismo, xenofobia e anti-semitismo, estudar o grau e o desenvolvimento destes fenómenos, analisar as suas causas, consequências e efeitos, e examinar os exemplos de boas práticas na sua abordagem’ (EUMC, 1999).

¹⁴ O *Ano Europeu Contra o Racismo* teve como principais objectivos ‘realçar a ameaça que o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo constituem para o respeito dos direitos fundamentais e para a coesão económica e social da Comunidade’, ‘incentivar a reflexão e o debate sobre as medidas necessárias para combater o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo na Europa’ e ‘promover o intercâmbio de experiências relativas a boas práticas e estratégias eficazes organizadas no plano local, nacional e europeu para combater o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo’ (*Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 15.08.1996: 3).

ticipação de representantes das mais variadas organizações e dos cidadãos em geral (Leitão, 1998).

Foram criados outros organismos oficiais de luta anti-discriminação, entre os quais se destaca a *Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial* em 2000 (ver site oficial do ACIME para uma revisão da evolução recente sobre a legislação nacional referente aos imigrantes e minorias étnicas residentes em território nacional) e foram realizados vários seminários e conferências com a participação conjunta de cientistas sociais, políticos, representantes de diversas *Organizações Não Governamentais* (ONG).

Paralelamente assistiu-se ao aumento considerável do ‘associativismo étnico’ em Portugal na segunda metade da década de noventa (e.g., Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000). Como refere Albuquerque (2002), o crescendo da mobilização associativa teve o seu auge na manifestação colectiva de protesto pelo assassinato de Alcino Monteiro, cidadão português de origem cabo-verdiana, no Bairro Alto a 10 de Junho de 1995, que conduziu à união de diversas associações em torno de uma causa comum.

A criação do ACIME em 1996 ‘constitui um ponto marcante para a evolução do movimento associativo, pois as associações passam a ter um mediador oficial nas suas relações com o Estado’. Um factor muito importante foi o reconhecimento destas associações por parte do Estado. Segundo a autora, ‘estima-se que em 1990 existiam 10 associações de origem africana enquanto que em 1996 esse número ascendia às 77, ao qual se podia acrescentar 10 associações de estudantes africanos’ (Albuquerque, 2002: 4).

Segundo Albuquerque, o associativismo étnico começou por funcionar como espaço privilegiado de afirmação identitária, contribuindo para a manutenção, difusão e afirmação da suposta identidade cultural de determinada minoria no contexto português, promovendo actividades que apelavam a especificidades culturais e que tentavam instituir práticas e símbolos socialmente unificadores (por exemplo, o desporto, a música, a dança ou gastronomia). O associativismo desempenha também funções culturais e recreativas, assim como de solidariedade ou acção social, facilitando a entreaajuda no processo inicial de fixação e de adaptação dos seus membros ao novo contexto social e cultural (em termos monetários, burocráticos ou de inserção habitacional, educacional ou profissional). Actualmente, o associativismo desempenha cada vez mais funções político-legais, funcionando como instrumento de representação e de intervenção das minorias junto do poder político-administrativo, no sentido de influenciar ou determinar as orientações da acção política em função dos interesses da minoria que representa: garantia dos direitos de cidadania adquiridos, e sua eventual extensão, e a aplicação dos princípios de igualdade de oportunidades e de justiça social. Estas acções visam a melhoria das condições de vida dos membros das minorias e a sua plena *integração* (cf.: Berry, 1997; Khan, 1998) na sociedade de acolhimento (Capucha, 1990; Machado, 1992).

Paralelamente ao aumento do protagonismo do ‘associativismo étnico’ em Portugal, registou-se também na segunda metade dos anos noventa o despertar do interesse pela questão da discriminação racial e da etnicidade nas mais diversas áreas científicas: Antropologia, Filosofia, Geografia, História, Literatura, Psicologia, Relações Internacionais, Semiótica, Sociologia. Especialmente relevantes para a nossa problemática são os trabalhos que têm sido realizados sobre as estratégias identitárias e as representações dos jovens africanos ou de origem africana em Portugal, assim como os trabalhos que se debruçam sobre as representações e atitudes dos portugueses face às diversas minorias raciais ou étnicas em Portugal.

Algumas investigações têm-se debruçado sobre as questões identitárias nas crianças e nos jovens com origens africanas em geral (‘imigrantes dos PALOP’, ‘negros’, ‘lusó-africanos’, ‘imigrantes de segunda geração’), (e.g., Contador, 2001; Delgado, 1997; Khan, 1998), enquanto outras se têm focalizado em grupos específicos: *cabo-verdianos* (e.g., França, 1992; Saint-Maurice, 1997); os *guineenses* (e.g., Machado, 1998); os *indianos* (e.g., Alves e Ávila, 1994; Bastos, 1990), os *goeses* (e.g., Magalhães, 1994); os *timorenses* (Viegas, 1998). Outras investigações têm analisado o racismo em Portugal em relação a diversas minorias, e em particular, a forma como os portugueses percebem ‘os PALOP’ (e.g., Miranda, 1994), ‘os imigrantes negros’ (e.g., Vala *et al.*, 1999a), ‘os cabo-verdianos’ (Miranda, 2002), ‘os ciganos’ (e.g., Correia *et al.*, 2001; Silva e Silva, 2002).

Relevantes ainda para a nossa problemática são as análises sobre a identidade nacional (e.g., Mattoso, 1998; Miranda, 2002; Viegas e Costa, 1998), sobre os valores na sociedade portuguesa, muito particularmente, os valores dos jovens e as culturas juvenis (e.g., Cabral e Pais, 1998; Contador, 2001). Também relevantes para o nosso trabalho são as análises de conteúdo dos *media*, nomeadamente notícias da imprensa e da televisão sobre minorias raciais ou étnicas (e.g., Cunha, Policarpo, Monteiro, e Figueiras, 2002; Leitão, 1991). Por exemplo, José Leitão, numa análise das notícias da imprensa sobre os imigrantes no início dos anos noventa concluiu que ‘não existe na sociedade portuguesa um sentimento de rejeição em geral dos estrangeiros ou desta ou daquela comunidade imigrante’ (1991: 14). Em contrapartida, nos finais da década de noventa afirmava que os ‘crescentes fluxos migratórios têm sido acompanhados pelo aumento do racismo e da exclusão social, fenómenos que hoje parecem estar de novo na ribalta assumindo, no entanto, um novo tipo de protagonismo’ (1998: 55).

O racismo em Portugal é um fenómeno ainda pouco estudado e urge desenvolver estudos aprofundados sobre esta problemática cuja complexidade exige um olhar atento e interdisciplinar. Os comportamentos racistas mais visíveis em termos mediáticos e com maior impacto na opinião pública portuguesa têm envolvido cidadãos também eles portugueses (por exemplo, o caso do Alcino

Monteiro a que já fizemos referência), mas que são percebidos como sendo ‘estrangeiros’: os *ciganos* e os *negros*.

No domínio da psicologia social, merece especial destaque o estudo pioneiro de Jorge Vala e colaboradores (Vala, 1999; Vala *et al.*, 1999a) que permitiu aferir e evidenciar as novas formas de racismo em Portugal. Estes autores realizaram uma investigação empírica sobre os racismos na sociedade portuguesa, recorrendo a uma amostra representativa de 600 indivíduos, com idades entre os 18 e os 64 anos, residentes na região da Grande Lisboa, cujos dados foram recolhidos em 1996. Como Jorge Vala salienta:

A questão não é a de saber se os portugueses são ou não racistas, porque ninguém é o que quer que seja, e muito menos um povo, uma nação ou um qualquer outro grupo [...]; o problema consiste em identificar, numa perspectiva processual, os factores que podem facilitar a ocorrência de comportamentos racistas. Estudar o racismo numa perspectiva psicossociológica não significa descrever o indivíduo racista, o seu perfil ou as suas características, mas determinar quais os factores de ordem cognitiva e motivacional, intergrupar e normativa cuja articulação contextual torna provável a organização de crenças e de atitudes racistas e a manifestação de comportamentos racistas (1999: 3).

As questões contextuais e normativas assumem enorme importância e exigem um esforço redobrado. Para Vala ‘estudar o racismo hoje, em sociedades formalmente anti-racistas, implica saber descortinar as manifestações mais civilizadas deste fenómeno, aquelas que não questionam a auto-imagem anti-racista’ (1999: 3). Colocando-se numa perspectiva claramente comparativa, o autor refere que o problema base é o seguinte:

saber se as expressões dos racismos, abertas ou veladas, em Portugal, correspondem a configurações de crenças, atitudes e predisposições comportamentais discriminatórias semelhantes àquelas que têm sido identificadas noutros países europeus; e se os factores que subjazem a essas configurações de crenças e predisposições apresentam ou não semelhanças com aqueles que foram identificados nesses países (1999: 3).

Nesse sentido, as escalas de racismo subtil e flagrante foram integradas num questionário mais vasto desenvolvido pelos autores, que foi aplicado a ‘portugueses’ (*brancos*), por entrevistadores também eles ‘portugueses’ (*brancos*), tendo como grupo-alvo os ‘negros’ (‘os negros’, ‘os negros residentes no nosso país’ ou ‘os imigrantes negros’, conforme as questões). Assim, ‘os inquiridos eram colocados perante a dicotomização entre a categoria endogrupal ‘os portugueses’ e a categoria exogrupal ‘os negros residentes no nosso país’’. Como os próprios autores salientam, ‘estas categorias (‘portugueses’ e ‘negros’) não se situam no mesmo plano lógico, nem são mutuamente exclusivas’ (1999b: 39). Assim, quando ‘opomos ‘portugueses’ a ‘negros’, estamos a referir-nos à forma de categorização utilizada no questionário, adequada ao senso comum,

mas inadequada do ponto de vista sociológico e legal’ (1999a: 13). De facto, ‘os “negros” em Portugal representam uma multiplicidade de situações jurídicas, de origens geográficas e nacionais, de pertenças comunitárias, etc., sendo ainda uns cidadãos portugueses, e outros cidadãos estrangeiros’, sendo esta opção justificada pelos autores pela sua ‘pertinência fenomenológica’ (1999b: 40):

este trabalho parte do pressuposto segundo o qual as representações que deles têm os portugueses ‘brancos’ os dilui dentro da mesma categoria lata de pessoas cuja ascendência africana é identificável, remetendo para a categorização ‘negro’. A categorização do exgrupo com base na cor será, então, aquela que mais automaticamente se toma saliente nos processos de comparação e discriminação (1999b: 40).

Assim, os autores propõem-se analisar ‘as atitudes dos portugueses ‘brancos’ face a uma categoria minoritária, vista como distinta da maioria da população, tendo maioritariamente um estatuto social baixo, e que se tornou socialmente visível: os ‘negros’ em Portugal’ (1999a: 11).

Os resultados obtidos em Portugal em relação ao grupo-alvo ‘negros’ foram semelhantes aos encontrados noutros países europeus em relação a diferentes grupos-alvo, como já referimos atrás. Assim, os portugueses parecem ter interiorizado a norma anti-racista vigente na sociedade, o que os impede de exprimir publicamente formas de discriminação flagrantes, que contrariem claramente essa norma. No entanto, as suas respostas revelam formas de discriminação mais subtis que, não contrariando claramente a norma anti-racista, não deixam de ser formas de discriminação. Assim, como afirma Vala, é possível ‘descortinar fortes continuidades do fenómeno do racismo entre contextos sociais muito diversificados’ (1999: 7) bem ilustradas nos diversos capítulos que compõem o livro organizado pelo autor. Como salientam Vala e colaboradores:

o que o conjunto de resultados apresentados mostra é que as crenças racistas se organizam em Portugal de forma semelhante à de outros países europeus; que os factores que estão na sua génese não são, significativamente, diferentes daqueles que subjazem ao racismo subtil ou flagrante noutros países; e que, em Portugal, tal como nos restantes países europeus, a norma anti-racista incide sobre o racismo flagrante, mas não sobre o racismo subtil (Vala *et al.*, 1999b: 55).

No entanto, se em relação aos ‘negros’ os estudos realizados apontam para o domínio do racismo subtil face ao flagrante, em relação a outras categorias persiste o racismo flagrante, como salientam Correia, Brito e Vala (2001), numa investigação sobre as atitudes dos portugueses face aos *ciganos* (cf. Bacelar de Vasconcelos, 1998). Parece, assim, que a norma anti-discriminação deixa de fora algumas categorias sociais, em relação às quais não tem havido campanhas de sensibilização da população tão sistemáticas como em relação aos ‘negros’.

1.4 Desminar um terreno repleto de ambiguidades

A luta contra o racismo começa com um trabalho sobre a linguagem

Tahar Ben Jelloun, 1998

Ao longo deste capítulo já fizemos referência a algumas ambiguidades conceituais que têm caracterizado esta área de estudos, nomeadamente, à difícil delimitação das fronteiras entre os conceitos de racismo, xenofobia e nacionalismo. Também o uso das noções de *raça*, *nação*, *grupo étnico*, *classe* e *minorias* varia muito consoante os textos e revela ambiguidades nos discursos científico e do senso comum.

Como já referimos, a noção de ‘raça’ quando aplicada aos seres humanos não tem fundamento científico (UNESCO, 1973). No entanto, esta palavra continua a ser utilizada no quotidiano, misturando-se com outras. Por vezes a palavra ‘raça’ é utilizada como sinónimo de *nação*: ‘raça francesa’, ‘raça alemã’. Apesar desta aceção, comum no século XIX e início do século XX, se ter tornado obsoleta (van den Berghe, 1996: 297) continua a ser usada no quotidiano.

No ponto anterior vimos como a identidade nacional durante o Estado Novo se construiu muito à base da ideia de ‘raça’. Ora, a herança dessa conceptualização é ainda visível nos dias de hoje. João Nuno Coelho, numa obra sobre futebol, nacionalismo e os *media*, fornece-nos um exemplo desta aceção. Segundo o autor, o nacionalismo baseado na ideia de ‘raça’ é particularmente visível nos discursos da imprensa desportiva, ‘tradicionalmente dominados por retóricas de diferença e de caracterização física e mental’, sendo os estilos de jogo identificados ‘a partir das ‘essências’ e ‘naturezas’ dos povos [...] baseadas em mitos históricos’ (2001: 144).

A partir da análise dos discursos em *A Bola*, o mais vendido periódico desportivo português, entre 1945 e 2000, o autor ilustra como ‘ainda hoje a noção de raça está profundamente ligada à concepção da nacionalidade e da identidade nacional, ao privilegiar-se os ‘laços de sangue’ e os traços físicos como definidores de pertenças identitárias’ (Coelho, 2001: 143). Um exemplo interessante para a temática que iremos aprofundar neste trabalho é-nos dado por um excerto de um relato aquando do jogo Portugal-Correia do Norte no Mundial de 1966:

[...] os coreanos têm, neste aspecto da resistência, o truque fácil de, ao intervalo, trocaram todos os homens, acabando por jogar com vinte e dois, sem o árbitro dar por isso. É que eles são todos iguais, chamem-se Sub, Sun, Lim, Zin, Kim, Won ou Seung [...]. São todos amarelinhos, pequeninos e senhores de nomes esquisitos [...] (Vitor Santos, 23 de Julho de 1966; citado por Coelho, 2001: 144).

Ainda relativamente às ambiguidades entre a *raça* e *nacionalidade* é importante referirmos que os estudos sobre a percepção dos indivíduos de origem

africana em Portugal nos anos oitenta referiam a assimilação de todos os africanos à categoria de *cabo-verdianos* que, como já referimos, constituem o grupo de origem africana mais antiga e mais numerosa em Portugal. Na opinião de Manuela Cunha, a saliência desta categoria era devida ‘às representações hegemónicas que à época isolavam a comunidade cabo-verdiana em Portugal como ‘problema’ e lhe colavam a propensão para a violência, a delinquência e o desvio’ (2002: 276). À medida que as outras comunidades de origem africana foram aumentando em número e visibilidade, deixou de se utilizar uma categoria nacional específica (*cabo-verdianos*) para se usar categorias raciais genéricas: *pretos, negros, africanos* (cf.: Cunha, 2002; Machado, 1999).

Segundo Manuela Cunha é possível destrinçar nestas construções discursivas alguns pontos de contacto com os processos de criminalização enquanto discursos racializadores, analisados na Grã-Bretanha por Michael Keith (1993; referido por Cunha, 2002: 287). Segundo Keith o termo *black* não se limitaria a designar uma parcela concreta da população, mas seria, em parte, um termo flutuante criado pelo discurso da criminalização. Estas designações seriam extremamente mutáveis e contextuais e coexistiriam com as que decorrem de outros campos discursivos, interagindo com eles.

A situação portuguesa é bem diferente da verificada nos EUA onde a associação entre *raça* e *crime* é muito forte. Peffley e Hurwitz, num estudo recente realizado nos EUA, demonstraram que a mera referência a assuntos relacionados com o crime ‘activa a imagem de um negro na mente dos indivíduos brancos’ (2002: 69). Segundo os autores, a crença de que os *negros* são ‘violentos’ e ‘preguiçosos’ constitui uma importante fonte de suporte para políticas punitivas como a Pena de Morte e a Prisão Perpétua (2002: 59).

Por outro lado, Ortner debruça-se sobre a organização semântica e ideológica das categorias culturais através das quais é pensada a *diferença* no discurso ‘americano’, tanto leigo e académico. Segundo a autora, existiria uma tendência para traduzir a condição de *classe* na *raça* e *etnia*, categorias discursivas dominantes e com enorme saliência nos EUA:

Não existe uma única classe na América que não tenha sido já racializada e etnicizada, ou seja, as categorias raciais e étnicas são já consideradas categorias de classe social. [...] Se podemos afirmar que ser judeu é, no fundo, pertencer à classe média (quer se pertença realmente à classe média ou não), então ser afro-americano é ser percebido como pertencer, no fundo – e quer realmente se pertença ou não – a uma classe social mais baixa (1998, citada por Cunha, 2002: 279-280).

Diversos autores têm salientado que o desfavorecimento social de membros de minorias *étnicas* ou *raciais* não é necessariamente consequência de racismo, pois quanto mais baixa a posição na hierarquia social maior a vulnerabilidade à discriminação (cf.: Machado, 2000; Pina-Cabral, 1998).

As complexas ligações entre *classe, raça e etnia* também têm sido evidenciadas em diversos estudos. Estas têm variado significativamente ao longo do tempo e variam consideravelmente de país para país. Por exemplo, Vale de Almeida refere o processo de ‘branqueamento’ dos portugueses nas Ilhas Trindade: no início do século XX os portugueses, emigrantes pobres, eram incluídos na categoria racial ‘vermelhos’, juntamente com os indianos; hoje, associados à Europa, são incluídos na categoria ‘brancos’ (1997: 24). Na mesma linha de ideias, Pina-Cabral (1998) refere que em Macau, tal como frequentemente ocorria noutros contextos da colonização portuguesa, a cor da pele tornava-se menos marcante como barreira discriminatória consoante as pessoas iam subindo na escala socioeconómica.

Esta questão remete-nos para outra: o perigo de transpor categorias analíticas de um contexto para o outro, sem ter esse contexto em consideração. Como refere Machado, ‘a transposição mecânica de categorias e perspectivas de análise entre espaços e tempos muito diferentes’ pode acarretar perigos, quando conceitos e teorias produzidas nos EUA, ‘o maior exportador de conceitos analíticos’, são transpostos acriticamente para a análise das questões raciais na Europa ou América Latina (2000: 30). Para Miles, por exemplo, essa importação teórica tem interesse muito reduzido: ‘o conceito de racismo foi formulado tendo como referência um exemplo histórico singular (EUA) sendo depois acriticamente aplicado a outro (Reino Unido), o que limita o seu potencial analítico’ (1989/1995: 60). A questão da articulação entre as desigualdades de classe e as desigualdades raciais, a que fizemos referência, é uma das questões que não pode ser acriticamente transportada de um contexto nacional para outro (cf. Machado, 2000).

Outra das ambiguidades frequentemente presente na literatura refere-se ao termo *minoría* (e.g., Moscovici, 1976; Galissot, 1991). Este termo tanto pode designar simplesmente uma minoria quantitativa (isto é, em estatuto numérico) como uma minoria qualitativa (isto é, em termos de estatuto social ou poder). No caso concreto dos *imigrantes* estamos perante grupos duplamente minoritários (em termos quantitativos e qualitativos), o que os coloca numa situação de acentuada fragilidade. Mas outros grupos, não sendo minorias quantitativas, constituem minorias qualitativas: o caso dos ‘negros’ durante o regime de *apartheid* na África do Sul constitui um exemplo flagrante deste tipo de minoria. De igual modo podemos observar minorias quantitativas que são maiorias qualitativas: as elites políticas, por exemplo.

Na maior parte das vezes o termo *minoría* é utilizado para designar um grupo destituído de poder e de recursos. Como salientam Burguière e Grew (2001: 2), o termo *minoría* não é meramente quantitativo. Numa obra que reúne diversos estudos sobre a construção social das ‘minorias’ em diferentes países e em diferentes momentos históricos, os autores salientam:

Para ser considerado uma minoria, um grupo tem de ser simultaneamente parte integrante da sociedade em geral e suficientemente alheio ao seu núcleo sociopolítico para não ter o acesso ao poder e estatuto que é considerado normal (mesmo que na prática apenas as elites dominantes utilizem esse acesso). O significado do estatuto de minoria difere, pois, de sociedade para sociedade, de acordo com as características que são diferenciadas criticamente (atributos associados à raça, etnia, região, religião ou classe são alguns dos mais comuns) e de acordo com as desvantagens ou vantagens que são associados a esse estatuto. Constrangimentos ao acesso de uma minoria ao poder podem ser de ordem social, económica, distância regional, ou devido a restrições formais ou legais; mas esse acesso diferencial, mais do que o seu número relativo à população em geral, marca a minoria (2001: 3).

Na opinião dos autores, o uso contemporâneo do termo minoria reveste-se de uma grande ambivalência. Por um lado, o conceito tem uma conotação ‘negativa na medida em que identifica um grupo em termos da sua vulnerabilidade em relação a uma maioria que ameaça oprimi-la ou rejeitá-la’ e, por outro, uma conotação ‘positiva’ que deriva do ‘reconhecimento dos valores culturais ou morais de um grupo, os quais devem ser reafirmados, reconhecidos ou protegidos’ (Burguière e Grew, 2001: 4).

Se a análise empreendida pelo autores nos parece estimulante por salientar a construção social das ‘minorias’ em diferentes sociedades e por demonstrar que essa construção se baseia em critérios convencionais e arbitrários, não deixa de ser surpreendente que a necessidade da minoria ‘ser protegida’ apareça como um aspecto ‘positivo’, já que esta necessidade de protecção corresponde precisamente à negação da sua autonomia.

Outra questão polémica, a que já fizemos referência anteriormente, prende-se com o conceito de racismo, e se este pode ser assimilado ao conceito de etnocentrismo. Claude Lévi-Strauss, por exemplo, opõe-se firmemente a essa possibilidade, dizendo que não se pode confundir o racismo com o etnocentrismo:

O racismo é uma doutrina que pretende ver nas características intelectuais e morais atribuídas a um conjunto de indivíduos [...] o efeito necessário de um património genético comum. Não se pode alinhar sob a mesma rubrica [...] a atitude de indivíduos ou de grupos cuja fidelidade a determinados valores os torna parcial ou totalmente insensíveis a outros valores. [...] Esta incomunicabilidade relativa não autoriza, claro, a oprimir ou destruir os valores que se rejeita ou os seus representantes, mas, mantida nestes limites, ela nada tem de revoltante (1983/1986: 15).

Confrontado com esta questão, Pina-Cabral refere que, uma vez que nas novas formas de preconceito se manifestam essencialmente pela diferenciação cultural, em vez de racismo, seria preferível adoptar ‘expressões mais abrangentes do género de ‘etnocentrismo’ ou ‘discriminação e preconceito étnico’ (1998: 24). Segundo o autor, o conceito de racismo:

põe uma ênfase excessiva na diferenciação fenotípica como princípio classificatório dominante – ora isto é indubitavelmente verdade em contextos radicados na tradição anglo-americana, mas não é em tantos outros contextos a nível mundial, onde o preconceito e a discriminação também grassam, como os lusófonos (Pina-Cabral, 1998: 24).

Num artigo dedicado a esta questão, Machado (2000: 14) refere ainda uma terceira posição, distinta das anteriores, é a daqueles que falam de ‘eticismo’ para designar essas novas formas de preconceito, não deixando, no entanto, de o incluir num conceito mais alargado de ‘racismo’ (e.g., Essed, 1991; van Dijk, 1991). Por seu turno, Taguieff (1997: 44) critica a ‘banalização’ da palavra racismo, mas alerta para os efeitos indesejáveis de uma definição restrita do mesmo – reduzir o racismo a um fenómeno ideológico próprio da modernidade recente, isto é, reduzi-lo à doutrina ‘científica’ da desigualdade entre raças humanas, é insuficiente para compreender o fenómeno, sobretudo nas suas formulações actuais, mais ‘veladas’. Relativamente a esta questão Machado refere o seguinte:

Sem negar que há uma faixa de sobreposição entre os dois fenómenos, e não entrando aqui na discussão aprofundada do problema, pode, de qualquer modo, dizer-se que a fusão do etnocentrismo e do racismo, ou a substituição do segundo pelo primeiro, é precipitada. Se isso permite dar conta daquilo que os dois têm em comum, perde-se de vista o que eles têm de diferente, e que justificou a evolução autónoma dos dois conceitos (2000: 14).

Vamos agora deixar clara qual a nossa posição neste debate: consideramos como racista uma discriminação negativa (ao nível dos comportamentos, cognições ou emoções) quando esta se baseia numa diferença *essencial* entre o grupo de pertença e o grupo dos outros. Uma diferença essencial significa que é percebida como absoluta, fixa e imutável, isto é, define fronteiras nítidas e intransponíveis entre os grupos. Esta diferenciação pode basear-se em critérios biológicos ou culturais, mas é sempre remetida para a uma essência. No entanto, o carácter vincutivo dessa essência difere em função da posição relativa dos grupos: *marca* um dos grupos (grupo dominado), mas *liberta* o outro (grupo dominante), isto é, as fronteiras que delimitam os grupos são *impermeáveis* para uns e *fluidas* para outros.

Por último, debrucemo-nos brevemente sobre o conceito de *etnicidade*. Segundo Fenton ‘o conceito de etnicidade refere-se ao modo como a diferença social e cultural, língua e ancestralidade se combinam, dando origem a uma dimensão de acção social e organização social, que formam um sistema de classificação socialmente reproduzido’. Na opinião do autor,

a etnicidade refere-se à mobilização social dos laços étnicos e do significado social da ancestralidade, língua ou cultura. Podemos falar de grupos étnicos – grupos identificáveis, marcados por atributos partilhados, ‘reais’ ou ‘supostos’, que os separam de um dado sistema social (1999: 62).

De referir que esta ‘mobilização étnica’ ou ‘acção afirmativa’ que, em certas circunstâncias, pode levar à exacerbação e absolutização das ‘diferenças’ entre os grupos, não pode ser considerada como uma forma de racismo (Fenton, 1999; Burguière e Grew, 2001). Se concordamos com Miles quando este afirma que o racismo não pode ser conceptualizado como uma ‘prerrogativa dos brancos’ contra os negros (1989/1995: 55), não podemos deixar de salientar que a luta identitária por parte dos grupos dominados não pode ser confundida com racismo, mesmo quando advoga um certo grau de ‘separação’ face à sociedade dominante.

No seu tão famoso quanto polémico *Orphée noir*, Sartre referiu-se à luta dos ‘negros’ contra o colonialismo como devendo passar por um período de separação ou negatividade face aos ‘brancos’: ‘este *racismo anti-racista* é o único caminho que pode conduzir à abolição das diferenças entre raças’. E acrescenta: ‘é necessário que eles aprendam a formular em comum as suas reivindicações, isto é, que eles se pensem enquanto negros’ ou ainda ‘o negro que reivindica a sua *negritude* dentro de um movimento revolucionário [...] espera descobrir a *Essência negra* no seu coração’ (1948/2002: XIV-XV; itálicos nossos).

Mas reivindicar uma ‘essência negra’ não implicará abdicar da individualidade, isto é, do estatuto de ‘pessoa’? É um assunto que abordaremos no próximo capítulo.

2. Identidade social e diferenciação simbólica

No capítulo anterior focalizámo-nos numa forma específica de discriminação social – o racismo – tendo recorrido aos contributos de diferentes disciplinas para a compreensão deste complexo fenómeno. Neste capítulo debruçamo-nos sobre uma área de estudos no seio da psicologia social que é designada por ‘relações intergrupais’. Trata-se de uma das áreas mais vastas e mais relevantes no seio da referida disciplina, envolvendo uma grande diversidade de modelos teóricos e linhas de investigação empírica.

Não vamos efectuar uma análise exaustiva desta vasta área de estudos, mas apenas apresentar os modelos teóricos e investigações empíricas que consideramos mais relevantes para a fundamentação teórica do nosso trabalho. Nesse sentido, damos especial relevância aos modelos que têm em consideração as relações entre grupos ocupando posições assimétricas na estrutura social. Assim, neste capítulo discutimos alguns dos conceitos fundamentais no nosso trabalho: categorização social, identidade social, comparação social e estatuto social. A nossa análise é centrada nos processos de diferenciação intra e intergrupais e na forma como estes processos são afectados pela posição relativa dos grupos e pelas ideologias dominantes.

No âmbito das teorias sobre as relações intergrupais é atribuído um lugar central à análise dos processos de discriminação social (Amâncio, 2000). Apesar de no seio da psicologia social, sobretudo a partir dos anos trinta do século passado, se terem desenvolvido esforços para compreender os fenómenos de discriminação social, até à década de setenta a produção do conhecimento sofrera rupturas e recuos sucessivos não se tendo verificado um verdadeiro esforço cumulativo (Doise, 1999). De facto, só a partir da década de setenta é que no seio da psicologia social europeia se começaram a desenvolver esforços de articulação de diferentes níveis de análise. Consequentemente, os modelos

teóricos têm-se complexificado no sentido de dotar a disciplina de um quadro teórico de análise dos fenómenos de discriminação em larga escala.

Este capítulo é constituído por três secções. Na primeira, fazemos referência a algumas das abordagens clássicas sobre relações intergrupais e discriminação social no âmbito da psicologia social, nomeadamente as desenvolvidas por Kurt Lewin, Gordon Allport e Muzafer Sherif. Na segunda, apresentamos o modelo da identidade social desenvolvido no âmbito da escola de Bristol, modelo central no quadro actual das teorias sobre as relações intergrupais. Começamos por efectuar uma breve referência aos estudos que precederam este modelo. Seguidamente, abordamos com algum detalhe a teoria da identidade social de Henri Tajfel, uma vez que esta serviu aos estudos posteriores nesta área. Efectuamos ainda uma referência à teoria da auto-categorização de John Turner e discutimos algumas das limitações destes modelos.

Na última secção, apresentamos os modelos desenvolvidos no âmbito da escola de Genebra e seus desenvolvimentos recentes. Começamos por apresentar o modelo da diferenciação categorial de Willem Doise e o modelo da co-variação de Jean-Claude Deschamps. Especial relevância é dada aos trabalhos de Fabio Lorenzi-Cioldi sobre identidade dominante e identidade dominada e aos de Lígia Amâncio sobre a identidade social e a representação de ‘pessoa’. Como veremos, os estudos da escola de Genebra permitiram ultrapassar algumas das limitações apontadas à escola de Bristol, o que se prende com o esforço de integração de várias contribuições anteriores e articulação de níveis de análise empreendido pelos autores.

2.1 Relações intergrupais, identidade social e discriminação social

No seio da psicologia social, a obra póstuma de Kurt Lewin (1948/1997), *Resolving Social Conflicts*, que reúne diversos artigos publicados durante a sua vida, apresenta uma das primeiras reflexões teóricas sobre a questão da discriminação social, a partir da observação e análise dos acontecimentos e movimentos sociais nos anos trinta, na Europa e nos EUA, nomeadamente, o anti-semitismo, a luta dos negros e das mulheres pelo direito de voto. Orientado por um projecto de *action-research*, que caracterizou grande parte da sua pesquisa, Lewin procurou identificar práticas de socialização e dinâmicas intra e intergrupais que permitissem aos membros de grupos ‘desprivilegiados’ fazer face à discriminação social de que eram alvo.

Como refere Amâncio (1994: 137), embora Lewin não tenha desenvolvido propriamente um modelo teórico sobre as relações intergrupais, formulou conceitos fundamentais para a análise das relações intergrupais e enunciou alguns dos pressupostos que viriam a ser adoptados por teorizações posteriores mais sistemáticas (Apfelbaum, 1979; Tajfel e Turner, 1979). De facto, reconheceu-se imediatamente a grande importância dos trabalhos que Lewin desenvolveu

sobre liderança e dinâmica de grupos restritos, tendo-se esquecido, por largos anos, o contributo deste autor na análise das dinâmicas intergrupais. Esta separação entre o estudo das relações intragrupais, por um lado, e das relações intergrupais, por outro, contribuiu sem dúvida para a dificuldade em se alcançar um modelo integrativo destas relações.

Concretamente em relação ao anti-semitismo, Lewin salienta a sua origem social, situando-o em forças externas ao grupo discriminado e independentes do comportamento ou das características dos seus membros. A discriminação abrange todos os membros do grupo, independentemente das suas características individuais e a centralidade da pertença a esse grupo é também independente do comportamento dos seus membros. Os membros dos grupos dominados, na acepção de Lewin, estão sujeitos a um ‘destino comum’ (1948/1997: 165) que lhes é imposto pelo exterior. Lewin analisa ainda as implicações de pensamentos negativos relativamente ao grupo de pertença e que dão origem a estratégias individuais de adaptação ao grupo dominante, passando pela recusa ou negação da pertença ao grupo minoritário. Estas estratégias, como o autor salienta, podem ter efeitos positivos na auto-estima dos indivíduos, mas não são geradoras de mudança social, visto que esta só pode ser alcançada através de estratégias colectivas.

Lewin salienta a necessidade de distinguir ‘dois tipos de forças que actuam nos indivíduos: aquelas que resultam dos seus próprios desejos e anseios, e as que são socialmente ‘induzidas’ ou aplicadas aos indivíduos vindas do exterior por outros agentes’. Referindo-se especificamente à situação vivida pelos judeus durante o nazismo, Lewin argumenta: ‘mesmo se algum indivíduo tivesse o desejo secreto de ir além das fronteiras do seu grupo, o carácter desta fronteira enquanto barreira forte e praticamente intransponível destruiria qualquer esperança’ (1948/1997: 113).

Lewin interroga-se sobre o que é que torna os judeus um grupo e o que é que torna um indivíduo um membro do grupo dos judeus? A sua resposta é clara: ‘não é a semelhança ou diferença em relação a indivíduos que constitui um grupo, mas a interdependência ou o destino’. E vai mais longe, afirmando que ‘é o destino comum de todos os judeus que torna o grupo numa realidade’ (1948/1997: 120). O autor salienta a importância da identificação com o grupo de pertença para fazer face à discriminação e evitar as consequências negativas ao nível da auto-estima dos indivíduos:

A única forma de evitar o auto-ódio dos judeus nas suas variadas formas é mudar o equilíbrio entre as forças contra e a favor do grupo judeu num balanço positivo, a criação de lealdade para com o grupo judeu em vez de chauvinismo negativo. Hoje, somos incapazes de salvaguardar os nossos amigos judeus ou as nossas crianças daqueles handicaps que advêm da sua condição de judeus. Contudo, podemos tentar cimentar uma educação judia, tanto a nível das crianças como a nível dos adultos, para contrabalançar os sentimentos de *inferioridade* e de *medo* que são as mais importantes fontes deste balanço negativo (1948/1997: 140, *italico no original*).

Lewin alerta para o facto do ‘bom’ comportamento dos judeus, baseado na assimilação dos valores do grupo dominante, em nada afectar a condição colectiva destes, não conduzindo portanto ao desaparecimento do anti-semitismo. As soluções situar-se-iam assim, ao nível da ‘acção colectiva’ dos grupos minoritários e não nas acções individuais que se traduzem na tendência para a ‘assimilação’:

Entre os membros de minorias ou outros grupos sociais que não se encontrem em posições muito favoráveis, há indivíduos ou secções mais extensas do grupo que consideram que a sua única esperança é cruzarem a linha que separa o seu grupo dos outros (1948/1997: 109).

A análise das relações intergrupais desenvolvida por Lewin tem em conta as suas determinantes reais e simbólicas, podendo ser considerada um esboço dos modelos das relações de dominação que só viriam a ser desenvolvidos algumas décadas depois (Apfelbaum, 1979; Amâncio, 1994).

Como salienta Apfelbaum (1979), as interacções sociais analisadas por Lewin constituem relações de dominação, baseadas numa assimetria de poder simbólico, que se traduz numa assimetria na capacidade de intervenção dos grupos. Segundo esta perspectiva, o grupo dominado seria uma entidade subjectivamente construída, que reúne os seus membros sob um destino comum, no quadro de uma definição categorial que retira aos seus membros a distintividade individual. Esta assimetria entre os grupos no domínio dos recursos simbólicos repercute-se numa assimetria na capacidade de decisão e de acção. A mudança social depende do desenvolvimento de uma consciência colectiva da natureza da relação de dominação por parte dos membros do grupo dominado. No entanto, Apfelbaum salienta a dificuldade da mudança social, uma vez que as relações de dominação tendem a tornar ‘irreversível’ a assimetria entre os grupos:

(a) todos os direitos e privilégios se concentram num lado – o mercado encontra-se monopolizado pelo grupo dominante; (b) este grupo dominante é o único grupo que pode traçar limites e definir a natureza destes direitos e privilégios; e (c) o outro grupo não pode fazer uso de, ou melhor, fica desposado destes direitos e privilégios (1979: 196).

Nesta perspectiva, os grupos dominados são:

colectividades às quais tem sido recusado um papel na história de uma dada sociedade [...]. Como são invisíveis, não têm qualquer existência autónoma legal e, consequentemente, não têm qualquer poder contratual [...]. O grupo dominante não reconhece, ou opta por ignorar, a própria existência dos invisíveis, bem como os seus pedidos, quando estes são expressos, para serem reconhecidos enquanto parceiros que participam activamente nas decisões quanto às opções fundamentais para a sociedade (Apfelbaum, 1979: 196).

O processo do poder, actuando através dos mecanismos referidos acima, cria uma disparidade entre os dois grupos envolvidos numa relação de dominação, tornando difícil para o grupo dominado intervir socialmente (Apfelbaum, 1979: 196). O poder determina as dinâmicas internas específicas de cada grupo assim como a natureza das relações entre ambos. O primeiro passo no estabelecimento de uma dinâmica de dominação consiste em marcar os membros do grupo dominado, atribuindo-lhes um rótulo. Uma vez que os grupos dominantes e dominados estão reciprocamente ligados na relação de poder,

o processo de marcar e identificar membros do grupo subordinado também define a pertença no grupo dominante: pode não ser necessário para este último grupo definir-se activamente e explicitamente. [...] Ao marcar os membros do grupo subordinado, e, ao mesmo tempo, a excluí-los da pertença no grupo dominante, este último começa a funcionar como representante de um conjunto de normas a ser impostas a todos os outros, como se estas fossem universais (Apfelbaum, 1979: 197).

Numa perspectiva diferente da precedente, Allport (1954/1979) na sua análise do preconceito de discriminação também faz referência a fenómenos intergrupais envolvendo relações de dominação. Como referimos no capítulo anterior, Allport atribui enorme peso ao processo de categorização na explicação da discriminação social, nomeadamente ao poder dos ‘rótulos’ na estigmatização dos grupos socialmente desfavorecidos, uma vez que estes evocam ‘automaticamente’ determinados conteúdos associados a esses grupos, conteúdos esses que são mais vinculativos para esses grupos. Embora reconhecendo a causalidade múltipla do fenómeno do preconceito na sua análise dos estereótipos, o autor discute os seus aspectos ‘objectivos’, ligados a um ‘real’ conhecimento dos grupos, e os seus aspectos ‘falsos’ devidos à falta de informação e de contacto com os grupos e à generalização abusiva de determinadas características a todos os membros desse grupo. Nesse sentido, o autor propôs o aumento da informação sobre os diferentes grupos étnicos através da difusão de imagens mais tolerantes das minorias étnicas nos meios de comunicação social e também através de um aumento do contacto directo entre os diferentes grupos, nomeadamente entre as crianças em idade escolar:

Sem a informação intercultural recebida na escola, uma criança não pode ganhar estes horizontes alargados, uma vez que a maior parte das crianças provêm de lares e bairros onde não têm qualquer oportunidade de conhecer os outros grupos de uma forma objectiva. E assim concluímos que o ensino da informação correcta não muda automaticamente o preconceito; mas pode contribuir nesse sentido a longo prazo (Allport, 1954/1979: 486).

Estas alterações nas práticas de socialização na escola, nos empregos e nos *media* visavam desenvolver cidadãos capazes de formular juízos não enviesados sobre as minorias étnicas, consonantes com os valores igualitários da sociedade

americana. No entanto, Allport reconhece os limites das acções propostas na erradicação dos estereótipos:

Os estereótipos [...] são primeiramente racionalizadores. Adaptam-se ao preconceito e às exigências da situação. Apesar de não fazer mal nenhum (e poder fazer algum bem) combater os estereótipos na escola e entre os colegas, e reduzi-los nos meios de comunicação, não se deve pensar que apenas este ataque por si só irá erradicar as raízes do preconceito (1954/1979: 204).

Allport salientou que o contacto entre grupos e o desenvolvimento de interesses supraordenados comuns aos membros de ambos os grupos, só será plenamente efectivo na redução do preconceito se for entre indivíduos do mesmo estatuto social:

O preconceito (a não ser que profundamente enraizado no carácter do indivíduo) pode ser reduzido por contacto de iguais entre grupos de minorias e maiorias com um objectivo em comum. As consequências podem ser ampliadas se este contacto for sancionado por apoios institucionais (i.e., pela lei, costumes ou atmosfera local), e se este for de tal forma que conduza à percepção de interesses comuns e uma humanidade partilhada entre os membros dos dois grupos (1954/1979: 281).

Assim, o autor teve em consideração aspectos ligados às estruturas de poder, mas não os desenvolveu suficientemente, centrando-se principalmente em variáveis intra-individuais ou situacionais em detrimento das estruturais. Como salienta Amâncio (2000), a análise da discriminação social, no âmbito da psicologia social até aos anos setenta, ficou limitada a extrapolações do nível psicológico para as relações intergrupais: o etnocentrismo resultaria de uma rigidez na visão da realidade social que se explicaria pela falta de informação ou contacto com os grupos-alvo (Allport, 1954/1979) ou pela personalidade autoritária (Adorno *et al.*, 1950), não havendo a integração de variáveis estruturais presentes nos estudos no âmbito da antropologia e da sociologia.

Esta conceptualização da discriminação social apresenta alguns problemas: o pressuposto de que os preconceitos são específicos de certos tipos de pessoas e erradicáveis, não permite compreender a sua incidência e resistência nas interacções sociais. Também não permite compreender a persistência da discriminação de minorias imigrantes nas sociedades ocidentais, onde ela coexiste com normas anti-discriminação, como salientámos no capítulo anterior.

Já Lewin (1948/1997: 144) salientava a necessidade de uma ‘perspectiva integrada’ para a análise das relações intergrupais tendo em conta o contexto, pelo que os psicólogos deveriam ter em conta os trabalhos da sociologia e da antropologia cultural. No entanto, o contributo deste autor neste domínio foi negligenciado durante muito tempo.

De modo que, numa revisão sobre o etnocentrismo a que já fizemos referência no capítulo anterior, LeVine e Campbell (1972: 223) salientam novamente as limitações que resultam da falta de integração entre as ciências sociais, consi-

derando essencial ‘uma ciência social integrada’ para o desenvolvimento dos estudos sobre a discriminação intergrupai.

Esta necessidade de articulação da psicologia social com outras ciências sociais e humanas está bem presente no modelo sobre as relações intergrupais desenvolvido por Sherif e seus colaboradores (1961/1988) durante os anos 60, demarcando-se nitidamente do quadro explicativo dominante na época. Este modelo visava uma integração entre o ‘psicológico’ e o ‘sociológico’, a fim de ultrapassar a tendência para extrapolar do nível de análise individual ou inter-individual para o nível de análise intergrupai:

a investigação sobre relações intergrupais implica mais do que simplesmente estudar o comportamento intergrupai dos indivíduos – que é o nível de análise próprio da psicologia social. Também abarca as questões das relações de poder institucionalizadas e os complexos sistemas organizacionais, formais e informais, que requerem uma análise ao seu próprio nível pelos cientistas políticos, sociólogos, antropólogos e outros (Sherif e Sherif, 1979: 8).

Os autores demarcam-se das abordagens que analisam o comportamento intergrupai a partir da personalidade dos indivíduos, salientando que:

Não podemos de uma forma legítima extrapolar dos anseios e frustrações motivacionais de um indivíduo para as suas experiências e comportamentos em situações de grupo como se os processos de interação e reciprocidades dentro de um grupo fossem uma ação de sombras. É igualmente erróneo extrapolar das propriedades das relações *dentro* dos grupos para explicar as relações *entre* grupos, como se a área de interação entre grupos consistisse num vácuo (Sherif e Sherif, 1979: 8-9).

Por isso mesmo, na opinião de Doise,

é indiscutível a importância histórica e teórica das pesquisas sobre a interação entre grupos efectuadas por Sherif e seus colaboradores (1961). Com efeito, Sherif não somente foi o primeiro a empreender pesquisas experimentais neste domínio, mas também elaborou um quadro teórico sobre a competição e a cooperação entre os grupos (1976/1984: 89).

Os trabalhos de Sherif representam um esforço pioneiro de articulação entre explicações psicológicas e sociológicas, tendo este autor insistido várias vezes sobre a insuficiência dos modelos ‘individualistas’ para explicar as regularidades que se manifestam nas relações entre grupos. No entanto, as pesquisas de Sherif situam-se principalmente no nível de análise situacional, visto que dizem respeito à interação entre indivíduos repartidos em grupos diferentes mas não ocupando necessariamente uma posição diferente no sistema social (Doise, 1982). Esta limitação está bem patente na definição de ‘grupo’ proposta pelo autor, onde não há qualquer referência aos critérios externos, já tidos em consideração por Lewin:

Um grupo é uma unidade delineada socialmente cujas propriedades são mensuráveis e têm consequências para o comportamento dos seus membros. Estas incluem, pelo menos (1) estrutura ou organização – ou seja, a dimensão enquanto medida pela iniciativa eficaz dos membros, e (2) um conjunto de normas que regulam o comportamento dos membros quando na busca pelos seus objectivos, nas relações entre eles e com os outros grupos e respectivos membros – isto é, dimensões avaliativas que podem ser medidas em termos do que é defendido no grupo e o que é tratado como um desvio (Sherif e Sherif, 1979: 8).

Uma das mais famosas pesquisas de Sherif sobre esta temática é conhecida por ‘Robbers Cave’. Esta experiência, realizada com rapazes num acampamento de Verão, foi constituída por várias fases. Na primeira fase, Sherif estudou as interacções naturais em dois grupos de rapazes, que ignoravam a existência um do outro. Esta fase permitiu observar a formação de normas e a emergência de uma hierarquia dentro dos grupos. Na segunda fase, os dois grupos foram postos em contacto e empenhados em tarefas competitivas (e.g., caça ao tesouro, jogos de basebol) o que desencadeou o surgimento de estereótipos e hostilidade entre os grupos. Numa terceira fase, com o objectivo de reduzir o conflito entre os grupos, foram realizadas tarefas não competitivas em conjunto (e.g., lançar fogo-de-artifício), mas a hostilidade entre os grupos não diminuiu. Finalmente, Sherif foi capaz de reduzir o conflito, introduzindo uma série de problemas que requeriam a participação conjunta de todos os elementos de ambos os grupos (e.g., falta de água no acampamento), isto é, objectivos supra-ordenados.

O modelo de Sherif, construído a partir da criação experimental de situações de competição e de cooperação entre grupos, estipula que os comportamentos hostis e as representações que favorecem o endogrupo face ao exogrupo, resultam da situação de conflito e não da estrutura interna do grupo ou das características dos seus membros. Os padrões de comportamento intergrupais observados são resultantes da identificação dos membros com o seu grupo, o que coloca a questão da identidade no cerne das relações intergrupais (Amâncio, 2000).

Campbell (1965) denominou este modelo como *Realistic Conflict Theory* (RCT) porque o ponto de partida para a explicação do comportamento intergrupais foi o que Sherif denominou as ‘relações funcionais entre grupos sociais’. Na opinião de Tajfel e Turner, a hipótese central de Sherif, segundo a qual é um conflito real de interesses entre os grupos que causa o conflito intergrupais, obteve enorme suporte empírico, mas é demasiadamente ‘simples’ (1979: 33).

O facto de Sherif ter analisado uma modalidade específica de relações intergrupais – o conflito de interesses – serve de fundamento para algumas críticas a este modelo (Tajfel e Turner, 1979), mas, como veremos mais adiante, a mesma crítica se poderá fazer a estes autores, ‘por terem feito depender a sua análise da identidade de um outro padrão específico de relações intergrupais’ (Amâncio, 2000: 290).

Sherif verificou que a competição intergrupar aumenta a coesão e a cooperação intragrupal – isto é, os conflitos reais de interesses entre grupos não só criam relações intergrupais antagónicas, como aumentam a identificação e a ligação positiva com o grupo de pertença. No entanto, na opinião de Tajfel e Turner (1979), a identificação dos membros com o seu grupo foi negligenciada pelo modelo de Sherif. De facto, este modelo não se foca nem nos processos subjacentes ao desenvolvimento e manutenção da identidade grupal nem nos seus possíveis efeitos autónomos quer ao nível intragrupal quer ao nível intergrupar. Na opinião de Tajfel e Turner, a relativa negligência destes processos no modelo de Sherif é responsável por certas inconsistências entre este modelo e os dados empíricos. Neste sentido, estes autores propõem uma orientação teórica que ‘não pretende substituir a RCT, mas suplanta-la em alguns aspectos’ (1979: 34). Como veremos no ponto seguinte, o modelo da identidade social da escola de Bristol foi o primeiro a colocar a identidade no âmago das relações intergrupais, atribuindo-lhe uma posição explicativa da diferenciação e da discriminação sociais.

2.2 Categorização social, identidade social e identidade pessoal

Se a teoria da relatividade for corroborada, os alemães dirão que eu sou alemão, os suíços que eu sou suíço e os franceses que eu sou um grande homem da ciência. Se a teoria da relatividade for refutada, os franceses dirão que eu sou suíço, os suíços que eu sou alemão e os alemães que eu sou judeu.

Albert Einstein, 1929

A teoria da identidade social (Tajfel, 1981/1983) consiste numa perspectiva das relações intergrupais cujo objectivo inicial era não só ultrapassar as extrapolações do nível intraindividual e interindividual para o nível intergrupar (e.g., Adorno *et al.*, 1950; Berkowitz, 1962) como questionar a relevância do conflito objectivo enquanto determinante da discriminação entre grupos sociais (e.g., Sherif *et al.*, 1961). Como Tajfel e Turner (1979) referiram, a complexa integração entre o comportamento individual ou interpessoal com os processos sociais e contextuais nos conflitos intergrupais não tinha recebido atenção dos psicólogos sociais.

Os primeiros estudos da escola de Bristol, que deram origem à teoria da identidade social, devem-se, sobretudo, ao percurso científico de Henri Tajfel. Este autor efectuou durante os anos 60 uma série de estudos sobre a sobrestima perceptiva, estudos esses que foram fortemente influenciados pela sua colaboração com Bruner, nos anos 50.

Jerome Bruner é comumente apontado como o pai da *Nova Vaga* no estudo da percepção, que se traduziu numa ruptura com as perspectivas precedentes, caracterizadas por uma visão mecanicista da percepção, que pressupunha que

as pessoas apreendiam a realidade de forma ‘objectiva’ e que as excepções a esta forma de apreensão da realidade constituíam ‘erros’. Na acepção de Bruner (1957), a categorização constitui um dos processos básicos através dos quais se manifesta a actividade estruturante do indivíduo na percepção. Quando um organismo é estimulado por um objecto exterior, reage a ele associando-o a uma categoria de estímulos, ao mesmo tempo que lhe atribui as características da categoria na qual o inclui.

Segundo o autor, a categorização não implicaria, contudo, um sistema rígido de classificação em que cada indivíduo só pode ser atribuído a uma categoria de determinado nível de abstracção. Pelo contrário, a categoria utilizada seria a mais acessível, sendo a acessibilidade determinada pela aprendizagem e pelo estado motivacional do indivíduo no momento. Quanto mais acessível uma categoria menor o *input* necessário para evocar a categorização e maior o espectro de características do *input* que tende a ser percebido como congruente com a categoria, enquanto que as características que não se ajustam à categorização tendem a ser mascaradas (Bruner, 1957). Segundo este autor, a categorização permitiria a simplificação, organização e a previsão de um mundo de outro modo excessivamente complexo.

De acordo com Tajfel, a categorização dos objectos, incluindo os grupos sociais, é baseada nas semelhanças intracategoriais e nas diferenças intercategoriais. Um dos fenómenos associado com a categorização é o *efeito de acentuação*. Este consiste numa acentuação, por parte do observador, das semelhanças entre objectos ou pessoas pertencendo à mesma categoria – *efeito de assimilação* – e das diferenças entre objectos ou pessoas pertencendo a diferentes categorias – *efeito de contraste*. Estes dois efeitos ocorreriam simultânea e simetricamente, sendo inerentes ao processo de categorização.

O efeito de acentuação foi originalmente estudado na percepção de objectos físicos (Tajfel e Wilkes, 1963), tendo sido posteriormente generalizado para os grupos sociais (Tajfel, Sheikh e Gardner, 1964). A categorização é conceptualizada como um processo cognitivo universal que se aplica a todo o tipo de estímulos, isto é, existiria uma homologia entre a apreensão de estímulos físicos e sociais.

No entanto, a experiência de Tajfel, Sheikh e Gardner (1964) parecia apontar para uma certa assimetria na percepção dos grupos sociais, aspecto que não foi explorado pelos autores. Nesta experiência os participantes, todos canadianos, deveriam emitir julgamentos sobre dois grupos-alvo, constituídos por dois indivíduos da mesma nacionalidade: o grupo dos canadianos e o grupo dos indianos. Os resultados mostraram que os participantes sobrestimavam a semelhança das pessoas-estímulo indianas nos traços mais típicos do estereótipo dos indianos, mas não sobrestimavam a semelhança das pessoas-estímulo canadianas nos traços mais típicos do respectivo estereótipo.

Esta assimetria no efeito de acentuação a nível das categorias sociais foi também evidenciada numa experiência de Doise, Deschamps e Meyer (1978). Nesta

experiência, os participantes, adolescentes de ambos os sexos, observavam as fotografias de seis pessoas-estímulo, três rapazes e três raparigas, sendo a sua tarefa descrever cada uma delas a partir de uma lista de adjectivos. Os rapazes apresentaram uma tendência maior para acentuar as diferenças intercategoriais do que as raparigas e, além disso, acentuaram mais fortemente as semelhanças intracategoriais das pessoas-estímulo do sexo feminino do que do sexo masculino. Os resultados destas experiências evidenciam uma assimetria nos efeitos da categorização em função do grupo-alvo: em ambos os casos o efeito de assimilação foi mais acentuado para o grupo-alvo de menor estatuto relativo (os indianos na primeira experiência e as raparigas na segunda). Neste sentido, Beauvois e Deschamps consideram que existe uma diferença fundamental entre a apreensão de estímulos físicos e sociais que é necessário sublinhar:

contrariamente ao que se passa na categorização de estímulos físicos, na categorização social os sujeitos estão eles próprios inseridos numa rede de categorias. A categorização não implica somente uma acentuação das diferenças entre as categorias, como essas diferenças são avaliativas. [...] Na categorização social o efeito de contraste (acentuação perceptiva das diferenças entre objectos classificados em categorias distintas) desemboca num fenómeno de discriminação enquanto que o efeito de assimilação (acentuação perceptiva das semelhanças entre objectos classificados na mesma categoria) conduz à estereotipia (1990: 16-17).

Mas vamos, por enquanto, centrar-nos nas consequências destes estudos na conceptualização da discriminação social. Estes estudos levaram Tajfel (1969) a propor uma nova abordagem da diferenciação entre grupos sociais, segundo a qual a categorização constituía um poderoso processo organizador e simplificador da realidade social, sendo mais forte quando estão associadas dimensões avaliativas às categorias sociais. Como salienta Amâncio:

a preservação do sistema de categorização e das conotações valorativas que lhe estão associadas, e que são transmitidas pela cultura e pelos valores dos grupos de pertença, é conseguida através do tratamento dos critérios classificatórios, como homem-mulher, branco-negro, inglês-francês, enquanto dimensões descontínuas, através da selecção nas interacções sociais das características que confirmam o efeito preditivo da categoria e que validam um conhecimento 'subjectivo' da realidade facilitador da integração dos indivíduos ; e, finalmente através da instrumentalidade dos conteúdos categoriais, sob a forma de estereótipos, nas interacções sociais, visto que a identificação da categoria de pertença dos indivíduos é facilitada pela visibilidade do critério que a define, sobretudo quando esses critérios são físicos, como o sexo ou a cor da pele (2000: 392-393).

Assim, nesta perspectiva, os estereótipos sociais constituem formas específicas de organização subjectiva da realidade social, reguladas por mecanismos sociocognitivos, o que permite compreender a sua incidência e resistência nas interacções sociais.

2.2.1 Identidade social e comparação social

Tajfel e colaboradores (Tajfel, Billig, Bundy e Flament, 1971) realizaram uma experiência com o objectivo de determinar as condições mínimas do aparecimento do favoritismo endogrupal, cujos resultados constituíram o estímulo inicial para a formulação da teoria da identidade social. Na primeira parte da experiência, os participantes, adolescentes do sexo masculino, realizaram uma tarefa de julgamentos estéticos. Em seguida, os participantes foram repartidos em dois grupos, o grupo ‘Klee’ e o grupo ‘Kandinsky’, supostamente em função dos resultados da tarefa precedente. Na segunda parte da experiência, pediu-se aos participantes para, com a ajuda de várias matrizes de resposta, decidirem as remunerações que membros anónimos do endogrupo e/ou do exogrupo deveriam receber pela sua participação na experiência. Estes grupos foram denominados ‘grupos mínimos’ porque são ‘meramente cognitivos’ (Tajfel e Turner, 1979: 39).

Os resultados desta e doutras experiências similares demonstram que a mera categorização em grupos diferentes conduz a estratégias discriminatórias face ao exogrupo. A estratégia ‘máximo para o grupo’ é preterida face à estratégia de ‘máxima diferença’. Assim, os participantes parecem competir com o exogrupo, em vez de seguirem uma estratégia de simples ganho económico para o endogrupo. Optando pela estratégia de máxima diferença, os participantes sacrificam os ganhos absolutos do endogrupo, para ganhar em termos relativos: distintividade positiva. Os participantes mostram, ainda, decisões mais próximas do ‘máximo comum’ quando as decisões dizem respeito a dois membros anónimos do endogrupo do que quando são dois membros do exogrupo.

Billig e Tajfel (1973) encontraram estes resultados mesmo quando a designação dos grupos era efectuada de forma explicitamente aleatória (eliminando assim a semelhança percebida dentro do grupo de pertença como explicação alternativa para os resultados), isto é, mesmo categorizações sociais arbitrárias são suficientes para desencadear a discriminação intergrupala.

Na aceção de Tajfel e Turner, estes resultados demonstram que a discriminação intergrupala não é exclusivamente baseada em interesses grupais incompatíveis: a condição para a competição intergrupala parece ser tão mínima que pode ser considerada como um processo inerente à situação intergrupala. Segundo os autores, a vasta pesquisa desenvolvida com o paradigma do ‘grupos mínimos’ demonstra que o favoritismo endogrupal constitui uma característica ‘omnipresente nas relações intergrupais’, sendo que ‘a mera percepção de pertencer a grupos distintos – isto é, a categorização social – é suficiente para desencadear a discriminação’ (1979: 38).

Para explicar estes resultados, Tajfel (1972) estabelece uma ligação entre três conceitos fundamentais: categorização social, identidade social e comparação social. Uma vez que a identidade social está associada ao conhecimento da

pertença, evocado pela categorização, o significado emocional e avaliativo que resulta dessa pertença exprimir-se-ia no favoritismo pelo grupo de pertença em detrimento do outro.

Um aspecto importante na teoria de Tajfel é a noção de ‘grupo’. O autor critica as definições de grupo habitualmente encontradas na literatura, nas quais o grupo é definido a partir do ‘interior’ – interacção ou interdependência dos seus membros. Tajfel critica esta focalização nos processos intragrupais, como se as relações do grupo com outros grupos não tivessem qualquer influência sobre a sua estruturação interna, ou mesmo sobre a sua existência enquanto tal. Na opinião de Tajfel, estes elementos não são suficientes para definir um grupo: ‘a definição de um grupo (nacional, racial ou outro) só tem sentido em relação a outros grupos. Um grupo só é percebido enquanto tal [...] se outros grupos estiverem presentes no ambiente’ (1972: 295).

Como o autor salienta, os grupos não existem num *vazio* social: ‘um grupo não é uma ilha da mesma maneira que um indivíduo também não é uma ilha; a única maneira de atribuir valores positivos ao seu próprio grupo [...] é comparando com outros grupos’ (Tajfel, 1982: 24).

Para Tajfel, um grupo pode ser definido com base em critérios externos ou internos. Os primeiros não derivam da auto-identificação dos membros do grupo, sendo tecidos por indivíduos exteriores ao grupo, podendo o consenso exterior acerca de um determinado grupo originar critérios de pertença nesse mesmo grupo (1978: 31). Os critérios internos, por seu turno, derivam da auto-identificação dos membros do grupo, isto é, do facto de os indivíduos se sentirem membros desse grupo.

A origem desta conceptualização de Tajfel reporta-se à teoria da comparação social de Festinger (1954). Esta teoria postula nos indivíduos uma necessidade de auto-avaliação que, em certas condições, só pode ser realizada através de comparações com outros indivíduos, considerados semelhantes ou ligeiramente superiores na(s) característica(s) a comparar. Na acepção de Festinger, a comparação é essencialmente interindividual, enquanto que a teoria de Tajfel assenta em comparações intergrupais. Segundo Tajfel e Turner (1979), a necessidade de avaliação positiva de um indivíduo poderá satisfazer-se através de pertenças a grupos sociais avaliados positivamente pelo indivíduo.

As consequências psicológicas da pertença a um grupo estão directamente ligadas à inserção desse grupo numa determinada estrutura de relações intergrupais. Na acepção de Tajfel, ‘identidade social de um indivíduo está ligada ao reconhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e ao significado emocional e avaliativo que resulta dessa pertença’ (1972: 292).

Tendo em conta esta definição de identidade social, Tajfel e Turner (1979) partem dos seguintes pressupostos: os indivíduos esforçam-se por manter ou aumentar a sua auto-estima, isto é, lutam por um auto-conceito positivo; os grupos sociais estão associados a conotações de valor positivo ou negativo, isto

é, a identidade social pode ser positiva ou negativa de acordo com as avaliações (que tendem a ser consensuais) dos grupos que contribuem para a identidade social de um indivíduo; a avaliação do seu próprio grupo é determinada tendo como referência outros grupos específicos nas dimensões consideradas relevantes.

Destes pressupostos foram derivados os seguintes princípios teóricos: os indivíduos esforçam-se por alcançar ou manter uma identidade social positiva; a identidade social positiva é baseada, em larga medida, em comparações favoráveis entre o grupo de pertença e outro(s) grupo(s) relevante(s); quando a identidade social é insatisfatória, os indivíduos esforçam-se ou por deixar o seu grupo e juntar-se a um grupo avaliado mais positivamente ou por tornar o seu grupo mais positivamente diferenciado (Tajfel e Turner, 1979).

Neste sentido, a hipótese básica de que parte a SIT é que as pressões para avaliar o seu próprio grupo positivamente através de uma comparação endogrupo/exogrupo conduzem os grupos sociais a uma tentativa de se diferenciarem uns dos outros. Há pelo menos três classes de variáveis que influenciam as diferenciações intergrupais numa situação intergrupar concreta: os indivíduos deverão ter interiorizado a sua pertença ao grupo como um aspecto do seu auto-conceito, isto é, deverão sentir-se subjectivamente identificados com o grupo de pertença; a situação social deverá permitir comparações intergrupais através da selecção e avaliação de certas dimensões ou atributos relevantes; os outros grupos deverão ser percebidos como grupos de comparação relevantes (a semelhança, a proximidade, a saliência situacional são exemplos de variáveis que determinam a comparabilidade dos outros grupos). Neste sentido, o objectivo da diferenciação intergrupar é alcançar ou manter a superioridade em algumas dimensões relevantes, isto é, consiste numa resposta essencialmente competitiva (Tajfel e Turner, 1979).

Tajfel (1978) considera que o comportamento social pode ser conceptualizado em termos de um *continuum* ‘interpessoal vs. intergrupar’. O extremo interpessoal corresponde a uma interacção entre dois ou mais indivíduos que é completamente determinada pelas suas características individuais ou pelas suas relações pessoais, não sendo afectada pelas respectivas pertenças sociais. No entanto, Tajfel salienta que se trata de um ‘extremo teórico, abstracto, não real’ (1982: 16), no sentido em que nenhum exemplo de comportamento intrapessoal puro pode observado na ‘vida real’.

O extremo intergrupar corresponde a uma interacção entre dois ou mais indivíduos (ou grupos de indivíduos) que é completamente determinada pelas respectivas pertenças grupais, não sendo afectada pelas características dos indivíduos ou pelas suas relações pessoais. Tajfel considera que a probabilidade de este extremo ser encontrado na sua forma pura em situações reais é baixa, mas existe: ‘se pensarmos em certas coisas que se passaram durante a Segunda Guerra Mundial, e mesmo depois, vê-se bem que há situações em que o extre-

mo intergrupo é determinante, onde todo o comportamento é determinado não por características individuais ou por relações individuais, mas pela estrutura dessa relação intergrupo' (1982: 16).

Tajfel procurou analisar as condições que determinam a adoção de formas de comportamento social mais próximas de um extremo ou de outro. Uma dessas condições, como já referimos, é o conflito intergrupar. Assume-se, geralmente, que quanto mais intenso é um conflito intergrupar, maior será a probabilidade de que os membros de grupos opostos se comportem em função das suas pertenças grupais, mais do que em termos das suas características individuais ou relações interpessoais. Contudo, Tajfel considera que um conflito institucionalizado ou explícito de interesses entre grupos, não é suficiente para explicar muitas situações em que o comportamento social dos indivíduos pertencentes a grupos distintos se aproxima do extremo 'intergrupar'.

Associado ao contínuo 'interpessoal-intergrupar' está outro contínuo cujos extremos são a 'mobilidade social' e a 'mudança social'. Estes extremos referem-se a sistemas de crenças acerca da natureza e das estruturas das relações entre os grupos sociais numa dada sociedade.

O sistema de crenças na 'mobilidade social' é baseado no pressuposto de que a sociedade na qual os indivíduos estão inseridos é flexível e permeável, e portanto, alguém que não esteja satisfeito com as condições que advêm da sua pertença a determinado grupo social pode mudar-se individualmente para outro grupo, que se ajuste melhor aos seus objectivos. Tajfel adoptou a definição de mobilidade social de Goldhamer: 'mobilidade social é o movimento de indivíduos, famílias e grupos de uma posição social para outra' (1968; citado por Tajfel, 1978: 46). No entanto, na teorização de Tajfel, o termo foi restringido à mobilidade social *individual*, isto é, aos movimentos de indivíduos e de famílias de uma posição social para outra (excluindo, os 'grupos' da definição de Goldhamer).

A crença na 'mudança social' é baseada no pressuposto de que a natureza e estrutura das relações entre os grupos sociais na sociedade é caracterizada por uma marcada estratificação, que torna impossível ou muito difícil para o indivíduo, *como* indivíduo, sair de um grupo insatisfatório ou desfavorecido. Tajfel adoptou a definição de mudança social proposta por Toch: 'um movimento social representa um esforço de um largo número de pessoas para resolver colectivamente um problema que sentem que têm comum' (1965, citado por Tajfel, 1978: 46). Encontramos aqui os elementos já enunciados por Lewin, nomeadamente a necessidade dos membros de grupos sociais desprivilegiados desenvolverem uma consciência do seu destino comum.

Na acepção de Tajfel, as crenças na 'mobilidade social' não constituem ameaças para o grupo dominante, enfraquecem a solidariedade dentro do grupo dominado e mantêm o *statu quo*. Em contraste, as crenças na 'mudança social' implicam a solidariedade no seio do grupo dominado e constituem uma ameaça

para o grupo dominante, pois visam a alteração de um *statu quo* que privilegia estes últimos.

Ao *continuum* interpessoal-intergrupar são ainda associados dois outros contínuos, relacionados com a variabilidade ou uniformidade nas representações ou nos comportamentos dos membros do grupo de pertença em relação com os membros do outro grupo (Tajfel e Turner, 1979). Quanto mais próximos os membros de um grupo estiverem dos extremos ‘mudança social’ e ‘intergrupar’, maior será a tendência para tratar os membros do grupo dos outros como elementos ‘indiferenciados’ de uma dada categoria social, isto é, os indivíduos serão definidos quase exclusivamente em função das suas pertenças grupais, em detrimento das suas características individuais. Este extremo exprime a percepção estereotipada dos membros dos grupos sociais definidos por critérios de categorização. Esta concepção baseia-se numa hipótese central do modelo clássico da categorização, segundo a qual os elementos de uma mesma categoria serão percebidos de forma semelhante (efeito de assimilação).

Tajfel também se debruçou sobre a influência do estatuto dos grupos na determinação do comportamento dos seus membros. Por ‘estatuto social’ Tajfel entende uma hierarquia de prestígio percebida: o estatuto é o *resultado* de uma comparação, isto é, reflecte a posição relativa do grupo na(s) dimensão(ões) de comparação. Tajfel considera que o baixo estatuto não provoca directamente a competição intergrupar, os seus efeitos no comportamento intergrupar são mediados pelo processo de identidade social: quanto mais baixo o estatuto subjectivo do grupo em relação com grupos de comparação relevantes, menor é a sua contribuição para uma identidade social positiva.

Tajfel e Turner (1979) apontam várias reacções possíveis face a uma identidade social negativa ou ameaçada:

a) *mobilidade individual*: os indivíduos podem tentar deixar o grupo para entrar num de estatuto mais elevado. Uma das características desta estratégia é que o estatuto do seu grupo anterior não muda, ou seja, é uma estratégia individualista com o objectivo, pelo menos a curto prazo, de alcançar uma solução individual e não uma solução grupar. Assim, esta estratégia implica uma desidentificação com o grupo.

b) *criatividade social*: os membros do grupo dominado podem procurar uma distintividade positiva para o grupo de pertença redefinindo ou alterando os elementos da situação de comparação. Esta é uma estratégia grupar, que pode focar-se nos seguintes aspectos: criar novas dimensões de comparação entre o grupo de pertença e o grupo dos outros; mudar os valores das dimensões, de modo que comparações previamente negativas passem a ser percebidas como positivas, isto é, as dimensões salientes mantêm-se mas inverte-se o sistema de valorização; mudar de grupo de comparação, evitando usar um grupo com elevado estatuto como referência para a comparação. Um exemplo clássico de ‘criatividade social’ foi o movimento *Black is Beautiful*: a

dimensão saliente continua a mesma, a cor da pele, mas o sistema de valorização foi invertido.

c) *competição social*: os membros do grupo podem procurar uma distintividade positiva através de competição directa com o grupo dos outros, tentando inverter as posições relativas nas dimensões salientes. Esta estratégia implica, portanto, uma mudança na posição social objectiva do grupo.

Tanto a mobilidade individual como certas formas de criatividade social podem reduzir o conflito intergrupar tendo, no entanto, diferentes implicações. A primeira enfraquece a solidariedade no grupo dominado e não fornece um antídoto para a identidade social negativa a nível grupal, enquanto a segunda pode restaurar ou criar a auto-estima positiva.

Tajfel considera ainda duas outras variáveis que podem contribuir para a compreensão das estratégias a adoptar pelos indivíduos: a percepção da legitimidade e da estabilidade da situação. Quanto mais uma situação é percebida como simultaneamente ilegítima e instável, maior a probabilidade que os membros de um grupo dominado se empenhem em estratégias colectivas de mudança social (Tajfel, 1981/1983).

Quando as relações de estatuto são percebidas como imutáveis, como uma parte de uma ordem estabelecida, a identidade social está 'segura'. A identidade social torna-se 'insegura' ou 'ameaçada' quando a ordem estabelecida começa a ser questionada. Assim, os grupos com elevado estatuto também podem experimentar uma identidade social insegura, por isso toda a ameaça à distintividade positiva do grupo tenderá a ser evitada. Na opinião de Tajfel, tanto os grupos de elevado estatuto como os de baixo estatuto reagem a uma identidade social insegura procurando aumentar a distintividade positiva do seu grupo.

Como foi referido, quando a situação é percebida como ilegítima e instável, a probabilidade dos membros do grupo de baixo estatuto rejeitarem a sua inferioridade e se empenharem em estratégias de mudança social é maior. Quanto aos membros do grupo dominante, várias soluções são possíveis quando a legitimidade do seu estatuto é posta em causa: reforçar, tanto quanto possível, as barreiras existentes e os sistemas 'legais' de discriminação; e/ou a criação e manutenção de uma ideologia que justifique o *statu quo*, como, por exemplo, 'o fardo do homem branco' (Tajfel, 1978: 90), como foi ilustrado no capítulo 1, a propósito do colonialismo.

O significado avaliativo e emocional da pertença grupal (Tajfel, 1972) pode adquirir maior peso no caso dos grupos dominados do que no caso dos dominantes, uma vez que estes são constantemente confrontados com a sua pertença grupal e limitados por ela. Uma vez desenvolvida a consciência de 'destino comum', os membros de grupos dominados podem exagerar a iniquidade que os distancia do grupo dominante, de forma a salientar a ilegitimidade da situação (van Knippenberg e van Oers, 1984). Podem também manifestar maior favoritismo pelo seu grupo de pertença do que os membros de grupos dominantes,

que conscientes da situação de desigualdade, evitam discriminar abertamente os membros das minorias (Branthwarte e Jones, 1975; citados por Tajfel, 1978: 91). Actualmente, o modelo de Tajfel continua a ter desenvolvimentos contínuos, nomeadamente no que respeita às estratégias dos membros de grupos desfavorecidos para fazer face à discriminação (Brown, 2000; Schmitt e Branscombe, 2002). Por exemplo, Branscombe e Ellemers analisam as estratégias de mobilidade ou mudança social em função do nível de identificação com o endogrupo. As autoras distinguem dois tipos de estratégias: individualistas *vs.* grupais. A adopção destas estratégias por parte dos membros de grupos desfavorecidos depende essencialmente do seu ‘fim último – a salvaguarda da auto-estima pessoal ou grupal’ (1998: 246).

Segundo as autoras, as estratégias individualistas salvaguardam a identidade e auto-estima pessoais, mas implicam o distanciamento face ao endogrupo. Em contrapartida, as estratégias grupais aumentam o nível de identificação com o endogrupo e contribuem para um reforço da posição do grupo na estrutura social, mas podem implicar maiores dificuldades no relacionamento com os grupos dominantes. Assim, conforme a discriminação seja percebida como uma ameaça à identidade pessoal ou social, diferentes consequências cognitivas, emocionais ou comportamentais podem ser esperadas (Branscombe e Ellemers, 1998).

Mais recentemente, Barreto e Ellemers (2002), debruçaram-se sobre os efeitos do preconceito ‘subtil’ sobre o bem-estar dos indivíduos, tendo chegado à conclusão que este pode ter efeitos nefastos, uma vez que dificulta o reconhecimento da discriminação e a consciência de destino comum, levando os indivíduos a desinvestir das estratégias de *coping* e a efectuar atribuições internas quando confrontados com os seus fracassos pessoais. Nesse sentido, as autoras salientam que as ‘novas’ formas de preconceito podem ter efeitos mais nefastos sobre a auto-estima dos indivíduos do que as formas ‘clássicas’, não só porque são mais difíceis de reconhecer como de contrariar.

Resumindo, o modelo de identidade social de Bristol parte da integração de três processos: categorização social, identidade social e comparação social, num quadro coerente que contribui para a explicação de várias formas de comportamento intergrupar, conflito social e mudança social. Na opinião de Tajfel e Turner (1979), este modelo tem em consideração as realidades sociais, bem como os seus reflexos no comportamento social através da mediação de um sistema de crenças socialmente partilhado.

No entanto, a sua dependência face ao paradigma dos ‘grupos mínimos’ conduziu à relativa negligência dos aspectos de natureza ideológica, o que está patente na universalização a todos os grupos sociais da procura da distintividade positiva. De facto, o procedimento utilizado no paradigma dos ‘grupos mínimos’ caracteriza-se fundamentalmente pela criação de uma situação socialmente ‘vazia’, uma vez que os participantes ‘pertenciam todos ao mesmo

sexo e à mesma faixa etária, não havia interação entre eles em nenhuma das fases da experiência e a categorização era introduzida através de um critério inteiramente abstracto e sem qualquer significado' (Amâncio, 2000: 293-294). Billig (1976) foi o primeiro autor da escola de Bristol a pôr em dúvida a generalização a todos os grupos sociais de uma necessidade de identidade social positiva, salientando a necessidade de compreender as próprias condições sociais de emergência de uma identidade social positiva. Posteriormente, diversas investigações empíricas demonstraram que a necessidade de distintividade positiva não é algo universal, mas está estritamente ligada a uma ideologia que valoriza a individualidade. Por exemplo, Wetherell (1982) comparou os resultados obtidos em réplicas da experiência dos 'grupos mínimos' com adolescentes europeus e da Polinésia, tendo verificado que estes últimos escolhiam preferencialmente a estratégia da 'recompensa máxima comum', o que aponta para as raízes culturais de uma identidade que se manifesta por uma distintividade positiva.

Doise (1988) critica o modelo de Tajfel e Turner (1979) por este não ter tido em consideração as determinantes sociais da identidade social. Tal negligência deve-se à dependência deste modelo teórico face a um paradigma experimental socialmente 'vazio' e do qual se extrapolou para as condições sociais reais.

Na opinião de Amâncio (2000) verifica-se, assim, uma contradição na produção teórica de Tajfel, que procurava, com os seus estudos sobre a diferenciação perceptiva entre os grupos, ultrapassar as extrapolações do âmbito psicológico para o das relações intergrupais e pusera em causa a tendência da psicologia social para efectuar experiências num 'vácuo social'.

2.2.2 Identidade social e auto-categorização

Embora Tajfel e Turner tenham associado as suas ideias num mesmo modelo de identidade social (1979), as reflexões dos dois autores apresentam algumas diferenças, que se tornam bem patentes nos pressupostos da Teoria da Auto-Categorização (Turner *et al.*, 1987).

Turner considera que a Teoria da Auto-Categorização (SCT), embora derivando directamente da Teoria da Identidade Social (SIT), constitui uma teoria substancialmente diferente, em termos dos problemas em que se focaliza e das hipóteses que propõe. Um dos aspectos em que as duas abordagens teóricas divergem é na interpretação do contínuo intergrupais *vs.* interpessoal. Enquanto que para Tajfel o pólo 'interpessoal' era considerado meramente teórico, para Turner o *self* determina todo o processo, mesmo no pólo 'intergrupais'. O autor acrescenta ainda que a SCT representa 'uma mudança de focagem do problema do conflito social para a questão da relação entre o indivíduo e o grupo' (Turner, 1988: 113). Assim, a SCT parece privilegiar aspectos microssociais, em detrimento da análise de fenómenos macrossociais que constituíram uma

das preocupações de Tajfel, e que sofreram uma ‘radicalização psicológica’ na reinterpretação de Turner (Amâncio, 2000: 298).

Turner define o auto-conceito ‘um conjunto de representações cognitivas sobre o *self*’ (1987: 44). O auto-conceito compreende diferentes componentes, isto é, cada pessoa possui múltiplos conceitos de si próprio. O funcionamento do auto-conceito é dependente da situação: auto-conceitos particulares tendem a ser activados e a tornar-se salientes em situações específicas.

As representações cognitivas do *self* tomam a forma, entre outras, de *auto-categorizações*. Estas fazem parte de um sistema hierárquico de classificação em função do seu nível de abstracção. Seguindo a conceptualização de Rosch (1978), o nível de abstracção da auto-categorização refere-se ao seu grau de inclusividade: quanto mais inclusiva a auto-categorização, mais elevado o nível de abstracção. Turner considera que há, pelo menos, três níveis de abstracção que são importantes para o auto-conceito: o nível *subordinado* correspondente às auto-categorizações pessoais baseadas na diferenciação entre o *self* enquanto indivíduo único e os outros membros do endogrupo (diferenciação intragrupal); o nível *intermédio* referente à diferenciação endogrupo-exogrupo (diferenciação intergrupala); e o nível *supraordenado* do *self* como ser da espécie humana (1987: 45).

As auto-categorizações a um determinado nível tendem a formar-se e a tornar-se salientes através de comparações entre estímulos seguindo o princípio de *meta-contraste*: num dado quadro de referência um dado conjunto de estímulos tem maior probabilidade de ser categorizado como uma entidade na medida em que ‘as diferenças entre esses estímulos em dimensões relevantes (diferenças intracategoriais) sejam percebidas como menores do que as diferenças entre essa entidade e outros estímulos (diferenças intercategoriais)’ (Turner, 1987: 46-47).

Na opinião de Turner, estes pressupostos sumarizam as ideias básicas sobre a formação de categorias propostas por autores anteriores (e.g., Bruner; 1957; Campbell 1958; Tajfel, 1969; Rosch, 1978), que salientam o papel determinante das semelhanças intracategoriais e das diferenças intercategoriais. Contudo, Turner considera que a SCT vai mais além, tornando claro que as semelhanças e as diferenças não são independentes, mas são aspectos do mesmo meta-contraste. Este aspecto parece-nos problemático, uma vez que não está comprovada empiricamente a co-ocorrência destes dois fenómenos (e.g., Tajfel, Sheikh e Gardner, 1964), havendo inclusive autores que afirmam a sua independência, atribuindo-lhes origens diferentes (e.g., Krueger, 1992).

De acordo com Turner, verifica-se um *antagonismo funcional* entre a saliência de um nível de categorização e a saliência dos outros níveis. A saliência das diferenças intergrupais, no nível intermédio da categorização, pressupõe reduzir ou inibir a percepção das diferenças intragrupais. Nesta sequência, verifica-se uma tendência para ‘uma relação inversa entre a saliência dos níveis

de auto-categorização pessoal e social' (1987: 49). Na opinião do autor, os factores que realçam a saliência da categorização endogrupo-exogrupo tendem a aumentar a semelhança percebida entre o *self* e os membros do endogrupo (e as diferenças face a outros grupos), isto é, conduzem à 'despersonalização' da auto-percepção nas dimensões que definem a pertença grupal relevante num dado contexto:

A despersonalização refere-se ao processo de 'auto-estereotipização' pelo qual as pessoas tendem a perceber-se a si próprios mais como exemplares intermutáveis de uma categoria social do que como personalidades únicas definidas pelas suas diferenças individuais face aos outros (Turner, 1987: 50; itálico no original).

Turner salienta que o termo 'despersonalização' não tem uma conotação negativa: a despersonalização 'não corresponde à perda da identidade individual, nem à submersão do *self* no grupo' (1987: 51). No entanto, esta afirmação parece-nos questionável, já que, por um lado, não é apresentada evidência empírica que a sustente, e por outro, a despersonalização corresponde a uma perda do estatuto de 'sujeito', que constitui um pilar fundamental do projecto da modernidade: a concepção do indivíduo como livre, autónomo e internamente determinado (e.g., Amâncio, 1998; Doise, 1999, Lorenzi-Cioldi e Dafflon, 1999).

Resumindo, segundo a SCT a saliência da pertença grupal é um fenómeno dinâmico, sendo definido como um processo psicológico que implica a despersonalização da auto-percepção. O comportamento intergrupla expressa uma mudança, no nível de abstracção da auto-categorização, do nível pessoal para o nível social.

A saliência das auto-categorizações constitui um aspecto com elevada pertinência no âmbito da SCT. A questão de saliência refere-se às condições sob as quais a pertença a uma categoria específica se torna cognitivamente predominante na auto-percepção agindo como a influência imediata na percepção e no comportamento. Oakes apresenta um modelo relativo à saliência das categorias, conhecido por modelo 'acessibilidade x ajustamento' (1987: 126).

Segundo este modelo, a saliência de uma categoria, numa situação específica, é determinada pela interacção entre a sua *acessibilidade* para o observador e o *ajustamento* entre as características do estímulo e as especificações da categoria. A *acessibilidade* refere-se à facilidade com que uma categorização particular pode ser cognitivamente activada. Categorias que são mais prontamente acessíveis têm maior probabilidade de se tornarem salientes e de serem usadas do que categorias cujo acesso cognitivo é mais difícil. Quanto mais acessível é uma categoria, menos *input* é necessário para evocar a categorização relevante e uma maior amplitude de características dos estímulos tende a ser percebida como congruente com a categoria. A acessibilidade é determinada sobretudo por dois factores: a aprendizagem passada e a motivação presente. O *ajus-*

tamento refere-se à correlação entre a distribuição dos estímulos, em termos de uma ou mais características, e a classificação fornecida pela categorização. Oakes (1987) define o *ajustamento* como o grau em que as semelhanças e as diferenças percebidas entre as pessoas e as suas acções se correlacionam com uma determinada classificação.

Resumindo, o sistema cognitivo, na procura de maximizar o significado de um contexto específico, activa a categorização que maximiza a interacção entre a ‘acessibilidade’ da categoria e o ‘ajustamento’ entre o estímulo e as especificações de categoria. Isto é, a categorização saliente é a que melhor explica as semelhanças a as diferenças entre os estímulos.

Esta conceptualização é inspirada em modelos cognitivos, tais como o sistema hierárquico de inclusividade de Rosch (1978). Na aceção da autora, o nível de inclusividade mais eficiente, adoptado pelos indivíduos em ordem a maximizar o conhecimento acerca dos outros, é o nível intermédio de classificação (i.e., o nível da categorização endogrupo/exogrupo). O nível interpessoal é informativamente mais rico, mas é menos eficiente para uma série de propósitos. Em contrapartida, de acordo com a SCT, o nível de abstracção saliente numa interacção social não é fixo, mas varia conforme o contexto: o nível de abstracção saliente é o imediatamente subordinado ao nível no qual o estímulo sob comparação pode ser tratado como idêntico (Turner, 1987).

Hogg e McGarty consideram que um dos atractivos da SCT é que esta representa uma forma de ‘incorporar o contexto social’, debruçando-se sobre ‘os dois lados da dialéctica: o efeito do social sobre o indivíduo e o efeito do indivíduo sobre o social’ (1990: 23). No entanto, a integração do contexto social, nomeadamente os factores de ordem ideológica, não é visível na maior parte da pesquisa empírica e da produção teórica no âmbito da SCT (Amâncio, 2000). O desenvolvimento do modelo da identidade social de Bristol, por parte de Turner e de autores sob a sua influência (e.g., Turner *et al.*, 1987; Abrams e Hogg, 1999), vai no sentido de uma ‘articulação entre explicações situacionais, como a da dinâmica contextual da relação intergrupos, e explicações psicológicas, como a identificação com o grupo’ (Amâncio, 1993: 215). Se estes desenvolvimentos constituem lacunas da teoria da identidade social que era necessário colmatar, a verdade é que as explicações de nível ideológico continuam ausentes, apesar de serem necessárias para analisar dinâmicas inter e intragrupais, como salientam Hinkle e Brown (1990).

Tajfel (1978) situava o seu modelo da identidade social no âmbito das relações intergrupais, uma vez que se referia às situações em que a pertença grupal se torna perceptiva e avaliativamente saliente para os indivíduos. Em contrapartida, grande parte dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da SCT não se focalizam propriamente nas relações intergrupais, mas sim na identificação do indivíduo com o(s) grupo(s) de pertença, como salienta Amâncio:

o *continuum* interpessoal-intergrupo transforma-se numa oposição entre o *self* e o grupo (Turner, 1982), à qual corresponde uma oposição entre uma identidade pessoal, construída por traços físicos, de personalidade, intelectuais e idiossincráticos, e uma identidade social, que é composta pelo conjunto das autodefinições em termos de categoria de pertença (2000: 398).

Os conteúdos da identidade social não são considerados e o grupo surge como um simples meio de satisfação da necessidade de uma identidade individual positiva (Turner, 1975).

Por outro lado, na acepção de Tajfel, é a relação entre uma pertença grupal socialmente saliente e as crenças de que os membros do grupo têm sobre as características do sistema social em que estão inseridos, e da legitimidade ou ilegitimidade da posição social do seu grupo, que determina o tipo de estratégias, individuais (mobilidade social) ou colectivas (mudança social), que os membros do grupo desenvolverão para mudar a sua situação. Tajfel (1978) afirma, ainda, a necessidade e relevância da contribuição da psicologia social para a análise de fenómenos macrossociais, como as situações de discriminação nacional, étnica e linguística, assim como os movimentos sociais. Em contraste, a SCT focaliza-se sobretudo nos determinantes sociocognitivos da saliência da pertença grupal e na identificação do indivíduo com o grupo, em detrimento da análise de aspectos macrossociais.

Na opinião de Lorenzi-Cioldi e Doise, a teoria da auto-categorização deverá ser articulada com outros modelos explicativos para poder dar conta das variações observadas nas percepções intergrupais, nomeadamente para permitir compreender ‘quando é que os processos postulados a nível grupal e a nível individual são antagónicos entre si e quando é que se reforçam mutuamente’ (1990: 87).

Lorenzi-Cioldi e Doise argumentam em favor de uma perspectiva pluralista onde diferentes padrões de diferenciação intra e intergrupais sejam considerados. Segundo estes autores, as diferenciações *self*-outro podem ser perceptualmente compatíveis com a identidade grupal, mesmo quando a categorização endogrupo/exogrupo é tornada saliente. Estes autores consideram que a concepção de Turner *et al.* (1987), em que níveis de identidade pessoal e social são considerados como antagónicos, não sendo possível a sua activação simultânea, sofre de excessiva simplicidade e não permite explicar as assimetrias observadas na percepção dos grupos.

De facto, estudos desenvolvidos pela escola de Genebra vieram demonstrar que a relação entre as diferenciações intra e intergrupais não é linear: complexos padrões de diferenciação podem acontecer dependendo da natureza das relações intergrupais, como veremos no ponto seguinte.

2.3 Representações sociais, identidade social e dominação simbólica

2.3.1 Identidade social e diferenciação categorial

O modelo da diferenciação categorial (e.g., Doise, 1976/1984) visa a integração e articulação entre alguns modelos anteriores (e.g., Sherif *et al.*, 1961; Tajfel, 1969). Este modelo atribui um papel preponderante à categorização, considerando-a como um processo psicológico de estruturação do meio, mas integra a análise deste processo no quadro das relações intergrupais, tendo em consideração variáveis de ordem situacional e estrutural.

Na opinião de Doise (1976/1984), os conteúdos das categorias não podem ser desligados dos seus critérios classificatórios. Segundo o autor, as representações assumem um lugar central nas relações intergrupais, desempenhando três tipos de funções: selecção, justificação e antecipação. A função selectiva traduz-se numa centralidade dos conteúdos relevantes, relativamente aos conteúdos irrelevantes, ao nível das representações mútuas nas relações intergrupais. A função justificativa revela-se nos conteúdos das representações que veiculam uma imagem do outro grupo que justifica um comportamento hostil em relação a ele e/ou a sua posição desfavorável no contexto da interacção entre os grupos. Na opinião de Doise (1976/1984), os estudos dos estereótipos apoiam esta interpretação. A semelhança, que existe em vários países, entre os estereótipos referentes a grupos diferentes mas com uma mesma posição socioeconómica desfavorecida, sugere que estes estereótipos têm, em toda a parte, a função de preservar a distância económica e cultural dos grupos dominantes face aos dominados.

A função antecipatória manifesta-se na influência que as representações exercem no próprio desenvolvimento da relação entre os grupos, como demonstra a experiência de Doise e Weinberger (1972-1973; citados por Doise, 1976/1984). Nesta experiência, participantes do sexo masculino são levados a antecipar situações de competição, de cooperação ou de co-presença com duas parceiras do sexo feminino, comparsas dos experimentadores. Verificou-se que os participantes projectavam uma imagem das suas parceiras globalmente mais desfavorável e mais feminina quando antecipavam uma situação de competição do que quando antecipavam os outros tipos de interacção. Assim, as representações não se limitam a seguir o desenvolvimento das relações intergrupais, adaptando-se a ele, mas também intervêm ‘na determinação deste desenvolvimento, antecipando-o activamente’ (Doise, 1976/1984: 105).

Como refere o autor, a selecção, a justificação e a antecipação não são, evidentemente, três funções independentes das representações intergrupais, mas derivam de uma mesma dinâmica. O modelo da diferenciação categorial estabelece, assim, uma ligação entre a realidade objectiva e simbólica na análise das relações intergrupais. Doise refere que:

o processo de diferenciação categorial constitui um processo psicossociológico [...] [que] esclarece o modo como, em variadas situações, uma realidade social constituída por grupos se constrói e afecta os comportamentos dos indivíduos que, por seu turno, interagem e corroboram esta realidade (1976/1984: 138).

Várias experiências realizadas por Doise e colaboradores têm demonstrado que o processo de diferenciação categorial não se manifesta de forma simétrica, sendo modelado pelo contexto das relações intergrupais. Também os estudos sobre o etnocentrismo realizados por LeVine e Campbell (1972) e Brewer (1979), aos quais fizemos referência no capítulo 1, demonstraram que o processo de diferenciação categorial não é nem universal na sua extensão, nem simétrico na sua expressão, uma vez que a diferenciação se estabelece sobretudo ao nível das dimensões consideradas mais relevantes para o grupo (Brewer, 1979). Estes estudos também demonstram que, no caso de categorizações cruzadas, a sobreposição de duas categorias pode anular o efeito diferenciador de uma delas. Tal não se verifica, no entanto, relativamente a categorias muito significantes para os indivíduos e, por isso, estruturantes das suas representações (por exemplo, nacionalidade). Assim, os processos de diferenciação perceptiva e avaliativa são mediados pelas pertenças dos indivíduos a categorias sociais ‘reais’, mas o seu peso depende do contexto específico em que essas categorizações são activadas.

2.3.2 Identidade dominante e identidade dominada

Na acepção de Deschamps (1982), o estudo da identidade deve ter em consideração que os indivíduos se definem e são definidos em relação a um universo simbólico comum que diferencia os grupos através das suas posições relativas, o que se traduz em diferentes modalidades de identidade social. ‘Esta abordagem da identidade social situa-se numa perspectiva psicossociológica, na medida em que articula as condições objectivas da relação intergrupos com uma dimensão cognitiva que faz da identidade social um constructo subjectivo’ (Amâncio, 2000: 390).

Contrariamente à hipótese de exclusão mútua das diferenciações intra e intergrupais, subjacente ao *continuum* interpessoal-intergrupar, diversos estudos têm demonstrado que um maior índice de diferenciação intragrupal pode estar ligado com um maior índice de diferenciação intergrupar: hipótese da *co-variância* (Deschamps, 1982). O autor situa os comportamentos de diferenciação e discriminação intergrupais num universo de referências sociais e normativas. Na sua acepção, o comportamento intergrupar seria o resultado de diferentes modalidades de identificação com o grupo, como a *individualização* e a *fusão*.

Deschamps e Lorenzi-Cioldi (1981) operacionalizaram estas modalidades de identificação com o grupo numa experiência em que foi utilizado um procedi-

mento semelhante ao dos ‘grupos mínimos’. Numa das condições os participantes, adolescentes de ambos os sexos, foram informados de que iriam receber individualmente os pontos que lhes fossem atribuídos pelos outros (condição de individuação), enquanto na outra os participantes eram informados de que iriam receber a média dos pontos atribuídos ao seu grupo (condição de fusão). Os resultados evidenciaram maiores índices de diferenciação intra e intergrupar na condição de individuação do que na de fusão, confirmando a hipótese de co-variação nos comportamentos de diferenciação interindividual e intergrupar. Numa experiência de Wagnen e Schönbach (1984; citados por Doise, 1988) verificou-se que quando se pedia a participantes alemães de mais baixo estatuto para se descreverem a si próprios e aos alemães em geral, antes de descreverem os trabalhadores imigrantes, produzia-se uma imagem mais negativa destes últimos do que quando os próprios eram descritos depois do exogrupo. Contudo, o mesmo não acontecia com os participantes de mais alto estatuto, para os quais a ordem de se descreverem a si próprios, antes ou depois dos trabalhadores imigrantes, não teve efeito. Estes resultados apontam para uma certa assimetria nos padrões de diferenciação, sendo os membros dos grupos dominados mais influenciados pelo contexto do que os membros do grupo dominante.

Os estudos sobre o *efeito ovelha negra* (Marques, 1990) também apontam para uma co-variação nos comportamentos de diferenciação. Basicamente, o *efeito ovelha negra* é considerado uma consequência dos membros do grupo tentarem alcançar superioridade para o seu grupo comparando-o com outro(s) grupo(s) relevante(s). Marques considera que uma forma de alcançar essa superioridade consiste em desvalorizar os membros marginais ou desviantes do grupo de pertença, isto é, que não revelem as características positivas dos membros mais prototípicos do grupo. O resultado deste processo é uma polarização nos juízos sobre os membros do grupo de pertença relativamente aos juízos sobre os membros dos outros grupos.

Numa das suas experiências, Marques (1986; citado por Marques, 1990), pedia a estudantes belgas para descreverem ‘estudantes belgas simpáticos’, ‘estudantes belgas antipáticos’, ‘estudantes norte-africanos simpáticos’ e ‘estudantes norte-africanos antipáticos’. Tal como esperava, os ‘estudantes belgas simpáticos’ foram descritos de forma mais positiva do que os ‘estudantes norte-africanos simpáticos’, enquanto que os ‘estudantes belgas antipáticos’ foram descritos de forma mais negativa que os ‘estudantes norte-africanos antipáticos’. Experiências posteriores demonstraram que este efeito só ocorre para dimensões relevantes para a definição do grupo de pertença ou para a relação intergrupar.

Os estudos de Codol (1975) sobre o efeito *Primus Inter Pares* (PIP), apesar de apenas analisarem os efeitos de diferenciação em situações de comparação interindividual, demonstraram que os participantes resolvem a tensão entre a norma do conformismo (contextual) e a norma da originalidade (social), afir-

mando a sua distintividade através da própria semelhança. Segundo Codol, os indivíduos estão sujeitos à pressão dos conteúdos avaliativos e normativos inscritos nos contextos ou nas pertenças categoriais, isto é, a um conflito permanente entre a diferença e a semelhança; pois tanto a igualdade excessiva como a diferença excessiva terão consequências nefastas na identidade dos indivíduos. Segundo Codol (1984), o comportamento do indivíduo no seio do grupo e em relação aos grupos relevantes, num dado contexto, não é universalmente orientado por uma motivação, mas sim pela referência a valores e normas colectivas que a categorização torna significativas ou as normas contextuais que possibilitam a procura da singularidade, quer através da diferença quer através da semelhança. Assim, Codol chama a atenção para o facto da diferenciação interpessoal ser dependente das normas contextuais e colectivas: ‘A diferenciação e a não-diferenciação não podem [...] ser consideradas somente como dois pólos entre os quais os indivíduos incessantemente oscilam. Em muitas situações sociais, diferença e semelhança são procuradas simultaneamente’ (Codol, 1984: 328), o que se traduz no efeito PIP. Este efeito seria tanto mais acentuado quanto maior a identificação do indivíduo com o grupo, isto é, quanto mais este aderisse às suas normas.

Perante os resultados destes diversos estudos, Deschamps afirma que a dicotomia entre identidade pessoal diferenciada e identidade social homogeneizante se torna inaceitável. O comportamento do indivíduo, no seio do grupo e em relação ao grupo comparativamente relevante, é orientado por normas e valores colectivos que dão significado à categorização intergrupual. Uma dessas referências colectivas são as ideologias relativas à estratificação dos grupos sociais numa escala de poder, que Deschamps (1982: 88) designa por um ‘universo simbólico comum de valores’, que serve de referência à posição relativa dos grupos sociais.

De acordo com Deschamps, as dinâmicas sociais a nível interindividual e a nível intergrupual são ao mesmo tempo homólogas e interrelacionadas. As tensões entre a cooperação e a competição, a nível intergrupual, são semelhantes às tensões entre a fusão e a individuação, a nível interpessoal. Fortalecer experimentalmente um pólo a um nível aumentará a saliência do pólo homólogo no outro nível. Assim, na acepção de Deschamps, os pólos do *continuum* interpessoal-intergrupual não são antagónicos (Tajfel e Turner, 1979), mas podem co-variariar.

Deschamps (1982) chamou a atenção para a ideia de que a distintividade interpessoal depende das posições dos indivíduos num dado sistema de relações intergrupuais. Os membros dos grupos dominantes consideram-se a si próprios individualmente como um ponto de referência em relação ao qual as outras pessoas são definidas, concebem-se a si próprios como indivíduos únicos e a pertença grupal não contribui muito para a definição de si próprios. Por outro lado, os membros dos grupos dominados definem-se a si próprios e são defini-

dos pelos outros, em termos das categorizações sociais que lhe são impostas. A procura de diferenciação seria, portanto, privilégio dos membros dos grupos dominantes e seria aumentada quando essa pertença grupal fosse tornada saliente.

Neste sentido, a hipótese da co-variação aplica-se mais especificamente aos membros dos grupos que estão numa posição dominante, mas é necessário ter em conta que os membros dos grupos dominados também podem ocupar posições dominantes em situações específicas (Doise, 1988).

Vamos debruçar-nos um pouco mais sobre esta conceptualização. Como já referimos, Tajfel considera que as definições ‘ortodoxas’ de grupo são insuficientes quando aplicadas às relações intergrupais, tendo sido proposta uma noção de grupo que salienta o facto de este não ter existência senão pela relação com outros grupos (1972: 295). No entanto, Deschamps considera que esta definição de grupo é ainda insuficiente. É necessário que a definição de grupo tenha em consideração as relações de interdependência e de interdeterminação que existem entre os grupos:

Os grupos existem num sistema de dependência mútua; eles apreendem uma realidade definida pela e através da sua interdependência. Não se tratam de esferas fechadas preexistentes, cada uma delas apenas capaz de engendrar os seus próprios sistemas de significado. Não pode, por isso, dizer-se que cada grupo tem as suas próprias interpretações e valores; os grupos existem como algo concreto e ‘objectivo’ apenas no contexto de alguns valores que são comuns à sociedade enquanto um todo. Assim, não é a diferença entre os sistemas de valores que determina a existência dos grupos específicos, mas – pelo contrário – um sistema comum de valores e a sua homogeneidade. A existência de diferenças concretas e ‘objectivas’ entre os indivíduos não é condição suficiente para a emergência de um grupo ou a formação de vários grupos. Estas diferenças não são observáveis senão quando o seu significado deriva de valores partilhados. Por outras palavras, podem-se tornar ‘legíveis’ apenas quando se relacionam com um universo simbólico comum e partilhado de valores que possibilita a existência de diferentes grupos (1982: 87-88).

Neste sentido, Deschamps considera que é necessário não reduzir as relações entre grupos a uma interacção entre elementos intermutáveis e equivalentes. Com efeito, as relações de interdependência entre grupos, quer a nível concreto quer a nível simbólico, são frequentemente *assimétricas*: os grupos das ‘mulheres’, dos ‘negros’, dos ‘operários’, não são grupos equivalentes ou intermutáveis com os dos ‘homens’, ‘brancos’, ‘classe média’, visto que o sexo, a ‘raça’ e a posição social destinam-lhes posições específicas nas relações sociais (1982: 88).

As relações de poder vão actualizar-se nas relações de interdependência entre os grupos. Os grupos dominantes vão procurar preservar a sua posição de dominação. Por outro lado, no caso dos grupos dominados, a valorização global do seu próprio grupo será difícil. A imagem desfavorecida enviada pela socie-

dade (ou pelo menos por parte do modelo dominante) opõe-se à tendência de etnocentrismo (Lorenzi-Cioldi, 1988).

A ordem social, criada e mantida pelos grupos dominantes a que se referia Apfelbaum (1979), implica que a pertença aos grupos não seja igualmente *saliante* para todos. A saliência da pertença grupal varia conforme os indivíduos dependendo da sua distância do ponto de referência em relação ao qual qualquer indivíduo é *suposto* ser capaz de se definir a si próprio. Neste sentido, Deschamps estabelece a distinção entre duas modalidades de identidade social:

a identidade social pode variar fundamentalmente como uma função do capital material e simbólico de cada indivíduo. [...] a identidade social daqueles que dominam será definida em termos de ‘sujeitos’ e daqueles que são dominados em termos de ‘objectos’. Os primeiros não pensam em si próprios como sendo determinados pela sua pertença a um grupo ou a sua afiliação social. Eles vêm-se acima de tudo como seres humanos individuais singulares, ‘sujeitos’, actores voluntários, livres e autónomos. O seu grupo é antes e acima de tudo um conjunto de pessoas. Este não é o caso dos dominados que são definidos como elementos indiferenciados que fazem parte de um conjunto de partículas impessoais, e são pensados enquanto ‘objectos’ e não como ‘sujeitos’ (1982: 90).

Na perspectiva de Deschamps (1979), a consideração destas duas modalidades de identidade social impõe alguns limites à generalização do efeito PIP, uma vez que as comparações interindividuais analisadas por Codol, eram efectuadas entre ‘iguais’. Dado que a norma da singularidade se aplica mais aos membros dos grupos dominantes do que aos dos dominados, estes últimos terão uma maior probabilidade de se encontrarem em contextos que envolvam um conflito normativo (Amâncio, 1994). Neste tipo de relações intergrupais, o grupo comparativamente relevante também não é arbitrário, visto que é através da interdependência que a relação de dominação se torna significativa (Deschamps, 1982).

O modelo proposto por Deschamps não toma como ponto de partida a distinção entre a identidade pessoal e a identidade social, mas sim a distinção entre a identidade *de facto* e a identidade *imaginária* (1982: 90). A primeira é a definição do *self* atribuída aos indivíduos através das suas relações sociais. No caso de serem membros de grupos dominantes, essas definições são feitas em termos de pessoas ou sujeitos; para os membros de grupos dominados, elas são parte de um objecto colectivo. Como resultado, a identidade *de facto* é, para os dominantes, homóloga com a identidade *imaginária*. Em contraste, as identidades *de facto* e *imaginária* não têm congruência no caso dos dominados.

Uma técnica frequentemente usada em psicologia social para estudar a identidade social é o *Twenty Statements Test* (TST – técnica criada por Kuhn e McPartland, 1954), que consiste em o participante responder 20 vezes à questão ‘Quem sou eu?’. Os resultados obtidos em diversos estudos demonstram que as referências a categorias sociais, nomeadamente papéis, estatutos ou per-

tenças grupais (e.g., negro, judeu, mulher) ultrapassam as referências a traços de personalidade, aptidões ou escolhas pessoais (e.g., dinâmico, inteligente, alegre), sobretudo nos indivíduos pertencentes a grupos minoritários ou desfavorecidos (Deschamps, Lorenzi-Cioldi e Meyer, 1982). Estes resultados apontam para o facto da pertença a um grupo minoritário ou dominado produzir nos indivíduos uma maior consciência da categoria social que determina o seu estatuto minoritário (Lorenzi-Cioldi e Dafflon, 1999). Para esta ‘consciência de categoria de pertença’ contribuem os processos de estigmatização referidos por outros autores clássicos da psicologia social (Lewin, 1948/1997; Allport, 1954/1979).

Doise, Meyer e Perret-Clermont (1976; citados por Deschamps, 1982) utilizaram o TST num estudo com adolescentes suíços de ambos os sexos, alunos de escolas técnicas ou de liceus. Cada adolescente respondeu sete vezes à questão ‘Quem sou eu?’. Os resultados mostraram que os alunos das escolas técnicas (grupo de menor estatuto) referiram uma proporção maior de respostas ‘consensuais’ do que os alunos dos liceus. Na opinião de Deschamps, estes dados confirmam que os ‘dominados’ se definem a si próprios mais em termos da sua posição social e da sua pertença grupal – isto é, como membros de uma entidade colectiva – do que os ‘dominantes’, que se concebem a si próprios menos em termos das suas pertenças grupais e mais em termos das suas características pessoais. Este estudo mostrou ainda que os alunos do liceu, particularmente aqueles dos cursos mais ‘prestigiados’, vêem-se a si próprios como ‘senhores do seu destino’ (1982: 92) e relativamente autónomos, isto é, têm uma visão de si próprios que acentua a causalidade interna. Em contraste, os alunos das escolas técnicas mostram uma maior tendência para se percepcionarem a si próprios como dependentes de contingências exteriores. Ou seja, os dominantes definem-se a si próprios mais como sujeitos e percebem as suas acções como voluntárias, enquanto que os dominados se vêem a si próprios como objectos de forças exteriores.

Lorenzi-Cioldi (1988) realizou uma série de experiências nas quais operacionalizou, de várias formas, uma relação de dominação intergrupala, o que lhe permitiu analisar os padrões de diferenciação interindividual e intergrupala que lhe estão associados, definir o perfil das identidades dominante e dominada e demonstrar a sua homologia com os padrões de comportamento masculino e feminino.

Numa das experiências, adolescentes de ambos os sexos foram divididos em dois grupos. Num dos casos, a pertença colectiva dos participantes é supostamente devida às preferências estéticas individuais – tomando os grupos o nome do compositor escolhido numa tarefa de julgamentos estéticos realizada previamente (grupos *colecção*). Noutro caso, os participantes foram informados de que a sua pertença grupal era fruto de uma decisão arbitrária do experimenter (grupos *agregado*). Isto é, numa das condições os participantes foram ca-

tegorizados de acordo com um critério ‘interno’ (as suas supostas preferências) e na outra foram categorizados de acordo com um critério ‘externo’ (decisão arbitrária do experimentador). Seguidamente, os participantes efectuaram uma tarefa de distribuição de pontos utilizando as matrizes de Tajfel. As matrizes permitiam a distribuição de pontos entre o próprio e um membro anónimo do endogrupo, e entre o próprio e um membro anónimo do exogrupo. De acordo com as instruções, metade dos participantes do grupo *colecção* e metade dos participantes do grupo *agregado* iria receber exactamente os pontos que lhe fossem atribuídos pelos outros – condição ‘individualismo’ –, enquanto a outra metade dos participantes iria receber a média dos pontos atribuídos ao seu grupo – condição ‘fusão’. Esta variável – ‘individualismo *vs.* fusão’ – introduz de outra forma a pertença a um grupo *colecção* ou *agregado*.

O autor verificou que o favoritismo endogrupal não diferiu em função das condições *agregado* e *colecção*, contudo, diferiu entre rapazes e raparigas: globalmente as raparigas foram mais equitativas do que os rapazes (cf.: Turner, Brown e Tajfel, 1979). Na condição *colecção*, mas não na condição *agregado*, os rapazes apresentaram maiores índices de discriminação intergruppal do que as raparigas. Paralelamente, na condição *individualismo*, mas não na condição *fusão*, verificou maior nível de favoritismo endogrupal nos rapazes do que nas raparigas. Assim, globalmente, os resultados mostram que a diferenciação interindividual e intergruppal está associada à pertença a um grupo ‘dominante’ e não à pertença a um grupo ‘dominado’.

Os resultados desta e doutras experiências efectuadas por Lorenzi-Cioldi (1988), demonstram que as raparigas apresentam um padrão de comportamento mais flexível, ou seja, mais influenciadas pelas manipulações experimentais, do que os rapazes, o que segundo o autor se prende com o seu estatuto ‘dominado’. Como o autor salienta, estes resultados não se coadunam com a formulação clássica do modelo da identidade social.

2.3.3 Identidade social e representação de ‘pessoa’

No âmbito dos estudos da escola de Genebra desenvolveu-se uma perspectiva que conceptualiza a identidade enquanto representação social. Na aceção de Lorenzi-Cioldi e Doise, ‘tanto a identidade pessoal como a identidade social devem ser concebidas como sendo representações sociais’ (1990: 87). Estes autores realizaram um estudo em que compararam as auto-descrições, descrições dos amigos e os estereótipos grupais de alunos do ensino secundário de acordo com a sua origem, suíços ou imigrantes de segunda geração. Verificou-se que os adolescentes manifestaram claramente o favoritismo endogrupal quando descrevendo ‘os suíços em geral’ e ‘os estrangeiros em geral’. Mas, quando se descreviam a si próprios, os alunos suíços e os imigrantes de segunda geração não diferiram significativamente. Face a estes e outros dados, Doise argumenta:

As auto-imagens são socialmente produzidas. É conhecido que a cultura ocidental tem a sua própria representação da personalidade individual [...]. Esta representação obviamente reflecte as relações sociais, económicas e jurídicas e intervêm constantemente na moldagem dessas relações assim como nas nossas investigações científicas (1988: 106-107).

Na acepção de Doise, ‘o auto-conceito tem de ser estudado como uma representação social já que este é um importante princípio organizador das relações simbólicas entre os agentes sociais’ (1988: 107). Segundo o autor, os progressos neste campo de investigação exigem a articulação de diferentes perspectivas e uma visão mais complexa do funcionamento dos indivíduos nos diversos contextos sociais.

Para o desenvolvimento desta perspectiva contribuíram sobretudo os estudos sobre a relação interssexos, visto que esta constitui, sem dúvida, um tipo de relação intergrupual onde o peso do universo simbólico é bem visível. Como refere Amâncio, ‘as diferentes posições e funções sociais dos dois sexos não são meramente situacionais, mas sim históricas’ (2000: 305), de modo que um contexto que torne a categorização interssexos saliente evoca nos homens e mulheres conteúdos categoriais sobre os quais se estabeleceram noções de si e de comportamentos apropriados. O consenso que envolve os estereótipos sexuais em diferentes culturas e sociedades, evidenciado ao longo de vários anos de investigação em psicologia social, permite considerá-los não só um suporte simbólico das posições sociais objectivas destes grupos, mas também da construção da representação de si dos indivíduos de ambos os sexos (Amâncio, 1994).

Na opinião da autora, o enorme peso histórico da ideologia sexista e a sua grande influência ao nível dos sistemas de saber e de poder na criação da realidade social, tem fortes implicações na formação do *self* e na marcação das trajectórias individuais das mulheres, constituindo, a mais estrutural de todas as formas de exclusão social (Amâncio, 1998: 88). A este propósito Amâncio salienta:

as próprias características estereotipadas dos membros dos grupos são interdependentes, porque todas elas provêm de um mesmo universo finito de crenças sobre o que é uma ‘pessoa’. É, por outro lado, a dimensão histórica da relação de dominação que faz com que os indivíduos internalizem estas representações no seu autoconceito e as reproduzam nos seus comportamentos em diferentes situações [...]. A proximidade entre o modelo ‘universal’ de pessoa e o modo de ser socialmente construído dos membros dos grupos dominantes permite-lhes aceder a um *self*, que só aparentemente é descategorizado e universal [...] enquanto que o *self* dos membros dos grupos dominados emerge aparentemente marcado pela categoria social de pertença (1994: 173).

Se se analisar o significado dos conteúdos associados ao masculino e ao feminino no quadro do universo simbólico comum da noção de ‘pessoa’, verifica-se

que este diferencia os sexos através de uma representação de pessoa singular, autónoma e independente dos contextos, no caso do masculino – ‘modelo de pessoa universal’ –, e de uma representação de pessoa definida por uma função social e delimitada pelas fronteiras do contexto em que essa função é exercida, no caso do feminino – ‘modelo de pessoa situacional’ (Amâncio, 1993).

O efeito desta ideologia é bem visível na procura da causalidade dos comportamentos. Deaux e Emswiler (1974), num estudo sobre o sucesso e o insucesso, mostraram que o sucesso era atribuído aos homens pela sua competência e às mulheres devido à sorte. Pediu-se aos participantes, estudantes de ambos os sexos, para avaliar a *performance* de uma pessoa-estímulo, homem ou mulher, nas mesmas tarefas, uma das quais era ‘masculina’ e outra ‘feminina’ (os autores certificaram-se previamente que estas tarefas eram consensualmente percebidas como ‘masculina’ e ‘feminina’). A *performance* das pessoas-estímulo, homem ou mulher, era percebida pelos participantes como sendo de nível similar. Verificou-se, tal como previsto, que a *performance* da pessoa-estímulo homem era atribuída a causalidade interna (competência) quando a tarefa era masculina, e que, na mesma tarefa, uma *performance* idêntica de pessoa-estímulo mulher era atribuída à causalidade externa (sorte), não havendo diferenças significativas entre as atribuições dos participantes de ambos os sexos. Em contraste, o padrão inverso não aparece para a tarefa ‘feminina’ na qual a pessoa-estímulo homem é percebida como tão competente como a pessoa-estímulo mulher, não havendo novamente diferenças entre as atribuições de ambos os sexos. Assim, estes dados demonstram que a posição dos grupos no sistema social desempenha um papel nas atribuições de causalidade, e assim, na percepção dos seres humanos como participantes ou como objectos.

Esta e outras experiências demonstraram que a procura de causalidade dos comportamentos é orientada por uma norma de internalidade para os membros do grupo dominante, enquanto que relativamente aos membros do grupo dominado a procura de causalidade visa provar o seu conformismo a normas sociais e contextuais (Amâncio, 1994).

Os efeitos desta ideologia manifestam-se, ainda, na construção da imagem de si próprios, aparentemente ‘liberta’ dos estereótipos para o grupo dominante e muito dependente destes para o grupo dominado, como mostrou uma experiência de Amâncio (1989). Nesta experiência pedia-se aos participantes, estudantes-trabalhadores de ambos os sexos, para participarem num exercício de comunicação. As instruções dadas aos participantes manipulavam a variável ‘dimensão de comparação’, salientando ora características masculinas para o bom desempenho da tarefa (condição dimensão de comparação masculina), ora características femininas (condição dimensão de comparação feminina), ou não salientando quaisquer características (condição controlo). Depois de explicado o exercício aos participantes era-lhes pedido para efectuarem uma estimativa do que iria ser o seu desempenho através da atribuição dos pontos

a si próprios e a um outro do mesmo sexo e a si próprios e a um outro do sexo oposto, que eram designados por números seguidos da categorização ‘grupo dos homens’ ou ‘grupo das mulheres’ (procedimento inspirado no paradigma ‘grupos mínimos’).

Introduziu-se ainda uma outra variável independente que consistiu em manipular o tipo de interacção. Num dos casos, os participantes respondiam isoladamente (condição individual) e, no outro, respondiam na presença de outra pessoa do mesmo sexo e duas pessoas do sexo oposto (condição face-a-face, que visava salientar a categorização sexual). Os resultados desta experiência evidenciaram complexos padrões de diferenciação intra e intergrupala. A co-ocorrência da diferenciação interindividual e intergrupala verificou-se nos resultados dos homens, independentemente das dimensões salientes. No caso das mulheres a diferenciação intergrupala verificou-se sobretudo na dimensão masculina, enquanto a diferenciação interindividual se verificou sobretudo na ausência de dimensões de comparação categorialmente relevantes. Isto demonstra que ‘para o grupo dominado, a diferenciação está sujeita à dupla pressão da referência da representação dominante de pessoa e da representação do seu modo de ser específico, fusional e indiferenciado’ (Amâncio, 2000: 408).

Na opinião da autora, a evidência empírica da assimetria simbólica nos modelos de ser masculino e feminino, socialmente consensuais, permite concluir que existem, pelo menos, três níveis de expressão da posição social dominante de um grupo, no plano simbólico:

Ao nível da ideologia, a identidade deste grupo corresponde a um modelo de pessoa universal, que constitui um referente tanto para os membros do seu grupo como para os membros do grupo dominado. Por outro lado, este mesmo modelo de pessoa participa para uma auto-representação dos membros do grupo dominante, em que a individualidade não é incompatível com uma pertença categorial e se exprime com uma aparente ‘naturalidade’, ao contrário do que acontece na representação de si dos membros do grupo dominado, cuja irregularidade de comportamento revela as contradições a que estão sujeitos. O grupo dominante é, além disso, aquele que pode manipular os conteúdos simbólicos, conferindo-lhes um significado universal quando eles servem para salientar a sua distintividade, ou um significado categorial quando servem para salientar as diferenças entre os grupos, ao contrário do grupo dominado, para quem os conteúdos simbólicos assumem uma função claramente normativa, que evidencia a externalidade da sua condição social (Amâncio, 2000: 408).

Ou seja, a identidade dos grupos dominados apresenta-se sob a forma de *modos de estar* nos contextos particulares, enquanto que a identidade dos grupos dominantes corresponde a um *modo de ser*, aparentemente independente dos contextos (Amâncio, 1993: 219).

Como vimos no capítulo anterior, no caso da ideologia racista, a diferenciação entre o grupo dominante e o grupo dominado caracteriza-se fundamentalmente

pela associação de significados universais e socialmente referentes ao primeiro, e significados particulares e específicos ao segundo (Guillaumin, 1972).

Chombart de Lauwe (1983-1984) chamou a atenção para a analogia nas dimensões das representações de diferentes grupos sociais ocupando posições assimétricas na estrutura social: os grupos dominados (as mulheres, os ‘selvagens’ e as crianças) partilham as dimensões da dependência, da irresponsabilidade e da irracionalidade, enquanto que os grupos dominantes (os homens, os ‘brancos’, os adultos) são dotados de inteligência, de autonomia e de responsabilidade. Existe assim um paralelismo entre a ideologia sexista e a racista, já que ambas estão profundamente ancoradas na história das relações entre os grupos. Neste sentido, o modelo desenvolvido para a análise dos estereótipos sexuais poderá ser aplicado à análise dos estereótipos raciais, como veremos no próximo capítulo.

3. Processos cognitivos e estereótipos sociais

No capítulo anterior apresentámos diversos modelos teóricos sobre as relações intergrupais, tendo salientado a necessidade de articulação de níveis de análise para uma compreensão dos fenómenos de discriminação social. Neste capítulo vamos debruçar-nos sobre a área da ‘cognição social’, isto é, sobre os modelos que se centram na forma como as pessoas processam a informação social. Mais uma vez, tratando-se de uma área de estudos vastíssima, optámos por nos focalizar nos aspectos que consideramos mais relevantes para a fundamentação teórica e metodológica da nossa investigação.

Os primeiros estudos sobre discriminação social no âmbito da psicologia social eram baseados no modelo clássico das atitudes. Neste sentido, analisaram a sua componente cognitiva (estereótipos), a componente avaliativa ou afectiva (preconceito), considerando que estas duas componentes seriam indicadoras da predisposição para os comportamentos hostis em relação às minorias. Rapidamente se constatou que não existia uma relação linear entre estas três componentes, o que levou a profundas reformulações nos modelos das atitudes, aspecto que não vamos desenvolver no âmbito deste trabalho.

Neste capítulo focalizamo-nos nos aspectos cognitivos, mais precisamente na forma como as pessoas processam a informação sobre os grupos sociais, nos estereótipos e na percepção da variabilidade grupal. Os estereótipos são geralmente definidos como estruturas cognitivas que contêm os nossos conhecimentos e expectativas acerca de grupos humanos e dos seus membros, estruturas essas que determinam os nossos julgamentos e avaliações acerca desses grupos (Hamilton e Trier, 1986). No entanto, na sua análise das funções cognitivas e sociais dos estereótipos, Tajfel (1969, 1978) salientou a necessidade de substituir o conceito de *estereótipo* pelo de *estereótipo social*, entendido como uma definição colectiva de um dado grupo social, amplamente partilhada dentro

e fora desse grupo, isto é, difundida num dado contexto cultural. Como foi referido no capítulo anterior, a ampla difusão de estereótipos sobre determinados grupos sociais repercute-se na construção do auto-conceito dos membros desses grupos e na percepção da posição relativa face a outros grupos relevantes. Nesta perspectiva, os estereótipos sociais são representações subjetivas e socialmente partilhadas, sobre as características e os comportamentos de determinados grupos humanos, estratificados segundo critérios socialmente valorizados, e traduzindo uma determinada ordem nas relações intergrupais (Tajfel, 1981/1983).

Neste sentido, existe uma coincidência conceptual entre estereótipos sociais e representações sociais, ao nível dos conteúdos socialmente partilhados sobre grupos sociais. No entanto, o conceito de representação social (Moscovici, 1961) é mais amplo do que o de estereótipo social, uma vez que o primeiro abrange todo o tipo de representações independentemente do seu objecto, desde que estas sejam partilhadas no seio de determinado grupo social, enquanto que o segundo se restringe às representações sobre grupos humanos.

As primeiras pesquisas empíricas sobre estereótipos focalizaram-se no seu *conteúdo*, sendo estes conceptualizados em termos dos traços prototípicos de um dado grupo social (e.g., Katz e Braly, 1933). Nesta perspectiva, o estudo dos estereótipos centrava-se essencialmente na *tendência central percebida* do grupo em vários traços. Posteriormente, com o desenvolvimento da psicologia cognitiva, os investigadores começaram a debruçar-se sobre os *processos* em detrimento dos conteúdos (e.g., Hamilton, 1979). A ampla pesquisa desenvolvida sobre os processos de formação, manutenção e mudança dos estereótipos e as suas implicações nas interações sociais, tornou notória a necessidade de ter em conta não só a *tendência central percebida* de um grupo, mas também a *variabilidade grupal percebida*, isto é, o grau em que os indivíduos julgam o grupo como relativamente heterogéneo ou homogéneo (e.g., Quattrone e Jones, 1980).

Os primeiros estudos sobre a percepção da variabilidade grupal demonstraram a existência de um enviesamento que veio a ser designado *efeito de homogeneidade do exogrupo*. Este efeito tem sido conceptualizado como a tendência para perceber o grupo dos outros como mais homogéneo do que o grupo de pertença (Quattrone e Jones, 1980). A maior parte da pesquisa sobre a variabilidade grupal percebida, conduzida no quadro de referência da cognição social, tem demonstrado repetidamente este efeito (para revisões ver, por exemplo, Devos, Comby e Deschamps, 1996; Voci, 2000). Estes estudos têm-se focalizado preferencialmente nos níveis de análise intraindividual (os processos cognitivos) e situacional (a consideração das posições relativas observador/observado em termos de endogrupo/exogrupo, mas em que as pertenças grupais são consideradas como intermutáveis).

Contudo, no início dos anos noventa alguns autores (e.g., Lorenzi-Cioldi e Doise, 1990) enfatizaram a pertinência dos níveis de análise posicional e ideológico para

uma melhor compreensão dos complexos padrões de homogeneidade e diferenciação observados. Os estudos em que o contexto e a natureza das relações intergrupais foram tidos em conta (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1993; Lorenzi-Cioldi, Eagly e Stewart, 1995) questionaram a simetria e universalidade do efeito de homogeneidade do exogrupo, demonstrando que este é observável nos membros dos grupos dominantes, mas não nos membros dos grupos dominados. Nestes últimos, observou-se uma tendência contrária: *o efeito de homogeneidade do endogrupo*. Assim, a consideração do nível de análise ideológico veio lançar um novo olhar sobre os processos cognitivos considerados *básicos*, levando a uma especificação das condições em que são observáveis determinados enviesamentos.

Uma vez que a maior parte da pesquisa sobre a percepção de grupos, nomeadamente sobre a variabilidade grupal, tem sido realizada no quadro da cognição social, faremos uma breve apresentação desta área de estudos na primeira secção deste capítulo. A segunda secção é dedicada ao estudo dos estereótipos sociais. Dedicamos especial atenção à obra pioneira de Walter Lippmann, à sua conceptualização dos estereótipos e às questões de pesquisa que levantou. Segue-se uma breve apresentação, por ordem cronológica, de alguns dos estudos empíricos que marcaram esta área de estudos. Ao longo da exposição faremos referência ao conteúdo dos estereótipos, à valência avaliativa desse conteúdo e ao seu significado simbólico. Teremos também em conta o nível de consenso dos estereótipos, a sua uniformidade ou variabilidade.

Na terceira secção apresentamos alguns estudos sobre os efeitos da categorização e sobre a percepção da variabilidade grupal e salientamos a insuficiência dos modelos puramente cognitivos na explicação das assimetrias observadas ao nível do efeito de homogeneidade do exogrupo. Por último, procedemos a uma apresentação das metodologias que têm sido utilizadas no estudo da percepção da variabilidade grupal e discutimos a necessidade da utilização de diferentes tipos de medidas no sentido de esclarecer algumas das inconsistências que têm sido observadas nesta área de estudos.

3.1 Processos cognitivos e realidade social

O ambiente real é demasiado grande, complexo e efémero para que o possamos conhecer de modo directo. Não estamos equipados para lidar com tantas subtilidades, tanta variedade, tantas transformações e combinações. Como vivemos nesse ambiente, vemos-nos obrigados a reconstruí-lo segundo um modelo mais simples, de modo a podermos geri-lo. Para atravessar o mundo, o homem tem de construir mapas do mesmo.

Walter Lippmann, 1922

Em 1922, o jornalista e analista político Walter Lippmann publica *Public Opinion*, uma obra sobre como as pessoas constroem imagens da realidade social e de que forma essas imagens são afectadas tanto por factores internos como

externos. Essas imagens – *the pictures in our heads* – funcionam como mapas guiando o indivíduo e ajudando-o a lidar com informação complexa, mas também são defesas que permitem ao indivíduo proteger os seus valores, os seus interesses, as suas ideologias, em suma, a sua posição numa rede de relações sociais. As imagens não são o espelho da realidade, mas sim versões hiper-simplificadas da realidade. As imagens nunca são neutras, pois dependem mais do observador do que do objecto, já que este *define* primeiro e *vê* depois. Lippmann debruça-se sobre a forma como a cultura nos fornece os elementos para recortar a realidade em elementos significativos, conferindo-lhe nitidez, distintividade, consistência e estabilidade de significado. O autor reflecte sobre as limitações humanas no processamento da informação e sobre o impacto dos preconceitos no processamento de informação. Neste sentido, podemos considerar que esta obra de Lippmann constitui um primeiro esboço de uma área de estudos, hoje dominante no seio da psicologia social americana: a cognição social.

Embora a expressão ‘cognição social’ tenha sido introduzida na psicologia social por Bruner e Tagiuri (1954), num artigo sobre a percepção de pessoas, esta expressão não captou na altura a atenção dos investigadores, que a consideraram demasiado vaga e imprecisa (Leyens, Yzerbyt e Schadrone, 1994: 15). Esta designação só viria a tornar-se corrente nos anos oitenta, quando a perspectiva da cognição social se tornou dominante no seio da disciplina (Ostrom, 1984).

Na opinião de Hamilton, a perspectiva da cognição social caracteriza-se pela consideração de ‘todos os factores que influenciam a aquisição, organização e recuperação da informação sobre pessoas, assim como a relação entre esses processos e os julgamentos efectuados pelo indivíduo’ (1981: 136). Por seu turno, Fiske e Taylor definem a cognição social como ‘o estudo sobre a forma como as pessoas atribuem sentido às outras pessoas e a si próprias’ (1991: 1). Esta perspectiva foi fortemente influenciada pelas teorias e métodos da psicologia cognitiva (Markus e Zajonc, 1985). Como resultado desta influência, a cognição social é marcada pela ‘metáfora do processamento da informação’, introduzindo na psicologia social novos conceitos (tais como codificação, armazenamento e recuperação da informação social) e novas metodologias de pesquisa, mais ‘rigorosas e sofisticadas’, com o objectivo de discriminar entre tais ‘microprocessos cognitivos’ (Bar-Tal e Kruglanski, 1988: 2).

A cognição social procura analisar o processamento da informação social, isto é, debruça-se sobre os processos de codificação, armazenamento e recuperação da informação. Sinteticamente, a codificação corresponde aos processos através dos quais a informação é interpretada e organizada, o armazenamento refere-se aos processos de memorização da informação já codificada e a recuperação diz respeito aos processos que permitem ao indivíduo encontrar a informação armazenada anteriormente (Caetano, 2000).

Embora, de certa forma, a psicologia social tenha sido cognitiva a partir dos anos quarenta (Fiske e Taylor, 1991), a perspectiva da cognição social redefi-

niu as principais questões em psicologia social (Bar-Tal e Kruglanski, 1988) e inspirou uma intensa actividade de pesquisa nas últimas décadas (e.g., Forgas, 2000; Higgins, 2000).

Na opinião de Beauvois e Deschamps, o paradigma da cognição social não é mais do que uma das formas recentes, repousando numa nova linguagem, de abordar um problema já antigo na psicologia social: ‘a construção da realidade social pelos indivíduos’ (1990: 4).

A apreensão teórica deste processo de construção da realidade tem suscitado, desde longa data, algumas questões e alimentado alguns debates. Um dos debates opõe as teorias que atribuem um maior peso à informação ‘bruta’ (os dados) no processo de conhecimento (e.g., Anderson, 1974) às teorias que atribuem um maior peso às concepções *a priori* do indivíduo quando confrontado com essa informação (e.g., Bruner e Tagiuri, 1954/1979). Isto é, para as primeiras o processamento da informação é guiado pelas ‘teorias’ (processamento *descendente*) enquanto que para as segundas o processamento é guiado pelos ‘dados’ (processamento *ascendente*).

Um outro debate refere-se à natureza distintiva da cognição social. Enquanto alguns psicólogos sociais não vêem diferenças substanciais entre *cognição* e *cognição social* (e.g., Simon, 1976), outros diferenciam claramente entre as duas (e.g., Beauvois e Deschamps, 1990; Schwartz, 2000). Por exemplo, Simon (1976) considera que os processos pelos quais o ‘cérebro humano’ manipula os objectos sociais não são diferentes daqueles pelos quais manipula os outros objectos. No entanto, a partir dos anos oitenta, diversos autores recusaram esta perspectiva, argumentando que a cognição social é muito mais representativa dos processos cognitivos do que os casos particulares analisados pelos psicólogos da *cold cognition*, despidos de todo o peso afectivo e dos pré-saberes sociais, e desprendidos de qualquer investimento pessoal e interacção com o objecto (e.g., Zajonc, 1980; Marques e Paéz, 2000). Como salientam Bar-Tal e Kruglanski, o facto dos seres humanos serem, simultaneamente, ‘objectos de cognição e sujeitos cognicentes’ (1988: 2) torna a cognição social qualitativamente distinta da percepção dos objectos não sociais.

Como já referimos, a partir da década de oitenta, a perspectiva cognitiva tornou-se claramente *dominante* entre os psicólogos sociais, pelo que a ‘psicologia social’ tornou-se quase um *sinónimo* de ‘psicologia social cognitiva’ (Markus e Zajonc, 1985: 137). No entanto, esta perspectiva não está isenta de críticas. Por exemplo, Bar-Tal e Kruglanski (1988) consideram que a perspectiva cognitiva se tornou tão radical quanto o behaviorismo, citando a esse propósito a afirmação de Neisser: ‘todos os fenómenos psicológicos são fenómenos cognitivos’ (1967: 4).

O foco quase exclusivo nos processos intraindividuais e a pesada influência das teorias e métodos da psicologia cognitiva estão na origem da maior parte das críticas à perspectiva da cognição social. Alguns autores objectam a dominân-

cia da abordagem do processamento da informação (e.g., McGuire, 1983), outros salientam as limitações que advêm da negligência da motivação e do afecto (e.g., Zajonc, 1980), assim como do contexto social (e.g., Forgas, 1991).

Embora na década de noventa se tenha operado uma profunda mudança nesta área, com a revalorização das emoções, da motivação e do contexto (Fiske, 2000; Schwarz, 2000), a forma como este último tem sido operacionalizado, na maior parte das vezes, não tem tido em conta variáveis de ordem estrutural (Amâncio, 2000; Lorenzi-Cioldi, 1998).

O reconhecimento da importância da motivação, da emoção e do contexto conduziu, nos anos noventa, ao desenvolvimento de um novo modelo: em vez de um indivíduo limitado a cometer ‘erros’ no processamento da informação, na percepção das pessoas e no julgamento dos outros, surge um indivíduo estratégico capaz de controlar os seus julgamentos (Leyens, Yzerbyt e Schadronek, 1994). Estes julgamentos já não são ‘enviesados’ mas sim ‘verdades subjectivas’ com funções políticas claras (Oakes, Haslam e Turner, 1994). O indivíduo, já não é ‘ingénuo’ mas ‘táctico’, adequando os seus julgamentos às normas sociais vigentes (Snyder, 1995).

A consideração do carácter ‘estratégico’ dos julgamentos emitidos pelos indivíduos veio introduzir a necessidade de considerar simultaneamente os processos *automáticos* e os processos *controlados* no processamento da informação social. Os processos automáticos ocorrem sem intervenção consciente ou intencional requerendo pouco esforço cognitivo por parte do indivíduo, enquanto que os processos controlados requerem a intervenção consciente e intencional, e um esforço específico da parte do indivíduo (Caetano, 2000). Assim, os julgamentos e avaliações dos indivíduos seriam extremamente flexíveis e adaptativos, variando em função da natureza do julgamento a realizar, do tipo de informação a tratar e da motivação para tratar essa informação (Oakes, Haslam, Turner, 1994; McGarty, Yzerbyt e Spears, 2002).

Para distinguir entre as percepções e avaliações que decorrem de processos automáticos das que decorrem de processos controlados, tornou-se clara a necessidade de desenvolver diferentes tipos de medidas: medidas *explícitas*, em que o indivíduo facilmente se apercebe dos objectivos da pesquisa e pode controlar as suas respostas em função da desejabilidade social; e medidas *implícitas*, não-reativas às normas sociais, que permitiram ter acesso aos processos automáticos da percepção (e.g., Devine, 1989; Dovidio e Gaertner, 1991; Higgins, 1996). Schwartz, num artigo sobre os desafios actuais da investigação sobre julgamento social, atitudes e processamento da informação, salienta:

Que os seres humanos são processadores de informação é um truísmo que dificilmente pode ser posto em questão. [...] mas é necessário explorar a acção combinada de processos explícitos e implícitos, e um sério reconhecimento da natureza pragmática e socialmente contextualizada da cognição humana (2000: 168).

Nos anos noventa, a tomada de consciência das insuficiências de uma abordagem meramente cognitiva e contextual levou os investigadores da cognição social a terem em consideração variáveis de ordem ideológica. Há mais de duas décadas que diversos investigadores recomendam uma articulação entre o paradigma da cognição social e as representações sociais, considerando que esta articulação poderá ser benéfica para ambas (e.g., Codol, 1984; Jahoda, 1988). Por exemplo, Vala (1986) ilustra como ao accionar o conceito de representações sociais se consegue um olhar novo sobre os problemas formulados e analisados no quadro da cognição social, no entanto, são ainda raros os estudos em que tal articulação se verifica.

3.2 Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais

Lippmann (1992/1961) é considerado o fundador da conceptualização contemporânea dos estereótipos e do estudo das suas funções psicossociais (e.g., Ashmore e DelBoca, 1981; Marques e Paéz, 2000). O termo ‘estereótipo’ já existia, mas o seu uso corrente estava reservado à tipografia designando uma chapa de metal utilizada para produzir cópias repetidas do mesmo texto (Stroebe e Insko, 1989). O termo também já era usado de forma esporádica nas ciências sociais para designar algo ‘fixo’ e ‘rígido’. Por analogia, Lippmann salientou a ‘rigidez’ das imagens mentais, especialmente aquelas que dizem respeito a grupos sociais com os quais temos pouco ou nenhum contacto directo.

A visão dos estereótipos como algo rígido caracterizou muitos dos estudos posteriores sobre os estereótipos (e.g., Kerr, 1943; Mace, 1943), no entanto, na sua análise Lippmann não descurou a possibilidade de mudança dos estereótipos e salientou o carácter criativo da mente humana. Lippmann conceptualizou os estereótipos como resultantes de um processo ‘normal’ e ‘inevitável’, inerente à forma como processamos a informação, mas a maior parte dos estudos empíricos realizados sobre estereótipos até aos anos cinquenta caracterizaram os estereótipos como uma forma inferior de pensamento e situaram-nos no domínio do ‘patológico’ (e.g., Adorno *et al.*, 1950).

Assim, as ideias inovadoras de Lippmann foram negligenciadas pela grande maioria das investigações que foram efectuadas nas três décadas seguintes sobre estereótipos, só sendo recuperadas e amplamente desenvolvidas a partir dos trabalhos de Bruner, Allport e Tajfel, que já referimos anteriormente.

Lippmann (1922/1961) define os estereótipos como imagens mentais que se interpõem, sob a forma de enviesamento, entre o indivíduo e a realidade. Segundo o autor, os estereótipos formavam-se a partir do sistema de valores do indivíduo, tendo como função a organização e estruturação da realidade, de outra forma demasiado complexa para ser assimilada.

Na opinião de Lippmann diversos factores contribuem para o carácter falacioso dos estereótipos: a censura nos meios de comunicação social e a falta de

contacto directo com os grupos visados (limitações externas); os baixos níveis de atenção, a interferência de preconceitos na interpretação da informação e os interesses e motivações pessoais (limitações internas).

Lippmann salienta o papel activo do indivíduo na construção dos estereótipos que são sempre ‘selectivos’ e ‘parciais’ (1922/1961: 80). Na sua análise encontramos os elementos sobre as funções psicossociais dos estereótipos, que viriam a ser desenvolvidas e estudadas sistematicamente algumas décadas depois por Allport (1954/1979), que liga explicitamente os estereótipos ao processo de categorização, e por Tajfel (1969) que pela primeira vez explicita as suas funções cognitivas e sociais, integrando-as num modelo explicativo das relações intergrupais.

Relativamente às funções cognitivas, Lippmann salienta a ‘economia de esforço’ e as necessidades de ‘definição’, ‘distinção’, ‘consistência’ e ‘estabilidade’. No que respeita às funções sociais, o autor enfatiza o papel dos estereótipos na ‘defesa’ dos interesses do indivíduo (1922/1961: 81-95).

Um dos motivos que explicaria o carácter ‘fixo’ dos estereótipos seria precisamente a necessidade do indivíduo proteger a sua definição da realidade: ‘Qualquer perturbação aos estereótipos parece ser um ataque às fundações do universo [...] e, quando coisas tão importantes estão em risco, não admitimos de imediato que existe uma diferença entre o nosso universo e o universo’ (Lippmann, 1922/1961: 96).

É precisamente pelo seu papel na manutenção do sistema de valores do indivíduo e do *statu quo*, que os estereótipos dificilmente são abalados por informação incongruente com os mesmos: ‘Não há nada mais resistente à educação e às críticas do que o estereótipo. Ele sobrepõe-se aos factos [...]. Se aquilo com que nos deparamos corresponde com sucesso àquilo que havíamos antecipado, o estereótipo é reforçado para o futuro’ (1922/1961: 98-99). Segundo o autor, quando os estereótipos estão bem sedimentados a atenção dos indivíduos foca-se nos factos que suportam esses estereótipos, distraíndo-se dos factos que os contradizem.

Neste sentido, Lippmann faz referência ao que posteriormente se veio a designar por *profecias auto-confirmatórias* (Merton, 1949/1968), amplamente evidenciadas pelos estudos posteriores na cognição social (e.g., Hamilton, 1979). Quando um membro de determinado grupo age de forma contraditória ao estereótipo, Lippmann considera que, na maior parte das vezes, este membro passa a ser visto como uma excepção, mantendo o estereótipo intacto. Este só é abalado se o indivíduo ainda tiver alguma flexibilidade de espírito ou se a informação incongruente for demasiado impressionante para ser ignorada (1922/1961: 100).

O autor salienta o carácter rígido dos estereótipos e o facto de estes constituírem imagens demasiado ‘generalizadas’ e ‘exageradas’ que descuram a variabilidade dos membros dos outros grupos e negam a sua individualidade (Lippmann,

1922/1961: 116), o que foi amplamente demonstrado pelos estudos iniciados por Tajfel e colaboradores, sobre a sobrestima perceptiva e sobre o efeito de homogeneidade do exogrupo a que dedicaremos a secção seguinte.

Lippmann debruçou-se ainda sobre o poder dos rótulos e os seus efeitos nefastos na percepção das pessoas: ‘são demasiado vazios, demasiado abstractos, demasiado desumanos’ (1922/1961: 160). Na perspectiva do autor, só uma longa educação crítica permitirá aos indivíduos tomarem consciência do carácter subjectivo da sua apreensão da realidade social. Embora salientando o papel da educação – ‘o remédio supremo’ – Lippmann considera os estereótipos inevitáveis:

Uma pessoa sem qualquer tipo de preconceitos, uma pessoa com uma visão totalmente neutra, é algo tão impensável em qualquer civilização em que possamos pensar, que o sistema de educação não poderia basear-se nesse ideal. O preconceito pode ser detectado, enfraquecido e refinado, mas enquanto homens finitos tiverem que se comprimir dentro de uma curta preparação escolar para lidarem com uma vasta civilização, eles têm necessariamente que transportar consigo imagens dela e, logo, ter preconceitos (1922/1961: 120).

Esta concepção sobre a inevitabilidade dos estereótipos, porque inerentes ao funcionamento cognitivo normal, só começou a ser sistematicamente analisada pelas investigações da *Nova Vaga* sobre os estereótipos (e.g., Bruner, 1957), tendo sido amplamente demonstrada por estudos posteriores na área da cognição social (e.g., Wittenbrink, 2002).

Outro dos aspectos salientados por Lippmann foi o facto do senso comum, na maior parte dos casos, não procurar infirmar as suas hipóteses, mas sim confirmá-las: ‘os conceitos que nos chegam do passado não são encarados como hipóteses exigindo prova e contradição, mas como ficções aceites sem questionamento’ (1922/1961: 122-123). A delimitação das condições em que os indivíduos enveredam pela confirmação automática das hipóteses ou em que encetam processos de infirmação das mesmas constitui um aspecto central na pesquisa actual sobre os estereótipos (e.g., Snyder, 1981; Garcia-Marques e Mackie, 1999).

Lippmann considera que as pessoas ‘ignorantes’ têm maior tendência para efectuarem estas generalizações acriticamente do que as ‘cultas’, mas recorda que todos possuímos estereótipos, uma vez que ‘inevitavelmente as nossas opiniões cobrem um espaço, um tempo e uma variedade de aspectos que não podemos observar directamente’ (1922/1961: 79). Nenhum ser humano é ‘omnipresente e omnisciente’, ou seja, de certa forma todos somos como os prisioneiros da caverna de que nos fala Platão, em *A República*.

O estudo empírico dos estereótipos começou pouco depois da publicação da obra de Lippmann. Ainda na década de vinte, fortemente influenciado pela definição dos estereótipos como ‘imagens dentro da nossa cabeça’, Rice (1926-1927;

referido por Oakes, Haslam e Turner, 1994) realizou um estudo em que apresentou aos participantes uma série de fotografias de pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais. Os participantes efectuaram facilmente correspondências entre as fotografias e os ‘tipos sociais’ e procederam a atribuições de traços de personalidade baseando-se neste processo de correspondência. Esta técnica não teve contudo grande sucesso na altura, só vindo a ser recuperada muito mais tarde (Leyens, Yzerbyt e Schadron, 1994).

Durante as primeiras décadas do estudo dos estereótipos a técnica mais utilizada foi a lista de adjectivos de Katz e Braly (1993). Mas antes de nos referirmos aos estudos destes autores, parece-nos necessário abrir um breve parêntese sobre alguns estudos clássicos sobre discriminação social realizados no âmbito do modelo das atitudes.

Na sua primeira definição (Thomas e Znaniecki, 1918; citados por Amâncio, 2000), o conceito de atitude permitia estabelecer uma ligação entre o psicológico e o cultural, constituindo, por isso mesmo, um objecto de análise específico da Psicologia Social. Definições posteriores do conceito negligenciaram a vertente cultural ao considerar a atitude como um estado de prontidão mental, e esta psicologização do conceito dominou durante largos anos no seio da disciplina (Jaspars e Frasers, 1984).

No início do estudo das atitudes, estava implícita a consonância entre atitudes e comportamentos, daí o grande investimento na construção de escalas de atitudes. Numa época caracterizada por um grande fluxo migratório de grupos de origem asiática e europeia para os EUA, Bogardus (1928) estudou as ‘atitudes raciais’ dos americanos a partir de uma Escala de Distância Social. Os participantes deveriam indicar as suas atitudes face a diversos grupos *raciais, étnicos e religiosos* (por exemplo: franceses, indianos, judeus, negros, etc.), numa escala de sete pontos, ordenados da menor distância à maior distância social: ‘casaria com um membro deste grupo’; ‘aceitaria como amigo íntimo’; ‘aceitaria como vizinho do lado’; ‘aceitaria como colega de escritório’; ‘aceitaria como conhecido’; ‘apenas como turista no país’; ‘exclui-los-ia do país’ (Lima, 2000: 198). O estudo revelou que os participantes, americanos *brancos*, rejeitavam sobretudo os grupos de origem asiática e africana, preferindo os imigrantes de origem europeia, principalmente os anglo-saxónicos e os nórdicos. Esta hierarquização dos grupos está em perfeita consonância com os estudos do ‘racismo científico’ realizados no século XIX e início do século XX, que referimos no Capítulo 1, testemunhando o carácter normativo do racismo neste período nos EUA e na Europa.

Na década de quarenta, Hartley realizou um estudo sobre o preconceito em relação a 49 grupos utilizando a escala de Bogardus. Para além dos grupos-alvo presentes no estudo precedente, Hartley averiguou o preconceito em relação a grupos políticos e a três grupos fictícios: *Danarean, Pirenean* e *Wallonian* (1946/1969: 5). Os resultados mais baixos (indicando maior distância social) foram obtidos pelos grupos políticos ‘extremistas’ – nazis, fascistas e comunistas –,

logo seguidos dos grupos *étnicos* minoritários – judeus, negros, turcos, árabes, chineses, hindus, mexicanos, imigrantes da Europa de Leste (romenos, russos, lituânios, etc.) e imigrantes da Europa Mediterrânica (gregos, italianos e portugueses). Mais uma vez os imigrantes anglo-saxónicos e nórdicos (ingleses, alemães, dinamarqueses, etc.) obtiveram resultados indicadores de menor distância social e o endogrupo foi o único a ocupar o topo da escala.

O aspecto mais curioso deste estudo, é que os três grupos fictícios obtiveram resultados idênticos aos dos grupos étnicos ‘indesejáveis’, indicadores de grande distância social, isto é, a simples evocação de um grupo desconhecido, logo minoritário e eventualmente perigoso, levou os participantes a rejeitar esses grupos. Estes resultados, indicam claramente que o preconceito não está necessariamente ligado ao conhecimento dos grupos-alvo em causa, e são indicadores do carácter normativo da discriminação social nesta época, já que os participantes não hesitaram em discriminar com base num simples rótulo evocativo de minoria étnica.

Como referimos, no início do estudo das atitudes, estava implícita a consonância entre atitudes e comportamentos, pressupondo-se que as atitudes eram boas predictoras do comportamento. A questão do poder preditivo das atitudes avaliadas por questionários foi claramente colocada por LaPierre, num estudo clássico sobre preconceito racial. LaPierre, um psicólogo social americano *branco*, viajou pelos EUA acompanhado por um casal de chineses ‘bem parecidos e bem vestidos, muito sorridentes e com um inglês imaculado’ (1934: 232). O autor foi anotando as reacções dos funcionários dos diversos estabelecimentos hoteleiros. Nesta viagem foram recebidos em 66 hotéis e em 184 restaurantes, tendo apenas sofrido uma recusa. Algum tempo depois foi enviada uma carta a cada um destes estabelecimentos, perguntando se aceitariam chineses como clientes. Das respostas recebidas, 92% eram negativas, tendo os restantes afirmado que dependeria das circunstâncias. Estes resultados mostraram que é possível haver uma manifestação de tolerância ao nível comportamental e simultaneamente uma expressão de intolerância ao nível atitudinal, pelo que foram interpretados como reflectindo uma inconsistência entre atitudes e comportamentos (Lima, 2000). Para além da importância deste aspecto, interessa-nos salientar outro: este estudo demonstra claramente o carácter normativo da discriminação racial nos EUA nos anos 30. Nesta altura, havia um forte preconceito contra os chineses sendo comum os restaurantes e lojas terem uma placa à porta com a seguinte inscrição: ‘É proibida a entrada a cães e chineses’. Segundo LaPierre este preconceito influencia as respostas que os hotéis e os restaurantes efectuaram por escrito, assemelhando-se aos questionários de atitudes, mas não o comportamento dos funcionários face a pessoas concretas. Nesse sentido, LaPierre (1934) é extremamente crítico face aos questionários usados na medição das atitudes e recomenda o uso de métodos mais qualitativos do que quantitativos.

A discrepância entre atitudes e comportamentos está bem ilustrada empiricamente por réplicas do estudo de LaPierre. Por exemplo, Kutner, Wilkins e Yarrow realizaram uma réplica deste estudo em relação aos *negros*, tendo obtido resultados idênticos. De referir, no entanto, que este estudo foi realizado com três jovens, duas *brancas* e uma *negra*, ‘bem vestidas e bem educadas’ (1952: 649).

Apesar das críticas iniciais ao método de questionário, esse foi sem dúvida o método mais popular no estudo dos estereótipos, pelo menos até à ‘revolução cognitiva’. O método mais utilizado foi o da ‘lista de adjetivos’, desenvolvido por Katz e Braly (1933; 1935). Os autores tinham como objectivo obter uma medida psicológica dos preconceitos raciais. Para esse efeito, Katz e Braly (1933) construíram uma lista de 84 traços de personalidade, seleccionados a partir da imprensa e da literatura da época e/ou fornecidos por uma amostra de 100 estudantes universitários nas descrições de dez grupos *raciais*. Katz e Braly pediram a uma outra amostra de 100 estudantes universitários para seleccionarem os cinco traços mais típicos de cada um dos dez grupos-alvo. Os autores analisaram o conteúdo dos estereótipos e o seu consenso, através do menor número de traços atribuídos a um grupo-alvo pela maior percentagem de participantes. Os *americanos* (referindo-se obviamente aos americanos *brancos*) foram considerados empreendedores, inteligentes, materialistas, ambiciosos e progressistas, enquanto os *negros* foram considerados supersticiosos, preguiçosos, despreocupados, ignorantes e musicais. Assim, aos *americanos* (endogrupo) foram atribuídas características positivas enquanto que aos *negros* (exogrupo) foram atribuídas características negativas que contrariavam os valores dominantes da sociedade americana, justificando assim a sua exclusão social (Amâncio, 1989).

Mas outro aspecto importante ressalta dos resultados: o estereótipo sobre os *negros* é muito mais uniforme do que o estereótipo dos *americanos*, isto é, relativamente a este grupo existe menor consenso entre os participantes. Este padrão de resultados indica claramente que o consenso não está ligado ao maior nível de contacto com o grupo-alvo em causa, já que os estudantes em questão tinham pouco ou nenhum contacto directo com os grupos sobre os quais havia maior consenso.

Em consonância com a perspectiva de Lippmann, Katz e Braly (1933; 1935) consideram os estereótipos como um fenómeno sociocultural. Para os autores os estereótipos são crenças que são transmitidas pelos agentes de socialização (a família, a escola, os meios de comunicação social, etc.), o que explicaria o consenso do estereótipo relativamente aos diversos grupos sociais, a sua independência do conhecimento ‘real’ dos membros desses grupos e a sua dependência do contexto histórico e cultural.

Uma réplica do estudo de Katz e Braly realizada no início dos anos cinquenta, na mesma universidade (Gilbert, 1951), indicava um declínio na consistência

dos estereótipos de certas minorias, nomeadamente relativamente aos *negros* e aos *judeus*. Este *fading effect* foi atribuído à difusão de imagens mais tolerantes desses grupos nos meios de comunicação social, a uma maior popularidade das ciências sociais entre os estudantes, e ainda a um menor elitismo na composição sociológica dos estudantes de Princeton. Segundo Gilbert, os estudantes tornaram-se mais ‘sofisticados’ e ‘objectivos’ tendo relutância em efectuar generalizações infundadas acerca de outros grupos, o que conduziu o autor ao optimismo (1951: 253-254).

Estudos realizados por outros autores na década de 1950 pareciam confirmar o declínio dos estereótipos, mostrando que estes não eram ‘rígidos’ mas sim ‘flexíveis’, isto é, sensíveis às mudanças sociais ocorridas depois da II Guerra Mundial (e.g., Buchanan e Cantrill, 1953; Prothro e Melikan, 1955).

No entanto, uma segunda réplica do mesmo estudo na Universidade de Princeton realizada nos anos sessenta (Karlins, Coffman e Walters, 1969) veio desiludir os cientistas sociais, porque de novo os resultados se distanciavam dos obtidos por Gilbert (1951). Embora o conteúdo de alguns estereótipos tivesse sofrido alterações e se apresentasse globalmente mais positivo, aos americanos e aos grupos de origem europeia continuavam a ser associados atributos com grande desejabilidade social, consonantes com os valores da sociedade americana, e aos grupos minoritários de origem africana e asiática continuavam a ser associados atributos socialmente indesejáveis, isto é, distantes dos ideais de realização e progresso. Verificou-se igualmente um aumento na consistência nos estereótipos em relação a algumas minorias étnicas. Em contrapartida, o estereótipo dos *americanos* foi o que apresentou menor consistência, confirmando os resultados obtidos por Katz e Braly (1993). Relativamente ao estereótipo dos *negros* os autores fazem a seguinte observação:

A tendência mais dramática e consistente nos últimos 25 anos foi uma caracterização mais favorável dos Negros. [...] A ‘nova imagem’ dos negros centra-se no termo ‘musicais’ (47%) e inclui ‘amantes do prazer’ (26%), ‘ostensivos’ (25%) e ‘deixa-andar’ (27%). Esta imagem [...] provavelmente reflecte o sucesso dos negros no mundo do entretenimento popular apoiado por audiências de jovens e adolescentes. Certamente que o movimento dos Direitos Civis da década passada influenciou fortemente a presente geração de alunos universitários (Karlins *et al.*, 1969: 8).

Mas, como já referimos, se analisarmos o conteúdo do estereótipo dos *negros* à luz dos valores da sociedade americana, constatamos que esta ‘nova imagem’ dos *negros* corresponde mais a uma mudança facial do que profunda, já que a este grupo são negadas as características instrumentais necessárias para participarem no desenvolvimento e progresso da sociedade, sendo-lhes atribuídas características expressivas e exóticas, que embora apresentando uma conotação positiva nas camadas juvenis, continua a retirar-lhes o estatuto de pessoa adulta, responsável e com capacidade de realização (Amâncio, 1989).

Mais uma vez verificou-se que o grau de consenso dos estereótipos relativamente a determinado grupo não está directamente ligado ao grau de preconceito exibido em relação a esse grupo. Comparando os seus resultados com os de Gilbert, os autores salientam:

o aparente ‘esbatimento’ dos estereótipos sociais em 1951 não é uma tendência geral genuína. É frequente que associações tradicionais em declínio dêem lugar à sua substituição por outras, resultando numa uniformidade de estereótipos restaurados. [...] Um aspecto destes dados que continua impressionante é o grau de semelhança existente entre velhos e novos estereótipos (Karlins *et al.*, 1969: 14).

Como os autores referem, o conteúdo dos ‘novos estereótipos’ é mais consistente com as ‘atitudes mais liberais’ da sociedade americana, como demonstrado em diversos estudos nos anos sessenta, mas *essencialmente* continuavam os mesmos. A esse propósito, os autores citam Triandis e Vassiliou (1967: 238): ‘já não é apropriado ser preconceituoso em relação a outros grupos’. Isso não significa que o preconceito tenha desaparecido, pois, como os próprios autores salientam, alguns dos resultados obtidos ‘são demasiado bons para serem verdadeiros’ (Karlins *et al.*, 1969: 11). Nesse sentido, os autores salientaram a necessidade de distinguir entre estereótipo *pessoal*, fenómeno psicológico, e estereótipo *social*, fenómeno cultural:

Podemo-nos referir às associações feitas por um indivíduo em particular como o seu *estereótipo pessoal* e às associações consensuais feitas por uma dada população como *estereótipos sociais*. [...] A ausência de um padrão tradicional de estereotipização pode não ser indicador do declínio dos estereótipos em si, mas antes da formação de um consenso social revisto (Karlins *et al.*, 1969: 3).

Roger Brown (1986; citado por Amâncio, 1989), ironizando sobre a ilusão de que os estereótipos seriam erradicados se se ensinasse as pessoas a pensar de forma ‘objectiva’, conclui que o único resultado da intervenção moralizadora das ciências sociais foi o de ter ensinado aos americanos da classe média que não devem exprimir os seus estereótipos e preconceitos em público, mas uma anedota racista num círculo de amigos até cai bem.

Os resultados de um estudo realizado por Sigall e Page (1971) são bem elucidativos destas pressões normativas que deram origem aos ‘novos racismos’, a que fizemos referência no Capítulo 1. Os autores complementaram o uso da tradicional lista de adjectivos de Katz e Braly com uma manipulação experimental. Numa das condições os participantes respondiam simplesmente ao questionário (condição controlo) e na outra eram informados que o experimentador detinha uma medida fisiológica infalível capaz de medir a atitude, uma espécie de ‘detector de mentiras’. Os autores compararam os estereótipos dos participantes (americanos *brancos*) relativamente aos *americanos* e aos *negros*, nas duas condições de resposta. Verificou-se que na

condição ‘detector de mentiras’ o estereótipo relativo aos *americanos* era mais favorável e o relativo aos *negros* mais desfavorável do que na condição controlo, isto é, o favoritismo endogrupal aumentou quando os participantes julgavam que a sua verdadeira atitude estava a ser medida através de um instrumento infalível. Sigall e Page consideram este resultado ‘relativamente livre de distorções, verificando-se respostas mais honestas e ‘verdadeiras’ na condição controlo’ (1971: 254), o que sugere que os estudos com base na lista de adjectivos, sobretudo os realizados a partir do momento em que se tornou contra-normativo discriminar, subestimam os estereótipos negativos e o preconceito.

Numa revisão sobre as mudanças ocorridas na expressão dos estereótipos relativamente aos ‘negros’, Dovidio e Gaertner afirmam: ‘os estudos usando listas de adjectivos, em que se pede aos respondentes para seleccionar os traços mais típicos de um determinado grupo racial ou étnico, indicam que os estereótipos negativos estão em consistente declínio’ (1991: 202). No entanto, os autores salientam que a evolução observada no conteúdo e na consistência dos estereótipos pode decorrer de uma maior sensibilidade às normas sociais anti-discriminação do que a uma verdadeira mudança nos estereótipos.

Esta interpretação de carácter normativo é recusada por diversos autores da perspectiva da cognição social, que interpretam estes resultados estabelecendo uma clara distinção entre crenças pessoais e estereótipos culturais (e.g., Devine, 1989; Devine e Elliot, 1995; Garcia-Marques, 1999).

Numa ‘revisitação da trilogia de Princeton’, Devine e Elliot (1995) introduziram algumas alterações no procedimento com vista a colmatar algumas falhas metodológicas dos estudos precedentes. Partido da lista de adjectivos original de Katz e Braly (1933) efectuaram as seguintes alterações: introduziram novos adjectivos com o objectivo de actualizar a referida lista (esses adjectivos foram previamente recolhidos através de uma técnica aberta: ‘atlético, criminoso, hostil, pouco inteligente, pobre, rítmico, sexualmente perverso, não educado e violento’; Devine e Elliot, 1995: 1142); os participantes responderam duas vezes à referida lista de adjectivos, uma vez tendo em conta as suas ‘crenças pessoais’ e outra partindo dos ‘estereótipos culturais’; e, por último, os participantes responderam a uma ‘medida não-reactiva das atitudes anti-negro’, que consistia na *Escala de Racismo Moderno* de McConahay (1986). Comparando as respostas dos participantes nas condições de avaliação de ‘estereótipos sociais’ e ‘crenças pessoais’, os autores salientam:

Em contraste com a ideia corrente sobre o declínio dos estereótipos, os nossos dados sugerem que existe um estereótipo contemporâneo consistente e negativo sobre os negros. [...] o estereótipo permaneceu estável ao longo dos anos (em consistência e valência, mas não necessariamente no conteúdo específico) enquanto as crenças pessoais sofreram uma transformação (Devine e Elliot, 1995: 1139-1141).

Na perspectiva dos autores, enquanto o estereótipo cultural dos *negros* é consistente e muito negativo, as crenças pessoais são muito mais positivas, especialmente as crenças pessoais dos participantes que demonstram uma atitude favorável aos *negros* na escala de racismo moderno. Segundo os autores, a comparação dos resultados obtidos pelos participantes muito e pouco preconceituosos, segundo esta escala, apoia o modelo dissociativo de Devine (1989) segundo o qual ‘tanto indivíduos com alto como com baixo preconceito possuem o mesmo estereótipo dos negros, mas o estereótipo só é seguido pelos primeiros’ (Devine e Elliot, 1995: 1145). No entanto, em determinadas circunstâncias (por exemplo, nas situações de sobrecarga cognitiva) pode haver uma ‘contaminação mental’ pelos estereótipos, levando os indivíduos não preconceituosos a ser influenciados por estes, uma vez que os estereótipos, tendo sido aprendidos ao longo do processo de socialização, estão armazenados na memória, interferindo nos processos cognitivos dos indivíduos, a não ser que estes estejam permanentemente vigilantes a uma possível ‘contaminação mental’ e procurem evitá-la activamente, o que exige grande esforço cognitivo e motivação.

No nosso entendimento, esta interpretação, baseada na clara separação entre ‘crenças pessoais’ e ‘estereótipos culturais’ e pressupondo que quando os indivíduos ‘não preconceituosos’, em situações de grande carga cognitiva (Devine, 1989), associam mentalmente características negativas aos *negros* porque sofrem uma ‘contaminação mental’ pelos ‘estereótipos culturais’ é questionável, pois não se coaduna com a conceptualização dos estereótipos sociais enquanto representações sociais (Moscovici, 1988). Se os estereótipos culturais existem, mas não estão na cabeça de ninguém, ou de quase ninguém, onde se encontram então? E se não estão na cabeça das pessoas ‘não preconceituosas’ porque é que estas têm que ter energia mental disponível e motivação para não se deixar influenciar por eles? Na nossa perspectiva, os resultados de diversos estudos indicando crenças pessoais mais positivas do que os estereótipos sociais (e.g., Devine e Elliot, 1995; Garcia-Marques, 1999; Vala *et al.*, 1999a), assim como os estudos que indicam que as pessoas geralmente se consideram menos racistas do que a média das pessoas do seu endogrupo (e.g., Miranda, 2002), podem ser interpretados como uma manifestação do efeito *Primus Inter Pares* (Cotol, 1975). Conhecendo as normas sociais de não discriminação, os indivíduos apresentam-se de forma mais consonante com essas normas do que os restantes membros da sociedade em que se encontram, o que consiste numa forma de obter distintividade através da adesão a normas socialmente valorizadas.

Como já referimos, o desenvolvimento da psicologia cognitiva conduziu a uma mudança significativa no estudo sobre os estereótipos, tanto no que respeita à perspectiva teórica como à metodologia. Enquanto que as primeiras pesquisas se focalizaram no *conteúdo* dos estereótipos, a abordagem cognitivista vai centrar-se nos *processos*. Esta focalização nos processos levou ao desenvolvi-

mento de metodologias mais ‘sofisticadas’ e ‘rigorosas’: medição de tempos de reacção a determinadas palavras-estímulo; medição das reacções automáticas; medidas de recuperação de informação; medidas de associação em condições de sobrecarga cognitiva; etc. (Marques e Paéz, 2000). Os estudos sobre a *tendência central percebida* dos estereótipos foram diminuindo a partir dos anos oitenta, dando lugar a estudos sobre a *variabilidade grupal percebida* (Ostrom e Sedikides, 1992), aspecto que abordaremos na próxima secção.

3.3 Processos cognitivos, identidade social e percepção da variabilidade grupal

Numa revisão de literatura sobre o estudo da percepção da variabilidade grupal, Sedikides e Ostrom (1993) referem que este tem seguido três direcções. Os primeiros estudos orientaram-se sobretudo para a demonstração empírica dos efeitos da categorização na percepção dos grupos sociais, nomeadamente o efeito de acentuação e o efeito de homogeneidade do exogrupo. Seguidamente, a maior parte dos investigadores empenhou-se no desenvolvimento dos modelos cognitivos capazes de explicar o efeito de homogeneidade do exogrupo. No início dos anos noventa, estudos inspirados na teoria da identidade social começaram a enfatizar a importância do contexto social e da identidade social na percepção da variabilidade grupal, tendo demonstrado que o efeito de homogeneidade do exogrupo não é simétrico nem universal. Revisões de literatura mais recentes sobre a percepção da variabilidade grupal (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1998; Voci, 2000) têm evidenciado o papel moderador do estatuto dos grupos na explicação das assimetrias observadas.

Como referimos anteriormente, de acordo com Tajfel, o processo de categorização é baseado nas semelhanças intracategoriais e nas diferenças intercategoriais. Um dos fenómenos associado à categorização é o *efeito de acentuação*: a sobrestima, por parte do observador, das semelhanças entre os membros de uma dada categoria – *efeito de assimilação* – e das diferenças entre os membros de diferentes categorias – *efeito de contraste*.

A magnitude do efeito de acentuação tem sido encarada como um índice do grau com que a informação é organizada em torno das categorias sociais. Na literatura sobre julgamento social e sobre percepção de pessoas e de grupos, o critério de categorização está frequentemente associado a uma dimensão de valor – o que conduz a um efeito de acentuação mais forte, comparativamente a uma dimensão neutra.

Taylor, Fiske, Etcoff e Ruderman (1978) desenvolveram um paradigma experimental para apreender estes fenómenos: paradigma ‘quem disse o quê’. Os participantes escutam uma gravação com uma pequena discussão entre seis pessoas-estímulo e, simultaneamente, observam diapositivos com as fotografias de cada pessoa-estímulo à medida que estas intervêm. As pessoas-estímulo são

membros de dois grupos (*negros e brancos*). Depois de escutarem a gravação, os participantes (*brancos*) recebem uma lista com todas as frases efectuadas na discussão (desordenadas) e as fotografias de todas as pessoas-estímulo. A tarefa dos participantes consiste em emparelhar as frases com as fotografias apropriadas.

A ideia subjacente a este paradigma é a seguinte: se a ‘raça’ é usada como base para codificar e armazenar a informação no sentido categorial, então os participantes deverão ser capazes de recordar *se* foi um homem *branco* ou um homem *negro* a fazer uma determinada afirmação, mas não necessariamente *qual* o homem *branco* ou homem *negro* que fez uma determinada afirmação.

Esta tarefa permite o cálculo, para cada participante, de dois tipos de erros: uma frase pode ser atribuída a um outro membro do mesmo grupo (erro intracategorial) ou a um membro do outro grupo (erro intercategorial). Estas medidas empíricas dos erros são consideradas como a expressão de processos psicológicos ligados à actividade de categorização. Os *erros intracategoriais* denotam um tratamento da informação indiferenciado do outro dentro do grupo, ou seja, uma hipersensibilidade à categoria de pertença. Os *erros intercategoriais* denotam o aspecto oposto, isto é, a insensibilidade do indivíduo à pertença categorial (Lorenzi-Cioldi, 1993).

Assim, o exagero perceptivo das semelhanças intracategoriais e das diferenças intercategoriais entre os estímulos traduz-se, no paradigma de Taylor *et al.* (1978), por uma quantidade elevada de erros intracategoriais relativamente à quantidade de erros intercategoriais. O processo de categorização, conduz os participantes a distinguirem correctamente os indivíduos dos dois grupos e a tratar de maneira homogénea os indivíduos que são semelhantes do ponto de vista categorial. De acordo com as suas previsões, Taylor *et al.* (1978) encontraram um maior número de erros intracategoriais do que de erros intercategoriais, o que evidencia o efeito de acentuação.

Estudos subsequentes replicaram o efeito de acentuação na memória para pessoas usando vários critérios de categorização: ‘raça’ (e.g., Cabecinhas, 1994; Frable e Bem, 1985; Hewstone, Hantzi e Johnston, 1991); sexo (e.g. Arcuri, 1982; Cabecinhas, 1994; Frable e Bem, 1985; Lorenzi-Cioldi, 1993; Lorenzi-Cioldi *et al.*, 1995; Van Knippenberg *et al.*, 1994); orientação sexual (Walker e Antaki, 1986); e estatuto académico (Arcuri, 1982; Van Knippenberg *et al.*, 1994).

Os estudos utilizando o paradigma de Taylor *et al.* (1978) apoiam a ideia de que a informação não é armazenada simplesmente indivíduo-por-indivíduo, mas que a pertença grupal dos indivíduos determina como a informação é organizada (e.g., Brewer, 1998; Fiske e Neuberg, 1990). Este enviesamento ao nível da memória, assim como outras manifestações do efeito de acentuação, tem efeitos prejudiciais nas relações intergrupais. De acordo com Stephan (1985), os efeitos de assimilação e de contraste conduzem a uma variedade de enviesa-

mentos no processamento da informação acerca dos grupos sociais: formação dos estereótipos e atitudes negativas entre grupos; formação de expectativas negativas acerca do exogrupo; obstrução a tentativas de mudar os estereótipos; e evitamento do contacto intergrupar. Por todas estas razões, têm sido desenvolvidos estudos com o objectivo de explorar como pode ser atenuado o efeito de acentuação.

Embora nas experiências de Taylor *et al.* (1978) o efeito de acentuação não tenha sido afectado por factores contextuais, a pesquisa subsequente tem demonstrado que a força do efeito de acentuação varia em função de manipulações do contexto.

Por exemplo, Hewstone, Hantzi e Johnston (1991, Exp.1) utilizaram o paradigma experimental desenvolvido por Taylor e colaboradores, com participantes *brancos* e *negros*, com o objectivo de investigar se a saliência da categoria 'raça' seria sensível a factores contextuais, tais como a relevância do tópico de discussão para o critério de categorização: relevante ('relações raciais') ou irrelevante ('educação') para a categorização racial.

Na opinião destes autores, existem duas explicações possíveis para o facto do tópico de discussão relevante poder aumentar o efeito de acentuação. A primeira é uma hipótese cognitiva: quando o tópico diz respeito à 'raça', esta torna-se uma categoria particularmente acessível, tornando-se mais provável que os participantes categorizem em termos dessa categoria e, conseqüentemente, aumentem o número de confusões entre pessoas-estímulo que são semelhantes em termos dessa categorização. A segunda é uma hipótese motivacional: o tópico pode aumentar a 'utilidade subjectiva' da categorização. Assim, quando a discussão é sobre as 'relações raciais', a categoria racial das pessoas-estímulo pode ajudar o observador a compreender o significado das suas intervenções na discussão.

Contrariamente às expectativas dos autores, não houve maior número de erros intrarraciais na condição 'tópico relevante' do que na condição 'tópico irrelevante', isto é, os resultados evidenciaram que o efeito de acentuação (maior número de erros intrarraciais do que erros interraciais) não foi significativamente afectado pela manipulação do tópico de discussão. Os autores explicaram estes resultados considerando que a categorização racial é tão forte que não é afectada por este tipo de manipulação.

Hewstone *et al.* (1991, Exp.2) investigaram também o efeito da 'interacção antecipada' na quantidade relativa de erros intra e intercategoriais. Os autores partiram da hipótese de que os efeitos da categorização seriam mais reduzidos na condição de 'interacção antecipada' (quando os participantes esperavam interagir com as pessoas-estímulo) do que na condição controlo. Esta hipótese foi infirmada: na condição 'interacção antecipada' foram encontrados menos erros do que na condição controlo, mas a diferença entre os erros intra e intercategoriais foi igual em ambas as condições, o que mais uma vez aponta no sentido

da grande saliência da categorização racial: os participantes têm tendência em tratar a informação em termos raciais mesmo quando instruídos no sentido de anteciparem uma interação em termos pessoais.

Park e Rothbart (1982) consideram que há certas categorias que são altamente acessíveis e difíceis de suprimir, em particular a ‘raça’ e o sexo. Assumindo que essas categorias são extremamente salientes e poderosas, e que são automaticamente codificadas na ausência de quaisquer instruções específicas (Fiske e Neuberg, 1990), então talvez sejam insensíveis ao tipo de variação contextual estudada. Alguns estudos, comparando directamente a saliência das categorizações sexual e racial, apontam para o facto de, embora ambas sejam extremamente poderosas, a categorização sexual ser de natureza mais forte do que a racial (e.g., Fiske, Haslam e Fiske, 1991; Stangor, Lynch, Duan e Glass, 1992).

Diversos estudos têm sugerido alguns factores que podem influenciar o uso de uma dada categoria em detrimento de outra, mas esses factores não estão organizados num quadro de referência coerente. Partindo do trabalho de Oakes (1987), van Knippenberg *et al.* (1992) estudaram os factores que afectam o uso de uma determinada categorização numa dada situação. Globalmente, os resultados das experiências empreendidas pelos autores sugerem que determinadas categorizações (sexo, ‘raça’, idade) estão ‘automaticamente’ disponíveis como *default option*, tendendo a guiar o processamento da informação em todo o tipo de situações – *acessibilidade crónica* –, a não ser que haja uma alternativa obviamente mais desejável na situação concreta (van Knippenberg *et al.*, 1992). Estudos utilizando outro tipo de medidas implícitas têm demonstrado que os indivíduos detectam o sexo, ‘raça’ e idade prováveis das pessoas-estímulo em milésimos de segundo (Banaji e Hardin, 1996; Zárate e Smith, 1990). A investigação tem demonstrado que os grupos socialmente *marcados* – minorias étnicas, linguísticas, etc. – são categorizados muito mais rapidamente do que os grupos não marcados, isto é, aqueles que se ajustam ao *cultural default*, que no caso das sociedades ocidentais é ser homem, branco, adulto, heterossexual e de classe média (Fiske, 2000: 307). Assim, o facto de algumas categorizações serem consideradas como cronicamente acessíveis, não significa que não se verifiquem assimetrias significativas no uso. Assim, as mulheres são mais facilmente categorizadas sexualmente do que os homens e os negros são mais facilmente categorizados racialmente do que os brancos (Zárate e Sandoval, 1995). Os estudos realizados sobre a saliência relativa de diversas categorizações cruzadas mostram que um homem negro é mais frequentemente categorizado como ‘negro’ enquanto que uma mulher branca é mais frequentemente categorizada como ‘mulher’ (Zárate, Bonilha e Luevano, 1995; Zárate e Smith, 1990).

Como referimos anteriormente, numerosas pesquisas realizadas sobre os efeitos decorrentes da categorização social demonstraram a existência do *efeito de homogeneidade do exogrupo*, isto é, a tendência para perceber o exogrupo como

mais homogêneo do que o endogrupo (e.g., Linville, Salovey e Fischer, 1986; Park e Rothbart, 1982). Este efeito tem sido medido de diversas formas.

Por exemplo, Linville e Jones (1980) mediram o efeito de homogeneidade do exogrupo numa experiência em que a tarefa dos participantes (*brancos*) consistia em atribuir conjuntos de traços de personalidade a duas populações de estudantes (*brancos/negros*). De acordo com as previsões, os participantes escolheram traços de maneira a atribuir maior complexidade ao grupo dos *brancos* (endogrupo) do que ao grupo dos *negros* (exogrupo). No entanto, esta experiência está incompleta, pois seria necessário verificar se o mesmo tipo de resultados se obteria com participantes *negros*.

O efeito de homogeneidade do exogrupo traduz-se no paradigma de Taylor *et al.* (1978) por um maior número de erros intracategoriais em relação aos membros do exogrupo do que em relação aos membros do endogrupo, isto é, os participantes são capazes de fazer discriminações mais finas dentro do seu endogrupo. Taylor e colaboradores (1978, Exp.1) não encontraram apoio para essa hipótese. É necessário contudo ter em consideração que os autores testaram esta hipótese unicamente com participantes *brancos*, sendo provável que os resultados dos *negros* e *brancos* difiram, já que os 'negros vivendo numa sociedade dominada por brancos poderão ter uma motivação maior para aprender a distinguir os brancos entre si do que o contrário' (Hewstone, Hantzi e Johnston, 1991: 520).

Park e Rothbart (1982) consideram que a percepção da homogeneidade do exogrupo deriva, pelo menos em parte, da confiança do observador nos estereótipos. Assim, um índice apropriado para medir o efeito de homogeneidade do exogrupo poderia ser uma medida da força do estereótipo. Numa das experiências realizadas pelos autores, a tarefa dos participantes, de ambos os sexos, consistia em estimar a proporção de homens e de mulheres que apresentavam determinados traços de personalidade. Estes traços variavam em duas dimensões: a estereotipicalidade (estereotípico *vs.* contra-estereotípico); e a desejabilidade social (favorável, neutro e desfavorável). De acordo com as hipóteses formuladas pelos autores, os membros do exogrupo foram vistos como possuindo um maior número de traços estereotípicos do que os membros do endogrupo, enquanto que os membros do endogrupo foram vistos como possuindo maior número de traços contra-estereotípicos do que os membros do exogrupo. Os resultados desta experiência indicaram que os participantes tinham uma imagem mais complexa do endogrupo do que do exogrupo – efeito de homogeneidade do exogrupo – e demonstraram que este efeito não foi influenciado pela desejabilidade dos traços (manifestou-se tanto nos traços favoráveis como nos desfavoráveis), sugerindo que este fenómeno pode ser independente do favoritismo endogrupal.

Diversos autores têm estudado a relação entre o favoritismo endogrupal e o efeito de homogeneidade do exogrupo, mas os resultados têm-se mostra-

do inconsistentes. Como referimos, os resultados obtidos por Park e Rothbart (1982) apontam para uma independência do efeito de homogeneidade do exogrupo face ao favoritismo endogrupal. Na mesma linha de ideias, Krueger (1992) considera o favoritismo endogrupal e o efeito de homogeneidade do exogrupo como fenómenos independentes, sendo a sua frequente co-ocorrência um importante antecedente do conflito social.

Na opinião de Simon (1992), existe evidência empírica para considerar o favoritismo endogrupal como uma consequência do efeito de homogeneidade do exogrupo. Mas, o favoritismo endogrupal também pode ser positivamente relacionado com o efeito de homogeneidade do endogrupo (e.g., Brown e Simon, 1989; Simon e Pettigrew, 1990). Globalmente, o favoritismo endogrupal parece justificado por causa deste ser percebido como relativamente homogéneo em atributos avaliados positivamente, enquanto que, simultaneamente, o exogrupo é percebido como relativamente homogéneo em atributos avaliados negativamente.

Simon (1992) considera que a pesquisa sobre a homogeneidade percebida pode ajudar a identificar o *locus* do favoritismo endogrupal. No entanto, a pesquisa desenvolvida no sentido de esclarecer a relação entre estes dois fenómenos tem produzido resultados ambíguos ou inconsistentes (e.g., Brewer, 1993; Judd *et al.*, 1995).

Algumas pesquisas sugerem que a valência dos traços é um determinante normativo-motivacional da homogeneidade percebida (Haslam *et al.*, 1995). Contudo, outros estudos indicam que a percepção de homogeneidade é equivalente em traços favoráveis e desfavoráveis, sugerindo que o efeito de homogeneidade do exogrupo é independente do favoritismo endogrupal (Jones *et al.*, 1981; Park e Rothbart, 1982; Park e Judd, 1990). Ou seja, enquanto uns estudos apontam para uma interdependência entre estes dois fenómenos (e.g., Haslam *et al.*, 1995), outros apontam para uma independência (e.g., Jones *et al.*, 1981), e outros não permitem quaisquer conclusões sobre a relação entre estes fenómenos (Judd *et al.*, 1995).

As explicações sobre o efeito de homogeneidade do exogrupo têm mudado consideravelmente à medida que se esclarecem as condições de ocorrência deste fenómeno. A primeira explicação do efeito de homogeneidade do exogrupo foi baseada na familiaridade diferencial (e.g., Taylor *et al.*, 1978): maior familiaridade com o endogrupo conduziria a um maior conhecimento deste, o que por seu turno, levaria a maior variabilidade percebida deste grupo face ao exogrupo. Relativamente a esta hipótese, Park e Rothbart referem que não é surpreendente observar este efeito relativamente a grupos étnicos, 'seria mais impressionante se o efeito de homogeneidade do exogrupo pudesse ser demonstrado em grupos com contacto próximo, e é difícil encontrar dois grupos com contacto mais próximo e continuado do que os homens e as mulheres' (1982: 1055).

Neste sentido, a demonstração do efeito de homogeneidade do exogrupo entre homens e mulheres (e.g., Park e Rothbart, 1982; Lorenzi-Cioldi, 1993) constituiu um severo teste à hipótese da familiaridade diferencial. Diversos estudos apontam para o facto de não existir uma relação linear entre a percepção da variabilidade e a frequência dos contactos e/ou o número de membros conhecidos nos grupos considerados (e.g., Judd e Park, 1988; Park e Rothbart, 1982; Quattrone, 1986; Quattrone e Jones, 1980). Outro severo teste à hipótese da familiaridade advém da observação do efeito de homogeneidade do exogrupo em experiências com ‘grupos mínimos’, onde os participantes possuem pouca ou nenhuma informação sobre os membros do endogrupo e do exogrupo (Brown, 2000), assim como das variações observadas neste fenómeno em função das dinâmicas de formação de grupos ‘reais’ ao longo do tempo (Brown e Wootton-Millward, 1993; Ryan e Bogardt, 1997).

Quattrone (1986) sugere que, quando se encontram elementos de um exogrupo, se atende primeiramente às semelhanças entre eles, não se atribuindo atenção às diferenças individuais. Na opinião de Quattrone, um factor que pode explicar o efeito de homogeneidade do exogrupo apesar dos numerosos contactos (e.g., sexo oposto) é que os contactos intergrupais tendem a ocorrer numa gama restrita de situações – ‘enviesamento situacional da amostra’ – e que estas situações implicam papéis mais ou menos rígidos aos indivíduos. Mas, mesmo que os membros do exogrupo sejam observados numa variedade de papéis e de contextos situacionais, o indivíduo pode continuar a perceber o exogrupo como mais homogéneo. Um factor adicional que pode explicar este efeito é que a amostra de elementos do exogrupo pode estar enviesada – ‘enviesamento taxonómico da amostra’ – isto é, pode ser constituída apenas por um determinado subtipo de indivíduos.

Contudo, o enviesamento pode não estar na amostra mas na informação que dela é retirada (e.g., o participante pode prestar mais atenção à ‘raça’ do que à profissão de um membro do exogrupo, embora considere a profissão para avaliar um membro do seu próprio grupo). Neste sentido, Park e Rothbart propõem uma explicação alternativa para o efeito de homogeneidade do exogrupo: ‘as categorias usadas para codificar a informação sobre o exogrupo são supraordenadas, gerais e indiferenciadas enquanto que as categoriais usadas para codificar a informação sobre o endogrupo são mais subordinadas e diferenciadas’ (1982: 1064).

Para testar esta hipótese, Park e Rothbart (1982, Exp.4) realizaram uma experiência em que os participantes, estudantes do sexo masculino e feminino, receberam informação idêntica (um pequeno episódio) acerca de um dado indivíduo (homem/mulher). Os resultados demonstraram que os participantes recordam melhor os atributos subordinados (e.g., profissão) de um membro do endogrupo do que de um membro do exogrupo. Já que a exposição à informação acerca do endogrupo e do exogrupo foi equivalente, a informação diferencial, por si só,

não constitui explicação suficiente para o efeito de homogeneidade do exogrupo. Na opinião dos autores, a aprendizagem diferencial para as características dos membros do endogrupo e do exogrupo pode constituir uma fonte poderosa de erro na formação de impressões. Dentro de certos limites, as estruturas existentes tornam-se auto-perpetuadoras, isto é, a falha em codificar ou apreender os atributos subordinados dos membros do exogrupo perpetua a visão do exogrupo como relativamente homogêneo e indiferenciado (Rothbart, 1981).

Uma outra explicação para o efeito de homogeneidade do exogrupo, referida por Quattrone (1986), é a insensibilidade dos indivíduos aos dados infirmatórios: o facto dos indivíduos ignorarem os dados infirmatórios preserva a percepção da homogeneidade do exogrupo. Com efeito, a pesquisa sobre estereótipos tem demonstrado que estes são bastante resistentes à mudança, mesmo em presença de evidência desconfirmatória (e.g., Snyder, 1981). Um caso frequentemente observado consiste em considerar o actor cujo comportamento desacredita as nossas crenças como uma excepção à regra (Quattrone, 1986). Numerosos estudos demonstram como os estereótipos podem ser mantidos através da natureza auto-realizadora da sua influência na interacção social, tanto da parte dos observadores como dos alvos dos estereótipos (e.g., Darley e Fazio, 1980; Snyder, 1981). Os estereótipos influenciam, de várias formas, o processamento da informação acerca de um membro de um grupo social: focar a atenção num aspecto particular do comportamento do indivíduo, tornando esse aspecto mais saliente; interpretar certos comportamentos ambíguos como consonantes com o estereótipo; recuperar selectivamente a informação armazenada na memória; procurar informação adicional confirmatória (e.g., Johnston e Macrae, 1994; Yzerbyt e Leyens, 1991).

Para além da influência no processamento da informação *per se*, os estereótipos podem levar o observador a ir além da informação disponível. Como *protótipos*, os estereótipos bem desenvolvidos ‘podem levar o observador a ‘ver’ aspectos que não estão presentes no estímulo, ‘preenchendo as falhas’ com base nas expectativas’ (Hamilton, 1979: 68).

Diversos estudos demonstram que os participantes *vêem* o que é congruente com o estereótipo e *não vêem* o que é incongruente. No entanto, a informação incongruente com o estereótipo nem sempre é ignorada: em certas condições, a informação fortemente incongruente com as expectativas pode aumentar a sua saliência e assim o seu impacto, resultando numa mudança da estrutura cognitiva. Assim, a percepção da homogeneidade do exogrupo parece ser um dos factores que contribui para a formação dos estereótipos, e estes, por sua vez, parecem contribuir para a manutenção da percepção da homogeneidade do exogrupo, através da sua influência ao nível da selecção e do tratamento da informação (e.g., Brewer e Brown, 1998).

As pesquisas empíricas sobre a variabilidade grupal percebida conduziram à elaboração e refinamento de diferentes modelos cognitivos explicativos do efei-

to de homogeneidade do exogrupo. De acordo com Linville, Salovey e Fischer (1986) as pessoas armazenam informação acerca de 'exemplares' da categoria, isto é, membros individualizados do grupo ou diferentes subtipos do grupo, não sendo armazenadas na memória quaisquer abstrações acerca da variabilidade grupal. De notar que, segundo Linville e colaboradores, os subtipos são registados a título de exemplares concretos, isto é, não têm estatuto particular nos julgamentos de variabilidade. No momento de efectuar um julgamento, o indivíduo estima o grau de variabilidade somente na base da recuperação de informação acerca dos exemplares. Como a interacção com os membros do endogrupo é, usualmente, mais frequente e numa maior variedade de contextos, pode ser recuperada informação mais diferenciada acerca dos exemplares do endogrupo do que acerca dos exemplares do exogrupo. Deste modo, o exogrupo é percebido como mais homogéneo do que o endogrupo.

Assim, o modelo de Linville explica o efeito de homogeneidade do exogrupo essencialmente a partir da familiaridade diferencial com os exemplares. De acordo com este modelo, como conhecemos tantos homens como mulheres, uma repartição dos grupos baseada puramente no sexo não deveria dar origem ao efeito de homogeneidade do exogrupo (Linville *et al.*, 1989). No entanto, Park e Judd (1990) mostram que a ausência de diferenças na homogeneidade percebida entre grupos sexuais, defendida por Linville e colaboradores, depende do índice de variabilidade que é escolhido.

Judd e Park (1988) argumentam que, em adição à informação acerca dos 'exemplares', é também armazenada na memória informação 'abstracta' acerca do grupo como um todo. Na opinião dos autores, as abstrações acerca da variabilidade grupal, com inclusão da sua tendência central e da sua dispersão, são também armazenadas na memória. Assim, os julgamentos de variabilidade seriam baseados na recuperação das abstrações acerca da variabilidade grupal. A informação recuperada acerca de exemplares também pode influenciar estes julgamentos, mas esta teria menor probabilidade de ser usada para os julgamentos da variabilidade do exogrupo do que para os julgamentos de variabilidade do endogrupo. Consequentemente, a relativa heterogeneidade do endogrupo seria maior e o exogrupo seria avaliado como mais homogéneo do que o endogrupo. O modelo de Judd e Park atribui menor peso à familiaridade do que o de Linville e colaboradores. Em contrapartida, atribui maior peso às expectativas, às ideias preestabelecidas sobre a homogeneidade do grupo, que podem filtrar a codificação e recuperação dos exemplares e as suas interpretações.

Park, Judd e Ryan (1991) sugerem vários factores que afectam o processo de codificação ou de recuperação da informação, sendo responsáveis pelo uso diferencial de informações sobre 'exemplares' para os julgamentos do endogrupo e do exogrupo. Primeiro, existe uma maior motivação para a exactidão nos julgamentos do endogrupo do que nos julgamentos do exogrupo. Segundo, di-

ferentes níveis de experiência ou de familiaridade com o endogrupo podem significar mais exemplares disponíveis, e mais variados, do endogrupo do que do exogrupo. Terceiro, o uso diferencial do *self*, elemento saliente e único, como um exemplar do endogrupo pode influenciar os julgamentos sobre o endogrupo mas não os julgamentos sobre o exogrupo. Assim, os indivíduos confiariam nas crenças preexistentes acerca da homogeneidade grupal quando julgando a variabilidade do exogrupo, mas alterariam essas crenças na base da recuperação de exemplares quando julgando a variabilidade do endogrupo.

Ostrom, Carpenter, Sedikides e Li (1993) postulam que a informação armazenada sobre o endogrupo e o exogrupo é estruturada de forma diferente. Mais especificamente, a informação relativa ao endogrupo é estruturada sob a forma de ‘categorias pessoais’ enquanto que a informação sobre o exogrupo é estruturada sob a forma de ‘atributos categoriais’ relacionados com o estereótipo grupal. Segundo estes autores, os julgamentos da variabilidade grupal envolvem, por vezes, a procura desta informação armazenada. A procura de tais estruturas cognitivas produziria informação individualizada para o endogrupo e informação baseada nas semelhanças categoriais para o exogrupo. Assim, o endogrupo seria percebido como relativamente heterogéneo, enquanto o exogrupo seria percebido como relativamente homogéneo.

Mackie *et al.* (1993) efectuaram duas experiências na tentativa de testar o poder explicativo destes diferentes modelos, no entanto, não chegaram a resultados conclusivos. Globalmente, os modelos cognitivos da percepção da variabilidade grupal apresentam uma preocupação quase exclusiva com os ‘microprocessos’ intraindividuais de natureza estreitamente cognitiva, embora tenham em consideração alguns aspectos de ordem motivacional. Uma das críticas que têm sido apontadas a estes modelos é a negligência do contexto intergrupal em que os julgamentos de variabilidade ocorrem. Ao focalizar-se na forma como os participantes lidam com a ‘informação objectiva’ que lhes é fornecida sobre determinado grupo, a perspectiva da cognição social esquece frequentemente que o significado dessa informação é determinado pelo contexto envolvente. Como referem Oakes e Turner:

Em termos psicossociológicos não é apropriado definir ‘informação’ em abstracto. Informação é o que o perceptor precisa de saber num dado momento de modo a representar a realidade de tal forma que possa alcançar os seus objectivos. Nesse sentido, a categorização maximiza a informação (1990: 121).

Na década de oitenta a maior parte dos autores era da opinião de que o efeito de homogeneidade do exogrupo se manifestava de forma *simétrica* para ambos os grupos em presença. No entanto, os estudos explorando o impacto da identidade social na percepção dos grupos sociais apontaram para uma manifestação *assimétrica* deste fenómeno conforme o estatuto dos grupos em presença (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1993; Simon, 1992). No início dos anos noventa, numa

revisão de literatura sobre a importância do contexto na percepção da variabilidade grupal, Simon conclui que o efeito de homogeneidade do exogrupo ‘não é uma lei universal’, já que também se observa o efeito contrário – efeito de homogeneidade do endogrupo (1992: 1).

Na opinião do autor, os modelos cognitivos da percepção da variabilidade grupal não permitem explicar o aparecimento do efeito da homogeneidade do endogrupo, salientando a necessidade de se atribuir maior peso a variáveis motivacionais e contextuais. Simon (1992) examina três factores moderadores da variabilidade grupal percebida ligados ao contexto intergrupal: a relação numérica entre endogrupo e o exogrupo; a relevância dos atributos em questão para a definição da identidade social dos membros do endogrupo e do exogrupo; e os estereótipos socialmente predominantes. Seguidamente, iremos apresentar algumas experiências em que estes factores do contexto foram tidos em consideração, e cujos resultados apontam para uma manifestação assimétrica do efeito de homogeneidade do exogrupo.

A *tipicidade dos traços* julgados parece ser um dos factores moderadores do efeito de homogeneidade do exogrupo. A questão da tipicidade das escalas de avaliação utilizadas tem consequências teóricas importantes. Se as diferenças na dispersão percebida derivam da confiança do indivíduo nos estereótipos, então estes efeitos deveriam ser observados apenas nos traços estereotípicos. Se, por outro lado, as diferenças derivam de uma crença global, não específica, de que os membros do exogrupo são todos parecidos uns com os outros, então o efeito de homogeneidade do exogrupo deveria ser obtido tanto em traços estereotípicos como em traços irrelevantes para o estereótipo (Simon, 1992).

Na opinião do autor, quando a identidade social está saliente, tanto o efeito de homogeneidade do exogrupo como o efeito de homogeneidade do endogrupo podem ocorrer, dependendo dos atributos específicos em questão. Isto é, independentemente da posição maioritária ou minoritária dos grupos, é muito provável ocorrer o efeito de homogeneidade do endogrupo nos atributos relevantes para a identidade social respectiva, enquanto que o efeito de homogeneidade do exogrupo é esperado nos atributos tipicamente associados ao exogrupo.

Simon argumenta que o exogrupo tem, geralmente, maior probabilidade de se tornar uma entidade social saliente do que o endogrupo. Isto implica que os atributos típicos do exogrupo apresentem maior probabilidade de serem activados espontaneamente do que os traços típicos do endogrupo. Assim, os julgamentos de variabilidade podem ser feitos espontaneamente em referência aos traços típicos do exogrupo. No conjunto, então, a homogeneidade percebida do exogrupo deveria exceder a homogeneidade percebida do endogrupo. Por outro lado, quando a identidade social está ameaçada, o endogrupo tornar-se-ia uma entidade social mais saliente, e, nesta sequência, os membros

do grupo fariam espontaneamente julgamentos de variabilidade, tendo como referência os traços típicos do endogrupo, o que se traduziria no efeito de homogeneidade do endogrupo.

O *tamanho relativo* dos grupos parece ser outro factor moderador do efeito da homogeneidade do exogrupo. Mullen e Hu (1989) verificaram que este efeito é mais forte quando o endogrupo está em maioria numérica face ao exogrupo. Este efeito foi obtido em várias experiências com ‘grupos mínimos’: os membros das minorias consideraram o endogrupo como mais previsível e menos variável do que o exogrupo, enquanto que para os membros das maiorias se verificou o efeito inverso (e.g., Simon e Brown, 1987). Outras pesquisas também demonstraram o efeito de homogeneidade do endogrupo para membros de minorias com grupos ‘naturais’ (e.g., Brown e Smith, 1989).

Na opinião de Simon (1992), os indivíduos utilizam o conhecimento do tamanho do grupo como uma heurística para estimar a variabilidade grupal, sendo os grupos maiores considerados mais heterogêneos do que os grupos menores. Assim, quando o endogrupo está em minoria numérica, é provável verificar-se o efeito da homogeneidade do endogrupo. As situações intergrupais na vida real são frequentemente caracterizadas por uma assimetria em termos de tamanho dos grupos envolvidos. Simon refere que nas culturas ocidentais (com um ênfase ideológico na regra da maioria) a inferioridade numérica é provavelmente associada ao erro, ao desvio ou à fraqueza. Assim, este autor considera que, ser membro de uma minoria pode constituir uma ameaça à auto-estima e por isso os membros de uma minoria estariam motivados para contrariar esta ameaça, acentuando a sua identidade social positiva. Percepcionar maior homogeneidade no endogrupo do que no exogrupo seria um meio para alcançar esse fim. À maior homogeneidade do grupo seria associado um valor mais alto de *grupismo*, que constitui uma medida de suporte social e solidariedade que o grupo oferece aos seus membros (Allen, 1985; citado por Simon, 1992). Neste sentido, a relativa homogeneidade do endogrupo prometeria superioridade deste grupo em termos de suporte e solidariedade intragrupal.

A posição do grupo como maioria ou minoria tem sido aqui definida em termos numéricos. No entanto, como referimos no Capítulo 1, as maiorias ou minorias *numéricas* têm de ser distinguidas das maiorias e minorias *sociais*, que habitualmente são definidas em termos do estatuto social relativo (Deschamps, 1982; Lorenzi-Cioldi, 1988). Embora nos contextos intergrupais da vida real, a assimetria numérica maioria/minoria coincida, frequentemente, com as assimetrias de poder ou de estatuto, de tal forma que a maioria/minoria numérica seja também uma maioria/minoria social, existem numerosas excepções a esta regra, sendo a mais óbvia de todas a categoria ‘mulheres’. Por consequência, os resultados obtidos com as maiorias ou minorias numéricas não devem ser acriticamente generalizados para as maiorias ou minorias sociais.

Simon, Glässner-Bayerl e Stratenwerth (1991) examinaram as percepções da variabilidade grupal em membros de uma minoria estigmatizada (homens homossexuais) e membros da correspondente maioria dominante (homens heterossexuais). Os autores esperavam que os membros da minoria estigmatizada participassem nas crenças socialmente prevalentes. A tarefa dos participantes (homens homossexuais e heterossexuais) consistia em julgar a distribuição de frequências de vários atributos, tanto para o endogrupo como para o exogrupo, conotados positiva ou negativamente e tipicamente associados aos homossexuais ou aos heterossexuais.

Verificou-se que, para os participantes heterossexuais, o efeito de homogeneidade do exogrupo foi a regra, mas com uma exceção: foi atribuída maior variabilidade ao exogrupo nos atributos conotados positivamente e considerados típicos dos heterossexuais. Contrariamente, para os participantes homossexuais, o efeito de homogeneidade do endogrupo foi a regra, mas novamente com uma exceção: foi atribuída maior variabilidade ao endogrupo nos atributos positivos típicos dos heterossexuais. Na opinião dos autores, a explicação mais parcimoniosa para este padrão de resultados é que existe uma forte crença na sociedade que os homossexuais são mais semelhantes uns aos outros do que os heterossexuais. Por consequência, os participantes homossexuais e heterossexuais, como membros da mesma sociedade, partilhariam essa crença.

Na opinião de Simon, o acordo entre ambos os grupos de participantes em relação à variabilidade percebida dos dois grupos-alvo sugere que os efeitos de homogeneidade observados não são efeitos ‘puros’ da categorização social, já que esta não opera num ‘vácuo social’ (1992: 22-23). Simon considera a percepção da homogeneidade grupal como uma componente central do processo de estereotipia. Na aceção deste autor, o efeito de homogeneidade do exogrupo pode ser visto como um indicador da estereotipia do exogrupo e, paralelamente, o efeito de homogeneidade do endogrupo pode ser interpretado como um indicador da estereotipia do endogrupo. Na opinião de Simon e colaboradores (1991), as percepções da homogeneidade grupal, tal como os estereótipos sociais, são socialmente partilhadas. No global, os membros da maioria dominante vêem a minoria em termos mais estereotipados, isto é, como mais homogénea, do que a maioria dominante. Os membros da minoria estigmatizada, pelo menos ao nível dos atributos específicos, partilham a visão da maioria. Assim, a percepção da variabilidade grupal não depende somente da perspectiva do observador (se o grupo em questão é o endogrupo ou o exogrupo) mas também dos estereótipos e das crenças específicas (acerca dos grupos em questão) predominantes no contexto intergrupal.

De acordo com Simon, os modelos da representação cognitiva que ignoram a influência do contexto intergrupal no processamento da informação social são demasiado estáticos para dar conta da plasticidade observada na percepção da variabilidade grupal. Neste sentido, Simon (1992) propõe um modelo – *Cate-*

gorização Social Egocêntrica – que se baseia na premissa de que, pelo menos nas culturas ocidentais, com a sua orientação individualista, a diferenciação cognitiva do mundo social, por parte do observador, é *egocêntrica*, isto é, a distinção básica que o indivíduo faz no mundo social é a distinção entre as categorias ‘eu’ e ‘não-eu’. Este egocentrismo facilitaria a construção cognitiva da categoria exogrupo relativamente à categoria endogrupo, já que os ‘exogrupos são construídos simplesmente por uma subcategorização da categoria não-eu, enquanto a construção cognitiva do endogrupo requer uma deslocação da categorização dominante ‘eu vs. não-eu’ para a categorização ‘nós vs. eles’ [...]. Assim, a percepção de homogeneidade do exogrupo é mais provável de ocorrer do que o inverso’ (1992: 24).

Como referimos, Simon critica os modelos cognitivos por não terem em consideração o papel mediador do contexto intergrupar. No entanto, o seu modelo, claramente inspirado na teoria da auto-categorização (Turner *et al.*, 1987), parece-nos igualmente limitativo. Ao estipular a orientação egocêntrica como uma característica universal (pelo menos nas sociedades ocidentais), este modelo aplica-se sobretudo aos membros dos grupos dominantes. Colocando as estratégias de diferenciação do indivíduo enquanto *indivíduo* como o motor explicativo de todo o processo, este modelo parece esquecer os factores sociais que, como o próprio autor salienta, têm um papel determinante no processamento da informação sobre os grupos sociais.

Lorenzi-Cioldi (1988), debruçando-se igualmente sobre a influência do contexto na percepção da variabilidade grupal, aborda esta questão segundo uma perspectiva diferente. Segundo o autor, os grupos distinguem-se dentro da estrutura social em função, nomeadamente nas suas propensões para invocar a indiferenciação e a intermutabilidade dos seus membros – os grupos ‘dominados’ – ou, no caso oposto, a unicidade e diferenciação dos seus membros – os grupos ‘dominantes’. Neste sentido, pode esperar-se que os grupos ‘dominantes’ manifestem o efeito de homogeneidade do exogrupo de forma mais intensa do que os grupos ‘dominados’.

Para testar esta ideia, o autor realizou uma experiência baseado no paradigma de Taylor *et al.* (1978). O efeito de homogeneidade do exogrupo traduz-se neste paradigma por um maior número de erros intracategoriais em relação aos membros do exogrupo do que em relação aos membros do endogrupo, isto é, os participantes são capazes de fazer discriminações mais finas dentro do seu endogrupo. Para que este paradigma constituísse um instrumento útil para o exame da hipótese relativa à assimetria das categorias sociais ao nível do efeito de homogeneidade do exogrupo, Lorenzi-Cioldi (1993) introduziu algumas alterações neste dispositivo experimental: substituiu o paradigma ‘quem disse o quê’ pelo paradigma ‘quem estava onde’. A principal característica do paradigma ‘quem estava onde’ consiste em tomar em consideração os conteúdos que estão em relação com o critério da categorização dos grupos em presença.

Assim, Lorenzi-Cioldi para testar a hipótese da assimetria entre homens (grupo ‘dominante’) e mulheres (grupo ‘dominado’) manipulou os contextos: contextos *privados* (domésticos); e contextos *públicos* (ligados ao local de trabalho). A escolha deste tipo de manipulação deveu-se ao facto de a dicotomia privado *vs.* público estar bastante presente na literatura sobre estereótipos sexuais.

Na opinião de Lorenzi-Cioldi, a manipulação dos contextos pertinentes permite ancorar as percepções na realidade social e desta forma activar de forma mais eficaz a categorização endogrupo/exogrupo. Os resultados deste estudo forneceram algum apoio à hipótese da assimetria: o efeito de homogeneidade do exogrupo manifestou-se de forma mais intensa nos homens do que nas mulheres, isto é, os homens efectuaram um maior número de erros exgrupais (erros intracategoriais em relação ao exogrupo) do que as mulheres, embora esta diferença seja apenas ligeiramente significativa. Os resultados evidenciaram também que as mulheres são mais sensíveis à manipulação do contexto: homogeneizaram o exogrupo (grupo masculino) de forma mais intensa nos contextos privados (situação ‘incongruente’) do que nos contextos públicos (situação ‘congruente’).

Estes resultados apontam no sentido de o estatuto social dos grupos constituir um factor moderador da percepção da homogeneidade grupal: os membros do grupo dominante manifestam o efeito de homogeneidade do exogrupo de forma mais intensa do que os membros do grupo dominado. Nestes últimos, o efeito de homogeneidade do exogrupo atenua-se, podendo, em determinadas circunstâncias verificar-se o efeito inverso, isto é, o efeito de homogeneidade do endogrupo.

Os efeitos do estatuto relativo dos grupos e do contexto foram analisados por Cabecinhas (1994) em dois estudos experimentais. Utilizando uma adaptação do paradigma ‘quem disse o quê’, foram considerados dois critérios de categorização – a cor da pele (*branco/negro*: Estudo 1) e o sexo (homem/mulher: Estudo 2) – e foi manipulado o contexto através do tema de conversação – relevante (*relações inter-étnicas* no Estudo 1 e *namoro* no Estudo 2) ou irrelevante (*vida académica* em ambos os estudos). Verificou-se um forte efeito de categorização, isto é, os participantes usaram a cor da pele (Estudo 1) ou o sexo (Estudo 2) como estratégia para codificar, memorizar e recuperar a informação sobre as pessoas-estímulo apresentadas. Este efeito foi influenciado pelo contexto no caso da categorização racial, mas não no caso da categorização sexual, o que demonstra que, embora ambas as categorizações sejam extremamente poderosas e cronicamente acessíveis, a sexual é mais forte do que a racial. Os resultados de ambos os estudos evidenciaram uma manifestação assimétrica do efeito de homogeneidade do exogrupo: globalmente, os membros dos grupos ‘dominados’ (*negros* num estudo e *mulheres* no outro) foram mais homogeneizados do que os membros dos grupos ‘dominantes’ (*brancos* num estudo e *homens* no outro), independentemente do grupo de pertença do observador.

Outros estudos realizados por Lorenzi-Cioldi e colaboradores vieram confirmar esta assimetria nos efeitos de homogeneidade em função do estatuto relativo dos grupos, tanto com grupos ‘naturais’ (e.g., Lorenzi-Cioldi, Eagly e Stewart, 1995; Lorenzi-Cioldi, Deaux e Dafflon, 1998) como com grupos ‘mínimos’ (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1998).

Estudos realizados por outros autores, recorrendo a diferentes tipos de grupos, vieram confirmar que os grupos com menor estatuto social são mais homogeneizados do que os grupos com maior estatuto (e.g., Boldry e Kashy, 1999; Sedikides, 1997; Stewart, Vassar, Sanchez e David, 2000).

Vamos agora abordar mais sistematicamente algumas questões de natureza metodológica. Nos primeiros estudos sobre a percepção da variabilidade dos grupos sociais foram utilizados diferentes tipos de medidas, sendo a maior parte de natureza descritiva: a intensidade das inferências a partir de um membro da categoria para a categoria como um todo (e.g., Quattrone e Jones, 1980); o número de dimensões usadas para descrever o grupo (e.g., Linville e Jones, 1980); o grau de confiança no estereótipo (e.g., Park e Rothbart, 1982); a estimação de distribuições (e.g., Linville *et al.*, 1989); a listagem de subtipos do grupo (e.g., Park, Judd e Ryan, 1991).

A preocupação com os mediadores cognitivos do efeito de homogeneidade do exogrupo conduziu ao desenvolvimento de novas medidas da variabilidade grupal percebida: o tempo de reacção (e.g., Mackie *et al.*, 1993); a organização da informação em tarefas de recordação livre (e.g., Carpenter, 1993); os erros na recuperação da informação em tarefas de recordação indiciada (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1993); a memória diferencial para atributos supra e subordinados (e.g., Park e Rothbart, 1982).

As técnicas usadas para medir a variabilidade grupal percebida têm sido classificadas de diversas formas. Por exemplo, Park e Judd (1990) distinguem três famílias de medidas da variabilidade percebida: a *conformidade com o estereótipo* ou *estereotipicalidade*; a *dispersão percebida*; e a *variabilidade global*. A *conformidade com o estereótipo* relaciona-se com a percepção do grau em que os membros do grupo se ajustam aos estereótipos grupais. Por exemplo, pode ser obtido pedindo aos participantes para estimarem a percentagem de membros do grupo que apresentam determinados traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos: quanto maior for a diferença entre os traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos, maior a conformidade com o estereótipo. Este tem sido considerado como um dos índices mais robustos de estereotipicalidade (Park e Judd, 1990).

Em contrapartida, Ostrom e Sedikides (1992) consideram que há uma dificuldade séria com a utilização dos índices de estereotipicalidade como medidas da variabilidade percebida devido à interferência do favoritismo endogrupal: os participantes têm tendência a atribuir características mais desejáveis ao en-

dogrupo e características mais indesejáveis ao exogrupo. Consequentemente, as classificações nos índices de conformidade com o estereótipo deverão ser baseadas em igual número de atributos positivos e negativos para cada um dos grupos, o que nem sempre tem sido respeitado pelos investigadores.

As medidas de *dispersão percebida* apresentam aos participantes o mesmo tipo de escalas de respostas que são usadas na determinação da conformidade com o estereótipo, mas em vez de se ter em consideração a média das pontuações, têm em conta a sua dispersão. Por exemplo, o índice *amplitude* é obtido pedindo aos participantes para indicar os membros mais extremos de um dado grupo em determinado traço. A diferença entre as duas pontuações fornece o índice de amplitude percebida. Este tem sido considerado um dos mais robustos índices de dispersão (Park e Judd, 1990).

Nas medidas de *variabilidade global* solicita-se directamente aos participantes para estimarem a variabilidade de determinado grupo. Por exemplo, recorrendo a escalas cujos extremos são designados com frases do tipo: ‘eles são todos diferentes’ *vs.* ‘eles são todos semelhantes’ (e.g., Quattrone e Jones, 1980).

Na nossa opinião estas classificações de medidas deixam de fora aquelas que são potencialmente mais promissoras para a compreensão dos processos envolvidos na percepção da variabilidade grupal, isto é, as medidas ‘indirectas’. Podemos considerar as medidas de estereotipicalidade, de dispersão e de variabilidade global como medidas ‘directas’ ou ‘explícitas’, uma vez que os participantes podem facilmente aperceber-se dos objectivos da investigação e ‘controlar’ as suas respostas. Em contrapartida, as medidas ligadas à organização e à recuperação de informação em tarefas de recordação ou o tempo de resposta são designadas de medidas ‘indirectas’ ou ‘implícitas’ (pois incidem sobre aspectos ‘automáticos’ que dificilmente podem ser conscientemente controlados pelos participantes).

Uma revisão da literatura (Cabecinhas, Lorenzi-Cioldi e Dafflon-Nouvelle, 2003) sobre as diversas medidas da variabilidade percebida conduziu-nos a algumas constatações. Primeiro, a grande maioria dos estudos sobre esta temática utiliza apenas um tipo de medida. Segundo, os estudos em que são usadas várias medidas revelam inconsistências nos padrões de homogeneização observados. Terceiro, raramente são utilizadas no mesmo estudo medidas directas e indirectas; e quando são usados ambos os tipos de medida raramente se observam resultados concordantes entre as medidas directas e as indirectas (Cf: Carpenter, 1993; Judd e Park, 1988). Quarto, alguns estudos sobre a percepção de variabilidade de grupos com estatuto social assimétrico em que foram utilizadas medidas indirectas revelaram padrões de resultados promissores (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1998). Com as medidas indirectas os participantes não estão conscientes de que a sua tarefa diz respeito ao grau em que estes categorizam e homogeneizam as pessoas em grupos. Isto constitui uma importante vantagem face às medidas directas, uma vez que os procedimentos que invocam grupos de estatuto desigual tornam a tarefa dos participantes particularmente reactiva.

Resumindo, a grande maioria dos estudos sobre a percepção da variabilidade grupal usam apenas um tipo de medida. Quando várias medidas são usadas, a convergência dos resultados das diferentes medidas não é sistemática. Os casos que apresentam maior inconsistência nos padrões de homogeneização advêm precisamente de estudos que usam conjuntamente as medidas directas e indirectas.

Uma vez que a magnitude dos efeitos de homogeneidade depende das metodologias e do tipo específico de medidas usadas, é aconselhável o uso de diferentes tipos de medidas para uma melhor compreensão dos processos envolvidos (Marques e Paéz, 2000). As metodologias indirectas, especificamente a recordação da informação sobre membros do endogrupo e do exogrupo (Lorenzi-Cioldi, 1998), são particularmente adequadas para avaliar os efeitos de homogeneidade com grupos de estatuto desigual. Mas só uma comparação dos resultados obtidos através de diferentes tipos de medidas nos pode fornecer pistas para uma melhor compreensão dos processos cognitivos envolvidos e o seu possível impacto na discriminação social.

No entanto, a compreensão dos complexos padrões de homogeneização e heterogeneização exige igualmente a consideração de variáveis de ordem ideológica ou estrutural, que determinam que as posições em que os indivíduos se encontram num dado momento não sejam intermutáveis (Amâncio, 2000).

Ao distinguir quatro níveis de análise nos trabalhos dos psicólogos sociais, Doise (1982) pretendia salientar a necessidade de articulação entre esses diferentes níveis para o alcance de explicações mais completas sobre os fenómenos. Foi precisamente o trabalho de articulação de níveis de análise que nos propusemos empreender na investigação empírica que apresentamos nos capítulos seguintes.

4. Categorização e diferenciação entre grupos étnicos

Nesta investigação empírica prosseguimos objectivos de ordem teórica e de ordem metodológica. No plano teórico, pretendemos aprofundar o conhecimento dos processos cognitivos subjacentes à discriminação social baseada na pertença racial ou étnica dos indivíduos. No plano metodológico, pretendemos comparar a eficácia de diferentes tipos de medidas para a compreensão dos processos de tratamento de informação discriminatórios.

Como referimos na Introdução, a pesquisa empírica realizada será apresentada em três capítulos: um dedicado aos estudos exploratórios; outro dedicado aos estudos experimentais; e outro ao estudo correlacional. A explicitação dos objectivos específicos de cada estudo e das respectivas hipóteses será efectuada estudo a estudo, assim como a descrição das metodologias utilizadas.

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados referentes a cinco estudos. Nos dois primeiros estudos averiguámos quais os grupos *raciais* ou *étnicos* mais relevantes na sociedade portuguesa e de que forma estes são percebidos, o que nos permitiu seleccionar um grupo minoritário de origem africana para os estudos subsequentes: os ‘angolanos’.

Uma vez tomada a decisão sobre os grupos-alvo a considerar nesta investigação – o grupo maioritário (portugueses) e um grupo minoritário de origem africana (angolanos) – foram efectuados três estudos sobre os auto e os hetero-estereótipos de angolanos e de portugueses. Estes três estudos sobre estereótipos, para além dos respectivos objectivos específicos, foram realizados com o objectivo geral de seleccionar os materiais-estímulo para os estudos experimentais subsequentes.

A metodologia adoptada na recolha e no tratamento dos dados difere em alguns aspectos fundamentais da que caracteriza a tradição anglo-saxónica nos estudos sobre estereótipos relativos a *grupos étnicos*. Por um lado, uma vez

que se trata de analisar tanto as percepções do grupo maioritário como as percepções de um grupo minoritário, os dados foram recolhidos junto de participantes angolanos e de participantes portugueses. Por outro lado, pretendíamos identificar as dimensões caracterizadoras e diferenciadoras dos estereótipos através da interpretação dos conteúdos fornecidos pelos próprios participantes. Finalmente, a inexistência de estudos anteriores sobre os estereótipos mútuos destes dois grupos não permitia o recurso a uma lista de adjectivos previamente definida, sob pena de vir a induzir os conteúdos que se procuravam. Por exemplo, Miranda (1994) estudou os estereótipos dos estudantes do ensino secundário (todos portugueses) sobre os ‘portugueses’ e os ‘PALOP’ (recorrendo a uma lista de adjectivos seleccionados a partir de um estudo preliminar no qual apenas participaram estudantes portugueses). Vala e colaboradores, num estudo contemporâneo do nosso, analisaram os estereótipos sobre os ‘imigrantes negros’ e os ‘portugueses’ de uma amostra significativa da população residente na Grande Lisboa (todos portugueses *brancos*) recorrendo a uma reduzida lista de oito adjectivos (agressivo, alegre, bonito, desonesto, egoísta, impulsivo, inteligente e trabalhador), que foram escolhidos sem preocupações de ‘representatividade como traços estereotípicos de portugueses e de negros, mas sim com a sua representatividade para descrever pessoas de forma positiva ou negativa’ (Vala *et al.*, 1999a: 76). Posteriormente, os autores efectuaram um novo estudo com uma amostra representativa dos ‘jovens negros’ residentes na Grande Lisboa em que foram utilizados os mesmos atributos (Vala, 2003).

Outro aspecto a salientar é o facto de termos escolhido dois grupos com o mesmo grau de generalidade – *angolanos* e *portugueses* – o que nos permite comparar o grau de homogeneidade dos conteúdos associados a cada um dos grupos. Tal aspecto tem sido frequentemente negligenciado na investigação sobre estereótipos sociais. Como referimos no capítulo 1, no estudo pioneiro sobre racismo em Portugal, Vala e colaboradores opuseram duas categorias – ‘portugueses’ e ‘negros’, categorias essas que ‘não se situam no mesmo plano lógico, nem são mutuamente exclusivas’ (Vala *et al.*, 1999b: 39). Se esta opção nos parece perfeitamente justificada – uma vez que os autores partem do pressuposto segundo o qual os portugueses ‘brancos’ homogeneizam dentro da categoria ‘negro’ as pessoas cuja ascendência africana é identificável através da cor da pele – ela acarreta questões delicadas do ponto de vista metodológico, sobretudo quando os autores pretendem analisar as percepções de variabilidade grupal, pondo ao mesmo nível duas categorias com diferentes graus de generalidade. Foi precisamente este problema de ordem metodológica que quisemos contornar debruçando-nos sobre um grupo africano específico, os ‘angolanos’, e não sobre os ‘africanos’ ou os ‘negros’ em geral.

4.1 Crenças sobre *grupo étnico* e *raça*

O primeiro estudo exploratório foi realizado em Outubro de 1997 – *Ano Europeu Contra o Racismo* – e teve os seguintes objectivos específicos: investigar a noção de *grupo étnico* dos jovens portugueses e em que medida esta difere ou não da noção de *raça*; averiguar quais são os grupos *raciais* e *étnicos* mais significativos para os jovens portugueses; e analisar as auto-categorizações *raciais* e *étnicas* dos jovens.

Tal como referimos no Capítulo 1, o racismo pode ser analisado no âmbito do processo mais geral de construção da identidade social, que se define a partir da clivagem entre as representações do endogrupo e as representações do(s) exogrupo(s) relevante(s). Sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial o conceito de *raça*, baseado em diferenças genotípicas, foi progressivamente sendo substituído pelo conceito de *grupo étnico*, assente em diferenças culturais e comportamentais.

Segundo Vala e colaboradores (1999), a difusão de conhecimentos científicos e o apoio institucional à não racialização dos grupos humanos tem vindo a traduzir-se na construção de novas representações sociais sobre as diferenças entre povos, caracterizadas por uma maior rejeição do discurso racista tradicional, que opera a diferenciação a partir de características ‘naturais’, e pela adopção de um discurso que opera novas diferenciações a partir dos conceitos de cultura e etnia. Na investigação empírica conduzida por estes autores são confrontadas duas formas de categorização de grupos humanos – a categorização racial e a categorização cultural – e analisadas as suas consequências. A categorização racial seria baseada nas diferenças profundas (genotípicas) que estariam na origem das diferenças de superfície (fenotípicas), ambas percebidas como naturais e inalteráveis, e consequentemente com elevado potencial indutivo. Por sua vez, a categorização cultural seria baseada nas diferenças culturais e comportamentais, vistas como adquiridas e menos estáveis, mas na maior parte dos casos sofrendo igualmente um processo de essencialização que as tornaria aos olhos do senso comum inalteráveis.

Como referimos, este estudo foi realizado em 1997 – *Ano Europeu Contra o Racismo* –, ano em que o apoio político-institucional à não racialização dos grupos humanos foi particularmente divulgado nos meios de comunicação social. Assim, por um lado, esperávamos encontrar reacções de surpresa ou mesmo de contestação da parte dos estudantes face às nossas questões sobre as ‘raças’ em Portugal. Por outro, esperávamos que as características atribuídas às ‘raças’ e aos ‘grupos étnicos’ apontassem para uma essencialização das minorias, isto é, para uma conceptualização destas categorias como distintas, inalteráveis e com grande potencial indutivo (Allport, 1954/1979; Rothbart e Taylor, 1982).

Participaram neste estudo 56 estudantes universitários de ambos os sexos (31 raparigas e 25 rapazes), com idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos (idade média = 19 anos), todos de nacionalidade e naturalidade portuguesa.

Este estudo foi realizado junto de duas turmas do primeiro ano do ensino superior, cada uma delas correspondendo a uma condição de recolha de dados: na condição 1 todas as questões eram relativas a *grupos étnicos* enquanto que na condição 2 as mesmas questões eram referentes a *raças*.

A investigadora apelou à participação voluntária dos estudantes num estudo sobre os *grupos étnicos* (condição 1) ou sobre as *raças* (condição 2) em Portugal. A investigadora começava por distribuir uma folha de papel em branco a cada um dos participantes. Depois de se assegurar que todos os participantes estavam em condições para começar, a investigadora fornecia as instruções e ditava as questões uma a uma. Só depois dos participantes terem terminado de responder à primeira questão é que era lida a segunda questão e assim sucessivamente. As questões eram as seguintes: 1) ‘O que é um *grupo étnico/raça*?’; 2) ‘Quais os *grupos étnicos/raças* existentes em Portugal?’; 3) ‘Pertence a algum dos *grupos étnicos/raças* por si referidos na questão anterior?’. Quando todos os participantes terminavam de responder à última questão, a investigadora pedia-lhes para colocarem no verso da folha o sexo, a idade, a nacionalidade e a naturalidade. Depois de recolhidas as folhas de resposta, a investigadora esclarecia os objectivos do estudo e respondia às eventuais questões dos participantes.

O procedimento de análise de dados foi o seguinte: 1) foi efectuada uma contabilização dos conteúdos fornecidos pelos participantes em função da condição de resposta. As respostas dos participantes à primeira questão foram analisadas a partir dos grandes eixos organizadores da ideia de *raça*; 2) procedeu-se à contabilização dos grupos mencionados pelos participantes em cada uma das condições de resposta e efectuou-se posteriormente um agrupamento dos grupos em função dos critérios subjacentes às designações fornecidas (cor da pele, nacionalidade, religião, etc.); 3) Foram contabilizadas as auto-categorizações dos participantes e efectuado um teste de Qui-quadrado para averiguar se estas variavam significativamente em função da condição de resposta.

4.1.1 Grupo étnico e raça

A Tabela 1 apresenta os itens referidos pelos participantes nas suas definições de *grupo étnico* e de *raça*, utilizando as suas próprias palavras. Para cada condição de resposta foram retidos os conteúdos com frequência igual ou superior a dois. Relativamente ao *grupo étnico*, os três conteúdos mais frequentes dizem respeito à ‘cultura’ (46,4%), aos ‘costumes’ (25,0%) e à ‘religião’ (21,4%). Outras características ligadas à socialização e à cultura são mencionadas frequentemente: ‘valores’, ‘crenças’, ‘hábitos’, ‘características sociais’, ‘identidade’ e ‘rituais’. As ‘características físicas’ aparecem em quarto lugar (17,9%) e a ‘cor da pele’ em décimo primeiro (7,1%).

Ainda em lugar de destaque aparecem conteúdos ligados às relações de conflito ou submissão face à cultura dominante: ‘diferentes da maioria’ (17,9%) e ‘diferentes dos outros grupos’ (7,1%). Também expressivo é o facto de o *grupo étnico* ser visto como migrante, isto é, deslocado do seu local, região ou país de origem: ‘vivem num país que não é seu’ (17,9%), ‘oriundos dum local ou região diferente’ (7,1%), ‘oriundos dum meio diferente’ (7,1%).

Quanto à *raça*, o conteúdo mais frequentemente referido foi a ‘cor da pele’ (42,9%), seguido das ‘características físicas’ (28,5%) e da ‘cultura’ (25,0%). As ‘características genéticas’ e os ‘hábitos’ surgem em quarto lugar (17,9%). De salientar que, para além dos ‘hábitos’, diversos aspectos ligados à socialização e à cultura são mencionados frequentemente para caracterizar *raça*: ‘costumes’, ‘crenças’, ‘tradições’, ‘história’, ‘ideologias’, ‘maneira de agir’, ‘maneira de pensar’ e ‘vivências’.

A comparação das frequências relativas dos itens mais associados ao *grupo étnico* e à *raça* torna clara a equivalência destas noções para os participantes¹. Constata-se uma forte associação entre as características *biológicas* e as características *culturais*, sendo que a preponderância relativa destas características varia em função da condição.

De modo a facilitar a comparação dos conteúdos associados ao *grupo étnico* e à *raça*, efectuámos um agrupamento das respostas em quatro categorias básicas: características *biológicas*, nas quais incluímos as características fenotípicas (cor da pele, tipo de cabelo, forma do nariz, etc.) e as características genotípicas (ligadas à hereditariedade); características *culturais* (valores, religião, hábitos, etc.); características ligadas à *relação* com os outros grupos (‘alvo de discriminação’, ‘diferentes da maioria’, etc.); e, por último, características *geográficas* (referências ao deslocamento de local, região, país, etc.).

Como podemos constatar, idênticos conteúdos são referidos para definir *grupo étnico* e *raça*, embora no que respeita ao *grupo étnico* predominem as características culturais (89,3% dos participantes) relativamente às características biológicas (28,6 %), enquanto que à *raça* estão associadas sobretudo características ‘naturais’ ligadas à hereditariedade (71,4%) logo seguidas das características culturais (64,3%). As relações de conflito ou submissão face à cultura dominante (42,6%) e o facto de o *grupo étnico* ser visto como migrante (32,1%) são outros dos aspectos associados preferencialmente ao *grupo étnico*.

Assim, a noção de *grupo étnico* remete para grupos humanos de estatuto minoritário enquanto que a *raça* se aplica a um processo de fusão entre características biológicas e culturais. A análise de conteúdo das respostas dos participantes parece indicar uma distinção de significados: enquanto que o termo *grupo ét-*

¹ A equivalência entre *grupo étnico* e *raça* é demonstrada em numerosas respostas dos participantes, das quais citamos dois exemplos: ‘grupo étnico é um conjunto de pessoas que se agrupam por serem da mesma raça, logo têm a mesma cultura e religião’; ‘um grupo étnico caracteriza-se por um aglomerado de pessoas que apresentam características semelhantes, quer ao nível do país de origem, quer ao nível das crenças religiosas, raça, ideais’.

nico serviria para diferenciar uma minoria emersa numa maioria, o termo *raça* corresponderia a uma naturalização da distintividade dos grupos sociais.

Tabela 1 - Conteúdos associados a grupo étnico e raça

	Grupo étnico	Raça	Total
Características culturais	89,3	64,3	76,8
<i>cultura</i>	46,4	25,0	35,7
<i>religião</i>	21,4	10,7	33,9
<i>costumes</i>	25,0	14,3	19,6
<i>hábitos</i>	10,7	17,9	14,3
<i>valores</i>	17,9	3,6	10,7
<i>crenças</i>	10,7	10,7	10,7
<i>história</i>	3,6	10,7	7,1
<i>características sociais</i>	7,1	3,6	5,4
<i>ideologias</i>	3,6	7,1	5,4
<i>maneira de pensar</i>	3,6	7,1	5,4
<i>tradições</i>	—	10,7	5,4
<i>características psicológicas</i>	—	3,6	3,6
<i>comportamentos</i>	3,6	3,6	3,6
<i>identidade</i>	7,1	—	3,6
<i>linguagem</i>	3,6	3,6	3,6
<i>maneira de agir</i>	—	7,1	3,6
<i>raízes</i>	3,6	3,6	3,6
<i>vivências</i>	—	7,1	3,6
<i>filosofia de vida</i>	3,6	—	1,8
<i>leis</i>	—	3,6	1,8
<i>rituais</i>	7,1	—	1,8
Características biológicas	28,6	71,4	50,0
<i>cor (da pele, cabelo, olhos)</i>	7,1	42,9	25,0
<i>características físicas (altura, etc.)</i>	17,9	28,5	23,2
<i>características genéticas</i>	7,1	17,8	12,5
<i>características intrínsecas</i>	3,6	3,6	3,6
<i>características muito marcadas</i>	3,6	3,6	3,6
<i>fisionomia</i>	—	3,6	1,8
Relação com outros grupos	42,6	3,6	23,2
<i>diferentes da maioria</i>	17,9	—	8,9
<i>alvo de discriminação</i>	3,6	3,6	3,6
<i>diferentes dos outros grupos</i>	7,1	—	3,6
<i>unidos na defesa dos seus valores</i>	7,1	—	3,6
<i>antagonismo com a cultura dominante</i>	3,6	—	1,8
<i>conflito com os outros grupos</i>	3,6	—	1,8
Características geográficas	32,1	7,1	19,6
<i>vivem num país que não é seu</i>	17,9	—	8,9
<i>oriundos de um outro local/região</i>	7,1	7,1	7,1
<i>oriundos de um meio diferente</i>	7,1	—	3,6

Nota: Os valores correspondem à percentagem de participantes que mencionaram espontaneamente cada um dos conteúdos, em função da condição de resposta: *grupo étnico* ou *raça*.

4.1.2 Grupos etnicizados e grupos racializados

A segunda questão colocada aos participantes consistia na simples listagem dos *grupos étnicos* ou *raças* existentes em Portugal, conforme a condição de resposta. A Tabela 2 apresenta os vários grupos referidos em cada uma das condições e as respectivas frequências relativas de ocorrência. Para cada condição, foram retidas as designações com frequência igual ou superior a dois.

Tabela 2 - Grupos étnicos e raças referidos pelos participantes

	Grupo étnico	Raça	Total
Origem nacional ou geográfica	100	75,7	87,9
<i>Ciganos</i>	92,9	64,3	78,6
<i>Africanos</i>	46,4	25,0	35,7
<i>Cabo-verdianos</i>	35,7	—	17,9
<i>Indianos</i>	25,0	10,7	17,9
<i>Angolanos</i>	28,6	0,0	14,3
<i>Chineses</i>	10,7	10,7	10,7
<i>Moçambicanos</i>	21,4	—	10,7
<i>Macaenses</i>	17,9	—	8,9
<i>Timorenses</i>	17,6	—	8,9
<i>Árabes</i>	10,7	3,6	7,1
<i>Europeus</i>	10,7	—	5,4
<i>Latinos</i>	—	10,7	5,4
<i>PALOP</i>	3,6	7,1	5,4
<i>Portugueses</i>	7,1	3,6	5,4
<i>Asiáticos</i>	3,6	3,6	3,6
<i>Orientais</i>	—	7,1	3,6
<i>Índios</i>	—	7,1	3,6
<i>Marroquinos</i>	7,1	—	3,6
<i>Alemães</i>	3,6	—	1,8
<i>Brasileiros</i>	3,6	—	1,8
<i>Espanhóis</i>	3,6	—	1,8
<i>Ibéricos</i>	—	3,6	1,8
<i>Japoneses</i>	3,6	—	1,8
<i>Lusitanos</i>	—	3,6	1,8
<i>Mauberes</i>	3,6	—	1,8
Cor da pele	21,4	85,7	53,6
<i>Negros*</i>	28,6	53,6	41,1
<i>Branços</i>	17,6	53,6	35,7
<i>Amarelos</i>	—	14,3	7,1
<i>Vermelhos</i>	—	7,1	3,6
Religião	46,4	3,6	25,0
<i>Muçulmanos**</i>	28,6	3,6	16,1
<i>Judeus</i>	21,4	—	10,7
<i>Hindus</i>	3,6	—	1,8

Nota: *Agrupámos 'negros' e 'pretos'; **Agrupámos 'muçulmanos' e 'islâmicos'. Os valores correspondem à percentagem de participantes que mencionaram espontaneamente cada um dos grupos, em função da condição de resposta: grupo étnico ou raça.

Como podemos verificar, globalmente os ‘ciganos’ foram o grupo mais referido, tanto na condição grupo étnico como na condição raça (respectivamente 92,9% e 64,3%, totalizando 78,6%), o que remete para a elevada saliência deste grupo na sociedade portuguesa.

Seguiu-se o grupo dos ‘negros’ (respectivamente 28,6% e 53,6%, totalizando 41,1%) e em terceiro lugar ex aequo o grupo dos ‘africanos’ (respectivamente 46,4% e 25% , totalizando 35,7%) e o grupo dos ‘brancos’ (respectivamente 17,6% e 53,6%, totalizando 35,7%).

Globalmente, as referências aos ‘brancos’, aos ‘portugueses’ e aos vários grupos nacionais europeus assim como aos ‘europeus’ em geral, são menos frequentes do que as referências aos ‘negros’, aos vários grupos nacionais africanos e aos ‘africanos’ em geral, especialmente na condição *grupo étnico*, o que se prende com o facto de o processo de etnicização se aplicar essencialmente a minorias que são percebidas como ocupando um lugar desfavorecido na sociedade.

Em termos globais, as denominações mais frequentes são ligadas à ‘nacionalidade’ (87,9% dos participantes). Seguem-se as designações baseadas na ‘cor da pele’ (53,6%) e, com menor expressão, as denominações ligadas à ‘religião’ (25%). Os grupos referidos pelos participantes são basicamente os mesmos em ambas as condições, variando apenas o seu posicionamento relativo. Na condição grupo étnico predominam as designações baseadas na origem nacional ou geográfica (100% dos participantes), seguindo-se as designações baseadas na religião (46,4%) e, por último, na cor da pele (21,4%). Em contrapartida, na condição raça predominam as designações baseadas na cor da pele (85,7%), seguindo-se as designações baseadas na origem nacional ou geográfica (75%) e, por último, as baseadas na religião (3,6%).

4.1.3 Auto-categorizações étnicas e raciais

Por último, os participantes eram questionados sobre a sua pertença aos grupos étnicos ou raças anteriormente referidos. Como se pode constatar na Tabela 3, na condição grupo étnico a resposta predominante foi o ‘não’ (67,9 %) enquanto que na condição raça a resposta dominante foi ‘sim’ (85,7%)². Apenas dois participantes, um em cada condição, não responderam a esta questão. Verifica-se aqui uma assimetria nos processos de etnicização e racialização: a etnicidade é conceptualizada como algo específico das minorias enquanto que a noção de raça é aplicada também às maiorias.

² Verificou-se uma diferença significativa em função da condição de resposta ($\chi^2 = 19,636$, $p < 0,001$).

Tabela 3 - Auto-categorizações dos participantes

	Grupo étnico	Raça	Total
Sim	28,6	85,7	57,1
<i>Branços</i>	17,9	64,3	41,1
<i>Portugueses</i>	7,1	7,1	7,1
<i>Europeus</i>	—	7,1	3,6
<i>Ibéricos</i>	—	3,6	1,8
<i>Lusitanos</i>	—	3,6	1,8
<i>Ocidentais</i>	3,6	—	1,8
Não	67,9	10,7	39,3
Não resposta	3,6	3,6	3,6

Nota: Os valores correspondem à percentagem de participantes que se auto-categorizaram ou não em função da condição de resposta: *grupo étnico* ou *raça*. No caso do 'sim', são apresentados os grupos espontaneamente evocados na auto-categorização e a respectiva percentagem de evocação.

4.1.4 Etnicização e racialização: duas faces da mesma questão

Tendo em conta que este estudo foi realizado no *Ano Europeu Contra o Racismo* esperávamos encontrar reacções fortes por parte dos estudantes, sobretudo na condição *raça*. Tal não aconteceu. Os estudantes não questionaram os conceitos *raça* ou *grupo étnico*, encarando de forma muito natural que alguém (que não era seu docente) lhes perguntasse o que era uma *raça* e quais as *raças* existentes em Portugal. No *debriefing* do estudo constatámos que a maior parte dos estudantes nunca tinha problematizado estes conceitos, considerando *raça* e *grupo étnico* como conceitos objectivos e explicativos das assimetrias sociais.

Os resultados deste estudo estão em consonância com os resultados de outros estudos contemporâneos realizados sobre esta problemática, embora recorrendo a outro tipo de questões (Vala, 1999). Essencialmente, verifica-se que os estudantes não distinguem *grupo étnico* de *raça*. As características culturais amplamente referidas como definidoras dos *grupos étnicos* são consideradas inseparáveis das características físicas ligadas à hereditariedade. Os *grupos étnicos* são vistos como possuindo características intrínsecas, muito marcadas, que os distinguem da maioria ou da cultura dominante, imutáveis e, como tal, justificativas das assimetrias de poder.

Em ambas as condições, as repostas dos participantes apontam para uma essencialização das categorias sociais que são vistas como mutuamente exclusivas e inalteráveis (Rothbart e Taylor, 1992). Apesar do conteúdo das respostas dos participantes remeter claramente para a naturalização das *raças* e dos *grupos étnicos*, verifica-se uma certa assimetria de significado destes dois termos: o *grupo étnico* é visto como uma minoria emersa numa maioria, ou seja, como algo 'transitório' que resulta das trajectórias de migração dos grupos enquanto que o termo *raça* remete mais claramente para a imutabilidade de uma pertença social.

Da análise de conteúdo das respostas dos participantes ressalta a centralidade da cor da pele na categorização dos grupos sociais. Verifica-se a predominância de traços físicos nas definições de *raça*, mas estes estão também significativamente presentes nas definições de *grupo étnico*. Esta centralidade da cor da pele na categorização dos grupos sociais é especialmente evidente nas designações de grupos fornecidas pelos participantes. Embora predominem designações baseadas na nacionalidade, o que poderá dever-se ao seu carácter normativo, estas são sistematicamente associadas a designações baseadas na cor da pele. As auto-categorizações dos participantes foram significativamente mais frequentes na condição *raça* do que na condição *grupo étnico*, o que mais uma vez demonstra que a *raça* constitui um elemento central da categorização social para os participantes. Estes resultados são consonantes com os encontrados por outros autores, recorrendo a outro tipo de metodologias, segundo os quais a categorização racial é extremamente saliente, altamente acessível e difícil de suprimir (e.g., Devine, 1989; Fiske e Neuberg, 1990).

A acessibilidade das categorias raciais e o seu valor explicativo da realidade social demonstra que, apesar das tipologias raciais terem sido abolidas da ciência há largas décadas (UNESCO, 1973), continuam a estruturar o pensamento do senso comum. As campanhas de sensibilização da opinião pública para a problemática do racismo, tendo insistido na ilegitimidade da discriminação a partir da ‘cor da pele’, tiveram como resultado uma maior prudência no discurso relativamente às categorias *raciais* mas não relativamente às categorias *étnicas*: alguns participantes mencionaram nas suas respostas que as diferenças biológicas não deveriam conduzir à discriminação social, mas o mesmo não aconteceu relativamente às diferenças culturais. Constatamos, assim, que a herança do pensamento racista continua presente, embora se verifique uma metamorfose ao nível da expressão pública da discriminação racial.

Tendo em conta que a maior parte dos grupos referidos pelos participantes são grupos baseados na *nacionalidade* (destacando-se, entre eles, as ex-colónias portuguesas) ou na *cor da pele* (sobretudo a dicotomia *branco vs. negro*), optámos por realizar um segundo estudo exploratório tendo por objectivo averiguar o estatuto social percebido dos diferentes grupos na sociedade portuguesa.

4.2 Percepção do estatuto social dos diferentes grupos étnicos

No estudo anterior verificámos que os participantes mencionaram essencialmente grupos baseados na cor da pele (sobretudo a dicotomia *branco vs. negro*) e baseados na nacionalidade (destacando-se os PALOP), tendo sido efectuadas poucas referências a minorias religiosas. A única excepção a estes resultados diz respeito aos *ciganos*, que foram o grupo mais referido.

Tendo em conta estes resultados foram seleccionados para este novo estudo catorze grupos-alvo: *angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ciganos, guineenses,*

índianos, macaenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses, brancos, negros e mestiços.

Assim, o segundo estudo exploratório teve como objectivo averiguar o estatuto social percebido de vários grupos étnicos em Portugal. Este estudo foi realizado em diferentes zonas do país (Braga, Bragança, Porto, Lisboa, Évora e Faro) com o objectivo de ter uma amostra equilibrada em termos de Norte / Sul, Litoral / Interior.

Esperávamos encontrar um paralelismo entre a hierarquização dos grupos-alvo em função da nacionalidade ou origem geográfica e a hierarquização em função da cor da pele. Relativamente às categorizações baseadas na origem nacional ou geográfica esperávamos que os *portugueses* ocupassem a posição superior e os *ciganos* a posição inferior, visto que este grupo foi o mais referido no Estudo 1, o que nos dá uma indicação de que este é o grupo étnico mais saliente na sociedade portuguesa.

Quanto aos restantes grupos esperávamos observar uma hierarquização em função inversa da proporção em que foram mencionados no Estudo 1, isto é, menor estatuto para os grupos de origem africana, seguidos por ordem crescente dos grupos de origem asiática. Quanto às categorizações baseadas na cor da pele esperávamos verificar uma hierarquização, em que os *brancos* ocupariam a posição superior e os *negros* uma posição inferior. Esperávamos ainda que fosse atribuída aos *mestiços* uma posição mais próxima dos *negros* do que dos *brancos*. Neste estudo participaram 304 estudantes do ensino superior, 81 do sexo masculino e 223 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos (idade média = 20 anos), todos de nacionalidade e naturalidade portuguesa. As respostas dos participantes foram recolhidas colectivamente em estabelecimentos de Ensino Superior público nas seis cidades seleccionadas³. Sempre que possível, os dados foram recolhidos junto de estudantes do primeiro ou segundo ano de cursos ligados às ciências sociais.

Os estudantes foram convidados a participar voluntariamente num estudo acerca de vários grupos sociais residentes em Portugal. Dizia-se aos estudantes que a tarefa consistia em dar a sua opinião sobre vários grupos sociais, apelava-se à sua sinceridade e garantia-se o anonimato das suas respostas. Antes dos estudantes começarem a responder era dado um exemplo da escala de resposta usada no questionário e a investigadora certificava-se de que os estudantes não tinham dúvidas quanto à escala de resposta.

O questionário era composto por folhas A5, sendo cada página relativa a um grupo diferente, por ordem alfabética. A tarefa dos participantes consistia em estimar o estatuto social de cada um dos catorze grupos (através de seis escalas relativas ao nível educacional, nível cultural, nível económico, estatuto social,

³ Braga (Universidade do Minho); Porto (Universidade do Porto); Lisboa (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa); Bragança (Instituto Politécnico de Bragança); Évora (Universidade de Évora); e Faro (Universidade do Algarve).

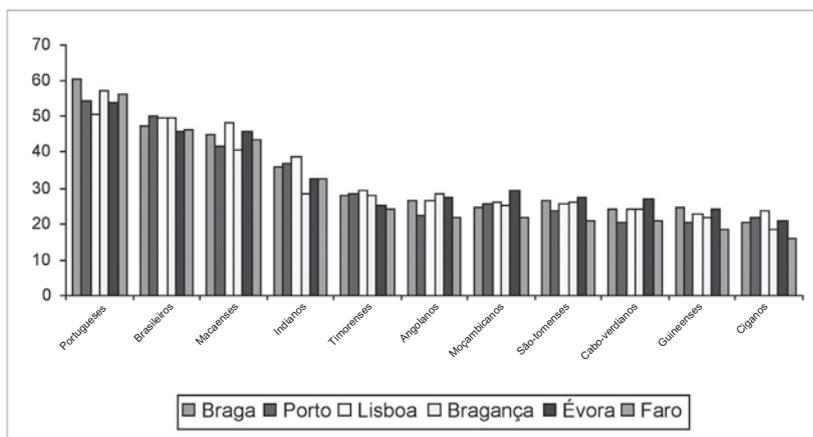
prestígio e poder). Na última página do questionário eram colocadas as questões sociodemográficas. Finalmente, os questionários eram recolhidos, os objetivos do estudo eram esclarecidos e a investigadora agradecia a participação dos estudantes e respondia às suas eventuais questões.

4.2.1 Consenso na percepção dos *grupos étnicos*

Para cada grupo-alvo foi calculado o *estatuto social percebido* a partir da média dos valores obtidos nas seis escalas: nível educacional, nível cultural, nível económico, estatuto social, prestígio e poder (cujos valores podiam variar de 1 a 100). Relativamente ao tratamento estatístico dos dados, começámos por realizar uma análise de variância tendo o estatuto social percebido de cada grupo-alvo como variável dependente e como variáveis independentes o sexo do participante e o local de recolha de dados. Seguidamente realizámos uma série de análises multivariadas de variância para comparar o estatuto social percebido de diversos grupos-alvo em função da pertinência dessa comparação.

O Gráfico 1 representa o estatuto social percebido (média global das seis escalas) para cada um dos grupos-alvo designados em função da sua origem nacional ou geográfica (categorização *nacional*)⁴ enquanto o Gráfico 2 representa o estatuto social percebido dos grupos designados em função da cor da pele (categorização *racial*).

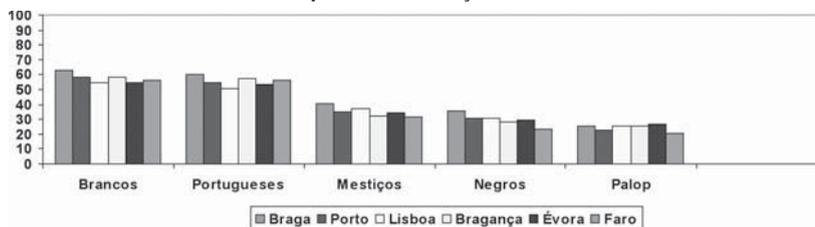
Gráfico 1 - Estatuto social percebido em função do local de recolha de dados



Escala: 1-100; quanto mais elevado o valor mais elevado o estatuto social percebido.

⁴ Por uma questão de simplificação na apresentação dos dados incluímos na ‘categorização nacional’ os *ciganos*. Como já referimos, os *ciganos* constituem o *grupo étnico* mais saliente na sociedade portuguesa: embora portugueses, são representados como ‘estrangeiros’ como se pode constatar no Estudo 1 (Cf: Correia, Brito e Vala, 2001; Mendes, 1998).

Gráfico 2- Estatuto social percebido em função do local de recolha de dados



Escala: 1-100; quanto mais elevado o valor mais elevado o estatuto social percebido.

A análise de dados foi efectuada em duas etapas. Na primeira, averiguámos se existiam diferenças estatisticamente significativas na percepção de cada grupo-alvo em função do local de recolha de dados e do sexo do participante. Na segunda fase, comparámos o estatuto social percebido dos diferentes grupos-alvo em função do tipo de categorização (nacional *vs.* racial).

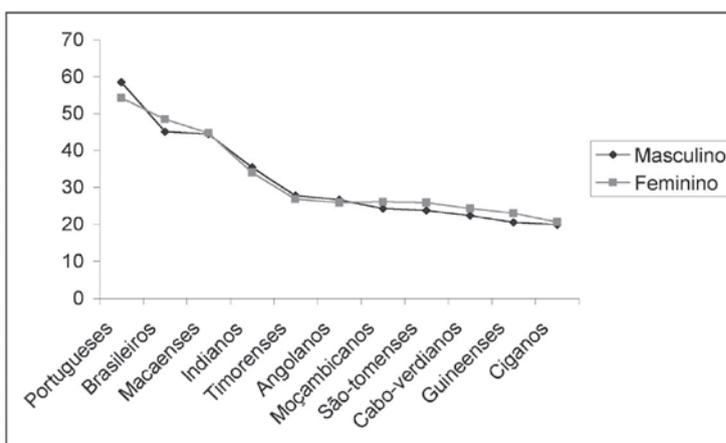
Na primeira etapa de análise de dados constatámos um enorme consenso na percepção dos catorze grupos-alvo, quer em função do local de recolha de dados quer em função do sexo dos participantes. Relativamente ao estatuto social percebido dos grupos-alvo designados em função da nacionalidade ou da origem geográfica (Gráfico 1), apenas se observaram diferenças significativas em função do local da recolha de dados em três casos: os *ciganos*, os *indianos* e os *moçambicanos*⁵. Numa tentativa de perceber os efeitos devidos ao local consultámos as estatísticas do INE para ver se existiria alguma relação entre o estatuto social percebido dos grupos e a sua concentração relativa no local de recolha de dados, mas não encontramos elementos que sugerissem alguma ligação, pelo que julgamos que os resultados ligados ao local de recolha de dados não são explicáveis pelo contexto.

O estatuto social percebido dos dez grupos-alvo minoritários categorizados com base na sua origem nacional ou geográfica não variou significativamente em função do sexo dos participantes (Gráfico 3), o mesmo acontecendo com os grupos minoritários designados em função da cor da pele (Gráfico 4). Em contrapartida, o estatuto social atribuído ao grupo maioritário diferiu significativamente em função do sexo do participante, fosse este designado pela nacionalidade (portugueses) ou pela cor da pele (brancos). Os participantes de sexo masculino atribuíram um estatuto social significativamente superior aos portugueses do que os participantes de sexo feminino (respectivamente,

⁵ O estatuto social percebido dos *ciganos* é superior nos grandes centros urbanos, Lisboa (M = 23,80) e Porto (M = 21,98), do que nas cidades de menor dimensão (M = 20,72), $F(5,292)=4,937$, $p<0,001$. O estatuto social percebido dos *indianos* é significativamente mais baixo em Bragança (M=28.45) do que nas outras cinco cidades, $F(5,292)=2,296$, $p<0,045$, e o dos *moçambicanos* é significativamente mais baixo em Faro (M=21,88), $F(5,292)=4,937$, $p<0,001$.

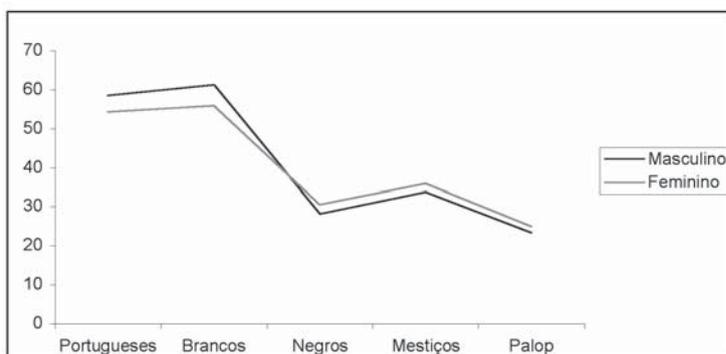
M = 58,52 e = 54,25). Os homens também atribuíram um estatuto mais elevado aos brancos do que as mulheres (respectivamente, M = 61,20 e = 55,87)⁶. Resumindo, para a maior parte dos grupos-alvo não foram encontradas diferenças significativas nem em função do local de recolha de dados nem em função do sexo do participante. Os efeitos do local da recolha de dados em relação a alguns grupos poderão, eventualmente, estar ligados à menor visibilidade de certos grupos em algumas cidades, mas este estudo não permite verificar essa hipótese. Quanto ao sexo dos participantes o seu efeito só foi significativo relativamente ao grupo maioritário, fosse este designado pela nacionalidade (*portugueses*) ou pela cor da pele (*brancos*): os homens atribuíram significativamente maior estatuto social ao grupo maioritário do que as mulheres.

Gráfico 3 - Estatuto social percebido em função do sexo dos participantes



Escala: 1-100; quanto mais elevado o valor mais elevado o estatuto social percebido.

Gráfico 4 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo em função do sexo dos participantes



Escala: 1-100; quanto mais elevado o valor mais elevado o estatuto social percebido.

⁶ Efeito do sexo dos participantes: *portugueses*, $F(1,292) = 4,771$, $p < 0,030$; *brancos*, $F(1,291) = 6,386$, $p < 0,012$.

Como podemos verificar no Gráfico 3, os ciganos constituem o grupo de menor estatuto social percebido ($M = 20,31$). Seguidamente, surgem os vários grupos africanos de língua oficial portuguesa: guineenses ($M = 22,25$); cabo-verdianos ($M = 23,71$); são-tomenses ($M = 25,22$); moçambicanos ($M = 25,55$); e angolanos ($M = 26,00$). Por ordem crescente de estatuto social percebido, seguem-se os três grupos de origem asiática: os timorenses ($M = 26,97$); os indianos ($M = 34,33$); e os macaenses ($M = 44,58$). Finalmente, os brasileiros ($M = 47,54$) são o grupo estrangeiro de estatuto social percebido mais elevado, sendo os portugueses ($M = 55,39$) o grupo de estatuto mais elevado. Esta hierarquização ‘nacional’ dos grupos não difere significativamente em função do local de recolha de dados nem em função do sexo dos participantes.

Relativamente às categorizações baseadas na cor da pele (Gráfico 4), verifica-se uma hierarquização⁷, em que aos brancos é atribuído um estatuto social mais elevado ($M = 57,30$) do que aos negros ($M = 29,86$). O estatuto social atribuído aos brancos também é significativamente mais elevado do que o atribuído aos mestiços ($M = 35,32$), que por sua vez é significativamente mais elevado do que o atribuído aos negros. Esta hierarquização ‘racial’ dos grupos não difere em função do local de recolha de dados nem em função do sexo dos participantes.

O estatuto social atribuído aos brancos ($M = 57,30$) não é significativamente diferente do atribuído aos portugueses ($M = 55,39$). O estatuto social atribuído aos negros ($M = 29,86$) é significativamente superior ao estatuto atribuído à média dos cinco grupos africanos ($PALOP = 24,53$). Esta diferença é significativa tanto para os participantes do sexo masculino como para os participantes do sexo feminino. Em relação ao local de recolha de dados, esta diferença é significativa nas três maiores cidades (Lisboa, Porto e Braga), mas não nas cidades de menor dimensão (Bragança, Évora e Faro).

4.2.2 Hierarquização nacional e hierarquização racial

Neste estudo averiguámos o estatuto social percebido de catorze grupos presentes na sociedade portuguesa, designados em função da origem nacional ou geográfica (categorização nacional) ou em função da cor da pele (categorização racial). De um modo geral, o estatuto social percebido dos diversos grupos não difere significativamente em função do local de recolha de dados, isto é, verifica-se um consenso na forma como os diferentes grupos são representados em diferentes regiões do país, com maior ou menor concentração de residentes estrangeiros.

⁷ Efeitos do grupo-alvo: *brancos vs. negros*, $F(1,291) = 391,59$, $p < 0,0001$; *brancos vs. mestiços*, $F(1,289) = 270,17$, $p < 0,0001$; *mestiços vs. negros*, $F(1,290) = 35,86$, $p < 0,0001$; *negros vs. PALOP*, $F(1,292) = 41,40$, $p < 0,0001$.

O estatuto social percebido dos diversos grupos minoritários também não difere significativamente em função do sexo dos participantes. Em contrapartida, os homens atribuem significativamente maior estatuto social ao grupo maioritário – quer a designação do grupo assente na nacionalidade (*portugueses*) quer na cor da pele (*brancos*) – do que as mulheres.

Independentemente do sexo dos participantes e do local de recolha de dados, verifica-se uma hierarquização dos grupos-alvo em função da sua origem nacional ou geográfica. Os participantes atribuem um maior estatuto social ao endogrupo (os *portugueses*) do que aos restantes grupos-alvo. Os *brasileiros* são o grupo estrangeiro de maior estatuto social percebido. Seguem-se, por ordem decrescente, os três grupos de origem asiática (*macaenses*, *indianos* e *timorenses*) e os cinco grupos oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa (*angolanos*, *moçambicanos*, *são-tomenses*, *cabo-verdianos* e *guineenses*). Os *ciganos* constituem o grupo de menor estatuto social percebido, o que vai de encontro aos resultados do primeiro estudo exploratório realizado no âmbito desta investigação. Estes resultados confirmam a grande saliência deste grupo na sociedade portuguesa, como tem sido evidenciado em outros estudos (Correia *et al.*, 2001; Mendes, 1998).

Verifica-se também uma hierarquização dos grupos em função da cor da pele: aos *brancos* é atribuída uma posição superior e aos *negros* uma posição inferior, sendo atribuída aos *mestiços* uma posição muito mais próxima dos *negros* do que dos *brancos*. Mais uma vez, esta hierarquização verifica-se independentemente do sexo dos participantes e do local de recolha de dados.

Finalmente, verifica-se uma assimetria na percepção do estatuto social em função do tipo de categorização (nacional *vs.* racial). O estatuto social atribuído aos *brancos* não é significativamente diferente do atribuído aos *portugueses*. Em contrapartida, o estatuto social atribuído aos *negros* é significativamente superior ao estatuto atribuído aos cinco grupos africanos considerados (PALOP). Tal poderá dever-se ao facto de os participantes estarem mais preocupados em não discriminar em função da cor da pele do que em relação à nacionalidade. Com efeito, nos últimos anos as campanhas anti-racismo têm salientado a ilegitimidade da discriminação racial e é provável que os participantes tenham procurado ir ao encontro da norma anti-racista em vigor na sociedade actual. Ora, esta norma é mais facilmente activada pela designação racial do que pela designação nacional. É curioso que esta diferença seja significativa sobretudo nos grandes centros urbanos, onde a presença de imigrantes é superior.

Como referimos na introdução, a consolidação da democracia, a descolonização e a adesão à União Europeia provocaram mudanças profundas na realidade política, social e económica portuguesa, o que se traduziu num aumento significativo dos fluxos imigratórios para Portugal e uma diversificação da origem geográfica desses mesmos fluxos. Quando iniciámos esta investigação os imigrantes da Europa de Leste ainda não tinham expressão significativa enquanto

que hoje em dia constituem uma das faces mais visíveis, em termos mediáticos, da imigração em Portugal (Cádima e Figueiredo, 2003; Cunha, 2003).

Se é verdade que a realidade social está em permanente mutação, não deixam de ser bem notórias as marcas do passado. As teorias racialistas clássicas advogavam uma hierarquização das raças humanas, na qual os *brancos* ocupavam o topo da hierarquia e os *negros* a base, ocupando os *amarelos* uma posição intermédia, bem mais próxima dos últimos do que dos primeiros (Montagu, 1997; Richards, 1997). Meio século depois de o conceito de ‘raça’ ter sido banido da ciência e de ter sido cientificamente demonstrada a origem comum de todas as ‘raças’ humanas (UNESCO, 1973), os resultados deste estudo espelham nitidamente a hierarquização racial advogada pelas teorias racialistas do século XIX, o que demonstra o grande peso dos aspectos históricos na percepção dos grupos sociais.

Os resultados deste estudo exploratório ajudaram-nos a tomar decisões pertinentes para o prosseguimento da investigação. De facto, verificámos que na sociedade portuguesa os grupos de menor estatuto social percebido são os *ciganos* e os grupos oriundos dos PALOP. A escolha dos *ciganos* como grupo-alvo foi, no entanto, excluída por dois motivos. Por um lado, os métodos escolhidos para analisar os estereótipos sociais e para medir a variabilidade grupal percebida não se adequam a participantes com baixo nível de escolaridade. De facto, quase todas as pesquisas sobre esta problemática têm sido realizadas com estudantes universitários e utilizando métodos que requerem grande familiarização com a linguagem escrita, com a matemática ou mesmo o domínio do computador. Por outro lado, o estatuto social atribuído aos *ciganos* diferiu significativamente em função do local de recolha de dados, sendo superior nos grandes centros urbanos (Lisboa e Porto) do que nas restantes cidades.

Assim optámos por seleccionar um grupo africano, uma vez que a percentagem de estudantes africanos ou de origem africana nos estabelecimentos de ensino secundário e de ensino superior é maior. Uma vez que na investigação da percepção da variabilidade grupal não seria conveniente comparar os dados relativos a dois grupos-alvo de graus de generalidade diferentes, não poderíamos opor os ‘africanos em geral’ aos ‘portugueses’. Por isso optámos por trabalhar com um grupo africano específico: os *angolanos*. Neste caso, estamos face a dois grupos com o mesmo nível de generalidade.

O grupo dos angolanos foi seleccionado por ser um dos mais significativos grupos de imigrantes em Portugal em termos numéricos – é o segundo grupo africano em número a seguir aos cabo-verdianos – e por ser um dos grupos menos estudado. De facto, na data em que iniciámos esta investigação empírica, não tínhamos conhecimento de nenhum estudo específico sobre os angolanos. Por outro lado, o facto do estatuto social percebido dos angolanos não diferir significativamente em função do local de recolha de dados, permitia-nos uma maior flexibilidade no local de recolha de dados dos estudos seguintes.

Nos dois primeiros estudos exploratórios constatámos os efeitos da categorização social na percepção do posicionamento relativo de diversos grupos sociais na sociedade portuguesa. Uma vez seleccionados os dois grupos-alvo – *portugueses* e *angolanos* – é necessário analisar os conteúdos que são associados a estes grupos e qual o significado simbólico destes conteúdos, tendo como referência um universo de valores comum. É neste quadro que se inscrevem os três estudos seguintes sobre estereótipos sociais.

4.3 Estereótipos sociais e assimetria simbólica

Os resultados do estudo anterior permitiram verificar que, exceptuando os *ciganos*, os grupos nacionais africanos (PALOP) constituem os grupos de menor estatuto social percebido na sociedade portuguesa. Destes cinco grupos seleccionámos os angolanos por razões já explicitadas anteriormente: segundo maior grupo de origem africana em Portugal, grupo de imigração mais recente e menos estudado do que os cabo-verdianos (primeiro grupo em termos numéricos e com várias gerações em Portugal; Saint-Maurice, 1997).

Os três estudos apresentados neste capítulo têm por objectivo analisar os estereótipos dos estudantes portugueses e dos estudantes angolanos a residir em Portugal sobre o seu próprio grupo (auto-estereótipo) e sobre o exogrupo (hetero-estereótipo). Na nossa perspectiva, os estereótipos sociais são representações subjectivas e socialmente partilhadas, sobre as características e os comportamentos de grupos humanos, estratificados segundo critérios socialmente valorizados, e traduzindo uma determinada ordem nas relações intergrupais (Tajfel, 1981/1983).

Em primeiro lugar pretendemos analisar os estereótipos dos *angolanos* e dos *portugueses*, salientando quais as dimensões comuns e quais as dimensões que os diferenciam e ainda qual o nível de diversidade dos conteúdos associados a cada grupo. Em segundo lugar, pretendemos averiguar qual a avaliação dos conteúdos descritivos associados a cada grupo, a partir da opinião pessoal de cada participante. E, finalmente, pretendemos analisar a distância destes conteúdos em relação ao referente ‘universal’ de pessoa adulta (Amâncio, 1989).

Tendo em vista estes objectivos, foram efectuados três estudos para proceder à caracterização dos estereótipos dos angolanos e dos portugueses. No Estudo 3a os participantes forneceram livremente os conteúdos descritivos de ambos os grupos. Com base nas características mais mencionadas para descrever os dois grupos-alvo, foi elaborada uma lista de adjectivos que foi posteriormente apresentada aos participantes do Estudo 3b e do Estudo 3c. No Estudo 3b foi pedido aos participantes para classificarem, de forma independente (recorrendo a duas escalas separadas), em que medida cada um dos traços da referida lista era típico dos angolanos e dos portugueses, e também para avaliarem cada traço tendo em conta a sua opinião pessoal. No Estudo 3c foi pedido aos participantes para classificarem, de forma interdependente (recorrendo a uma só

escala), em que medida cada um dos traços da referida lista era típico dos angolanos ou dos portugueses, e também para avaliarem cada característica tendo em conta o estereótipo de pessoa adulta na sociedade portuguesa, seguindo o procedimento adoptado por Amâncio (1989). Os dados destes três estudos foram analisados em função das pertenças nacionais dos participantes a fim de identificar especificidades na percepção social associadas a estas pertenças, para além da procura de dimensões consensuais entre elas.

A nossa hipótese é de que numa época em que o racismo é claramente anti-normativo os conteúdos associados a ambos os grupos sejam predominantemente positivos. Assim, esperamos que a maior diferenciação entre os grupos não se opere ao nível da valência avaliativa dos conteúdos associados a cada grupo, mas ao nível das dimensões subjacentes a esses conteúdos. Esperamos que os conteúdos associados aos angolanos sejam predominantemente ligados à expressividade, ao exotismo, e à juventude, enquanto que os conteúdos associados aos portugueses sejam fundamentalmente ligados à instrumentalidade e à imagem de adulto.

Esperamos ainda que o estereótipo dos portugueses se aproxime mais do modelo de pessoa ‘adulta’ enquanto que o estereótipo dos angolanos se aproximará do modelo de pessoa ‘jovem’. Mas, numa época em que existe uma clara valorização social dos atributos ‘exóticos’ e ‘juvenis’, e sendo os participantes nestes estudos jovens, é provável que o estereótipo dos angolanos seja avaliado mais positivamente do que o estereótipo dos portugueses, especialmente quando essa avaliação é feita tendo em conta a opinião pessoal. No entanto, quando a avaliação dos traços é efectuada tendo em conta o estereótipo de adulto na nossa sociedade, confrontando assim a opinião pessoal dos participantes com um modelo de referência ‘universal’, esperamos que o estereótipo dos portugueses seja avaliado mais positivamente.

Por último, tendo em conta que os grupos dominantes tendem a ser percebidos como mais homogêneos do que os grupos dominados (e.g., Cabecinhas e Amâncio, 1999; Lorenzi-Cioldi, 2002), esperamos um menor grau de consenso no estereótipo dos *portugueses* do que no estereótipo dos *angolanos*, isto é, esperamos observar uma maior heterogeneidade na representação do grupo dos *portugueses* do que na representação do grupo dos *angolanos*.

4.3.1 Conteúdos dos estereótipos

O Estudo 3a foi efectuada com o objectivo de averiguar quais os conteúdos descritivos associados aos *angolanos* e aos *portugueses*, tanto por membros do endogrupo como por membros do exogrupo. A técnica utilizada para a recolha de dados foi a associação livre de palavras. Esta técnica tem sido amplamente utilizada nos estudos sobre representações sociais por ‘permitir apreender campos semânticos que se pressupõe possuírem propriedades estruturais e significantes’ (Amâncio, 1989: 226).

A inexistência de estudos psicossociológicos sobre as representações recíprocas dos angolanos e dos portugueses na altura em que iniciámos a nossa investigação empírica, e o facto de o desenvolvimento da nossa investigação exigir o conhecimento fundamentado das principais dimensões caracterizadoras e diferenciadoras destes dois grupos, justificam a necessidade deste estudo. De notar que o uso da lista original de Katz e Braly (1933) nos pareceu, neste caso, desadequado, pois diz respeito a um contexto geográfico, político-institucional e temporal completamente distinto do que se vive, hoje em dia, em Portugal. Os estudos clássicos conduzidos por estes autores foram efectuados numa época em que o racismo era normativo nos EUA e não anti-normativo como actualmente. Aquele estudo evidencia uma grande preponderância de adjectivos extremamente negativos para caracterizar os grupos étnicos minoritários, especialmente os que mais se distanciavam dos valores dominantes na sociedade americana da época.

Participaram neste estudo 31 estudantes angolanos (10 rapazes e 21 raparigas) e 31 estudantes portugueses (12 rapazes e 19 raparigas), com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos (idade média = 21 anos).

A investigadora apelou à participação dos estudantes num estudo sobre percepção social. A investigadora distribuía a cada participante uma folha em branco e fornecia as seguintes instruções: ‘Qualquer grupo pode ser descrito em termos das suas características típicas. Gostaríamos que nos desse a sua opinião sobre quais são as características típicas dos [*angolanos*]⁸. De preferência, exprima a sua opinião em termos de adjectivos, de modo a completar a frase seguinte: ‘Os [*angolanos*] são ...’. Quando os participantes terminavam a descrição do primeiro grupo-alvo, a investigadora pedia-lhes para voltarem a folha de costas e efectuarem a descrição do segundo grupo-alvo. A ordem das palavras-estímulo foi contrabalançada: aproximadamente metade dos participantes começou pela palavra-estímulo *angolanos* e a outra metade começou pela palavra-estímulo *portugueses*. Finalmente, eram solicitados dados pessoais: sexo, idade, nacionalidade e naturalidade. Terminada esta tarefa, a investigadora agradecia a colaboração dos participantes, explicava sumariamente os objectivos do estudo e respondia a eventuais questões.

Na primeira fase da análise de dados, as palavras referidas pelos participantes foram submetidas a alguns agrupamentos na base estrita da raiz etimológica e todos os verbos e substantivos foram integrados numa forma adjectiva do masculino plural, seguindo o procedimento adoptado por Amâncio (1989: 228). Com este procedimento obtivemos um total de 320 palavras diferentes. Seguidamente, para cada grupo de participantes, procedemos à listagem das palavras associadas a cada grupo-alvo, acompanhadas das respectivas frequências de ocorrência, o que deu origem a quatro dicionários: descrição dos angolanos efectuada por participantes angolanos; descrição dos angolanos efectuada por participantes

⁸ A título de exemplo, colocámos as instruções relativamente ao primeiro grupo-alvo da Ordem 1.

portugueses; descrição dos portugueses efectuada por participantes angolanos; e descrição dos portugueses efectuada por participantes portugueses.

Procedemos igualmente à listagem das palavras associadas a cada grupo-alvo, acompanhadas das respectivas frequências de ocorrência, independentemente do grupo dos participantes, o que deu origem a dois dicionários: descrição dos angolanos efectuada pela totalidade dos participantes; e descrição dos portugueses efectuada pela totalidade dos participantes. A fim de evitar as palavras cuja ocorrência pudesse ser devida a idiosincrasias dos participantes, foram eliminadas, dentro de cada dicionário, todas as palavras cuja frequência de ocorrência fosse inferior a dois.

Para averiguar o grau de homogeneidade dos conteúdos associados a cada grupo foi calculado um *índice de homogeneidade*⁹ para cada um dos seis dicionários. Procedemos igualmente à análise de conteúdo dos dicionários. Num primeiro momento, verificámos quais as palavras comuns aos vários dicionários e quais as palavras específicas de cada um. Num segundo momento, o vocabulário retido nos diversos dicionários foi analisado tendo em conta os grandes eixos estruturadores encontrados noutros estudos sobre estereótipos em que estão envolvidas assimetrias de estatuto: expressividade *vs.* instrumentalidade; dominância *vs.* submissão; sociabilidade positiva *vs.* sociabilidade negativa (e.g., Amâncio, 1989; Delgado, 1997).

A Tabela 4 apresenta os indicadores relativos ao vocabulário *retido* em cada dicionário. Como podemos constatar, os dois dicionários mais heterogêneos dizem respeito às descrições fornecidas pelos participantes portugueses e os dois dicionários mais homogêneos correspondem às descrições fornecidas pelos participantes angolanos. Verifica-se também uma diferenciação em função do grupo-alvo: os dicionários respeitantes às descrições dos *angolanos* são mais homogêneos do que os dicionários referentes às descrições dos *portugueses*. Assim, verificam-se dois efeitos, um relativo ao grupo dos participantes e o outro relativo ao grupo-alvo, que combinados se traduzem numa maior heterogeneidade do grupo dos *portugueses* relativamente ao grupo *angolanos*.

⁹ Índice de homogeneidade = (Associações / Ocorrências); Associações = total de palavras diferentes; e Ocorrências = total de palavras, incluindo frequências.

Tabela 4 - Indicadores relativos ao vocabulário retido nos seis dicionários

Dicionários Grupo-alvo	Participantes					
	Angolanos		Portugueses		Total	
	Angolanos	Portugueses	Angolanos	Portugueses	Angolanos	Portugueses
Associações	37	42	42	42	73	83
Ocorrências	161	171	149	140	347	337
Homogeneidade	0.23	0.25	0.28	0.30	0.21	0.25

Nota: Associações = total de palavras diferentes; Ocorrências = total de palavras, incluindo frequências. Índice de homogeneidade = (Associações/Ocorrências). Varia entre 0 e 1, sendo 0 o máximo de homogeneidade.

Na análise de conteúdo dos dicionários averiguámos quais os traços considerados específicos de cada um dos grupos-alvo e quais os traços comuns a ambos os grupos. Do vocabulário retido, 47 traços foram atribuídos exclusivamente ao grupo dos *angolanos*. Devido a limitações de espaço, a Tabela 5 apresenta apenas os traços referidos por três ou mais pessoas. Como podemos constatar, apenas 19 traços são referidos por participantes de ambos os grupos.

Tal como esperávamos, os traços associados aos *angolanos* são predominantemente ligados à expressividade (*alegres, bem dispostos, calorosos, espontâneos*, etc.) e ao exotismo (*bons cantores, dançam bem, música mexida, ritmo, roupas coloridas*, etc.). Embora menos frequentes, verificam-se várias referências a traços de instrumentalidade negativa (*despreocupados, ignorantes, incultos*, etc.) assim como a traços de submissão (*passivos, acomodados*).

De destacar, ainda, as referências ao conflito e à luta (*conflituosos, corajosos, lutadores*) e à solidariedade grupal (*camaradagem, companheiros, unidos*). Estas referências remetem claramente para a representação de um grupo dominado que, sentindo-se em posição desfavorável e ameaçado pelo exterior, reforça a solidariedade e coesão internas. A posição desfavorável deste grupo é também patente em algumas referências directas à precariedade da sua situação económica e social (*discriminados, pobres, sofredores*). Por último, as referências à cor da pele, marca exterior da pertença grupal, são efectuadas maioritariamente pelos participantes portugueses (*pele escura, negros*).

Tabela 5 - Traços atribuídos exclusivamente ao grupo dos angolanos

Traços dos angolanos	Participantes		
	Angolanos	Portugueses	Total
Alegres	14	6	20
Pele escura	3	7	10
Dançam bem	1	8	9
Pobres	-	9	9
Incultos	2	5	7
Bons cantores	1	4	5
Música mexida	3	2	5
Bem dispostos	1	3	4
Espírito de família	2	2	4
Lutadores	2	2	4
Nacionalistas	2	2	4
Negros	1	3	4
Ritmo	-	4	4
Acomodados	1	2	3
Camaradagem	3	-	3
Companheiros	1	2	3
Corajosos	2	1	3
Cultos	-	3	3
Generosos	2	1	3
Leais	-	3	3
Música rap	-	3	3
Persistentes	1	2	3
Prepotentes	3	-	3
Roupas coloridas	1	2	3
Sofredores	2	1	3
Unidos	-	3	3

Nota: Os valores representam as frequências de evocação espontânea de cada traço.

Em contrapartida, 57 traços foram atribuídos exclusivamente aos *portugueses*. Devido a limitações de espaço, a Tabela 6 apresenta apenas os traços referidos por três ou mais pessoas. Como podemos constatar, apenas 11 traços são referidos por participantes de ambos os grupos. Estes resultados apontam claramente para um menor consenso na representação dos *portugueses* (11 traços) do que na dos *angolanos* (19 traços) e, simultaneamente, para uma maior heterogeneidade na representação dos *portugueses* (57 traços) do que na representação dos *angolanos* (47 traços). Tal heterogeneidade está patente na diversidade dos traços considerados exclusivos dos portugueses, sendo referida explicitamente por três participantes (*heterogêneos*). Outros traços, não fazendo referência explícita à heterogeneidade, remetem para uma certa idiosincrasia e originalidade dos portugueses (*criativos, críticos, imaginativos*).

Tal como esperávamos, os conteúdos associados ao grupo dos portugueses são predominantemente ligados à instrumentalidade positiva (*determinados, dinâmicos, empreendedores*), à dominância e à discriminação (*autoritários, exploradores, preconceituosos*). Contrariamente às nossas expectativas, são frequentes as referências à sociabilidade negativa, sobretudo da parte dos par-

ticipantes angolanos (*antipáticos, arrogantes, cínicos, desunidos, egoístas, fechados, frios, hipócritas, individualistas*). As referências ao conservadorismo (*antiquados, conservadores*) e ao materialismo (*avarentos, gananciosos, materialistas*) também não são de descurar. De salientar que as referências à cor da pele são mais frequentes para caracterizar os angolanos (*pele escura, negros*) do que para caracterizar os portugueses (*pele clara, brancos*).

Tabela 6 - Traços atribuídos exclusivamente ao grupo dos portugueses

Traços dos portugueses	Participantes		
	Angolanos	Portugueses	Total
Conservadores	5	9	14
Desportivos	9	3	12
Introvertidos	7	1	8
Reservados	6	1	7
Cínicos	6	-	6
Egoístas	4	1	5
Pele clara	1	4	5
Desunidos	4	-	4
Futebol	1	3	4
Hipócritas	4	-	4
Pessimistas	2	2	4
Saudosistas	1	3	4
Antipáticos	3	-	3
Arrogantes	3	-	3
Avarentos	3	-	3
Bom vinho	-	3	3
Complexados	3	-	3
Empreendedores	-	3	3
Fechados	3	-	3
Frios	3	-	3
Heterogêneos	1	2	3
Imaginativos	-	3	3
Interesseiros	3	-	3
Materialistas	1	2	3
Originais	-	3	3
Religiosos	-	3	3

Nota: Os valores representam as frequências de evocação espontânea de cada traço.

A Tabela 7 apresenta os traços considerados comuns aos *angolanos* e aos *portugueses*. Dos 26 traços constantes nesta tabela, quatro são comuns a todos os dicionários, isto é, foram atribuídos a ambos os grupos, tanto por participantes angolanos como por participantes portugueses: *acolhedores, simpáticos, sociáveis e trabalhadores*.

Embora estes traços sejam atribuídos a ambos os grupos, a sua frequência varia em função do grupo-alvo. Aos portugueses são associados preferencialmente traços de instrumentalidade positiva (o traço *trabalhadores* surge 20 vezes associado aos portugueses e apenas 5 vezes associado aos angolanos) enquanto que aos angolanos são associados preferencialmente traços de instrumentali-

dade negativa (o traço *preguiçosos* surge 8 vezes associado aos angolanos e apenas 2 vezes associado aos portugueses). Em contrapartida, os traços de sociabilidade positiva (*abertos, amigáveis, comunicativos, simpáticos, sociáveis, solidários*) são associados mais frequentemente aos angolanos e os traços de sociabilidade negativa (*desconfiados, falsos, racistas*) são mais frequentemente associados aos portugueses.

Tabela 7 - Traços considerados comuns ao grupo dos angolanos e ao grupo dos portugueses

Traços comuns	Grupo-alvo		
	Angolanos	Portugueses	Total
Simpáticos	24	13	37
Trabalhadores	5	20	25
Acolhedores	10	14	24
Racistas	2	20	22
Solidários	11	9	20
Vaidosos	13	7	20
Extrovertidos	15	2	17
Hospitaleiros	4	11	15
Sociáveis	11	4	15
Ambiciosos	5	9	14
Divertidos	8	5	13
Amigáveis	7	4	11
Patrióticos	6	5	11
Tradicionalistas	5	6	11
Humildes	8	2	10
Preguiçosos	8	2	10
Simple	8	2	10
Boa comida	2	6	8
Orgulhosos	6	2	8
Abertos	4	2	6
Capacidade adaptação	4	2	6
Desconfiados	2	4	6
Falsos	2	3	5
Comunicativos	3	2	5
Conformados	2	2	4
Prestáveis	2	2	4

Nota: Os valores representam as frequências de evocação espontânea de cada traço.

Neste estudo procedemos à organização de seis dicionários descritivos do grupo dos *angolanos* e do grupo dos *portugueses* com base no vocabulário fornecido livremente pelos participantes. A comparação do vocabulário retido nos dicionários elaborados neste estudo permitiu-nos verificar um efeito ligado ao grupo do participante: os dois dicionários mais heterogéneos dizem respeito às descrições fornecidas pelos participantes portugueses e os dois dicionários mais homogéneos correspondem às descrições fornecidas pelos participantes angolanos. Verifica-se também uma diferenciação em função do grupo-alvo: os dicionários respeitantes às descrições dos ‘angolanos’ são mais homogéneos do que os dicionários referentes às descrições dos ‘portugueses’. Estes dois efeitos combinados traduzem-se numa maior heterogeneidade do grupo dominante, especialmente quando este é descrito por membros do endogrupo (portugue-

ses) e numa maior homogeneidade do grupo dominado, especialmente quando descrito pelos membros do próprio grupo (angolanos).

Na análise de conteúdo dos dicionários averiguámos quais as dimensões comuns a ambos os grupos e quais as dimensões diferenciadoras, assim como o nível de diversidade do conteúdo associado a cada um dos grupos. A comparação do número de traços usados para descrever exclusivamente cada um dos grupos-alvo remete claramente para uma maior heterogeneidade na representação do grupo dos portugueses do que na representação do grupo dos angolanos. Tal heterogeneidade está patente não só na diversidade dos traços considerados exclusivos dos portugueses, como é referida explicitamente por alguns participantes, que descrevem o grupo dos portugueses fazendo referência a traços que remetem para uma certa idiosincrasia e originalidade. Assim, mais uma vez, verificamos uma assimetria apontando para uma representação mais heterogénea do grupo dos portugueses.

Tal como esperávamos, os traços associados exclusivamente ao grupo dos *angolanos* são predominantemente ligados à expressividade e ao exotismo. As referências à instrumentalidade negativa são também frequentes assim como os traços de submissão. De destacar, ainda, as referências ao conflito e à luta social, por um lado, e à solidariedade e coesão dentro do grupo, por outro. Estas referências remetem claramente para a representação de um grupo dominado que, sentindo-se em posição desfavorável e ameaçado pelo exterior, reforça a solidariedade e coesão internas. A posição desfavorável deste grupo é também patente em algumas referências directas à precariedade da sua situação económica e social. Por último, as referências à cor da pele, efectuadas maioritariamente pelos portugueses, remetem para uma diferença que é vista como estigma.

Os conteúdos associados exclusivamente ao grupo dos *portugueses* remetem para a instrumentalidade positiva e para a dominância. As referências a traços de sociabilidade negativa são também bastante frequentes, sobretudo da parte dos participantes angolanos. De destacar, ainda, os traços ligados ao conservadorismo e ao materialismo, assim como os traços ligados a uma certa nostalgia do passado.

Verificámos também alguns traços atribuídos a ambos os grupos-alvo, no entanto, a sua frequência varia consideravelmente. No que diz respeito à dimensão de instrumentalidade, aos portugueses são associados preferencialmente traços de instrumentalidade positiva enquanto que aos angolanos são associados preferencialmente traços de instrumentalidade negativa. Quanto à dimensão de sociabilidade, os traços de sociabilidade positiva são mais frequentemente associados aos angolanos enquanto que os traços de sociabilidade negativa são mais frequentemente associados aos portugueses.

Comparando as dimensões de conteúdo atribuídas exclusivamente a cada um dos grupos, constatamos que ao grupo dos angolanos são associados traços

referentes à sociabilidade positiva e ao exotismo, enquanto que ao grupo dos portugueses são associados traços referentes à sociabilidade negativa, ao conservadorismo e ao materialismo.

Aos angolanos são associados os traços remetendo para um grupo ocupando uma posição desfavorecida social e economicamente – submissão, vítima de discriminação –, enquanto que aos portugueses são associados os traços remetendo para um grupo ocupando uma posição privilegiada – dominância, actor de discriminação. Paralelamente, aos angolanos são atribuídos traços remetendo para a solidariedade e coesão grupais enquanto que aos portugueses são atribuídos traços remetendo para a autonomia e independência.

As referências à cor da pele são mais frequentes para caracterizar os angolanos do que para caracterizar os portugueses. Este resultado ilustra a forte associação entre nacionalidade e cor da pele, que não são consideradas pelos participantes como dimensões independentes: *angolano*, *logo negro*. Remete igualmente para a maior centralidade da cor da pele nos membros do grupo dominado do que nos membros do grupo dominante, visto que nos primeiros funciona como estigma que os demarca da sociedade em geral.

Resumindo, tal como esperávamos, a maior diferenciação entre os grupos opera-se ao nível das dimensões subjacentes aos conteúdos que lhe estão associados: sociabilidade positiva, expressividade, exotismo e instrumentalidade negativa para os angolanos; sociabilidade negativa, conservadorismo, dominância e instrumentalidade positiva para os portugueses. Outro aspecto que ressalta dos nossos dados, é a maior diversidade de conteúdos associados aos portugueses, o que aponta para uma representação mais heterogénea deste grupo.

Uma vez analisadas as dimensões de conteúdo subjacentes às representações de cada um dos grupos, resta-nos empreender uma análise mais sistemática para verificar até que ponto estes traços, fornecidos livremente pelos participantes, são percebidos como estereotípicos ou como contra-estereotípicos de cada um dos grupos-alvo. Outro aspecto essencial é averiguar qual a valência avaliativa destes traços e qual o seu significado simbólico (Amâncio, 1994).

4.3.2 Avaliação dos conteúdos

No estudo anterior procedemos à análise das dimensões de conteúdo subjacentes às representações do grupo dos ‘angolanos’ e do grupo dos ‘portugueses’, e averiguámos o nível de diversidade dos conteúdos associados a cada um dos grupos. Neste estudo, com base numa lista de adjectivos fornecida aos participantes, vamos empreender uma análise mais sistemática da estereotipicidade de cada um dos traços (até que ponto cada traço é percebido como estereotípico ou como contra-estereotípico de cada um dos grupos-alvo) e da sua valência avaliativa a partir da opinião pessoal dos participantes (até que ponto cada traço é percebido como positivo, neutro ou negativo).

A partir do vocabulário obtido no estudo anterior foi constituída uma lista de adjectivos cuja selecção foi orientada sobretudo por critérios qualitativos. Procurou-se uma representação equilibrada dos traços referidos por participantes angolanos e por participantes portugueses. Foram eliminados todos os traços relativos a características físicas (por exemplo: *pele escura*, *pele clara*) e às relações entre os sexos (por exemplo: *mulherengos*). Foram ainda acrescentados seis novos traços¹⁰ geralmente presentes nas listas de adjectivos utilizadas nos estudos sobre estereótipos raciais e étnicos para permitir comparações dos nossos dados com os estudos anteriores devido à sua relevância em diversos estudos sobre os estereótipos de grupos minoritários africanos ou afro-americanos (e.g., Delgado, 1997; Katz e Braly, 1933). Foram ainda efectuadas algumas adaptações do vocabulário de modo a aproximá-lo mais dos traços habitualmente considerados.

Neste estudo, os 80 traços que resultaram desta selecção foram submetidos a três classificações independentes tendo em conta a opinião pessoal dos participantes: a estereotipicalidade em relação aos angolanos; a estereotipicalidade em relação aos portugueses; e a valência avaliativa.

Participaram neste estudo 50 estudantes angolanos (27 rapazes e 23 raparigas) e 64 estudantes portugueses (28 rapazes e 36 raparigas), com idades compreendidas entre os 18 e os 26 anos (idade média = 21 anos).

A investigadora apelou à participação dos estudantes numa investigação sobre psicologia intercultural, tendo como objectivo estudar questões relacionadas com a forma como as pessoas de diferentes culturas se percebem umas às outras. No questionário, os participantes eram confrontados com uma lista de 80 traços, sendo-lhes pedido que classificassem cada traço de acordo com a sua opinião pessoal. A mesma lista de traços era apresentada três vezes, sendo associada a três escalas: uma para averiguar a estereotipicalidade em relação aos *angolanos* (1= ‘nada típico dos angolanos’; 7 = ‘muito típico dos angolanos’); outra para averiguar a estereotipicalidade em relação aos *portugueses* (1= ‘nada típico dos portugueses’; 7 = ‘muito típico dos portugueses’); e outra para avaliar a valência dos traços (1= ‘muito negativo’; 7 = ‘muito positivo’). A ordem dos dois grupos-alvo era contrabalançada, de modo que cerca de metade dos participantes começava por responder em relação ao grupo-alvo *angolanos* e a outra metade começava por responder em relação ao grupo-alvo *portugueses*. A avaliação da valência dos traços era sempre efectuada no final. Por último, eram solicitados dados sociodemográficos. Depois dos questionários recolhidos, a investigadora esclarecia os objectivos do estudo e respondia às eventuais questões dos participantes.

Para classificar os traços em função da sua valência avaliativa e em função do sua estereotipicalidade, foram efectuados vários testes-t testando contra o

¹⁰ Foram acrescentados os seguintes traços: ‘agressivos’, ‘amantes do prazer’, ‘honestos’, ‘impulsivos’, ‘sensuais’ e ‘supersticiosos’.

ponto médio das escalas (*test value* = 4). Foram realizados três testes-t para cada uma das três escalas (valência avaliativa; estereotipicalidade em relação aos angolanos; estereotipicalidade em relação aos portugueses): um para os participantes angolanos; outro para os participantes portugueses; e outro considerando a totalidade dos participantes.

Para a escala referente à valência avaliativa dos traços, uma diferença significativa positiva face ao ponto médio da escala indica que esse traço é considerado *positivo*, enquanto que uma diferença significativa negativa indica que esse traço é considerado *negativo*. Uma diferença não significativa face ao ponto médio da escala indica que esse traço é considerado *neutro*.

No caso das escalas referentes à estereotipicalidade dos traços, uma diferença significativa positiva em relação ao ponto médio da escala indica que esse traço é considerado *estereotípico* do grupo-alvo em questão, enquanto que uma diferença significativa negativa indica que esse traço é considerado *contra-estereotípico*. Uma diferença não significativa face ao ponto médio da escala indica que esse traço não é considerado relevante para caracterizar o grupo em questão.

Uma vez classificados os traços em função dos testes-t efectuados, verificámos se existia consenso entre participantes angolanos e participantes portugueses relativamente à forma como os traços foram classificados nas três escalas. Nesse sentido foram efectuados testes-t confrontando as respostas de ambos os grupos de participantes relativamente a cada traço.

4.3.2.1 Valência dos traços

A Tabela 8 apresenta os traços considerados *positivos* pelos participantes angolanos e portugueses (por limitações de espaço, indicamos apenas os traços que obtiveram uma média igual ou superior a 5 para ambos os grupos de participantes). Dos 80 traços apresentados aos participantes, 43 foram considerados *positivos*. Verifica-se um grande consenso entre participantes angolanos e participantes portugueses quanto à valência avaliativa dos traços apresentados, embora a valorização dos traços não siga exactamente a mesma ordem para ambos os grupos. Podemos constatar que os traços considerados mais positivos estão ligados, por um lado, à sociabilidade e solidariedade e, por outro, à instrumentalidade. Dada a consensualidade da classificação destes 43 traços entre participantes angolanos e portugueses, estes serão a partir de agora designados como traços *positivos*.

A Tabela 9 apresenta os traços considerados negativos pelos participantes angolanos e portugueses (indicamos apenas os traços que obtiveram média igual ou inferior a 3,25, pelo menos para um dos grupos de participantes). Globalmente, os traços considerados mais negativos estão relacionados com a sociabilidade negativa e com a fraca instrumentalidade.

Verifica-se um grande consenso entre participantes angolanos e portugueses quanto aos traços negativos, embora este seja menor do que relativamente aos

traços positivos. Assim, para além da ordem de negatividade dos traços não ser a mesma para os dois grupos, podemos verificar que em alguns casos, traços considerados negativos por um grupo são considerados neutros pelo outro. Seis dos traços apresentados nesta lista são considerados negativos pelos participantes portugueses, mas não pelos angolanos: *conflituosos*, *desconfiados*, *materialistas*, *ostentosos*, *passivos e pessimistas*. Assim, dos 23 traços apresentados nesta tabela, 17 têm avaliações consensuais entre participantes angolanos e portugueses. Estes 17 traços serão a partir de agora designados como traços *negativos*.

Tabela 8 - Traços considerados *positivos* em função do grupo dos participantes

Traços positivos	Angolanos	Traços positivos	Portugueses
Trabalhadores	5.71	Unidos	6.25
Boa capacidade de adaptação	5.68	Honestos	6.08
Sociáveis	5.68	Amigáveis	6.03
Alegres	5.66	Bem dispostos	6.03
Bem-humorados	5.62	Simpáticos	6.02
Dinâmicos	5.62	Bem-humorados	5.98
Simpáticos	5.61	Cultos	5.98
Unidos	5.61	Sociáveis	5.96
Bem dispostos	5.60	Divertidos	5.95
Acolhedores	5.57	Espírito de camaradagem	5.95
Espírito de camaradagem	5.56	Boa capacidade de adaptação	5.92
Lutadores	5.56	Sensíveis	5.92
Divertidos	5.54	Solidários	5.90
Comunicativos	5.53	Alegres	5.89
Amigáveis	5.48	Hospitaleiros	5.89
Inteligentes	5.47	Trabalhadores	5.89
Calorosos	5.41	Inteligentes	5.83
Solidários	5.40	Leais	5.81
Cultos	5.38	Simple	5.81
Forte ligação à família	5.37	Dinâmicos	5.80
Hospitaleiros	5.36	Acolhedores	5.75
Simple	5.36	Forte ligação à família	5.72
Criativos	5.34	Criativos	5.67
Empreendedores	5.30	Corajosos	5.63
Leais	5.26	Desportivos	5.63
Cheios de ritmo	5.24	Lutadores	5.63
Corajosos	5.22	Calorosos	5.61
Desportivos	5.22	Comunicativos	5.59
Honestos	5.20	Humildes	5.41
Humildes	5.14	Extrovertidos	5.40
Religiosos	5.14	Aventureiros	5.38
Imaginativos	5.12	Empreendedores	5.38
Sensuais	5.10	Imaginativos	5.36
Amantes do prazer	5.08	Cheios de ritmo	5.34
Musicais	5.02	Receptivos	5.32
Românticos	5.02	Nacionalistas	5.30

Escala: 1 = 'muito negativo'; 7 = 'muito positivo' (opinião pessoal dos participantes).

Todos os valores apresentados diferem significativa e positivamente do ponto médio da escala.

Tabela 9 - Traços considerados *negativos* em função do grupo dos participantes

Traços negativos	Angolanos	Traços negativos	Portugueses
Hipócritas	2.38	Racistas	1.60
Preguiçosos	2.41	Falsos	1.61
Falsos	2.45	Antipáticos	1.92
Ignorantes	2.49	Hipócritas	1.92
Racistas	2.53	Cínicos	1.95
Cínicos	2.54	Invejosos	1.98
Invejosos	2.70	Egoístas	2.00
Frios	2.73	Avarentos	2.06
Antipáticos	2.82	Ignorantes	2.13
Agressivos	2.88	Agressivos	2.27
Fechados	3.14	Frios	2.30
Preconceituosos	3.14	Conflituosos	2.30
Egoístas	3.18	Preguiçosos	2.31
Avarentos	3.31	Fechados	2.43
Conflituosos	3.39*	Pessimistas	2.56
Conformados	3.42	Preconceituosos	2.58
Individualista	3.48	Desconfiados	2.81
Pessimistas	3.48	Conformados	2.84
Supersticiosos	3.66*	Passivos	2.89
Ostentosos	3.94*	Ostentosos	3.00
Passivos	3.98*	Individualistas	3.10
Desconfiados	4.08*	Supersticiosos	3.15
Materialistas	4.24*	Materialistas	3.28

Nota: Escala 1 = 'muito negativo'; 7 = 'muito positivo' (opinião pessoal dos participantes).

Os valores assinalados com um asterisco* não diferem significativamente do ponto médio da escala.

4.3.2.2 Traços estereotípicos dos angolanos

A Tabela 10 apresenta os traços considerados *estereotípicos dos angolanos*. Destes 34 traços apenas seis não reúnem consenso entre participantes angolanos e portugueses. De notar que os angolanos reivindicam para o seu grupo todos os traços positivos ligados à expressividade, sociabilidade e solidariedade, recusando todos os traços negativos. Por seu turno, os portugueses atribuem aos angolanos os traços positivos ligados à expressividade, sociabilidade e exotismo, não lhes atribuindo nenhum traço negativo.

Tabela 10 - Traços considerados estereotípicos dos angolanos em função do grupo dos participantes

Traços típicos dos angolanos	+/-	Participantes angolanos	Traços típicos dos angolanos	+/-	Participantes portugueses
Alegres	+	6.40	Cheios de ritmo	+	5.64
Festivos	+	6.36	Festivos	+	5.59
Vaidosos	+	6.20	Nacionalistas	+	5.45
Cheios de ritmo	+	6.12	Unidos	+	5.44
Forte ligação à família	+	6.10	Bem dispostos	+	5.38
Calorosos	+	6.08	Musicais	+	5.35
Divertidos	+	6.08	Bem-humorados	+	5.33
Sociáveis	+	6.08	Forte ligação à família	+	5.31
Acolhedores	+	6.06	Alegres	+	5.29
Simpáticos	+	6.02	Simplex	+	5.29
Hospitaleiros	+	5.94	Emotivos	+	5.24
Amantes do prazer	+	5.92	Patrióticos	+	5.24
Bem dispostos	+	5.92	Amigáveis	+	5.23
Amigáveis	+	5.76	Lutadores	+	5.14
Receptivos	+	5.68	Espírito de camaradagem	+	5.09
Musicais	+	5.67	Divertidos	+	5.02
Bem-humorados	+	5.64	Solidários	+	4.95
Comunicativos	+	5.56	Calorosos	+	4.94
Extrovertidos	+	5.48	Simpáticos	+	4.85
Emotivos	+	5.44	Sociáveis	+	4.84
Capacidade de adaptação	+	5.41	Hospitaleiros	+	4.77
Orgulhosos		5.32	Religiosos	+	4.73
Solidários	+	5.28	Receptivos	+	4.66
Espírito de camaradagem	+	5.22	Espontâneos	+	4.63
Ostentosos	+	5.20	Amantes do prazer	+	4.60
Aventureiros	+	5.10	Acolhedores	+	4.55
Espontâneos	+	5.04	Orgulhosos	+	4.55
Sensuais	+	5.04	Comunicativos	+	4.52
Religiosos	+	5.02	Extrovertidos	+	4.51
Nacionalistas	+	4.96	Capacidade de adaptação	+	4.30*
Patrióticos	+	4.88	Aventureiros	+	4.27*
Lutadores	+	4.80	Sensuais	+	4.11*
Unidos	+	4.65	Vaidosos		3.42**

Escala: 1 = 'nada típico dos angolanos'; 7 = 'muito típico dos angolanos'

Legenda: Os valores assinalados com um asterisco* não diferem significativamente do ponto médio da escala. Os valores assinalados com dois asteriscos** diferem significativamente do ponto médio da escala, mas no sentido oposto (traços contra-estereotípicos). Avaliação dos traços: (+) traços positivos; (-) traços negativos.

4.3.2.3 Traços estereotípicos dos portugueses

A Tabela 11 apresenta os traços estereotípicos dos portugueses. Destes 36 traços apenas 17 reúnem consenso entre os participantes de ambos os grupos. Aos *portugueses* são atribuídos traços positivos e negativos, sendo estes últimos mais frequentemente atribuídos pelos participantes angolanos. De um modo geral, os portugueses são descritos através de traços ligados à instrumentalidade positiva (*trabalhadores, empreendedores, dinâmicos*). Quanto à dimensão de sociabilidade verifica-se uma predominância de traços positivos (*acolhedores, amigáveis, divertidos*) face aos negativos (*desconfiados, individualistas*).

Tabela 11 - Traços considerados estereotípicos dos portugueses em função do grupo dos participantes

Traços típicos dos portugueses	+/-	Participantes Angolanos	Traços típicos dos portugueses	+/-	Participantes Portugueses
Religiosos	+	5.61	Forte ligação à família	+	6.84
Materialistas		5.55	Religiosos	+	5.80
Ambiciosos	+	5.34	Hospitaleiros	+	5.66
Orgulhosos		5.20	Simpáticos	+	5.63
Trabalhadores	+	5.20	Acolhedores	+	5.56
Vaidosos		5.20	Nacionalistas	+	5.50
Empreendedores	+	5.14	Bem dispostos	+	5.47
Aventureiros	+	5.04	Empreendedores	+	5.47
Desconfiados	-	5.02	Patrióticos	+	5.47
Individualistas	-	5.02	Amigáveis	+	5.46
Nacionalistas	+	4.96	Sociáveis	+	5.45
Saudosistas		4.88	Festivos	+	4.40
Desportivos	+	4.82	Bem-humorados	+	5.38
Patrióticos	+	4.80	Orgulhosos		5.38
Românticos	+	4.74	Sensíveis	+	5.34
Lutadores	+	4.68	Simple	+	5.30
Dinâmicos	+	4.42	Saudosistas	+	5.29
Sensíveis	+	4.42	Trabalhadores	+	5.27
Inteligentes	+	4.30*	Amantes do prazer	+	5.25
Amantes do prazer	+	4.24*	Emotivos		5.25
Amigáveis	+	4.00*	Dinâmicos	+	5.23
Emotivos		3.98*	Divertidos	+	5.20
Sociáveis	+	3.86*	Românticos	+	5.20
Alegres	+	3.84*	Alegres	+	5.16
Bem-humorados	+	3.84*	Honestos	+	5.14
Honestos	+	3.84*	Calorosos	+	5.11
Simpáticos	+	3.78*	Humildes	+	5.11
Bem dispostos	+	3.66*	Inteligentes	+	5.11
Humildes	+	3.66*	Lutadores	+	5.09
Hospitaleiros	+	3.62*	Ambiciosos		5.08
Forte ligação à família	+	3.60*	Desportivos	+	5.02
Acolhedores	+	3.58*	Aventureiros	+	4.95
Festivos	+	3.56**	Materialistas		4.86
Divertidos	+	3.55**	Vaidosos		4.79
Calorosos	+	3.42**	Individualistas	-	4.42
Simple	+	3.38**	Desconfiados	-	4.27*

Nota: Escala 1 = 'nada típico dos portugueses'; 7 = 'muito típico dos portugueses'

Os valores assinalados com um asterisco* não diferem significativamente do ponto médio da escala. Os valores assinalados com dois asteriscos** diferem significativamente do ponto médio da escala, mas no sentido oposto (traços contra-estereotípicos). Avaliação dos traços: (+) traços positivos; (-) traços negativos.

Comparando o estereótipo dos *portugueses* com o dos *angolanos*, constatamos que o estereótipo dos portugueses é menos consensual e menos marcado: as médias de estereotipicalidade dos traços consensuais dos portugueses são muito mais baixas do que as médias dos traços consensuais dos angolanos. A segunda constatação diz respeito à valência: o estereótipo dos angolanos reúne apenas traços positivos, enquanto que o estereótipo dos portugueses reúne também traços negativos, especialmente quando consideramos as respostas dos

participantes angolanos. Por último, verificamos que o estereótipo dos angolanos reúne essencialmente traços ligados à expressividade, sociabilidade, solidariedade e exotismo, enquanto que o estereótipo dos portugueses apresenta essencialmente traços ligados à instrumentalidade positiva e traços de sociabilidade positiva e negativa. Estes dados vão ao encontro dos já evidenciados no estudo anterior.

Assim, aparentemente, os participantes angolanos apresentam um nível superior de etnocentrismo do que os participantes portugueses, pois reivindicam para o seu grupo apenas traços positivos, sobretudo os ligados à expressividade e à sociabilidade, enquanto que negam esses mesmos traços aos portugueses. Em contrapartida, os portugueses negam aos angolanos os traços positivos ligados à instrumentalidade, que reivindicam para o seu grupo.

A manifestação de favoritismo por parte dos participantes angolanos pode estar ligada à reivindicação de uma identidade positiva que é ameaçada pelo exterior. Por seu turno, a ausência de manifestação de favoritismo da parte dos portugueses pode estar ligada à preocupação de não manifestar preconceitos e assim enquadrar-se na norma anti-racismo, mas também pode estar ligada simplesmente ao facto de os participantes responderem em duas escalas independentes.

Até que ponto este padrão de resultados se manterá se os estereótipos forem avaliados de forma interdependente, isto é, através de uma única escala em que os traços sejam atribuídos a um grupo ou ao outro? Qual o significado destes traços tendo como referente o modelo ‘universal’ de pessoa? São estas as questões que vamos averiguar no próximo estudo.

4.3.3 Significados dos conteúdos

Neste estudo foi utilizada a mesma lista de 80 adjectivos que no estudo anterior, mas o procedimento foi algo diferente. No estudo anterior, os participantes avaliaram cada traço numa escala de 7 pontos (1 = ‘muito negativo’; 7 = ‘muito positivo’) em função da sua opinião pessoal. Neste estudo, os participantes procederam à avaliação dos traços também numa escala de 7 pontos, mas tendo como referência os estereótipos de adulto na nossa sociedade (Amâncio, 1989).

No estudo anterior verificámos que os angolanos manifestaram mais favoritismo endogrupal do que os portugueses. Como referimos, a ausência de manifestação de favoritismo endogrupal da parte dos portugueses pode estar ligada à preocupação de não manifestar preconceitos, mas também pode dever-se ao facto de os participantes terem respondido em duas escalas independentes – uma para os angolanos (1 = ‘nada típico dos angolanos’; 7 = ‘muito típico dos angolanos’) e outra para os portugueses (1 = ‘nada típico dos portugueses’; 7 = ‘muito típico dos portugueses’) – permitindo assim que os traços positivos fossem atribuídos a ambos os grupos, ou seja, os portugueses para se

auto-atribuírem determinados traços positivos não precisavam de os negar aos angolanos. Para verificar esta hipótese no presente estudo foi utilizada uma escala interdependente (1 = ‘muito típico dos angolanos’; 7 = ‘muito típico dos portugueses’), à semelhança do que tem sido feito noutras estudos envolvendo grupos de estatuto assimétrico (e.g., Sedikides, 1997). Com este tipo de escala os participantes não têm a possibilidade de classificar um determinado traço como sendo simultaneamente estereotípico de um grupo e do outro, como acontecia no estudo anterior.

Neste estudo participaram 32 estudantes angolanos (21 rapazes e 11 raparigas) e 49 estudantes portugueses (10 rapazes e 39 raparigas), com idades compreendidas entre os 18 e os 26 anos (idade média = 22 anos).

O procedimento de recolha de dados foi idêntico ao do estudo anterior. A única diferença residiu nas escalas que eram associadas à lista de 80 adjectivos: uma para averiguar a estereotipicalidade dos traços (1= ‘muito típico dos angolanos’; 7 = ‘muito típico dos portugueses’); e outra para estimar o significado avaliativo de cada um dos traços (1= ‘muito negativo’; 7 = ‘muito positivo’), recorrendo ao estereótipo de pessoa adulta na sociedade portuguesa. Tal como no estudo anterior, a ordem das duas escalas era contrabalançada.

O procedimento de tratamento de dados também foi idêntico ao do estudo anterior. Para cada escala foram efectuados três testes-t testando contra o ponto médio da escala (*test value* = 4): um para os participantes angolanos; outro para os participantes portugueses; e outro considerando a totalidade dos participantes. No caso da escala referente ao significado avaliativo dos traços (1= ‘muito negativo’; 7 = ‘muito positivo’), uma diferença significativa positiva indica que esse traço é considerado *qualidade*, enquanto que uma diferença significativa negativa indica que esse traço é considerado *defeito*. Uma diferença não significativa face ao ponto médio da escala indica que esse traço é considerado neutro.

No caso da escala referente à estereotipicalidade dos traços (1 = ‘muito típico dos angolanos’; 7 = ‘muito típico dos portugueses’), uma diferença significativa positiva em relação ao ponto médio da escala indica que esse traço é *estereotípico dos portugueses*, enquanto que uma diferença significativa negativa indica que esse traço é *estereotípico dos angolanos*. Uma diferença não significativa face ao ponto médio da escala indica que esse traço não é considerado relevante para diferenciar os dois grupos-alvo em questão.

4.3.3.1 Significado dos traços tendo como referente o modelo de pessoa adulta

A Tabela 12 apresenta os traços considerados *positivos* pelos participantes angolanos e portugueses tendo como referente o estereótipo de pessoa adulta (indicamos apenas os traços com média igual ou superior a 5, pelo menos para um dos grupos de participantes).

Tabela 12 - Traços considerados *qualidades* em função do grupo dos participantes

<i>Qualidades</i>	Angolanos	<i>Qualidades</i>	Portugueses
Trabalhadores	6.19	Cultos	6.16
Solidários	5.97	Leais	6.14
Inteligentes	5.77	Sociáveis	6.14
Sociáveis	5.75	Solidários	6.08
Cultos	5.63	Trabalhadores	6.02
Calorosos	5.56	Comunicativos	5.94
Honestos	5.56	Simpáticos	5.92
Espírito de camaradagem	5.53	Amigáveis	5.86
Leais	5.50	Espírito de camaradagem	5.86
Amigáveis	5.47	Divertidos	5.85
Simpáticos	5.44	Lutadores	5.84
Bem-humorados	5.38	Honestos	5.82
Boa capacidade de adaptação	5.34	Alegres	5.80
Bem dispostos	5.28	Inteligentes	5.78
Empreendedores	5.28	Bem dispostos	5.76
Lutadores	5.26	Bem-humorados	5.71
Forte ligação à família	5.25	Forte ligação à família	5.69
Acolhedores	5.22	Simple	5.63
Dinâmicos	5.19	Boa capacidade de adaptação	5.53
Patriótico	5.19	Hospitaleiros	5.52
Pragmáticos	5.16	Criativos	5.41
Comunicativos	5.13	Corajosos	5.38
Criativos	5.13	Humildes	5.34
Hospitaleiros	5.06	Acolhedores	5.31
Alegres	5.00	Receptivos	5.31
Corajosos	4.94	Dinâmicos	5.26
Imaginativos	4.81	Calorosos	5.16
Românticos	4.81	Extrovertidos	5.10
Receptivos	4.78	Pragmáticos	5.08
Divertidos	4.75	Empreendedores	5.06
Simple	4.72	Imaginativos	5.04
Espontâneos	4.69	Românticos	5.04
Sensíveis	4.68	Espontâneos	5.02
Humildes	4.31*	Sensíveis	5.02
Extrovertidos	4.03*	Patriótico	4.69

Escala: 1 = 'muito negativo'; 7 = 'muito positivo' (tendo como referência o modelo de adulto).
Os valores assinalados com um asterisco* não diferem significativamente do ponto médio da escala.

Tal como no estudo anterior, verifica-se um grande consenso entre participantes angolanos e portugueses quanto ao significado avaliativo dos traços apresentados, mas a lista dos traços positivos diminuiu de 43 para 33, o que significa um maior grau de exigência relativamente aos traços que são considerados *qualidades* tendo como referente o modelo de adulto. Alguns dos traços ligados à expressividade e à sociabilidade são vistos de forma menos positiva, enquanto que os traços ligados à instrumentalidade vêm reforçada a sua positividade. A Tabela 13 apresenta os traços considerados *defeitos* pelos participantes angolanos e portugueses (indicamos apenas os traços com média igual ou inferior a 3, pelo menos para um dos grupos de participantes). Como podemos cons-

tatar, existe um grande consenso entre participantes angolanos e portugueses quanto aos traços negativos, embora a ordem de negatividade dos traços não seja a mesma para ambos os grupos (apenas um traço não reúne consenso entre os grupos: *materialistas*).

Tabela 13 - Traços considerados *defeitos* em função do grupo dos participantes

<i>Defeitos</i>	Angolanos	<i>Defeitos</i>	Portugueses
Racistas	1.97	Falsos	1.59
Preguiçosos	2.09	Racistas	1.59
Hipócritas	2.25	Hipócritas	1.73
Falsos	2.38	Egoístas	1.76
Invejosos	2.50	Invejosos	1.78
Preconceituosos	2.50	Agressivos	1.83
Conflituosos	2.53	Antipáticos	1.90
Ignorantes	2.53	Cínicos	1.92
Agressivos	2.55	Avarentos	2.06
Cínicos	2.66	Frios	2.06
Frios	2.78	Conflituosos	2.12
Antipáticos	2.84	Ignorantes	2.33
Avarentos	2.87	Pessimistas	2.37
Fechados	2.91	Preguiçosos	2.47
Supersticiosos	2.91	Preconceituosos	2.55
Egoístas	2.94	Individualistas	2.65
Pessimistas	3.03	Materialistas	2.67
Passivos	3.06	Fechados	2.69
Desconfiados	3.09	Introversos	2.80
Individualistas	3.09	Desconfiados	2.96
Ostentosos	3.15	Conformados	3.02
Conformados	3.16	Ostentosos	3.12
Introversos	3.16	Supersticiosos	3.23
Materialistas	4.22*	Passivo	3.42

Nota: Escala 1 = 'muito negativo'; 7 = 'muito positivo'(tendo como referência o modelo de adulto). O valor assinalado com um asterisco* não difere significativamente do ponto médio da escala.

Globalmente, os traços considerados mais negativos estão relacionados com a sociabilidade negativa e com a fraca instrumentalidade. A lista de traços negativos é muito semelhante à do estudo anterior, o que significa que a opinião pessoal dos participantes coincide com a avaliação que é efectuada tendo em conta o universo comum de valores.

4.3.3.2 Traços estereotípicos dos angolanos

A Tabela 14 apresenta os traços considerados *estereotípicos dos angolanos*. Comparando com o estudo anterior a lista é muito mais reduzida: 15 em vez de 34 traços. Dos 15 traços apenas três reúnem consenso entre os participantes

angolanos e portugueses: *alegres, cheios de ritmo e humildes*. Contrariamente ao estudo anterior, esta lista apresenta traços negativos: *agressivos, conflituosos, ignorantes, preguiçosos e supersticiosos*.

Assim, verificamos que a simples mudança de estratégia de recolha de dados – uma escala interdependente em vez de duas escalas independentes – provocou uma mudança significativa nos resultados: o estereótipo dos angolanos continua a incluir traços positivos ligados à expressividade e sociabilidade positiva, mas passa a incluir também traços negativos ligados à fraca instrumentalidade (*ignorantes, preguiçosos*) e à sociabilidade negativa (*agressivos, conflituosos*).

Tabela 14 - Traços considerados estereotípicos dos angolanos (avaliação interdependente)

Traços típicos dos angolanos	+/-	Participantes angolanos	Traços típicos dos angolanos	+/-	Participantes portugueses
Cheios de ritmo		2.00	Cheios de ritmo		2.83
Acolhedores	+	2.10	Alegres	+	2.96
Simples	+	2.59	Humildes		2.96
Preguiçosos	-	2.66	Musicais		3.71*
Supersticiosos	-	2.66	Agressivos	-	3.88*
Musicais		2.76	Conflituosos	-	3.88*
Calorosos	+	2.79	Supersticiosos	-	3.96*
Conflituosos	-	2.79	Preguiçosos	-	3.98*
Humildes		2.76	Impulsivos		4.00*
Alegres	+	2.86	Simples	+	4.00*
Agressivos	-	2.86	Sociáveis	+	4.00*
Solidários	+	2.86	Solidários	+	4.10*
Sociáveis	+	2.90	Calorosos	+	4.18*
Sensuais		2.93	Sensuais		4.69**
Impulsivos		3.00	Acolhedores	+	4.78**

Escala: 1 = 'muito típico dos angolanos'; 7 = 'muito típico dos portugueses'.

Os valores assinalados com um asterisco* não diferem significativamente do ponto médio da escala. Os valores assinalados com dois asteriscos** diferem significativamente do ponto neutro da escala, mas no sentido oposto (traços contra-estereotípicos). Avaliação dos traços tendo como referente o modelo de adulto: (+) qualidades; (-) defeitos.

4.3.3.3 Traços estereotípicos dos portugueses

A Tabela 15 apresenta os traços estereotípicos dos portugueses. Comparando com o estudo anterior podemos constatar que a lista de traços estereotípicos dos portugueses é muito mais reduzida: 10 traços em vez de 36. Destes 10 traços, apenas 4 reúnem consenso entre os participantes de ambos os grupos: *ambiciosos, empreendedores, racistas e trabalhadores*.

Quando comparamos os resultados com os do estudo anterior verificamos que alguns aspectos se mantêm enquanto outros se alteram significativamente. No que diz respeito ao consenso e à força dos estereótipos, constatamos que o estereótipo dos *portugueses* continua a ser menos consensual do que o estereótipo dos *angolanos*, embora a diferença seja muito mais esbatida. Além de menos consensual, o estereótipo dos *portugueses* é também menos marcado, isto é, as

médias de tipicidade dos traços que constituem o estereótipo dos portugueses são menos extremas do que as médias dos traços que constituem o estereótipo dos *angolanos*.

Tal como no estudo anterior, o estereótipo dos *angolanos* reúne essencialmente traços ligados à expressividade e sociabilidade positiva, mas também passou a incluir traços ligados à fraca instrumentalidade e à sociabilidade negativa. Por sua vez, o estereótipo dos *portugueses* apresenta traços ligados à instrumentalidade, mas também traços de sociabilidade positiva. A diferença mais significativa relativamente ao estudo anterior diz respeito à valência avaliativa do estereótipo dos *angolanos*: enquanto que no estudo anterior o estereótipo dos *angolanos* reúne apenas traços positivos, neste estudo inclui também traços negativos, sobretudo quando consideramos as respostas dos próprios participantes angolanos.

Tabela 15 - Traços considerados estereotípicos dos portugueses (avaliação interdependente)

Traços típicos dos portugueses	+/-	Participantes angolanos	Traços típicos dos portugueses	+/-	Participantes portugueses
Racistas	-	5.52	Trabalhadores	+	5.24
Invejosos	-	5.34	Hospitaleiros	+	5.16
Trabalhadores	+	5.34	Ambiciosos		5.10
Empreendedores	-	5.31	Empreendedores	+	4.76
Egoistas	-	5.17	Racistas	-	4.51
Ambiciosos		5.14	Cínicos	-	4.20*
Antipáticos	-	5.10	Egoistas	-	4.18*
Avarentos	-	5.07	Avarentos	-	4.14*
Cínicos	-	5.07	Invejosos	-	4.14*
Hospitaleiros	+	3.38**	Antipáticos	-	4.04*

Escala: 1 = 'muito típico dos angolanos'; 7 = 'muito típico dos portugueses'.

Os valores assinalados com um asterisco* não diferem significativamente do ponto médio da escala. Os valores assinalados com dois asteriscos** diferem significativamente do ponto neutro da escala, mas no sentido oposto (traços contra-estereotípicos). Avaliação dos traços tendo como referente o modelo de adulto: (+) qualidades; (-) defeitos.

4.3.4 Auto e hetero-estereótipos dos angolanos e dos portugueses

Nos três estudos aqui apresentados analisámos os auto- e hetero-estereótipos dos jovens *portugueses* e dos *angolanos* residentes em Portugal. Globalmente, obtivemos resultados consonantes com as nossas hipóteses de partida, o que nos permite avançar para os estudos experimentais seguintes.

No Estudo 3a procedemos à organização de dicionários descritivos do grupo dos 'angolanos' e do grupo dos 'portugueses' com base no vocabulário fornecido livremente pelos participantes. Globalmente, verifica-se um menor consenso na representação do grupo dos portugueses do que na representação do grupo dos angolanos, isto é, uma maior heterogeneidade na representação do grupo dos portugueses. Tal heterogeneidade está patente não só na diversidade dos traços considerados exclusivos dos portugueses, como é referida explicitamente

por alguns participantes. Assim, em consonância com as nossas hipóteses, verificamos uma assimetria apontando para uma maior variabilidade na representação do grupo dos portugueses.

Os traços associados ao grupo dos angolanos são predominantemente ligados à sociabilidade positiva, à expressividade, ao exotismo e à fraca instrumentalidade, o que se coaduna com o modelo de jovem. De destacar, ainda, as referências ao conflito, à solidariedade e à coesão grupal. Estas referências remetem claramente para a representação de um grupo dominado que, sentindo-se em posição desfavorável e ameaçado pelo exterior, reforça a solidariedade e coesão internas. A posição desfavorável deste grupo é igualmente patente em algumas referências directas à precariedade da sua situação económica e social, e a alguns traços de submissão.

Os traços associados ao grupo dos portugueses estão ligados à instrumentalidade positiva, à dominância e à discriminação social. As referências a traços de sociabilidade são também bastante frequentes: os participantes portugueses referem sobretudo traços de sociabilidade positiva enquanto nos participantes angolanos se verifica uma preponderância dos traços de sociabilidade negativa. De destacar, ainda, os traços ligados ao conservadorismo e ao materialismo. No seu conjunto estas descrições remetem para o modelo de pessoa adulta, caracterizada por traços de competência e autonomia.

Por último, as referências à cor da pele são mais frequentes para caracterizar os angolanos do que para caracterizar os portugueses. Este resultado ilustra a forte associação entre nacionalidade e cor da pele. Remete igualmente para a maior centralidade da cor da pele nos membros do grupo dominado do que nos membros do grupo dominante, visto que nos primeiros funciona como estigma que os demarca da sociedade em geral.

O Estudo 3b permitiu-nos analisar de forma mais sistemática o carácter estereotípico de um conjunto de traços relativamente ao grupo dos ‘angolanos’ e ao grupo dos ‘portugueses’, através de duas escalas independentes, e averiguar a sua valência avaliativa a partir da opinião pessoal dos participantes.

Da comparação dos estereótipos referentes aos dois grupos-alvo, ressaltam três diferenças fundamentais. A primeira diz respeito à *consensualidade*: o estereótipo dos portugueses é menos consensual e menos marcado do que o estereótipo dos angolanos. A segunda diferença diz respeito à *valência*: o estereótipo dos angolanos reúne apenas traços positivos, enquanto que o estereótipo dos portugueses reúne também traços negativos, sendo estes atribuídos sobretudo pelos participantes angolanos. Por último, verifica-se uma diferenciação ao nível do *conteúdo*: o estereótipo dos angolanos reúne essencialmente traços ligados à expressividade, à sociabilidade, à solidariedade e ao exotismo, enquanto que o estereótipo dos portugueses apresenta essencialmente traços de instrumentalidade positiva e traços de sociabilidade positiva e negativa. Estes resultados vão ao encontro dos já evidenciados no estudo anterior.

No Estudo 3c analisámos o carácter estereotípico dos traços relativamente ao grupo dos ‘angolanos’ e ao grupo dos ‘portugueses’, através de uma escala interdependente, e averiguámos o significado dos traços tendo como referente o modelo ‘universal’ de pessoa. Comparando com os resultados do estudo anterior verificamos que alguns aspectos se mantêm enquanto outros se alteram significativamente.

Relativamente ao significado dos traços, constatamos que os traços ligados ao exotismo e à juventude são menos valorizados do que no estudo anterior enquanto que os traços instrumentais são mais valorizados. O grau de consenso relativamente ao significado dos traços permite-nos concluir que os angolanos e os portugueses partilham um universo de valores comuns, que passa pela valorização da pessoa adulta caracterizada por traços de instrumentalidade e sociabilidade positiva (Amâncio, 1989).

No que diz respeito ao consenso e à força dos estereótipos, constatamos que o estereótipo dos portugueses continua a ser menos consensual e menos marcado do que o estereótipo dos angolanos, embora a diferença seja mais esbatida.

Contrariamente ao que se verificou no estudo anterior, o estereótipo dos angolanos passa a incluir traços considerados negativos. Assim, verificamos que a simples mudança de estratégia de recolha de dados – uma escala interdependente em vez de duas escalas independentes – provocou uma alteração significativa nos resultados: o estereótipo dos angolanos continua a incluir traços positivos ligados à expressividade e sociabilidade positiva, mas passa a incluir também traços negativos ligados à fraca instrumentalidade e à sociabilidade negativa. Por sua vez, o estereótipo dos portugueses continua a apresentar traços ligados à instrumentalidade positiva e traços de sociabilidade positiva e negativa.

Quando a avaliação da estereotipicidade foi efectuada através de duas escalas independentes os participantes angolanos apresentaram um nível de favoritismo endogrupal superior ao dos participantes portugueses: os angolanos reivindicaram para o endogrupo quase todos os traços positivos e negaram esses mesmos traços aos portugueses enquanto que estes últimos atribuíram ao exogrupo mais traços positivos do que ao endogrupo. Em contrapartida, quando a avaliação da estereotipicidade foi efectuada através de uma escala interdependente ambos os grupos atribuíram qualidades e defeitos ao endogrupo e ao exogrupo: aos angolanos foram predominantemente reconhecidas qualidades de expressividade e sociabilidade positiva enquanto aos portugueses foram reconhecidas qualidades instrumentais, mais próximas do modelo de adulto.

Globalmente, as nossas hipóteses são corroboradas pelos dados. Tal como esperávamos, os conteúdos associados a ambos os grupos são predominantemente positivos. Assim, a maior diferenciação entre os grupos opera-se ao nível das dimensões subjacentes aos conteúdos e ao nível do seu significado tendo como referente a imagem ‘universal’ de pessoa adulta (Amâncio, 1994). Os conteúdos associados aos angolanos são predominantemente ligados à expres-

sividade, ao exotismo, e à juventude, enquanto que os conteúdos associados aos portugueses são fundamentalmente ligados à instrumentalidade e à imagem de adulto.

Quando temos em conta a opinião pessoal dos participantes, todos eles jovens, o estereótipo dos angolanos é mais positivo pois aproxima-se mais do modelo de jovem, mas quando temos em conta o universo comum de valores, o estereótipo dos portugueses aproxima-se mais do referente de pessoa adulta.

Verificou-se um grande consenso entre participantes angolanos e portugueses quanto à valência dos conteúdos (avaliação tendo em conta a opinião pessoal) e ao seu significado (avaliação tendo em conta o referente de adulto), mas verificou-se menor grau de consenso quanto à estereotipicidade desses conteúdos, nomeadamente nos traços negativos. Finalmente, verificou-se um maior grau de consenso relativamente ao estereótipo dos angolanos do que relativamente ao estereótipo dos portugueses, isto é, os angolanos são vistos de forma mais estereotipada do que os portugueses.

Se é inegável que se registou uma evolução no conteúdo dos estereótipos - os membros do grupo dominante evitam caracterizar os membros do grupo dominado com traços muito negativos e, em alguns casos, caracterizam-nos com traços mais positivos do que o próprio grupo - esta transformação opera-se a um nível superficial e não a um nível profundo. De facto, esta metamorfose em que a xenofobia parece ter dado lugar à xenofilia (o culto do exótico, por exemplo, Taguieff, 1997) esconde uma flagrante permanência: as dimensões mais valorizadas nas sociedades ocidentais continuam a ser negadas ao grupo dominado.

5. Discriminação no tratamento da informação

No capítulo anterior apresentámos e discutimos os resultados de cinco estudos empíricos. Nos dois primeiros estudos constatámos a centralidade da categorização social baseada na cor da pele no posicionamento relativo de diversos grupos minoritários na sociedade portuguesa. Com base nos resultados obtidos nestes dois estudos seleccionámos dois grupos para aprofundar a nossa investigação: os portugueses e os angolanos. Nos três estudos seguintes analisámos os conteúdos que são associados a estes grupos, o grau de consenso e a valência avaliativa desses conteúdos e seu significado simbólico, tendo como referência um universo de valores comum (Amâncio, 1989; Deschamps, 1982). Estes três estudos serviram de base para a construção dos materiais-estímulo utilizados nos dois estudos experimentais que são apresentados neste capítulo, através dos quais vamos analisar mais sistematicamente a percepção da variabilidade dos grupos e a discriminação intergrupala.

Estes estudos experimentais diferem em alguns aspectos fundamentais da maior parte da pesquisa que tem sido produzida sobre esta temática no âmbito da psicologia social. Por um lado, temos em consideração as posições relativas dos grupos e os significados que lhes estão associados (Amâncio, 2000; Lorenzi-Cioldi, 1998). Por outro, analisamos não só a perspectiva do agente da discriminação mas também a do alvo da discriminação (Swim e Stangor, 1998). E, finalmente, recorreremos a diferentes tipos de metodologias para a análise dos processos de discriminação, umas mais explícitas ou ‘directas’ e outras mais implícitas ou ‘indirectas’. Como referimos na Introdução, a maior parte da investigação sobre esta temática tem sido efectuada utilizando medidas ‘directas’, isto é, medidas em que os participantes facilmente se podem aperceber dos objectivos da pesquisa e controlar as suas respostas no sentido do que é ‘socialmente correcto’. Parece-nos, no entanto, que no estudo da discriminação racial

é particularmente relevante a utilização de medidas ‘indirectas’ ou ‘não-obstruivas’ de modo a ter acesso aos processos mais automáticos de processamento de informação sobre os grupos.

Ambas as experiências que apresentamos neste capítulo são constituídas por duas fases: na primeira os participantes são confrontados com uma tarefa de recuperação de informação referente a pessoas-estímulo de dois grupos diferentes (medidas ‘indirectas’); e na segunda fase os participantes respondem a um questionário sobre ambos os grupos (medidas ‘directas’). A maior diferença entre os dois estudos diz respeito ao material-estímulo apresentado aos participantes durante a primeira fase: no Estudo 4 as pessoas-estímulo são categorizadas segundo a nacionalidade (angolanos *vs.* portugueses) enquanto que no Estudo 5, dependendo da condição experimental, as pessoas-estímulo são categorizadas em função da cor da pele (brancos *vs.* negros) ou estão disponíveis ambas as categorizações (nacional e racial).

Em ambos os estudos analisamos os efeitos de categorização, os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo pelo grupo de pertença. Analisamos ainda em que medida estes fenómenos são mediados pelo auto-conceito, pelos níveis de identificação nacional e racial e ainda pelos níveis de contacto entre os grupos. No Estudo 5 analisamos ainda a relação entre as atitudes ou orientações racistas e os processos perceptivos.

5.1 Homogeneização de uma minoria nacional

O principal objectivo deste estudo experimental foi a análise do papel do estatuto relativo dos grupos na percepção da homogeneidade grupal. Nesse sentido, como já referimos, escolhemos dois grupos com estatuto assimétrico na sociedade portuguesa, categorizados segundo a nacionalidade: o grupo maioritário (portugueses) e um grupo minoritário (angolanos). Trata-se de grupos com uma história, um passado de relações e posicionamentos sociais relativos cujo peso contribui para a saliência desta categorização.

Como referimos no Capítulo 3, de acordo com Lorenzi-Cioldi (1988; 1998), o estatuto influencia profundamente o processamento da informação social: os grupos dominantes enfatizam a distintividade individual e a diferenciação interpessoal, enquanto que os grupos dominados salientam a indiferenciação dos seus membros, definem-se e são definidos pelos outros em termos de características holísticas que distinguem o seu grupo dos outros grupos. Assim, os membros do grupo dominado são mais homogeneizados do que os membros do grupo dominante, independentemente do observador ser ele próprio membro de um ou outro grupo.

Este modelo tem recebido algum apoio empírico com categorias sexuais (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1993). Contudo, a relevância desta perspectiva não se aplica só às categorias sexuais, podendo ser estendida a outros grupos sociais ocupando

posições assimétricas na estrutura social, nomeadamente, os grupos *étnicos*. Considerando os resultados de estudos anteriores, espera-se uma manifestação assimétrica do efeito de homogeneidade do exogrupo em função do estatuto relativo dos grupos, isto é, espera-se que os portugueses manifestem o efeito de homogeneidade do exogrupo enquanto que os angolanos homogeneizem igualmente ambos os grupos, ou manifestem mesmo a homogeneização do endogrupo.

Outro dos objectivos foi analisar a relação entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal – a tendência para favorecer o grupo de pertença relativamente ao exogrupo (e.g., Brewer, 1979; Tajfel e Turner, 1979). Como referimos anteriormente, diversos autores têm estudado a relação entre o favoritismo pelo grupo de pertença e o efeito de homogeneidade do exogrupo, mas os dados obtidos não são consistentes: uns apontam para uma interdependência entre estes dois fenómenos (e.g., Haslam *et al.*, 1995) enquanto que outros apontam para uma independência (e.g., Krueger, 1992; Park e Rothbart, 1982).

Pensamos que estes resultados inconsistentes se devem ao facto de na maior parte dos estudos efectuados o estatuto social dos grupos não ter sido tomado em consideração. Assim, avançamos com a hipótese de que a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo seja moderada pelo estatuto relativo dos grupos. Esperamos que os participantes tenham estratégias diferentes de ‘diferenciação positiva’ (Tajfel, 1984) em função do estatuto relativo dos grupos: para os membros do grupo dominante a ‘diferenciação positiva’ será conseguida através da afirmação da heterogeneidade endogrupal, mesmo que isso implique abdicar de traços estereotípicos positivos, enquanto que para os membros do grupo dominado a ‘diferenciação positiva’ será conseguida através da reivindicação de traços estereotípicos positivos e a negação dos traços negativos, contribuindo assim para a homogeneização do endogrupo.

Pretendemos ainda explorar o papel mediador de algumas variáveis na percepção da variabilidade e no favoritismo endogrupal: os níveis de identificação endogrupal e exogrupal; os níveis de contacto endogrupal e exogrupal; e a representação do *self*. O papel do nível de identificação com endogrupo já foi explorado em pesquisas anteriores (e.g., Castano e Yzerbyt, 1998; Doosje *et al.*, 1995), mas o papel da identificação com o exogrupo tem sido negligenciado. Ora, parece-nos muito relevante analisar também o papel da identificação com o exogrupo uma vez que os membros do grupo minoritário (os angolanos) são imigrantes e poderão sentir-se muito identificados com a sociedade de acolhimento (e.g., Berry, 1992), especialmente se a inserção nessa sociedade ocorreu durante os períodos de socialização mais marcantes (infância e adolescência).

Segundo Berry (1992) as estratégias dos imigrantes face à sociedade de acolhimento podem assumir quatro modalidades: a *assimilação* caracteriza-se pela interiorização da cultura da sociedade de acolhimento e pela perda da iden-

tidade cultural de origem; a *separação* corresponde ao fechamento do grupo imigrante, isto é, ao evitamento do contacto com os outros grupos no sentido da preservação da identidade cultural de origem; a *integração* compreende a defesa da integridade da cultura do grupo de pertença e, simultaneamente, o respeito pela cultura da sociedade de acolhimento; e a *marginalização*, caracteriza-se pela não participação na sociedade de acolhimento e, simultaneamente, pela perda da cultura de origem, o que se traduz num estado de alienação psicológica.

De acordo com os resultados de estudos realizados com este modelo, o melhor equilíbrio nas relações intergrupais pode ser conseguido através de estratégias de *integração*: os grupos minoritários conservam a sua identidade cultural e, simultaneamente, respeitam e adoptam os valores da sociedade de acolhimento. Esperamos que os participantes de ambos os grupos (angolanos e portugueses) manifestem uma identificação endogrupal superior à identificação exogrupal, embora os níveis de identificação com o endogrupo e com o exogrupo possam variar em função das estratégias de integração dos participantes angolanos na sociedade portuguesa e do seu tempo de permanência em Portugal.

Relativamente à comparação dos níveis de identificação endogrupal em função do estatuto dos grupos, tendo em conta os resultados de pesquisa anterior (e.g., Cabecinhas, 1996), esperamos encontrar um nível de identificação endogrupal superior para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses. Quanto à comparação dos níveis de identificação exogrupal em função do estatuto dos grupos, tendo em conta os resultados das pesquisas efectuadas no âmbito do modelo de Berry (1992), esperamos encontrar um nível de identificação exogrupal superior para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses, já que os primeiros poderão sentir-se identificados com a sociedade de acolhimento.

No global, esperamos que a diferença entre os níveis de identificação endogrupal e exogrupal seja mais acentuada para os participantes portugueses do que para os participantes angolanos. Relativamente a este último grupo, esperamos que esta diferença seja tanto menor quanto maior for o seu tempo de permanência em Portugal.

Tendo em conta os resultados de pesquisas anteriores (e.g., Castano e Yzerbyt, 1998; Doosje *et al.*, 1995), esperamos que o grau de identificação endogrupal modere os efeitos de homogeneidade: esperamos que os participantes com elevado grau de identificação endogrupal manifestem um efeito de homogeneidade do endogrupo mais forte do que os participantes com baixo grau de identificação endogrupal. Também esperamos que o grau de identificação endogrupal modere o favoritismo endogrupal: esperamos que os participantes com elevado grau de identificação endogrupal manifestem um favoritismo endogrupal mais forte do que os participantes com baixo grau de identificação endogrupal.

Os níveis de contacto endogrupal e exogrupal são também potenciais mediadores da variabilidade grupal percebida e do favoritismo endogrupal. O contacto

diferencial com membros do endogrupo e com membros do exogrupo tem sido considerado um factor chave para a compreensão dos efeitos de homogeneidade (e.g., Linville *et al.*, 1986). No entanto, o papel desta variável tem sido relativizado por diversos estudos, pois têm sido observadas assimetrias na percepção da variabilidade de grupos sexuais (homens *vs.* mulheres) que não podem ser justificados pela falta de contacto entre estes grupos (e.g., Cabecinhas, 1994; Lorenzi-Cioldi, 1993). Embora o contacto por si só não possa justificar as assimetrias observadas, grande parte dos autores salienta que, geralmente, um maior nível de contacto entre os grupos conduz a uma diminuição da força dos estereótipos e, conseqüentemente, a um aumento da variabilidade grupal percebida.

As nossas hipóteses relativamente aos níveis de contacto são análogas às que apresentámos relativamente aos níveis de identificação. Assim, esperamos que os participantes de ambos os grupos manifestem um nível de contacto endogrupal superior ao nível de contacto exogrupal. Esperamos, ainda, encontrar um nível de contacto exogrupal superior para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses, já que os primeiros, sendo imigrantes, têm maior necessidade de contacto com a sociedade de acolhimento (e.g., Berry, 1992). No global, esperamos que a diferença entre os níveis de contacto endogrupal e exogrupal seja mais acentuada para os participantes portugueses do que para os participantes angolanos. Relativamente a este último grupo, esperamos que esta diferença seja tanto menor quanto maior for o seu tempo de permanência em Portugal.

Tendo em conta os resultados de pesquisas anteriores (e.g., Allport, 1954/1979; Hewstone e Brown, 1988), esperamos que os participantes com elevado nível de contacto com o exogrupo manifestem menor favoritismo endogrupal do que os participantes com baixo grau de contacto com o exogrupo.

Na opinião de alguns autores, o efeito de homogeneidade do exogrupo deve-se em parte à forma como os indivíduos se pensam a si próprios enquanto membros do endogrupo (e.g., Linville *et al.*, 1989; Park e Judd, 1990). Porque o indivíduo geralmente concebe o *self* como simultaneamente semelhante ao endogrupo mas também como único (Codol, 1975; Tajfel e Turner, 1979), pensar no *self* enquanto membro do endogrupo pode conduzir a percepções de maior variabilidade do endogrupo.

Segundo o modelo da co-variação (Deschamps, 1982), a diferenciação intragrupal e a diferenciação intergrupala não são mutuamente exclusivas, mas podem ocorrer simultaneamente. Para o autor, estas estratégias de diferenciação dependem do estatuto relativo dos grupos: a diferenciação entre o *self* e o endogrupo é maior para os membros dos grupos dominantes do que para os membros dos grupos dominados. Assim, esperamos que a discrepância entre a descrição de si próprio e a descrição do endogrupo seja maior para os participantes portugueses do que para os participantes angolanos. Esperamos ainda que a auto-descrição

dos participantes angolanos seja mais consonante com os estereótipos do seu grupo do que a auto-descrição dos participantes portugueses.

Para além dos objectivos teóricos atrás mencionados, temos um objectivo de ordem metodológica. Uma vez que a magnitude dos efeitos de homogeneidade depende do tipo de medidas utilizadas (e.g., Ostrom e Sedikides, 1992), alguns autores têm salientado a necessidade de confrontar diversos tipos de medidas (e.g. Devos *et al.*, 1996). Como referimos no Capítulo 3, a maior parte da investigação sobre esta temática tem sido efectuada utilizando medidas ‘directas’, em que os participantes podem facilmente aperceber-se dos objectivos da pesquisa e controlar as suas respostas no sentido do ‘socialmente correcto’. Assim, parece-nos particularmente relevante a utilização de medidas ‘indirectas’ de modo a ter acesso aos processos mais automáticos da discriminação entre grupos. Assim, iremos utilizar medidas não-obstrusivas (tarefas de recordação da informação) e medidas mais ‘clássicas’ (tarefas de questionário), umas ligadas directamente ao conteúdo dos estereótipos grupais e outras não relacionadas com o conteúdo dos estereótipos¹.

Na literatura sobre relações intergrupais é frequente a ambiguidade entre os efeitos de favoritismo e o efeito de homogeneidade do exogrupo. Frequentemente, as medidas da variabilidade grupal percebida baseiam-se em traços cuja valência avaliativa e cujo significado simbólico para os participantes não são controlados. Nesta investigação efectuámos um grande esforço de ordem metodológica no sentido de controlar exaustivamente todos os materiais-estímulo envolvidos, no sentido de evitar uma ‘contaminação’ entre estes dois efeitos. Assim, foi efectuado um controlo sistemático da estereotipicalidade dos traços e da sua valência, o que permitiu a operacionalização de novas medidas no sentido de investigar os efeitos de homogeneidade controlando os efeitos de favoritismo, e paralelamente, investigar os efeitos de favoritismo controlando os efeitos de homogeneidade, como explicaremos mais adiante.

Neste estudo participaram 163 estudantes universitários, 55 angolanos (20 rapazes e 35 raparigas) e 108 estudantes portugueses (48 rapazes e 60 raparigas), com idades compreendidas entre os 18 e os 27 anos (idade média = 22 anos). Todos os participantes angolanos nasceram em Angola, tendo vindo para Portugal para estudar (83,3%), trabalhar (1,9%), ou à procura de melhores condições de vida (14,8%). Vieram sozinhos (35,2%), com a família (50,0%), ou

¹ Neste estudo foram realizadas algumas tarefas que por limitações de espaço não são aqui reportadas. Relativamente às medidas ‘não-obstrusivas’, cerca de metade dos participantes realizou uma tarefa de recordação indiciada enquanto que a outra metade realizou uma recordação livre, no entanto, só reportamos aqui os resultados da recordação indiciada. Relativamente às medidas ‘clássicas’ foram também realizadas tarefas de estimação de percentagens e tarefas de estimação de distribuições. Os resultados obtidos com essas medidas são consonantes com os aqui reportados e poderão ser consultados em Cabecinhas, Lorenzi-Cioldi e Dafflon-Novelle (2003).

com amigos (9,3%). Em média, vivem em Portugal há 7 anos e 13,6 % adquiriram a nacionalidade portuguesa².

Este estudo foi constituído por duas fases. Na primeira fase, foram apresentadas aos participantes as descrições de oito pessoas-estímulo (quatro angolanas e quatro portuguesas), sendo estes posteriormente confrontados com uma tarefa de recordação da informação recebida. Esta tarefa de memorização permitiu o cálculo de medidas indirectas de variabilidade grupal percebida, como se explica mais adiante.

No que respeita aos materiais-estímulo utilizados, foram construídos dezasseis perfis (oito para cada versão), cada um descrevendo uma pessoa hipotética. Ambas as versões do material-estímulo contêm oito pessoas-estímulo e cada pessoa-estímulo é descrita através de quatro atributos, totalizando 32 atributos por versão. Estes atributos foram seleccionados a partir dos resultados obtidos no Estudo 3a, tendo em conta a sua estereotipicalidade, valência e categoria³. Os dezasseis perfis foram pré-testados no sentido de verificar a adequabilidade dos atributos seleccionados e a coerência das descrições das pessoas-estímulo⁴.

Por razões associadas ao controlo dos dados, utilizámos duas versões do material-estímulo e também duas ordens de apresentação: para aproximadamente metade dos participantes a primeira pessoa-estímulo a ser apresentada era angolana, sendo seguida de uma portuguesa, enquanto que para a outra metade dos participantes a primeira pessoa-estímulo a ser apresentada era portuguesa, sendo seguida de uma angolana e assim sucessivamente.

² Neste estudo e no seguinte, para efeitos de tratamento de dados foram considerados como angolanos, todos os participantes de naturalidade angolana que se auto-categorizaram como sendo angolanos (independentemente da sua nacionalidade ser angolana ou portuguesa). Quanto aos participantes portugueses, todos tinham nacionalidade e naturalidade portuguesa, e além disso auto-categorizaram-se como sendo portugueses.

³ Uma equipa de juízes, composta por dois angolanos e dois portugueses, realizou uma análise de conteúdo do vocabulário obtido no Estudo 3a. Os atributos foram agrupados em 10 categorias, 8 das quais foram seleccionadas como base para a construção das descrições das pessoas-estímulo: 'relação com a família', 'tempo livre', 'estilo de vida', 'vestuário', 'relação com o trabalho', 'relação com o dinheiro', 'sociabilidade' e 'gastronomia'. A versão A descreve quatro pessoas-estímulo angolanas através das quatro primeiras categorias e quatro pessoas-estímulo portuguesas através das quatro últimas categorias. A versão B inverte as categorias associadas às pessoas-estímulo angolanas e portuguesas.

⁴ Participaram no pré-teste 24 estudantes portugueses (8 rapazes e 16 raparigas) e 18 estudantes angolanos (11 rapazes e 7 raparigas). Estes responderam a um questionário cujo objectivo era testar os materiais-estímulo: testar a coerência das descrições das pessoas-estímulo; testar a valência e estereotipicalidade dos atributos utilizados nessas descrições; testar a sua adequabilidade para descrever pessoas-estímulo de sexo masculino e feminino. Finalmente, pedia-se aos participantes para referirem os oito nomes próprios (masculinos e femininos) que considerassem mais frequentes nos jovens angolanos e nos jovens portugueses. Seleccionámos os oito nomes próprios masculinos e os oito nomes próprios femininos considerados mais comuns pelos participantes e atribuímos esses nomes às pessoas-estímulo. De acordo com os dados deste estudo, os nomes próprios mais frequentes são os mesmos para os jovens angolanos e portugueses, assim o nome atribuído às pessoas-estímulo não permite a sua identificação étnica. A este propósito é de recordar que este estudo foi efectuado em 1998, sendo a idade média dos participantes de 22 anos, o que significa que a grande maioria destes estudantes nasceu pouco antes ou pouco depois do 25 de Abril de 1974. Ora, segundo algumas entrevistas exploratórias por nós realizadas, o uso de nomes próprios tradicionais angolanos só começou a vulgarizar-se depois da independência de Angola.

Na segunda fase, os participantes responderam a um questionário com medidas ‘directas’ da variabilidade grupal percebida de ambos os grupos, medidas de favoritismo endogrupal, medidas de auto-descrição, medidas de identificação com os grupos, medidas de contacto com os grupos e, finalmente, medidas de controle do contexto e dos materiais da experiência.

Os julgamentos sobre os grupos-alvo e as auto-descrições dos participantes foram efectuados a partir de uma reduzida lista de traços. Estes foram seleccionados a partir dos resultados do Estudo 3b, tendo em conta os seguintes critérios: a existência de consenso entre os participantes angolanos e portugueses quanto ao carácter estereotípico de cada traço e simultaneamente quanto à sua valência avaliativa⁵. Assim foram seleccionados: dois traços considerados estereotípicos dos angolanos – *festivos* (positivo) e *preguiçosos* (negativo); dois traços considerados estereotípicos dos portugueses – *trabalhadores* (positivo) e *individualistas* (negativo).

Vamos agora descrever de forma mais detalhada o procedimento de recolha de dados. Os estudantes angolanos e portugueses foram convidados a participar numa experiência sobre percepção de pessoas, sendo-lhes dito que iriam receber informação acerca de oito jovens, sendo a sua tarefa formar uma impressão acerca de cada jovem.

A investigadora começou por distribuir a cada participante um caderno com as descrições de oito pessoas-estímulo. Os rapazes receberam informação sobre oito pessoas-estímulo do sexo masculino, enquanto que as raparigas receberam informação sobre oito pessoas-estímulo do sexo feminino. A investigadora explicava aos participantes que a sua tarefa era formar uma impressão e recordar a informação recebida sobre cada pessoa-estímulo e que só deveriam avançar na leitura de cada página à medida que fossem recebendo instruções nesse sentido. Cada pessoa-estímulo era descrita numa página separada. No topo da página, em destaque, aparecia o nome próprio e a pertença *étnica* (exemplo: Manuel, Angolano; Pedro, Português), e seguidamente, os quatro atributos, cada um numa linha diferente. A apresentação das pessoas-estímulo era feita em ordem alternada: uma angolana, seguida de uma portuguesa, seguida de uma angolana, e assim sucessivamente. Aproximadamente metade dos participantes começou por uma pessoa-estímulo angolana seguida de uma portuguesa (Ordem 1) e a outra metade dos participantes começou por uma pessoa-estímulo portuguesa seguida de uma angolana (Ordem 2).

Os participantes tinham 20 segundos para examinar cada página descrição. Terminada a leitura das oito descrições, a investigadora recolhia os materiais e dis-

⁵ Sendo difícil encontrar atributos negativos considerados consensualmente (tanto por participantes angolanos como por participantes portugueses) estereotípicos de cada grupo-alvo, recorremos aos atributos negativos cuja classificação mais se aproximou dos valores exigidos para serem considerados estereotípicos de um grupo e contra-estereotípico do outro grupo.

tribuía a cada participante uma folha com uma matriz contendo 8 colunas (cada uma encabeçada pelo nome de uma pessoa-estímulo e a respectiva identificação *étnica*) e 32 linhas (contendo em ordem aleatória os atributos constantes nos perfis das pessoas-estímulo). Os participantes foram instruídos no sentido de indicarem que pessoa-estímulo era descrita por cada atributo, colocando uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matriz⁶. Passados 10 minutos, foi dada por terminada a tarefa de recordação indiciada e foram recolhidas as matrizes de resposta.

Seguidamente cada participante recebeu um questionário com uma série de questões sobre cada um dos grupos-alvo, sendo a sua ordem contrabalançada. A investigadora salientou que a tarefa seguinte seria de natureza completamente diferente da precedente, pois o que interessava era a opinião dos participantes sobre os grupos.

Na primeira secção do questionário os participantes realizaram uma série de tarefas que consistiam na descrição dos dois grupos-alvo através de um número limitado de atributos. Seguidamente, era pedido aos participantes para se descreverem a si próprios através dos mesmos atributos usados para descrever os grupos-alvo. Na segunda secção, os participantes responderam a uma série de questões sobre os níveis de identificação e de contacto com o endogrupo e com o exogrupo. Na terceira, os participantes responderam a várias questões cujo objectivo era controlar os materiais-estímulo (estereotipicalidade e valência dos traços) e o contexto desta investigação (estatuto social percebido de ambos os grupos). Por último, os participantes respondiam a questões de caracterização: sexo, idade, nacionalidade e naturalidade. No caso da naturalidade não ser portuguesa, deveriam responder ainda a três questões relativas às circunstâncias da sua vinda para Portugal⁷. Finalmente, a investigadora recolhia os questionários, esclarecia os objectivos do estudo, agradecia a participação dos estudantes e respondia a eventuais questões.

No que respeita ao tratamento de dados, antes de se testar as hipóteses enunciadas, procedeu-se ao controlo dos materiais-estímulo e do contexto da investigação. Começámos por verificar se existia um consenso entre os participantes angolanos e portugueses quanto ao *estatuto social percebido* de ambos os grupos-alvo⁸.

⁶ Foram utilizadas oito matrizes de recordação diferentes em função das quatro condições experimentais associadas à recordação indiciada e ainda em função do sexo do participante (que coincidia sempre com o sexo das pessoas-estímulo).

⁷ As questões eram as seguintes: a) Há quantos anos reside em Portugal?; b) Qual o motivo que o trouxe a Portugal? (1 = estudar; 2 = trabalhar; 3 = outro motivo; qual?); c) Qual foi a sua situação quando chegou a Portugal? (1 = sozinho; 2 = com a família; 3 = com os amigos; 4 = outra situação; qual?).

⁸ Tal como no Estudo 2, foi pedido aos participantes para situarem o endogrupo e o exogrupo em seis escalas (nível educacional, nível cultural, nível económico, estatuto social, prestígio e poder). A média destas seis escalas foi considerada como um indicador do estatuto social percebido.

Os participantes nesta experiência atribuíram um estatuto social significativamente mais elevado aos portugueses ($M=57,80$) do que aos angolanos ($M=27,96$). Os portugueses atribuíram ao endogrupo ($M=55,80$) um estatuto mais elevado do que ao exogrupo ($M=26,12$) enquanto que os angolanos atribuíram um estatuto mais elevado ao exogrupo ($M=61,81$) do que ao endogrupo ($M=31,76$)⁹. Estes resultados estão em consonância com os obtidos no Estudo 2 e demonstram que existe um consenso no estatuto relativo atribuído a cada um dos grupos: ambos os grupos atribuíram significativamente maior estatuto aos portugueses do que aos angolanos residentes em Portugal.

Seguidamente verificámos a *valência* avaliativa e a *estereotipicalidade* dos traços utilizados nesta experiência¹⁰. Este controlo era particularmente importante relativamente aos traços usados para calcular as medidas de variabilidade percebida e de favoritismo derivadas do questionário, pois poderia inviabilizar a construção destas medidas. Os resultados obtidos, tanto no que respeita à estereotipicalidade e como à valência avaliativa, foram idênticos aos do Estudo 3b, o que confirmou a adequabilidade dos traços escolhidos e viabilizou o cálculo das diversas medidas previstas.

Tendo-nos certificado da adequabilidade dos materiais e do contexto da experiência, procedemos à computação das várias medidas para a análise dos efeitos de homogeneidade e de favoritismo, como adiante se explica. Seguidamente, as diversas medidas foram submetidas a análises de variância tendo como variáveis independentes o grupo do participante, o sexo do participante, a ordem de apresentação e – no caso das medidas derivadas das tarefas de recordação – a versão do material-estímulo. Como as variáveis ‘sexo do participante’, ‘versão’ e ‘ordem’ não produziram efeitos significativos, foram realizadas novas análises sem incluir estas variáveis.

5.1.1 Assimetrias na recordação da informação

A tarefa de recordação indiciada permitiu o cálculo do número de respostas correctas assim como de diferentes tipos de erros (ou confusões entre as pessoas-estímulo). Os diferentes tipos de erros foram usados para avaliar em que medida os participantes categorizaram as pessoas-estímulo em grupos *étnicos* (efeito de categorização) e em que medida perceberam o exogrupo de forma mais homogênea do que o endogrupo (efeito de homogeneidade do exogrupo).

⁹ Efeito grupo-alvo: $F(1,158)=290,50$, $p<0,0001$. Contrastes: portugueses, $F(1,158)=230,49$, $p<0,0001$; angolanos, $F(1,158)=104,27$, $p<0,0001$.

¹⁰ Tal como no Estudo 3b, foi pedido aos participantes para estimarem a estereotipicalidade de cada um dos traços usados no questionário através de duas escalas de sete pontos, uma para averiguar a estereotipicalidade em relação aos angolanos, e outra para avaliar a estereotipicalidade em relação aos portugueses. Também como no Estudo 3b, os participantes deveriam estimar a valência avaliativa de cada um dos traços usados no questionário através de uma escala de sete pontos.

O efeito de categorização foi medido através da proporção de erros intergrupais e intragrupais: os *erros intergrupais* correspondem à atribuição de uma característica pertencente a uma pessoa-estímulo de um grupo a uma pessoa-estímulo de outro grupo (por exemplo, atribuir uma característica do Manuel, angolano, ao Pedro, português, e vice-versa): os *erros intragrupais* correspondem à atribuição de uma característica pertencente a uma pessoa-estímulo de um grupo a outra pessoa desse mesmo grupo (por exemplo: atribuir uma característica do Manuel ao Jorge, ambos angolanos; ou atribuir uma característica do Pedro ao Paulo, ambos portugueses). O efeito de categorização pode ser inferido a partir do maior número de erros intragrupais do que erros intergrupais¹¹.

Para averiguar os efeitos de homogeneidade, os erros intragrupais foram classificados em função da sua relevância em termos do grupo de pertença de cada participante: os *erros endogrupais* correspondem à atribuição de uma característica de uma pessoa-estímulo pertencente ao mesmo grupo do participante a outra pessoa-estímulo do mesmo grupo; os *erros exogrupais* correspondem à atribuição de uma característica de uma pessoa-estímulo pertencente a um grupo diferente do participante a outra pessoa-estímulo desse outro grupo. O efeito de homogeneidade do exogrupo pode ser inferido quando o número de erros exogrupais é superior ao número de erros endogrupais (Lorenzi-Cioldi, 1993).

Contudo, antes de examinarmos os efeitos de homogeneidade, aspecto central deste estudo, foi necessário averiguar se a quantidade de respostas correctas não diferiu significativamente em função da versão do material-estímulo ou do grupo dos participantes¹² e se ambos os grupos categorizaram as pessoas-estímulo em função do grupo *étnico*.

Para averiguar se os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em grupos *étnicos*, comparámos o número de erros intragrupais e erros intergrupais. A Tabela 16 apresenta as médias e desvios-padrão dos erros em função do grupo do participante. Consistentemente com as nossas hipóteses, o número de erros intragrupais ($M=12,10$) foi significativamente superior ao número de erros intergrupais ($M=3,11$), o que demonstra que os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em diferentes grupos¹³. Os participantes mostraram uma tendência muito mais forte para confundir a in-

¹¹ Como o número de erros intergrupais esperados ao acaso é superior ao número de erros intragrupais, corrigimos os erros intergrupais multiplicando por $\frac{3}{4}$, seguindo o procedimento de Taylor et al. (1978): num conjunto com oito pessoas-estímulo, quatro de cada grupo, cada atributo pode ser correctamente emparelhado com o alvo; incorrectamente atribuído a uma das três outras pessoas-estímulo do mesmo grupo; ou incorrectamente atribuído a qualquer das quatro pessoas-estímulo do outro grupo.

¹² A média global de respostas correctas foi 15,75 (num total de 32) e não variou significativamente em função da versão do material-estímulo. Contrariamente às nossas expectativas, os participantes portugueses apresentaram uma média tendencialmente superior de respostas correctas ($M=16,40$) do que os participantes angolanos ($M=13,95$), $F(1,71)=3,57$, $p<0,063$. Tal poderá, no entanto, dever-se ao facto dos angolanos que participaram nesta experiência serem mais velhos do que os portugueses (a idade média dos participantes angolanos é de 25 anos enquanto que a idade média dos participantes portugueses é de 21 anos).

¹³ Efeito tipo de erro: $F(1,71)=203,31$, $p<0,0001$.

formação referente aos membros do mesmo grupo *étnico* (erros intragrupo) do que a informação referente a grupos *étnicos* diferentes (erros intergrupais). Isto é, os membros de ambos os grupos estruturaram a informação a partir da pertença étnica das pessoas-estímulo.

Tabela 16 – Médias e desvios-padrão dos erros intragrupo e intergrupais

Participantes	Tipo de erro		
	erros intragrupo	erros intergrupais	Total
Angolanos (N=21)	13,81 (4,50)	3,18 (2,09)	16,99 (4,01)
Portugueses (N=58)	11,48 (3,94)	3,09 (2,50)	14,57 (4,48)
Total (N=79)	12,10 (4,20)	3,11 (2,38)	15,22 (4,47)

Nota: Os erros poderiam variar entre 0 e 32.

Para investigar os efeitos de homogeneidade, repartimos os erros intragrupo tendo em conta a relação entre o grupo de pertença do participante e o grupo de pertença da pessoa-estímulo: erros endogrupo *vs.* erros exogrupo. A Tabela 17 apresenta as médias e desvios-padrão desses erros em função do grupo do participante.

Globalmente, o efeito do tipo de erro (erros endogrupo *vs.* erros exogrupo) não atingiu o limiar de significância estatística, demonstrando a ausência de um efeito de homogeneidade do exogrupo para a globalidade da amostra. Consistentemente com as nossas hipóteses, os participantes portugueses efectuaram significativamente mais erros exogrupo ($M = 6,60$) do que erros endogrupo ($M = 4,88$); em contrapartida, os participantes angolanos efectuaram mais erros endogrupo ($M = 7,19$) do que exogrupo ($M = 6,62$), mas esta diferença não foi estatisticamente significativa¹⁴. Isto é, globalmente, as pessoas-estímulo angolanas foram mais homogeneizadas do que as pessoas-estímulo portuguesas, independentemente do grupo de pertença dos participantes.

Tabela 17 – Médias e desvios-padrão dos erros endogrupo e exogrupo

Participantes	Tipo de erro		
	erros endogrupo	erros exogrupo	Total
Angolanos (N=21)	7,19 (2,46)	6,62 (2,75)	13,81 (4,50)
Portugueses (N=58)	4,88 (3,10)	6,60 (2,13)	11,48 (3,94)
Total (N=79)	5,49 (3,10)	6,61 (2,29)	12,10 (4,20)

Nota: Os erros poderiam variar entre 0 e 16.

¹⁴ Efeito grupo do participante x tipo de erro: $F(1,71)=6,64$, $p<0,012$. Contrastes: angolanos não significativo; portugueses, $F(1,71)=15,96$, $p<0,0002$.

5.1.2 Assimetrias nas estratégias de diferenciação intergrupala

A partir das respostas obtidas no questionário foram calculadas diversas medidas que permitem analisar as estratégias de diferenciação intergrupala, nomeadamente os efeitos de homogeneidade, os efeitos de favoritismo e a relação entre estes dois fenómenos.

Na tarefa de estimação de médias os participantes foram confrontados com quatro traços, dois estereotípicos dos angolanos e dois estereotípicos dos portugueses (*festivos, preguiçosos, trabalhadores e individualistas*), sendo-lhes pedido para estimarem a média de cada grupo-alvo em cada traço (marcando uma cruz em quatro linhas de 100mm de comprimento, cujos extremos correspondiam à presença ou ausência de cada um dos traços). A partir desta tarefa calculámos uma medida de tendência central, uma medida de variabilidade grupal percebida, e uma medida de favoritismo endogrupal, seguindo o procedimento de Park e Judd (1990). O valor médio de cada grupo nos quatro traços foi tomado como um indicador da tendência central. Para calcular a medida de variabilidade grupal percebida, subtraímos a média dos traços contra-estereotípicos à média dos traços estereotípicos. O valor desta diferença reflecte em que medida os membros do grupo são vistos como conformando-se com o estereótipo grupal: *estereotipização* (traços estereotípicos *minus* traços contra-estereotípicos). Valores elevados indicam baixa variabilidade grupal percebida e valores baixos indicam alta variabilidade grupal percebida, ou seja, menor conformidade com o estereótipo grupal.

Na tarefa de estimação de amplitudes os participantes foram confrontados com os mesmos quatro traços da tarefa anterior e foi-lhes pedido para indicarem onde se situavam os membros mais extremos do grupo (efectuando duas cruzes em cada uma das quatro linhas de 100mm). Assim, enquanto na tarefa anterior os participantes julgaram a tendência central do grupo nesta tarefa julgaram a sua dispersão. Para cada um dos quatro traços foi calculada a diferença entre a pontuação atribuída aos membros extremos do grupo, o que corresponde à *amplitude percebida*. A média da amplitude percebida nos quatro traços foi considerada como uma medida de variabilidade grupal percebida.

No que respeita à tarefa de estimação de variabilidade, foi pedido aos participantes para avaliarem globalmente a variabilidade grupal, usando uma escala de sete pontos, cujos extremos eram 1 = ‘eles são todos semelhantes’ e 7 = ‘eles são todos diferentes’. Os valores directos fornecidos pelos participantes foram considerados como indicadores da variabilidade grupal percebida: *variabilidade global*.

A Tabela 18 apresenta os resultados das medidas de variabilidade grupal percebida. A medida de *estereotipização* (diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos) reflecte a força do estereótipo: valores elevados indicam menor variabilidade grupal percebida enquanto que valores baixos indicam

maior variabilidade grupal percebida, isto é, menor conformidade com o estereótipo grupal.

Globalmente, os participantes acentuaram mais a diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos para o exogrupo do que para o endogrupo (respectivamente, $M=24,48$ e $=15,23$). No entanto, verificou-se uma assimetria em função do grupo dos participantes: os portugueses estabeleceram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos do exogrupo do que do endogrupo (respectivamente, $M=20,71$ e $=5,70$), enquanto que para os angolanos esta diferença (respectivamente, $M=33,76$ e $=31,87$) não foi estatisticamente significativa¹⁵. Resumindo, os participantes portugueses homogeneizaram os angolanos de forma significativa, mas o efeito de homogeneização não foi significativo da parte dos participantes angolanos.

No que respeita à amplitude percebida (diferença média entre os membros mais extremos do grupo nos quatro traços considerados para a descrição), valores mais elevados correspondem a maior amplitude, isto é, maior variabilidade grupal percebida. O efeito de homogeneidade do exogrupo foi significativo para os participantes portugueses, visto que estes atribuíram uma maior diferença entre os membros extremos do endogrupo ($M=62,59$) do que do exogrupo ($M=54,47$). Em contraste, os participantes angolanos estabeleceram uma maior diferença entre os membros extremos do exogrupo ($M=37,08$) do que do endogrupo ($M=31,98$), mas esta diferença não atingiu o limiar da significância estatística¹⁶.

Tabela 18 – Médias e desvios-padrão das medidas de variabilidade grupal percebida

Medidas	Participantes					
	Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
Traços Estereotípicos	72,92	74,63	57,35	62,28	62,63	66,44
	(13,04)	(20,41)	(16,50)	(16,50)	(17,06)	(18,79)
Traços Contra-estereotípicos	39,15	42,75	51,64	41,56	47,40	41,97
	(17,16)	(22,13)	(15,26)	(16,49)	(16,95)	(18,52)
Estereotipização	33,76	31,87	5,70	20,71	15,23	24,48
	(24,79)	(32,52)	(22,44)	(24,57)	(26,75)	(27,91)
Amplitude percebida	31,98	37,08	62,59	54,47	52,26	48,60
	(33,11)	(23,42)	(23,96)	(27,39)	(30,91)	(27,32)
Variabilidade global	4,38	3,91	4,43	3,64	4,41	3,73
	(1,48)	(1,69)	(1,17)	(1,23)	(1,28)	(1,40)

Legenda: *Estereotipização* = Diferença média entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos; *Amplitude percebida* = Diferença média entre os membros mais extremos do grupo nos quatro traços considerados; *Variabilidade global*: (1= 'eles são todos semelhantes'; 7= 'eles são todos diferentes').

¹⁵ Efeito grupo-alvo: $F(1,160)=5,52$, $p<0,020$. Efeito grupo-alvo x grupo do participante: $F(1,160)=9,15$, $p<0,003$. Contrastes: angolanos não significativo; portugueses: $F(1,160)=53,03$, $p<0,0001$.

¹⁶ Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,161)=10,11$, $p<0,002$. Contrastes: angolanos, $F(1,161)=2,27$, $p<0,134$; portugueses, $F(1,161)=11,30$, $p<0,001$.

A *variabilidade global* diz respeito à variabilidade grupal atribuída directamente pelos participantes: valores mais elevados correspondem a maior variabilidade grupal percebida. Globalmente, os participantes homogeneizaram mais o exogrupo ($M=3,73$) do que o endogrupo ($M=4,41$). Os participantes portugueses homogeneizaram mais o exogrupo ($M=3,64$) do que o endogrupo ($M=4,43$), demonstrando um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo, sendo este efeito também significativo para os participantes angolanos, mas mais fraco ($M=4,38$ para o endogrupo e $=3,91$ para o exogrupo)¹⁷.

Resumindo, as diferentes medidas de variabilidade grupal percebida produziram um padrão consistente de resultados. De acordo com as nossas previsões, encontramos uma assimetria nas percepções do endogrupo e do exogrupo em função do estatuto social relativo. Os participantes portugueses exibiram um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo, enquanto que os participantes angolanos homogeneizaram de forma similar o exogrupo e o endogrupo (com a excepção da *variabilidade global*).

Neste estudo analisámos o favoritismo endogrupal através dos dados recolhidos na tarefa de estimação de médias: diferença de atribuição de traços positivos e traços negativos. Existe evidência para o favoritismo endogrupal quando os participantes atribuem ao endogrupo uma média superior de traços positivos e uma média inferior de traços negativos, comparativamente ao exogrupo. Os resultados são apresentados na Tabela 19.

Globalmente, verificou-se um efeito de favoritismo endogrupal significativo: a diferença entre os traços positivos e negativos foi maior para o endogrupo do que para o exogrupo. No entanto, verificou-se uma assimetria em função do grupo dos participantes. Os angolanos atribuíram uma maior média de traços positivos ao endogrupo ($M=68,18$) do que ao exogrupo ($M=63,54$) e atribuíram menores médias de traços negativos ao endogrupo ($M=43,89$) do que ao exogrupo ($M=53,85$), assim revelando um significativo favoritismo endogrupal. Em contrapartida, os participantes portugueses atribuíram médias similares de traços positivos e negativos ao endogrupo (positivo – negativo = 19,59) e ao exogrupo (positivo – negativo = 20,78), isto é, não exibiram um favoritismo endogrupal significativo¹⁸.

¹⁷ Efeito grupo-alvo: $F(1,158)=20,84$, $p<0,0005$. Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,158)=1,89$, $p<0,172$. Contrastes: angolanos, $F(1,158)=3,84$, $p<0,052$; portugueses, $F(1,158)=6,12$, $p<0,0001$.

¹⁸ Efeito grupo-alvo: $F(1,160)=5,41$, $p<0,021$; Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,160)=7,63$, $p<0,006$. Contraste: angolanos, $F(1,160)=9,80$, $p<0,002$; portugueses não significativo.

Tabela 19 – Médias e desvios-padrão das medidas de favoritismo endogrupal

Medidas	Participantes					
	Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
Traços positivos	68,18 (11,41)	63,54 (19,53)	64,31 (13,44)	62,38 (16,32)	65,62 (12,88)	62,77 (17,42)
Traços negativos	43,89 (18,61)	53,85 (17,62)	44,71 (16,64)	41,60 (19,96)	44,44 (17,28)	45,73 (20,01)
Favoritismo	24,29 (25,28)	9,69 (25,09)	19,59 (20,11)	20,78 (29,03)	21,19 (22,04)	17,04 (28,18)

Legenda: Favoritismo = (Média dos traços positivos – Média dos traços negativos).

Neste estudo explorámos a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo a partir dos dados provenientes da tarefa de estimação de médias. Uma vez que esta tarefa permitiu o cálculo de uma medida de variabilidade grupal percebida e de uma medida de favoritismo endogrupal, começámos por verificar se existiria uma relação entre estas duas medidas. Estes dados foram submetidos a uma análise de variância multivariada tomando o grupo-alvo, a estereotipicalidade dos traços e a valência dos traços como variáveis intra-participantes e o grupo dos participantes como variável inter-participantes. Os resultados desta nova análise de variância confirmaram os das precedentes, tanto no que respeita aos efeitos de homogeneidade como no que respeita ao favoritismo endogrupal, e apontaram ainda para uma possível relação entre estes dois fenómenos¹⁹. Para clarificar esta relação, procedemos ao cálculo de duas novas medidas de estereotipização, uma baseada exclusivamente nos traços positivos e a outra baseada exclusivamente nos traços negativos. Estas novas medidas de variabilidade grupal percebida são apresentadas na Tabela 20.

Tabela 20 – Médias e desvios-padrão das medidas de estereotipização controlando a valência dos traços.

Estereotipização	Participantes					
	Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
Traços Positivos	48,62 (23,67)	25,55 (30,83)	0,98 (25,17)	31,09 (31,58)	17,25 (33,44)	29,22 (31,34)
Traços Negativos	18,91 (37,76)	38,91 (44,90)	10,50 (28,03)	10,25 (24,37)	13,35 (31,80)	19,93 (35,34)

Legenda: *Estereotipização nos traços positivos* = (Média dos traços estereotípicos positivos – Média dos traços contra-estereotípicos positivos); *Estereotipização nos traços negativos* = (Média dos traços estereotípicos negativos – Média dos traços contra-estereotípicos negativos).

¹⁹ Relativamente aos efeitos associados à estereotipicalidade dos traços, globalmente os participantes descreveram ambos os grupos atribuindo percentagens superiores de traços estereotípicos do que de traços contra-

Estas novas medidas de variabilidade grupal percebida, baseadas no grau de estereotipização, foram analisadas através de análises de variância multivariadas equivalentes às referidas anteriormente. No que respeita à medida baseada exclusivamente nos traços positivos, verificou-se uma assimetria no efeito de homogeneidade do exogrupo: os participantes angolanos face a traços positivos homogeneizaram o endogrupo comparativamente ao exogrupo enquanto que os participantes portugueses face a traços positivos heterogeneizaram o endogrupo comparativamente ao exogrupo²⁰.

No que respeita à medida baseada exclusivamente nos traços negativos, globalmente verificou-se um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo. No entanto, verificou-se igualmente uma assimetria entre os grupos: os participantes angolanos face a traços negativos heterogeneizaram o endogrupo comparativamente ao exogrupo enquanto que os participantes portugueses face a traços negativos não estabeleceram uma diferenciação significativa entre o endogrupo e o exogrupo²¹.

Estes resultados indicam que os participantes angolanos e os participantes portugueses apresentam estratégias diferenciadas de homogeneização ou heterogeneização dos grupos em função da valência dos traços em causa. Os participantes angolanos face a traços positivos homogeneizaram o endogrupo comparativamente ao exogrupo, mas face a traços negativos heterogeneizaram o endogrupo comparativamente ao exogrupo. Em contrapartida, os participantes portugueses face a traços positivos heterogeneizaram o endogrupo comparativamente ao exogrupo, mas face a traços negativos não estabeleceram uma diferenciação entre o endogrupo e o exogrupo.

Uma vez que a análise dos efeitos de homogeneidade controlando a valência dos traços (positivos *vs.* negativos) nos forneceu uma nova visão sobre as estratégias de homogeneização ou heterogeneização dos grupos em função do seu estatuto endogrupal. Nesse sentido, calculámos duas novas medidas de favoritismo, uma baseada exclusivamente nos traços estereotípicos e outra baseada exclusivamente nos traços contra-estereotípicos. Estas novas medidas de favoritismo endogrupal são apresentadas na Tabela 21.

estereotípicos, $F(1,156)=199,37$, $p<0,0001$. A interação entre a estereotipicalidade dos traços e o grupo-alvo foi significativa, $F(1,156)=6,68$, $p<0,011$. A tripla interação entre o grupo dos participantes, a estereotipicalidade dos traços e o grupo-alvo foi também significativa, indicando uma assimetria nos efeitos de homogeneidade, $F(1,156)=7,31$, $p<0,008$. Quanto aos efeitos da valência dos traços, os participantes descreveram ambos os grupos atribuindo percentagens superiores de traços positivos do que de traços negativos, $F(1,156)=153,35$, $p<0,0001$. A interação entre a valência dos traços e o grupo-alvo foi significativa, $F(1,156)=4,95$, $p<0,028$. Verificou-se igualmente uma tripla interação entre o grupo dos participantes, a valência dos traços e o grupo-alvo, apontando para uma assimetria nos efeitos de favoritismo, $F(1,156)=8,29$, $p<0,005$. Verificou-se ainda uma quádrupla interação entre o grupo do participante, o grupo-alvo, a estereotipicalidade dos traços e a valência dos traços, $F(1,156)=79,48$, $p<0,0001$.

²⁰ Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,158)=65,63$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,158)=19,14$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,158)=60,64$, $p<0,0001$.

²¹ Efeito grupo-alvo, $F(1,158)=8,76$, $p<0,004$. Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,158)=8,55$, $p<0,004$. Contrastes: angolanos, $F(1,158)=13,11$, $p<0,0001$; portugueses não significativo.

Estas novas medidas de favoritismo endogrupal foram submetidas a análises de variância multivariadas, tal como as anteriores. No que respeita à medida baseada exclusivamente nos traços estereotípicos, globalmente verificou-se um favoritismo endogrupal significativo. No entanto, verificou-se também uma assimetria em função do grupo dos participantes: os angolanos face a traços estereotípicos favoreceram o endogrupo enquanto que os portugueses face a traços estereotípicos favoreceram o exogrupo²².

Tabela 21 – Médias e desvios-padrão das medidas de favoritismo controlando a estereotipicalidade dos traços.

Favoritismo	Participantes					
	Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
Traços Estereotípicos	39,15 (24,85)	3,36 (26,55)	14,91 (23,46)	31,30 (30,09)	23,19 (26,51)	21,87 (31,75)
Traços Contra-Estereotípicos	9,44 (37,64)	16,31 (37,65)	24,36 (25,86)	10,74 (34,18)	19,29 (31,08)	12,62 (35,37)

Legenda: Favoritismo = (Média dos traços positivos – Média dos traços negativos); Favoritismo nos traços estereotípicos = (Média dos traços estereotípicos positivos – Média dos traços estereotípicos negativos); Favoritismo nos traços contra-estereotípicos = (Média dos traços contra-estereotípicos positivos – Média dos traços contra-estereotípicos negativos).

No que respeita à medida baseada exclusivamente nos traços contra-estereotípicos, globalmente não se verificou um favoritismo endogrupal significativo. Os participantes portugueses face a traços contra-estereotípicos favoreceram o endogrupo enquanto que os participantes angolanos face a traços contra-estereotípicos não estabeleceram diferenças significativas entre o endogrupo o exogrupo.

Assim, os participantes angolanos e os portugueses apresentaram estratégias diferenciadas de favoritismo em relação ao endogrupo ou ao exogrupo, em função do carácter estereotípico ou contra-estereotípico dos traços em causa. Os participantes angolanos face a traços estereotípicos favoreceram o endogrupo, mas face a traços contra-estereotípicos não favoreceram nem o endogrupo nem o exogrupo. Em contrapartida, os participantes portugueses face a traços estereotípicos favoreceram o exogrupo, mas face a traços contra-estereotípicos favoreceram o endogrupo.

5.1.3 Assimétrias nas estratégias de diferenciação interpessoal

Na tarefa de auto-descrição os participantes foram confrontados de novo com os quatro atributos usados anteriormente para descrever o endogrupo e o exo-

²² Efeito grupo-alvo, $F(1,158)=9,06$, $p<0,003$. Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,158)=67,51$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,158)=47,86$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,158)=19,84$, $p<0,001$.

grupo, sendo-lhes pedido para se descreverem a si próprios. A partir desta tarefa foram calculadas três medidas seguindo o procedimento de Park e Judd (1990). A medida *auto-estereotipização* reflecte a diferença entre a média obtida na auto-descrição nos atributos estereotípicos e nos atributos contra-estereotípicos: valores elevados indicam maior conformidade com o estereótipo endogrupal. A medida *auto-favoritismo* reflecte a diferença entre os atributos positivos e negativos na auto-descrição: valores elevados indicam que os participantes se descrevem a si próprios recorrendo preferencialmente aos traços positivos. A medida *auto-diferenciação* reflecte a distância absoluta entre a média obtida na auto-descrição e a média atribuída ao endogrupo: valores baixos indicam que os participantes se descrevem a si próprios e ao endogrupo de forma muito semelhante.

A Tabela 22 apresenta as médias e desvios-padrão de diversas medidas derivadas da tarefa de auto-descrição. A auto-estereotipização indica até que ponto o indivíduo se descreve de forma consonante com os traços estereotípicos do endogrupo (traços estereotípicos *vs.* traços contra-estereotípicos). Globalmente, o efeito da estereotipicalidade dos traços não foi estatisticamente significativo. Verificou-se uma assimetria em função do grupo dos participantes: os angolanos descreveram-se a si próprios recorrendo mais aos traços estereotípicos do endogrupo ($M=58,52$) do que aos traços contra-estereotípicos ($M=45,55$), enquanto que os portugueses se descreveram a si próprios recorrendo mais aos traços contra-estereotípicos do endogrupo ($M=60,47$) do que aos traços estereotípicos ($M=49,46$)²³.

Estes resultados demonstram que os participantes angolanos se descrevem a si próprios de forma consonante com os estereótipos do endogrupo enquanto os participantes portugueses preferem descrever-se de uma forma dissonante com os estereótipos do endogrupo. Isto é, os participantes portugueses enfatizam a sua diferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença, enquanto que os participantes angolanos enfatizam a indiferenciação interpessoal dentro do endogrupo, o que vai ao encontro das nossas hipóteses.

Esta assimetria nos padrões de diferenciação dos indivíduos face ao seu grupo de pertença parece ir ao encontro dos resultados obtidos nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida: os participantes angolanos homogeneizam o endogrupo e enfatizam a indiferenciação do *self* face ao grupo de pertença, enquanto que os participantes portugueses heterogeneizam o endogrupo e enfatizam a diferenciação do *self* face ao grupo de pertença.

O auto-favoritismo indica até que ponto o indivíduo se descreve a si próprio recorrendo preferencialmente a traços positivos ou a traços negativos. O auto-favoritismo foi significativo para a globalidade da amostra: os indivíduos descreve-

²³ Efeito estereotipicalidade dos traços x grupo do participante, $F(1,161)=36,00$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,161)=15,89$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,161)=22,50$, $p<0,0001$.

ram-se a si próprios recorrendo mais aos traços positivos ($M=68,65$) do que aos traços negativos ($M=39,22$), sendo este efeito forte para ambos os grupos²⁴.

Tabela 22 – Médias e desvios-padrão das medidas de auto-descrição

Medidas	Participantes		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
Traços estereotípicos	58,52 (17,15)	49,46 (15,01)	52,52 (16,29)
Traços contra-estereotípicos	45,55 (17,88)	60,47 (15,47)	55,44 (17,74)
Auto-estereotipização	12,96 (26,77)	-11,01 (22,66)	- 2,92 (26,60)
Traços positivos	70,64 (16,00)	67,63 (13,11)	68,65 (14,17)
Traços negativos	33,44 (21,34)	42,19 (17,49)	39,22 (19,27)
Auto-favoritismo	37,20 (30,18)	25,58 (23,14)	29,52 (26,24)
Auto-diferenciação	22,75 (13,56)	20,79 (9,76)	21,46 (11,19)

Nota: *Auto-estereotipização* = (Média dos traços estereotípicos – Média dos traços contra-estereotípicos);

Auto-favoritismo = (Média dos traços positivos – Média dos traços negativos); *Auto-diferenciação* = Distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo.

Contrariamente às nossas expectativas, a *auto-diferenciação* – distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo – não variou significativamente em função do grupo dos participante. Tendo em conta os resultados obtidos com as medidas anteriores podemos deduzir que, embora a distância das auto-descrições face à média do endogrupo seja equivalente para participantes portugueses e angolanos, tal deve-se a uma aproximação dos angolanos dos traços estereotípicos do endogrupo e a uma aproximação dos portugueses dos traços contra-estereotípicos do endogrupo.

Para verificarmos esta hipótese, recalculámos a medida de *auto-diferenciação* em função do carácter estereotípico ou contra-estereotípico dos traços. Paralelamente, para verificarmos se a distância face ao endogrupo era afectada pelo carácter positivo ou negativo dos traços, isto é, recalculámos a medida de *auto-diferenciação* tendo em conta a valência dos traços. As médias destas medidas são apresentadas na Tabela 23.

²⁴ Efeito valência dos traços, $F(1,160)=216,19$ $p<0,0001$. Efeito valência dos traços x grupo dos participantes, $F(1,160)=7,41$, $p<0,007$. Contrastes: angolanos, $F(1,160)=111,47$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,160)=105,72$, $p<0,0001$.

A medida de auto-diferenciação em função da estereotipicidade dos traços indica até que ponto a distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo é maior para os traços estereotípicos ou para os traços contra-estereotípicos. Globalmente, o efeito da estereotipicidade dos traços não foi estatisticamente significativo. Para os participantes angolanos a auto-diferenciação foi significativamente menor nos traços estereotípicos ($M=20,38$) do que nos traços contra-estereotípicos ($M=25,13$), enquanto que para os participantes portugueses a auto-diferenciação não foi significativamente diferente em função da estereotipicidade dos traços²⁵.

Tabela 23 – Médias e desvios-padrão das medidas de auto-diferenciação em função da estereotipicidade e da valência dos traços

Auto-diferenciação	Grupo dos participantes		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
Traços estereotípicos	20,38 (16,03)	21,69 (12,73)	21,24 (13,91)
Traços contra-estereotípicos	25,13 (16,64)	19,96 (11,58)	21,72 (13,68)
Traços positivos	19,22 (14,24)	16,57 (11,19)	17,47 (12,33)
Traços negativos	26,29 (16,78)	24,52 (12,75)	25,28 (14,09)

Legenda: *Auto-diferenciação* = distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo.

A medida de auto-diferenciação em função da valência dos traços indica até que ponto a distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo é maior para os traços positivos ou para os traços negativos. Globalmente, as auto-descrições dos participantes foram significativamente mais próximas da tendência central do endogrupo nos traços positivos ($M=17,47$) do que nos traços negativos ($M=25,28$), independentemente do grupo dos participantes²⁶.

Assim, a principal diferença nas estratégias de diferenciação pessoal face ao endogrupo dá-se ao nível da estereotipicidade dos traços: os angolanos distanciam-se mais da tendência central do endogrupo quando são confrontados com traços contra-estereotípicos do que quando confrontados com traços estereotípicos, enquanto que portugueses se distanciam mais face aos traços estereotípicos do que contra-estereotípicos, embora esta diferença não seja estatisticamente signi-

²⁵ Efeito estereotipicidade dos traços x grupo do participante, $F(1,160)=6,06$, $p<0,015$. Contrastes: angolanos $F(1,160)=4,94$, $p<0,028$; portugueses não significativo.

²⁶ Efeito valência dos traços: $F(1,159)=42,97$, $p<0,0001$.

ficativa. No que respeita à valência dos traços, os dois grupos de participantes apresentam estratégias semelhantes: ambos se aproximam da tendência central do endogrupo nos traços positivos e se distanciam da tendência central do endogrupo nos traços negativos.

5.1.4 Assimetrias nos níveis de identificação e de contacto entre os grupos

No questionário foram colocadas algumas questões para averiguar os níveis de identificação e os níveis de contacto com o endogrupo e o exogrupo. No que respeita ao *nível de identificação*, foi pedido aos participantes para avaliarem em que medida se sentiam identificados com o ‘grupo dos angolanos’ e com o ‘grupo dos portugueses’, através de uma escala de sete pontos (1= ‘nada identificado’; 7= ‘muito fortemente’).

Os valores relativos aos níveis de identificação endogrupal e exogrupal, foram analisados através de análise de variância, tendo o grupo-alvo como variável dependente e o grupo dos participantes como variável independente. No caso dos participantes angolanos analisámos também a influência do tempo de permanência no país de acolhimento nos níveis de identificação, como adiante se explica.

A Tabela 24 apresenta os valores referentes aos níveis de identificação grupal. Globalmente, os participantes identificam-se mais fortemente com o endogrupo do que com o exogrupo. Embora ambos os grupos tenham declarado um nível de identificação endogrupal significativamente superior ao nível de identificação exogrupal, esta diferença foi mais acentuada nos participantes portugueses ($M=5,93$ para o endogrupo e $=2,55$ para o exogrupo) do que para os participantes angolanos ($M=5,73$ para o endogrupo e $=3,37$ o exogrupo)²⁷.

Como podemos constatar, a diferença entre os participantes angolanos e portugueses deve-se sobretudo ao nível de identificação com o exogrupo, que é significativamente superior nos angolanos. O nível de identificação com o endogrupo não difere significativamente em função do grupo dos participantes. Como foi referido na introdução, por um lado, tendo em conta os resultados de pesquisa anterior sobre os níveis de identificação dos membros de grupos dominantes ou de grupos dominados, esperaríamos encontrar um nível de identificação endogrupal superior para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses. Por outro lado, tratando-se de um grupo imigrante poderia dar-se o fenómeno inverso, dependendo das estratégias de adaptação à sociedade de acolhimento.

²⁷ Efeito grupo-alvo, $F(1,157)=253,62$, $p<0,0001$. Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,157)=7,80$, $p<0,006$. Contrastes: angolanos, $F(1,157)=65,29$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,157)=57,93$, $p<0,0001$.

Tabela 24 – Médias e desvios-padrão dos níveis de identificação em função do grupo do participante

Nível de identificação	Participantes		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
Endogrupo	5,73 (1,38)	5,93 (1,13)	5,86 (1,22)
Exogrupo	3,37 (1,80)	2,55 (1,25)	2,83 (1,51)

Nota: Nível de identificação: 'Eu sinto-me identificado com o grupo dos [angolanos/portugueses]...' (1=absolutamente nada; 7=muito fortemente)

Colocámos a hipótese dos níveis de identificação dos participantes angolanos com o endogrupo e com o exogrupo variarem em função do seu tempo de permanência em Portugal. De facto, constatámos que alguns dos participantes angolanos vieram com idades muito jovens para Portugal e aqui viveram os períodos mais marcantes de socialização. Para analisar esta hipótese dividimos a amostra dos estudantes angolanos em dois grupos (com base no valor da mediana da variável tempo de permanência em Portugal): aqueles que residem há menos de 6 anos em Portugal; e aqueles que residem há mais de 6 anos em Portugal. A Tabela 25 apresenta as médias dos níveis de identificação endogrupal e exogrupal dos participantes angolanos em função do tempo de permanência em Portugal.

Tabela 25 – Médias e desvios-padrão dos níveis de identificação dos participantes angolanos em função do tempo de permanência em Portugal

Nível de identificação	Tempo de permanência em Portugal		
	Menos de 6 anos (N=30)	Mais de 6 anos (N=25)	Total (N=55)
Endogrupo	6,23 (0,97)	5,05 (1,62)	5,73 (1,38)
Exogrupo	3,00 (1,65)	3,77 (2,02)	3,37 (1,80)

Nota: Nível de identificação: 'Eu sinto-me identificado com o grupo dos [angolanos/portugueses]...' (1=absolutamente nada; 7=muito fortemente).

Globalmente, os participantes angolanos, independentemente do tempo de permanência em Portugal, declararam sentir-se mais identificados com o endogrupo do que o exogrupo. Tal como prevíamos, esta diferença é mais acentuada para os angolanos a residir em Portugal há menos de 6 anos do que para os que residem há mais de 6 anos²⁸.

O nível de identificação endogrupal é significativamente superior para os angolanos que residem em Portugal há menos de 6 anos ($M=6,23$) do que para os

²⁸ Efeito grupo-alvo: $F(1,49)=7,57$, $p<0,008$. Efeito grupo-alvo x tempo de permanência em Portugal, $F(1,49)=39,82$, $p<0,0001$. Contrastes: menos de 6 anos, $F(1,49)=47,60$, $p<0,0001$; mais de 6 anos, $F(1,49)=5,57$, $p<0,0001$.

angolanos que residem em Portugal há mais de 6 anos ($M=5,05$). Quanto ao nível de identificação exogrupal, embora seja superior para os angolanos que residem em Portugal há mais de 6 anos ($M=3,77$) do que para os angolanos que residem em Portugal há menos de 6 anos ($M=3,00$), esta diferença não é estatisticamente significativa²⁹.

Assim, tal como prevíamos, o nível de identificação endogrupal dos angolanos é menor quanto maior o seu tempo de permanência em Portugal. De notar que o nível de identificação endogrupal dos angolanos que residem em Portugal há menos tempo ($M=6,23$) é superior ao nível de identificação endogrupal dos portugueses ($M=5,93$), o que vai ao encontro dos estudos que salientam a grande centralidade da identificação endogrupal nos membros dos grupos dominados (Cabecinhas, 1996).

Para analisar o impacto da identificação grupal nos efeitos de homogeneidade e nos efeitos de favoritismo, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (identificação endogrupal e identificação exogrupal), dividindo assim os participantes em ‘fortemente identificados’ e ‘fracamente identificados’³⁰. Analisámos o impacto dos níveis de identificação endogrupal e exogrupal em diversas medidas de variabilidade grupal percebida e nas duas medidas de favoritismo endogrupal através de análises de variância multivariada, tendo a identificação endogrupal, a identificação exogrupal e o grupo do participante como variáveis inter-participantes e o grupo-alvo como variável intra-participante.

No que respeita às medidas de variabilidade grupal percebida, globalmente não encontramos evidência para uma mediação do grau de identificação endogrupal e do grau de identificação exogrupal. Nas análises efectuadas com as medidas de favoritismo endogrupal, verificou-se que quanto maior o grau de identificação exogrupal menor o favoritismo endogrupal: os participantes com baixa identificação exogrupal apresentam um favoritismo endogrupal significativo enquanto que nos participantes com alta identificação exogrupal o favoritismo endogrupal não foi significativo³¹. Assim, os resultados apontam para uma mediação do favoritismo endogrupal pelo grau de identificação exogrupal (mas não pelo grau de identificação endogrupal).

Quanto ao *nível de contacto*, foi pedido aos participantes para estimarem o nível de contacto com o endogrupo e com o exogrupo através de três escalas de

²⁹ Efeito do tempo de permanência no nível de identificação endogrupal, $F(1,50)=10,878$, $p<0,002$.

³⁰ Para os participantes angolanos a mediana da identificação endogrupal foi =6 e a mediana da identificação exogrupal foi =3. Para os participantes portugueses a mediana da identificação endogrupal foi =6 e a mediana da identificação exogrupal foi =2,00.

³¹ Efeito grupo-alvo x identificação exogrupal, $F(1,150)=9,55$, $p<0,002$. Contrastes: baixa identificação exogrupal, $F(1,150)=11,26$, $p<0,001$; alta identificação exogrupal não significativo.

sete pontos e uma questão aberta³². Os valores referentes aos níveis de contacto – o *nível de familiaridade* (correspondente à média das três escalas) e o *número de amigos* – foram submetidos a análises de variância multivariada similares às efectuadas com os níveis de identificação. Os valores correspondentes ao nível de familiaridade (média das três escalas) são apresentados na Tabela 26.

Globalmente, os participantes demonstraram maior familiaridade com o endogrupo do que ao exogrupo. Os participantes angolanos atribuem maior familiaridade ao endogrupo (M=5,50) do que ao exogrupo (M=4,53), mas esta diferença é ainda mais acentuada para os participantes portugueses (M=6,33 para o endogrupo e M=2,21 para o exogrupo)³³.

Tabela 26 – Médias e desvios-padrão do nível de familiaridade entre os grupos

Nível de familiaridade	Participantes		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
Endogrupo	5,50 (1,38)	6,33 (0,68)	6,05 (1,05)
Exogrupo	4,53 (1,59)	2,21 (1,21)	2,99 (1,74)

Nota: Os valores podiam variar entre 1 e 7; quanto mais elevados maior o nível de contacto com o grupo.

Os participantes de ambos os grupos declararam ter mais amigos do endogrupo do que do exogrupo, sendo a diferença entre o número de amigos do endogrupo e do exogrupo mais pronunciada para os participantes angolanos³⁴. Pensamos que tal se deve a uma interpretação diferencial do termo ‘amigo’ que é mais alargado para os participantes angolanos.

Tabela 27 – Médias e desvios-padrão do número de amigos do endogrupo e do exogrupo

Número de amigos	Grupo do participante		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
Endogrupo	185,35 (529,88)	45,74 (82,29)	91,35 (315,14)
Exogrupo	44,71 (142,94)	2,56 (3,67)	16,34 (83,63)

Tal como efectuámos em relação aos níveis de identificação, analisámos os níveis de contacto endogrupal e exogrupal dos participantes angolanos em função do seu tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos *vs.* mais de 6

³² As questões eram as seguintes: ‘Gostáramos de saber qual é o seu grau de familiaridade com os angolanos/portugueses. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião. O seu contacto com os angolanos/portugueses é ... (1=muito distante; 7=muito próximo). Costuma convidar angolanos/portugueses para sair? (1=nunca; 7=sempre). Costuma convidar angolanos/portugueses para ir a sua casa? (1=nunca; 7=sempre). Quantos amigos angolanos/portugueses você tem? (questão aberta).

³³ Efeito grupo-alvo, $F(1,161)=324,45$, $p<0,0001$. Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,161)=123,54$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,161)=17,95$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,161)=628,59$, $p<0,0001$.

³⁴ Efeito grupo-alvo, $F(1,145)=17,63$, $p<0,0001$. Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,145)=5,12$, $p<0,025$. Contrastes: angolanos, $F(1,145)=19,19$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,145)=8,13$, $p<0,005$.

anos). A Tabela 28 apresenta as médias dos níveis de familiaridade endogrupal e exogrupal dos participantes angolanos em função do tempo de permanência em Portugal.

Tabela 28 – Médias e desvios-padrão respeitantes aos níveis de familiaridade dos participantes angolanos em função do tempo de permanência em Portugal

Nível de familiaridade	Tempo de permanência em Portugal		
	Menos de 6 anos (N=30)	Mais de 6 anos (N=25)	Total (N=55)
Endogrupo	5,82 (1,19)	5,08 (1,59)	5,50 (1,38)
Exogrupo	3,99 (1,55)	5,24 (1,32)	4,53 (1,59)

Nota: Os valores podiam variar entre 1 e 7; quanto mais elevados maior o nível de contacto com o grupo.

Globalmente os participantes angolanos apresentam maiores níveis de familiaridade com o endogrupo do que o exogrupo. No entanto, essa diferença só foi significativa para os angolanos a residir em Portugal há menos de 6 anos³⁵. O nível de familiaridade exogrupal é significativamente superior para os angolanos que residem em Portugal há mais de 6 anos ($M=5,24$) do que para os angolanos que residem em Portugal há menos de 6 anos ($M=3,99$). Quanto ao nível de familiaridade endogrupal, embora seja superior para os angolanos que residem em Portugal há menos de 6 anos ($M=5,82$) do que para os angolanos que residem em Portugal há mais de 6 anos ($M=5,08$), esta diferença é apenas tendencialmente significativa³⁶.

Resumindo, os angolanos que residem há mais tempo em Portugal apresentam níveis de familiaridade com os portugueses significativamente superiores aos angolanos que residem há menos tempo no país. Quanto aos níveis de familiaridade com o endogrupo dá-se o processo inverso, embora de forma menos significativa: os angolanos que vivem há mais tempo em Portugal referem ter menor contacto com outros angolanos do que aqueles que residem neste país há menos tempo. Comparando a evolução dos níveis de identificação e dos níveis de familiaridade com o exogrupo, verificamos que estes evoluem na mesma direcção: à medida que aumenta o contacto com os portugueses, aumenta também o nível de identificação dos angolanos com o exogrupo.

Os níveis de contacto endogrupal e exogrupal constituem potenciais mediadores da variabilidade grupal percebida e do favoritismo. Para analisar o impacto dos níveis de contacto nos efeitos de homogeneidade e no favoritismo endogrupal, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em

³⁵ Efeito grupo-alvo, $F(1,50)=8,36$, $p<0,006$. Efeito grupo-alvo x tempo de permanência em Portugal, $F(1,50)=12,04$, $p<0,001$. Contrastes: menos de 6 anos, $F(1,50)=23,92$, $p<0,0001$; mais de 6 anos não significativo.

³⁶ Efeito do tempo de permanência em Portugal na familiaridade exogrupal, $F(1,50)=9,394$, $p<0,004$. Efeito do tempo de permanência em Portugal na familiaridade endogrupal, $F(1,50)=3,765$, $p<0,058$.

conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (contacto endogrupal e contacto exogrupal), dividindo assim os participantes conforme o alto ou baixo nível de contacto³⁷. Analisámos o impacto do grau de contacto endogrupal e exogrupal em diversas medidas de variabilidade grupal percebida e nas medidas de favoritismo endogrupal.

Nas diversas análises de variância efectuadas com as medidas de variabilidade grupal percebida não encontramos evidência para uma mediação pelos níveis de contacto endogrupal e exogrupal. No que respeita ao favoritismo endogrupal, verificou-se uma assimetria em função do grupo dos participantes: para os participantes angolanos quanto maior o nível de contacto com os portugueses menor o favoritismo endogrupal; para os participantes portugueses o nível de favoritismo endogrupal não difere significativamente em função do nível de contacto com os angolanos³⁸. Assim, o nível de contacto exogrupal parece ser um mediador do favoritismo endogrupal, mas o seu efeito só é significativo para os angolanos.

5.1.5 Assimetrias nas estratégias de diferenciação intra e intergrupais

Um dos objectivos desta pesquisa foi a análise do papel do estatuto relativo dos grupos na percepção da homogeneidade grupal. Uma vez que a magnitude dos efeitos de homogeneidade depende do tipo de medidas utilizadas (Ostrom e Sedikides, 1992), testámos a hipótese da assimetria nos efeitos de homogeneidade recorrendo a diferentes tipos de medidas. Utilizámos medidas não-obstrusivas derivadas de uma tarefa de recordação da informação recebida e medidas mais directas derivadas de um questionário.

Na tarefa de recordação iniciada verificou-se um forte efeito de categorização. Os participantes de ambos os grupos mostraram uma maior tendência para confundir a informação acerca dos membros de um mesmo grupo-alvo do que a informação referente a membros de grupos-alvo distintos, isto é, estruturaram a informação a partir da pertença *étnica* das pessoas-estímulo.

No que respeita aos efeitos de homogeneidade, a comparação entre os diferentes tipos de erros intragrupal evidenciou uma assimetria em função do estatuto relativo dos grupos em presença. Consistentemente com as nossas hipóteses, os participantes portugueses demonstraram um forte efeito de homogeneidade do exogrupo, isto é, confundiram muito mais a informação respeitante às pessoas-estímulo angolanas (exogrupo) do que a informação respeitante às pessoas-estímulo portuguesas (endogrupo), enquanto que os participantes angolanos confundiram igualmente a informação respeitante ao endogrupo e ao exogru-

³⁷ Para os participantes angolanos a mediana do contacto endogrupal foi =6 e a mediana do contacto exogrupal foi =4,67. Para os participantes portugueses a mediana do contacto endogrupal foi =6,33 e a mediana do contacto exogrupal foi =2,00.

³⁸ Efeito grupo-alvo x contacto exogrupal, $F(1,154)=4,29$, $p<0,040$]. Contrastes: angolanos, $F(1,154)=3,89$, $p<0,050$; portugueses não significativo.

po. Assim, globalmente, as pessoas-estímulo angolanas foram mais homogeneizadas do que as pessoas-estímulo portuguesas.

A hipótese da assimetria dos efeitos de homogeneidade em função do estatuto dos grupos foi também verificada através das medidas ‘directas’ obtidas a partir do questionário. A medida de estereotipização, baseada na diferença de atribuição de traços estereotípicos e contra-estereotípicos, revelou um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo, isto é, os participantes atribuíram mais traços estereotípicos ao exogrupo do que ao endogrupo e atribuíram mais traços contra-estereotípicos ao endogrupo do que ao exogrupo. Este efeito foi fortemente significativo para os portugueses, mas não foi significativo para os angolanos.

Foi encontrado um padrão de resultados semelhante com a medida de amplitude percebida. O efeito de homogeneidade do exogrupo foi muito significativo para os participantes portugueses – estes atribuíram uma maior diferença entre os membros extremos ao endogrupo do que ao exogrupo – mas não foi significativo para os participantes angolanos.

A medida de *variabilidade global* foi a única em que se registou um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo para ambos os grupos, embora menos pronunciado para os participantes angolanos.

Resumindo, as diferentes medidas de variabilidade grupal percebida produziram um padrão consistente de resultados. De acordo com as nossas previsões, em todas as medidas os participantes portugueses exibiram um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo, enquanto que os participantes angolanos homogeneizaram de forma similar o exogrupo e o endogrupo (com a excepção da medida de *variabilidade global*).

Globalmente, os membros do grupo dominado foram mais homogeneizados do que os membros do grupo dominante. Este padrão de resultados foi encontrado com medidas ligadas aos estereótipos grupais (*estereotipização*), mas também com medidas sem conexão directa com os estereótipos (*amplitude percebida*). A medida mais directa (*variabilidade global*) foi a única em que se observou um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo para ambos os grupos de participantes, o que poderá dever-se ao efeito de desejabilidade social.

Outro dos nossos objectivos era analisar o favoritismo pelo grupo de pertença e investigar a relação entre este fenómeno e os efeitos de homogeneidade. Como já referimos, a pesquisa sobre a relação entre estes fenómenos tem dado origem a resultados muito inconsistentes (Brewer, 1993; Judd *et al.*, 1995). Avançamos com a hipótese de que a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo seja moderada pelo estatuto relativo dos grupos – variável que tem sido negligenciada na investigação anterior.

Nesta investigação, a medida de favoritismo endogrupal foi baseada na atribuição diferencial de traços positivos e de traços negativos ao endogrupo e ao exogrupo. A análise dos resultados evidenciou que o favoritismo endogrupal foi sig-

nificativo para a globalidade da amostra, isto é, os participantes atribuíram uma média superior de traços positivos e uma média inferior de traços negativos ao endogrupo comparativamente com o exogrupo. Esta diferença foi muito significativa para os participantes angolanos, mas não foi estatisticamente significativa para os participantes portugueses.

Resultados semelhantes foram obtidos por Judd e colaboradores (1995) numa investigação sobre a percepção de variabilidade grupal e etnocentrismo com *afro-americanos* e *euro-americanos*: o etnocentrismo foi significativo nos participantes afro-americanos enquanto que os participantes euro-americanos se mostraram ligeiramente mais favoráveis face ao exogrupo do que face ao endogrupo. Segundo os autores, este resultado pode ser explicado pelos diferentes padrões de socialização: os afro-americanos e os euro-americanos atribuem um significado diferente à identidade *étnica*. Os membros das minorias étnicas são socializados no sentido de considerar a pertença étnica como uma componente importante do seu auto-conceito, para encarar a etnicidade como algo a ser salientado em vez de ignorado. Em contraste, os euro-americanos são actualmente socializados para evitar fazer distinções com base na pertença étnica. Segundo a perspectiva da socialização diferencial, os euro-americanos não manifestaram etnocentrismo porque teriam interiorizado os valores *color-blind* (Judd *et al.*, 1995: 470).

Tal como na presente investigação, os resultados obtidos por Judd e colaboradores sugerem uma relação não linear entre o favoritismo pelo grupo de pertença e a percepção da variabilidade grupal. No entanto, no que respeita ao etnocentrismo, a interpretação fornecida por estes autores parece esquecer que os membros dos grupos dominados são marcados pela sua pertença, isto é, a sociedade está sempre a torná-la saliente (Amâncio, 1998). Por outro lado, os membros do grupo dominante podem não ter interiorizado os valores da perspectiva *color-blind*, mas apenas agir em conformidade com ela numa estratégia de auto-apresentação consonante com as normas sociais em vigor.

Este padrão de resultados, algo surpreendente, obtido com as medidas de favoritismo, tornou-se claro quando procedemos à operacionalização de novas medidas: desdobrámos as medidas da variabilidade grupal percebida em função da valência dos traços (separadamente para traços positivos e para traços negativos) e desdobrámos as medidas de favoritismo em função da estereotipicalidade dos traços (separadamente para traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos). Estas novas medidas permitiram-nos verificar que os dois grupos de participantes optaram por estratégias diferenciadas de homogeneização ou heterogeneização em função da valência dos traços de que dispunham para proceder à descrição do endogrupo e do exogrupo. Os participantes angolanos face a traços positivos homogeneizaram o endogrupo comparativamente ao exogrupo, mas face a traços negativos heterogeneizaram o endogrupo comparativamente ao exogrupo. Em contrapartida, os participantes portugueses face a traços positivos heterogeneiza-

ram o endogrupo comparativamente ao exogrupo, mas face a traços negativos, não estabeleceram uma diferenciação entre o endogrupo e o exogrupo.

As estratégias de favoritismo dos dois grupos também foram diferenciadas em função da estereotypicalidade dos traços de que dispunham para proceder à descrição do endogrupo e do exogrupo. Os participantes angolanos demonstraram favoritismo endogrupal nos traços estereotípicos, mas não favoreceram nenhum dos grupos face a traços contra-estereotípicos. Em contrapartida, os portugueses demonstraram favoritismo exogrupal nos traços estereotípicos, mas demonstraram favoritismo endogrupal face a traços contra-estereotípicos.

Assim, os participantes angolanos e os participantes portugueses apresentaram estratégias diferenciadas de favoritismo em função do carácter estereotípico ou contra-estereotípico dos traços em causa. Os participantes angolanos face a traços estereotípicos favoreceram o endogrupo, mas face a traços contra-estereotípicos não favoreceram nenhum dos grupos. Em contrapartida, os participantes portugueses face a traços estereotípicos favoreceram o exogrupo, mas face a traços contra-estereotípicos favoreceram o endogrupo. Isto é, para os angolanos parece ser mais importante reforçar uma identidade grupal coesa nos traços estereotípicos, mesmo que isso se traduza numa homogeneização do endogrupo, enquanto que para os participantes portugueses parece ser mais importante heterogeneizar o endogrupo, mesmo que isso contribua para uma imagem menos positiva do endogrupo face ao exogrupo.

Em consonância com as nossas hipóteses, estes resultados demonstram que não existe uma relação linear entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal: esta relação depende do estatuto dos grupos em presença e das suas estratégias de diferenciação positiva. Para os participantes portugueses a ‘diferenciação positiva’ é conseguida através da afirmação da heterogeneidade endogrupal (‘nós somos todos diferentes’), mesmo que isso implique abdicar de traços estereotípicos positivos, enquanto que para os angolanos a ‘diferenciação positiva’ é conseguida através da reivindicação de traços estereotípicos positivos e da negação dos traços estereotípicos negativos, contribuindo assim para a homogeneização do endogrupo.

Neste estudo pretendíamos ainda explorar o papel mediador de algumas variáveis na percepção da variabilidade grupal e no favoritismo endogrupal: a representação do *self*; os níveis de identificação endogrupal e exogrupal; e os níveis de contacto endogrupal e exogrupal.

Através de uma tarefa de auto-descrição averiguámos até que ponto o estatuto relativo dos grupos em presença se reflecte na forma como o indivíduo se descreve em conformidade com os traços estereotípicos do endogrupo. Em consonância com as nossas hipóteses, os participantes angolanos descreveram-se a si próprios de forma consonante com os estereótipos do endogrupo (recorrendo mais aos traços estereotípicos do endogrupo do que aos traços contra-estereotípicos) enquanto que os participantes portugueses preferiram descrever-se de

uma forma dissonante com os estereótipos do endogrupo. Isto é, os membros do grupo dominante enfatizaram a sua diferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença, enquanto que os membros do grupo dominado enfatizaram a indiferenciação interpessoal dentro do endogrupo (e.g., Deschamps, 1982; Lorenzi-Cioldi, 1988).

Esta assimetria nos padrões de diferenciação dos indivíduos face ao seu grupo de pertença parece ir ao encontro dos resultados obtidos nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida: os membros do grupo dominado homogeneizaram o endogrupo e enfatizaram a indiferenciação do *self* face ao grupo de pertença, enquanto que os membros do grupo dominante heterogeneizaram o endogrupo e enfatizaram a diferenciação do *self* face ao grupo de pertença.

Quanto à valência dos traços, tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses se descrevem a si próprios recorrendo mais aos traços positivos do que aos traços negativos, o que vai ao encontro da norma da positividade nas descrições de pessoas e de grupos (Sears, 1983).

Contrariamente às nossas expectativas, a auto-diferenciação (distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo) não variou significativamente em função do grupo dos participantes. Embora a auto-diferenciação tenha sido equivalente para participantes portugueses e angolanos, tal deveu-se a uma aproximação dos angolanos dos traços estereotípicos do endogrupo e a uma aproximação dos portugueses dos traços contra-estereotípicos do endogrupo. Para os participantes angolanos a auto-diferenciação foi significativamente menor para os traços estereotípicos do que para os traços contra-estereotípicos, enquanto que para os participantes portugueses a auto-diferenciação não foi significativamente diferente para os traços estereotípicos e para os traços contra-estereotípicos.

As auto-descrições dos participantes foram significativamente mais próximas da tendência central do endogrupo nos traços positivos do que nos traços negativos, independentemente do grupo de pertença. No que respeita à valência dos traços, os dois grupos de participantes apresentam estratégias semelhantes: ambos se aproximaram do endogrupo nos traços positivos e se distanciaram do endogrupo nos traços negativos.

Assim, a principal diferença nas estratégias de diferenciação pessoal face ao endogrupo que observamos nos participantes deu-se ao nível da estereotipicidade dos traços: os membros do grupo dominado distanciaram-se mais da tendência central do endogrupo quando confrontados com traços contra-estereotípicos do que quando confrontados com traços estereotípicos, enquanto que os membros do grupo dominante se distanciaram mais face aos traços estereotípicos do que contra-estereotípicos, mas esta diferença não foi estatisticamente significativa.

No que respeita aos níveis de identificação endogrupal e exogrupal, verificámos que ambos os grupos de participantes se identificam mais fortemente com o

endogrupo do que com o exogrupo. Esta diferença é mais acentuada para os participantes portugueses do que para os participantes angolanos.

Colocámos a hipótese dos níveis de identificação endogrupal e exogrupal dos participante angolanos variarem significativamente em função do seu tempo de permanência em Portugal. Tal como prevíamos, o nível de identificação endogrupal dos angolanos é menor quanto maior o seu tempo de permanência em Portugal. De notar que os que residem em Portugal há mais de 6 anos vieram para este país quando crianças ou adolescentes, o que sem dúvida influenciou fortemente o seu processo de socialização. De notar ainda que o nível de identificação endogrupal dos angolanos que residem em Portugal há menos tempo é superior ao nível de identificação endogrupal dos portugueses, o que vai ao encontro dos dados obtidos em estudos anteriores (e.g., Cabecinhas, 1996).

Por último, analisámos os níveis de contacto entre os grupos. Globalmente os participantes consideraram ter maior familiaridade com o endogrupo do que com o exogrupo, sendo esta diferença mais acentuada para os portugueses do que para os angolanos. Para os participantes angolanos, o nível de contacto com os portugueses foi tanto maior quanto maior o seu tempo de permanência Portugal, mas o nível de contacto endogrupal não variou significativamente em função do tempo de permanência em Portugal. Comparando a evolução dos níveis de identificação e dos níveis de familiaridade com o exogrupo, verificámos que estes evoluem na mesma direcção: à medida que aumenta o contacto com os portugueses, aumenta também o nível de identificação dos angolanos com o exogrupo.

Globalmente, não encontramos evidência de mediação da variabilidade grupal percebida pelos níveis de contacto endogrupal e exogrupal, isto é, os efeitos de homogeneidade não variaram significativamente em função do alto ou baixo contacto com os exogrupos. Assim, parece difícil argumentar que o efeito de homogeneidade do exogrupo é uma simples consequência do nível de contacto e da informação recolhida sobre os grupos, como já foi salientado por alguns autores (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1998; Park e Rothbart, 1982).

No que respeita às medidas de favoritismo endogrupal, o nível de contacto exogrupal parece ser um mediador do favoritismo endogrupal, mas o seu efeito só foi significativo para os angolanos: quanto maior o nível de contacto com os portugueses menor o favoritismo endogrupal demonstrado.

Nesta investigação explorámos ainda questões sobre as quais existe certa controvérsia teórica e inconsistência de dados empíricos, como, por exemplo, a relação entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal. Os nossos dados indicam que a relação entre estes fenómenos é moderada pelo estatuto do grupo de pertença. Para os membros do grupo dominado parece ser mais importante reforçar uma identidade grupal coesa nos traços estereotípicos, mesmo que isso se traduza numa homogeneização do endogrupo, enquanto que para os membros do grupo dominante parece ser mais importante heterogeneizar

o endogrupo, mesmo que isso contribua para uma imagem menos positiva do endogrupo face ao exogrupo.

Este parece-nos um dos resultados mais interessantes e inovadores deste estudo. Não conhecemos nenhum outro trabalho que tenha estudado a relação entre estes fenómenos tendo em conta o estatuto relativo dos grupos em presença. Do ponto de vista metodológico efectuámos um considerável esforço para operacionalizar medidas de variabilidade grupal percebida controlando os efeitos de favoritismo e, reciprocamente, para operacionalizar medidas de favoritismo controlando os efeitos da estereotipicalidade dos traços. Sendo um resultado de investigação inédito torna-se necessário replicá-lo em condições diferentes. De facto, neste estudo analisámos a relação entre a variabilidade grupal percebida e o favoritismo endogrupal através de medidas ‘directas’ derivadas do questionário. Parece-nos extremamente pertinente averiguar até que ponto este padrão de resultados pode ser replicado recorrendo a medidas ‘indirectas’ baseadas na memorização diferencial da informação sobre os grupos. Este é um dos objectivos a que o estudo experimental seguinte procura responder.

5.2 Homogeneização de uma minoria étnica

Este estudo foi realizado com o objectivo de replicar alguns dos resultados encontrados no estudo anterior, no sentido de uma maior validação dos mesmos e de um aprofundamento da sua discussão. Assim, os objectivos e hipóteses enunciados no estudo anterior mantêm-se para este estudo. Pretendíamos, ainda, abordar novas questões, nomeadamente verificar a saliência categorial da cor da pele, isoladamente ou conjugada com a classificação nacional utilizada no estudo anterior, e analisar a relação entre as atitudes ou orientações racistas e os processos perceptivos e os juízos sobre os grupos.

No estudo anterior verificou-se uma assimetria nos efeitos de homogeneidade em função do estatuto dos grupos definidos pela nacionalidade: angolanos *vs.* portugueses. Parece-nos, no entanto, relevante verificar se o padrão de resultados encontrado se mantêm quando os grupos são definidos a partir da categorização racial – *brancos vs. negros* –, em que a norma anti-discriminação é mais facilmente activada.

No que respeita especificamente aos efeitos de categorização, pretendemos verificar a saliência da categorização racial (cor da pele), isolada ou conjuntamente com a categorização nacional. A nossa hipótese é que em ambas as situações se verifique um forte efeito de categorização, mas este seja mais acentuado quando os dois sistemas de categorização estão disponíveis (uma vez que estão em consonância com o estereótipo: os portugueses são *brancos* e os angolanos são *negros*).

Os resultados do estudo anterior evidenciaram que a relação entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal é moderada pelo esta-

tuto do grupo de pertença. Sendo um resultado de investigação inédito torna-se necessária a sua replicação, de preferência recorrendo a outro tipo de medidas. No estudo anterior analisámos a relação entre estes dois fenómenos através de medidas ‘directas’ derivadas do questionário. Parece-nos extremamente pertinente averiguar até que ponto o padrão de resultados obtido pode ser replicado recorrendo a medidas ‘indirectas’, baseadas na memorização diferencial da informação sobre os grupos, e por isso menos susceptíveis de controlo da parte dos participantes.

No estudo anterior explorámos o papel mediador de algumas variáveis na percepção da variabilidade grupal: a representação do *self*; os níveis de identificação endogrupal e exogrupal; e os níveis de contacto endogrupal e exogrupal. De um modo geral os resultados apontaram para a inexistência de correlações significativas entre estas variáveis. Neste estudo vamos retomar este objectivo introduzindo algumas alterações na forma como estas variáveis foram medidas, como explicaremos mais adiante.

Apresentados os objectivos deste estudo, passamos à explicitação das diferenças em termos metodológicos relativamente ao estudo anterior. Como referimos, um dos objectivos deste estudo foi a replicação de alguns dos resultados obtidos no estudo anterior, no sentido de uma maior validação dos mesmos, pelo que o desenho experimental adoptado foi bastante idêntico.

Relativamente ao desenho experimental, a principal diferença consistiu no material-estímulo apresentado aos participantes. No estudo anterior as oito pessoas-estímulo (4 angolanas e 4 portuguesas) eram descritas através de quatro características estereotípicas do respectivo grupo, sendo estas descrições moderadamente positivas. As duas versões do material-estímulo diferiam no tipo de características associadas às pessoas-estímulo de cada grupo, mas não diferiam significativamente nem em termos do carácter estereotípico nem em termos da valência avaliativa dessas características. A identificação das pessoas-estímulo era efectuada pelo nome e nacionalidade (e.g., Manuel, angolano; José, português).

Neste estudo foram também usadas duas versões do material-estímulo, mas a diferença entre as versões não reside no tipo de características utilizadas para descrever as pessoas-estímulo, mas sim no tipo de identificação das pessoas-estímulo: na Versão A as pessoas-estímulo são identificadas pela fotografia (*negros vs. brancos*), pelo nome próprio e pela nacionalidade (angolanos *vs.* portugueses); e na Versão B é omitida a nacionalidade, isto é, as pessoas-estímulo são identificadas pela fotografia e pelo nome próprio.

Outra diferença fundamental em relação ao estudo anterior consiste no facto da valência dos traços usados para descrever cada pessoa-estímulo ser sistematicamente controlada e equilibrada, de modo que todas as pessoas-estímulo são descritas de forma globalmente neutra e moderadamente estereotípica: cada pessoa-estímulo é descrita através de um traço positivo, seguido de um traço

neutro, seguido de um traço negativo, seguido de um traço neutro. Esta alteração do desenho experimental permite estudar a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo de forma indirecta.

O questionário aplicado após a tarefa de recordação é semelhante ao utilizado no estudo anterior, mas foram-lhe acrescentadas algumas questões numa tentativa de esclarecer alguns aspectos insuficientemente explorados. As medidas de variabilidade grupal percebida são as mesmas, tendo sido acrescentada uma medida de estimação de semelhança do indivíduo face aos grupos-alvo (endogrupo e exogrupo).

Quanto às medidas de favoritismo, mantiveram-se as do estudo anterior e acrescentaram-se duas medidas de racismo. Como referimos no Capítulo 1, Pettigrew e Meertens (1995) conceberam uma medida de racismo com duas escalas: uma escala de *racismo flagrante*, que inclui as sub-escalas ‘ameaça e rejeição’ e ‘rejeição de intimidade’, e uma escala de *racismo subtil*, que inclui as sub-escalas ‘defesa de valores tradicionais’, ‘negação de emoções positivas’ e ‘acentuação das diferenças culturais’. Estas escalas foram traduzidas para português e aferidas para a população portuguesa por Vala e colaboradores (1999a)³⁹.

Estas escalas foram elaboradas para inquirir membros de grupos majoritários acerca de grupos minoritários nas respectivas sociedades: os franceses sobre os norte-africanos e sobre os asiáticos, os ingleses sobre os antilhanos e sobre os asiáticos, os holandeses sobre os surinameses e sobre os turcos, e os alemães sobre os turcos (Pettigrew e Meertens, 1995); os italianos sobre os marroquinos (Arcuri e Boca, 1999); e os portugueses sobre os imigrantes negros (Vala *et al.*, 1999a).

No entanto, não conhecemos nenhuma escala de racismo preparada para ser respondida também pelos grupos minoritários. Assim, recorreremos às duas únicas sub-escalas que poderiam ser respondidas tanto pelo grupo majoritário (portugueses) como pelo grupo minoritário (angolanos): a ‘acentuação de diferenças culturais’ e a ‘negação da expressão de emoções positivas’, ambas sub-escalas de *racismo subtil* (Pettigrew e Meertens, 1995). Relativamente às medidas dos níveis de identificação e dos níveis de contacto entre os grupos também efectuámos algumas alterações. Acrescentámos ainda uma medida para aferir o nível de diversidade das amizades intergrupais (Vala *et al.*, 1999a).

Participaram neste estudo 137 estudantes, 54 angolanos (25 rapazes e 29 raparigas) e 83 estudantes portugueses (21 rapazes e 62 raparigas), com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos (idade média = 20 anos). Todos os participantes angolanos nasceram em Angola, tendo vindo para Portugal para

³⁹ A versão portuguesa foi-nos gentilmente concedida pelos autores aquando da realização do Seminário Expressões dos Racismos – Perspectivas Psicossociológicas, que decorreu no Palácio da Fronteira em Outubro de 1997.

estudar (83,3%), para trabalhar (3,7%) ou à procura de melhores condições de vida (9,3%). Vieram sozinhos (37,0%), com a família (35,2%) ou com amigos (20,4%). Em média, vivem em Portugal há 5 anos, e 1,3 % adquiriram a nacionalidade portuguesa.

Tal como o anterior, este estudo foi constituído por duas fases. Na primeira fase, foram apresentadas aos participantes as descrições de oito pessoas-estímulo, sendo estes posteriormente confrontados com uma tarefa de recordação da informação recebida. Cada participante recebeu informação referente a oito pessoas-estímulo, quatro *brancas* e quatro *negras*⁴⁰. Tal como no estudo anterior, por razões associadas ao controlo dos dados, utilizámos duas ordens de apresentação das pessoas-estímulo (para aproximadamente metade dos participantes a primeira pessoa-estímulo apresentada era *negra*, sendo seguida de uma *branca* e assim sucessivamente, enquanto que para a outra metade dos participantes a primeira pessoa-estímulo apresentada era *branca*). Utilizámos duas versões do material-estímulo: na Versão A as pessoas-estímulo são identificadas pela fotografia, nome, e nacionalidade; e na Versão B as pessoas-estímulo são identificadas pela fotografia e nome.

As descrições das oito pessoas-estímulo utilizadas nesta experiência foram elaboradas a partir dos resultados do Estudo 3c, em função da estereotipicalidade dos traços e da sua valência avaliativa tendo como referente o estereótipo de pessoa adulta na sociedade portuguesa. Estes traços foram seleccionados tendo em conta os seguintes critérios: a existência de consenso entre os participantes angolanos e portugueses quanto ao carácter estereotípico de cada traço e simultaneamente quanto à sua valência avaliativa⁴¹. Cada pessoa-estímulo foi descrita através de quatro traços estereotípicos do seu grupo de pertença e cuja valência foi sistematicamente controlada: um traço positivo, um traço negativo e dois traços neutros.

Na segunda fase, os participantes responderam a um questionário com medidas ‘directas’ da variabilidade grupal percebida, medidas de favoritismo endogrupal e de ‘racismo subtil’, medidas de auto-diferenciação, medidas de identificação e de contacto com os grupos, e finalmente, medidas de controlo dos materiais e do contexto da experiência. Mais uma vez, a ordem das questões foi contrabalançada em função do grupo-alvo.

⁴⁰ As fotografias das pessoas-estímulo (tanto brancas como negras) foram recolhidas em Lisboa, de modo a diminuir a possibilidade de algum participante reconhecer alguma das pessoas que cederam a sua fotografia para a experiência. As fotografias, de jovens da mesma faixa etária dos participantes, foram seleccionadas de acordo com os seguintes critérios: os jovens não mostram qualquer expressão facial particular, não possuem nenhuma características somáticas notáveis e usam vestuário informal. As fotografias tinham todas o mesmo fundo branco.

⁴¹ Sendo difícil encontrar atributos negativos considerados consensualmente (tanto por participantes angolanos como por participantes portugueses) estereotípicos de cada grupo-alvo, recorremos aos atributos negativos cuja classificação mais se aproximou dos valores exigidos para serem considerados estereotípicos de um grupo e contra-estereotípicos do outro grupo.

Os julgamentos sobre os grupos-alvo e as auto-descrições foram efectuados a partir de uma reduzida lista de traços que era apresentada aos participantes. Estes traços foram seleccionados a partir dos resultados do Estudo 3c, tendo em conta os critérios seguidos anteriormente. Assim foram seleccionados dois traços estereotípicos dos angolanos (*alegres e preguiçosos*) e dois traços estereotípicos dos portugueses (*trabalhadores e individualistas*).

De um modo geral o procedimento de recolha e de tratamento de dados foi idêntico ao do estudo anterior, pelo que não vamos repetir a sua apresentação. As únicas diferenças residiram no material-estímulo apresentado aos participantes na primeira fase da experiência e no questionário apresentado na segunda fase, que embora seguindo a mesma estrutura do aplicado no estudo anterior, apresentou algumas novas questões. Ao longo da apresentação dos resultados, iremos explicitar as novas medidas e os respectivos tratamentos.

Tal como no estudo anterior começámos por efectuar o controlo de vários aspectos que se prendem com os materiais-estímulo e o contexto desta experiência: estatuto social percebido dos grupos, estereotipicalidade e valência dos traços.

Em consonância com o estudo anterior, os resultados demonstram que existe consenso numa diferenciação de estatuto relativo claramente favorável aos portugueses: os participantes atribuíram um estatuto significativamente mais elevado aos portugueses ($M=63,19$) do que aos angolanos ($M=33,55$). Os estudantes portugueses perceberam o endogrupo ($M=59,29$) como tendo um estatuto significativamente mais elevado do que o exogrupo ($M=28,18$), enquanto que os estudantes angolanos perceberam o exogrupo ($M=69,49$) como tendo um estatuto significativamente mais elevado do que o endogrupo ($M=42,20$)⁴².

No que respeita à estereotipicalidade e à valência dos traços, tanto os atributos incluídos nas descrições das pessoas-estímulo como os incluídos no questionário reproduziram os resultados obtidos no Estudo 3c, validando assim o uso destes materiais para o cálculo das medidas pretendidas.

Tal como no estudo anterior, uma vez calculadas as diversas medidas, numa fase inicial do tratamento de dados, realizámos análises de variância tendo o grupo-alvo, o grupo do participante, o sexo do participante, a ordem de apresentação e – no caso das medidas derivadas das tarefas de recordação – a versão do material-estímulo, como variáveis independentes. Como as variáveis ‘sexo do participante’ e ‘ordem’ não produziram efeitos significativos, foram realizadas novas análises sem incluir estas variáveis.

⁴² Efeito grupo-alvo, $F(1,126)=304,06$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,126)=107,55$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,126)=225,46$, $p<0,0001$.

5.2.1. Assimetrias na recordação da informação

À semelhança do estudo anterior, a partir da tarefa de recordação iniciada procedemos ao cálculo do número de respostas correctas assim como de diferentes tipos de erros. A exactidão da recordação, os efeitos de categorização e os efeitos de homogeneização foram analisados exactamente como no estudo anterior. Foram ainda realizadas novas análises no sentido de averiguar a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo, como adiante se explica.

Tal como no estudo anterior, antes de analisarmos os efeitos de categorização e de homogeneização, verificámos se o número de respostas correctas diferia em função da versão do material-estímulo e do grupo de participantes⁴³.

A Tabela 29 apresenta as médias e desvios-padrão dos erros intragrupais e intergrupais em função do grupo do participante. Consistentemente com as nossas hipóteses, o número de erros intragrupais ($M=11,13$) foi significativamente superior ao número de erros intergrupais ($M=5,67$), o que demonstra que os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em grupos étnicos. Os participantes mostraram uma tendência muito mais forte para confundir a informação referente aos membros do mesmo grupo étnico (erros intragrupais) do que a informação referente a grupos étnicos diferentes (erros intergrupais).

O efeito de categorização foi mais forte na Versão A (identificação das pessoas-estímulo pela fotografia e nacionalidade) do que na Versão B (identificação das pessoas-estímulo pela fotografia)⁴⁴. Ou seja, o efeito de categorização foi bastante significativo em ambas as versões do material-estímulo, mas foi especialmente forte quando cada pessoa-estímulo era identificada simultaneamente pela nacionalidade e pela fotografia.

⁴³ Globalmente, a média de respostas correctas foi 13,31 (num total de 32). Os participantes portugueses apresentam uma média tendencialmente superior de respostas correctas ($M=14,01$) do que os participantes angolanos ($M=12,22$), $F(1,129)=3,59$, $p<0,060$. Tal como no estudo anterior, tal poderá dever-se ao facto dos angolanos que participaram neste estudo serem mais velhos do que os portugueses (a idade média dos participantes angolanos é de 23 anos enquanto que a idade média dos participantes portugueses é de 19 anos).

⁴⁴ Efeito tipo de erro, $F(1,129)=212,63$, $p<0,0001$. Efeito tipo de erro x versão do material-estímulo, $F(1,129)=7,30$, $p<0,008$. Contrastes: versão A, $F(1,129)=138,06$, $p<0,0001$; versão B, $F(1,129)=68,14$, $p<0,0001$.

Tabela 29 – Médias e desvios-padrão dos erros intragrupais e intergrupais

Participantes	Tipo de erro		
	erros intragrupais	erros intergrupais	Total
Angolanos (N = 54)	12,56 (3,40)	5,42 (2,69)	17,97 (4,02)
Portugueses (N = 83)	10,20 (3,93)	5,83 (2,84)	16,03 (5,15)
Total (N = 137)	11,13 (3,89)	5,67 (2,78)	16,80 (4,82)

Nota: Os erros poderiam variar entre 0 e 32.

Para investigar os efeitos de homogeneidade, repartimos os erros intragrupais tendo em conta a relação entre o grupo de pertença do participante e o grupo de pertença da pessoa-estímulo: erros endogrupais vs. erros exogrupais. A Tabela 30 apresenta as médias e desvios-padrão desses erros em função do grupo do participante.

Consistentemente com as nossas hipóteses, os participantes portugueses efectuaram significativamente mais erros exogrupais ($M = 5,59$) do que erros endogrupais ($M = 4,61$) enquanto que os participantes angolanos efectuaram mais erros endogrupais ($M = 6,98$) do que erros exogrupais ($M = 5,57$)⁴⁵. Isto é, verificou-se uma assimetria do efeito de homogeneidade do exogrupo em função do estatuto relativo dos grupos.

Tabela 30 – Médias e desvios-padrão dos erros endogrupais e exogrupais

Participantes	Tipo de erro		
	erros endogrupais	erros exogrupais	Total
Angolanos (N = 54)	6,98 (2,18)	5,57 (2,03)	12,56 (3,40)
Portugueses (N = 83)	4,61 (2,34)	5,59 (2,34)	10,20 (3,93)
Total (N = 137)	5,55 (2,55)	5,58 (2,22)	11,13 (3,89)

Nota: Os erros poderiam variar entre 0 e 16.

Explorámos a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo a partir da proporção relativa dos diferentes tipos de erros intragrupais na tarefa de recordação indiciada. Uma vez que a valência dos traços utilizados para descrever as pessoas-estímulo foi controlada, efectuámos novas análises dos erros intragrupais tendo em conta a valência dos traços. Nestas novas análises tivemos em conta apenas os oito traços positivos e os oito traços negativos (16 traços neutros foram excluídos).

⁴⁵ Efeito grupo do participante x tipo de erro intragrupal, $F(1,129)=27,99$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,129)=17,02$, $p < 0,0001$; portugueses, $F(1,129)=12,58$, $p<0,001$.

A Tabela 31 apresenta as médias dos erros endogrúpicos e exogrúpicos em função do grupo do participante e da valência dos traços. Começámos por efectuar uma análise multivariada de variância tomando como variáveis intra-participantes o tipo de erro intragrupal e a valência dos traços, e o grupo do participante como variável inter-participantes.

Relativamente ao efeito do tipo de erro, esta nova análise confirmou os resultados obtidos na análise anterior (efectuada com a totalidade dos traços): os participantes angolanos efectuaram mais erros endogrúpicos do que erros exogrúpicos enquanto que os participantes portugueses apresentaram o padrão oposto⁴⁶.

Globalmente, a quantidade de erros não foi afectada pela valência dos traços, no entanto verifica-se uma assimetria em função do grupo dos participantes. Os participantes angolanos cometeram mais erros endogrúpicos nos traços positivos do que nos traços negativos (respectivamente, $M = 1,76$ e $= 1,56$) e efectuaram mais erros exogrúpicos nos traços negativos do que nos traços positivos (respectivamente, $M = 1,46$ e $= 1,26$), mas esta diferença não atingiu o limiar da significância estatística. Em contrapartida, os participantes portugueses cometeram mais erros endogrúpicos nos traços negativos do que nos traços positivos (respectivamente, $M = 1,24$ e $= 0,93$) e efectuaram mais erros exogrúpicos nos traços positivos do que nos traços negativos ($M = 1,46$ e $= 1,34$)⁴⁷.

Numa tentativa de esclarecer esta tripla interacção calculámos novas medidas e efectuámos novas análises de variância que nos permitissem observar os efeitos de homogeneidade separadamente para os traços positivos e para os traços negativos⁴⁸. A análise efectuada sobre os erros intragrúpicos relativos exclusivamente aos traços positivos (erros endogrúpicos positivos vs. erros exogrúpicos positivos) revelou um efeito de homogeneidade do endogrupo significativo para os participantes angolanos, já que estes efectuaram significativamente mais erros endogrúpicos positivos ($M = 1,76$) do que erros exogrúpicos positivos ($M = 1,26$). Em contrapartida, os participantes portugueses apresentaram um efeito de homo-

⁴⁶ Efeito tipo de erro x grupo do participante, $F(1,129) = 16,01$, $p < 0,0005$. Contrastes: angolanos $F(1,129) = 6,14$, $p < 0,014$; portugueses, $F(1,129) = 10,56$, $p < 0,001$.

⁴⁷ Efeito grupo do participante x tipo de erro x valência dos traços, $F(1,129) = 7,14$, $p < 0,009$. Contrastes: angolanos, $F(1,129) = 2,63$, $p < 0,107$; portugueses, $F(1,129) = 4,59$, $p < 0,034$.

⁴⁸ Os erros endogrúpicos positivos correspondem à atribuição de um traço positivo pertencente a uma pessoa-estímulo negra a outra pessoa-estímulo negra quando o participante é ele próprio negro, ou à atribuição de um traço positivo pertencente a uma pessoa-estímulo branca a outra pessoa-estímulo branca quando o participante é ele próprio branco. Os erros endogrúpicos negativos correspondem à atribuição de um traço negativo pertencente a uma pessoa-estímulo negra a outra pessoa-estímulo negra quando o participante é negro, ou atribuição de um traço negativo pertencente a uma pessoa-estímulo branca a outra pessoa-estímulo branca quando o participante é branco. Os erros exogrúpicos positivos correspondem à atribuição de um traço positivo pertencente a uma pessoa-estímulo negra a outra pessoa-estímulo negra quando o participante é branco, ou atribuição de um traço positivo pertencente a uma pessoa-estímulo branca a outra pessoa-estímulo branca quando o participante é negro. Os erros exogrúpicos negativos correspondem à atribuição de um traço negativo pertencente a uma pessoa-estímulo negra a outra pessoa-estímulo negra quando o participante é branco, ou atribuição de um traço negativo pertencente a uma pessoa-estímulo branca a outra pessoa-estímulo branca quando o participante é negro.

geneidade do exogrupo significativo: efectuaram maior número de erros exogrupoais positivos ($M = 1,46$) do que erros endogrupoais positivos ($M = 0,93$)⁴⁹. A análise efectuada sobre os erros intragrupoais relativos aos traços negativos (*erros endogrupoais negativos vs. erros exogrupoais negativos*) não revelou quaisquer efeitos estatisticamente significativos, isto é, face a traços negativos as estratégias dos participantes angolanos e portugueses aproximam-se.

Tabela 31 – Médias e desvios-padrão dos erros endogrupoais e exogrupoais

Valência dos traços	Participantes					
	Angolanos (N=54)		Portugueses (N=83)		Total (N=137)	
	erros endogrupoais	erros exogrupoais	erros endogrupoais	erros exogrupoais	erros endogrupoais	erros exogrupoais
Positivos	1,76 (1,03)	1,26 (1,05)	0,93 (0,92)	1,46 (1,04)	1,26 (1,04)	1,38 (1,04)
Negativos	1,56 (1,00)	1,46 (0,88)	1,24 (0,97)	1,34 (1,04)	1,36 (0,99)	1,39 (0,98)

Nota: Os erros poderiam variar entre 0 e 4.

Resumindo, os portugueses aumentam a distintividade dos membros do endogrupo nos traços positivos e reduzem-na nos traços negativos. Já em relação ao exogrupo, os portugueses usam sempre a mesma estratégia: independentemente da valência dos traços prevalece a homogeneidade. Em contrapartida, os angolanos homogeneizam sempre o endogrupo, mas mais ainda quando os traços são positivos, e heterogeneizam o exogrupo, sobretudo quando os traços são positivos. Assim, é sobretudo ao nível dos traços positivos que se verificam as maiores divergências nas estratégias cognitivas em relação ao endogrupo entre participantes angolanos e participantes portugueses.

5.2.2 Assimetrias nas estratégias de diferenciação intergrupar

Tal como no estudo anterior, os efeitos de homogeneização e os efeitos de favoritismo foram examinados através de medidas derivadas das tarefas apresentadas no questionário. Foram seguidos os mesmos procedimentos para o cálculo das medidas e para a sua análise. A Tabela 32 apresenta os resultados das medidas de variabilidade grupal percebida. Destas medidas, apenas a semelhança percebida não estava presente no estudo anterior, pelo que passamos a descrevê-la.

Na tarefa de estimação de semelhança foi pedido aos participantes para estimarem em que medida se sentiam muito semelhantes ou muito diferentes dos '[*angolanos/portugueses*] em geral', usando uma escala de sete pontos, cujos extremos eram 1 = 'sinto-me muito semelhante' e 7 = 'sinto-me muito diferente'.

⁴⁹ Contrastes: angolanos, $F(1,135)=8,28$, $p<0,005$; portugueses, $F(1,135)=14,30$, $p<0,0005$.

Os valores directos fornecidos pelos participantes foram considerados como indicadores da *semelhança percebida*.

Globalmente, os participantes declararam sentir-se mais semelhantes ao endogrupo do que ao exogrupo (respectivamente, $M = 3,74$ e $= 4,96$). No entanto, verificou-se uma assimetria na diferenciação que os participantes estabelecem entre si próprios e o grupo de pertença e o grupo dos outros: os participantes portugueses declararam sentir-se mais semelhantes com os membros do endogrupo do que com os membros do exogrupo (respectivamente, $M=4,07$ e $=4,96$), mas esta diferença é mais acentuada nos participantes angolanos (respectivamente, $M=3,24$ e $= 5,31$)⁵⁰.

No que respeita ao grau de estereotipização – diferença entre os traços estereotípicos e os traços contra-estereotípicos – os valores mais elevados correspondem a maior conformidade com os estereotípicos, isto é, menor variabilidade grupal percebida. Os resultados evidenciam uma assimetria nos efeitos de homogeneidade: os participantes angolanos atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos ao endogrupo do que ao exogrupo (respectivamente, $M=30,76$ e $=4,24$) enquanto que os participantes portugueses atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos ao exogrupo do que ao endogrupo (respectivamente, $M=20,37$ e $=3,05$)⁵¹. Resumindo, os resultados revelaram um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo para os participantes portugueses e um efeito de homogeneidade do endogrupo para os participantes angolanos.

⁵⁰ Efeito grupo-alvo, $F(1,133)=40,65$, $p<0,001$. Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,133)=11,10$, $p<0,001$. Contrastes: angolanos, $F(1,133)=38,88$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,133)=5,88$, $p<0,017$.

⁵¹ Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,133)=28,78$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,133)=17,38$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,133)=11,41$, $p<0,001$.

Tabela 32 – Médias e desvios-padrão das medidas de variabilidade grupal percebida

Medidas	Participantes					
	Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
Traços Estereotípicos	67,07 (22,10)	73,65 (19,36)	62,46 (13,88)	59,61 (21,92)	64,29 (17,67)	65,18 (21,97)
Traços Contra-estereotípicos	36,31 (27,71)	69,41 (26,69)	59,41 (21,16)	39,24 (24,19)	50,24 (26,44)	51,22 (29,16)
Estereotipização	30,76 (37,06)	4,24 (28,33)	3,05 (24,03)	20,37 (36,66)	14,05 (32,72)	13,96 (34,41)
Amplitude percebida	48,75 (29,61)	43,41 (20,03)	68,61 (17,54)	65,20 (23,75)	60,90 (24,86)	56,74 (24,72)
Variabilidade global	3,50 (1,61)	3,78 (1,37)	4,52 (1,28)	3,69 (1,40)	4,12 (1,50)	3,72 (1,39)
Semelhança percebida	3,24 (1,93)	5,31 (1,69)	4,07 (1,62)	4,72 (1,47)	3,74 (1,79)	4,96 (1,58)

Legenda: *Estereotipização* = Diferença média entre traços estereotípicos e os contra-estereotípicos; *Amplitude percebida* = Diferença média entre os membros mais extremos do grupo nos quatro traços considerados; *Variabilidade global*: (1= 'eles são todos semelhantes'; 7= 'eles são todos diferentes'); *Semelhança percebida*: (1= 'sinto-me muito semelhante'; 7 = 'sinto-me muito diferente').

A análise dos dados relativos à amplitude percebida demonstrou que, globalmente, os participantes estimaram maior amplitude para o endogrupo ($M = 60,90$) do que para o exogrupo ($M = 56,74$)⁵². Contrariamente às nossas expectativas, não se verificaram diferenças significativas em função do grupo dos participantes.

A variabilidade global não variou significativamente em função do grupo-alvo. Consonantemente com as nossas expectativas, os participantes portugueses homogeneizaram mais o exogrupo do que o endogrupo (respectivamente, $M=3,69$ e $=4,52$), enquanto os participantes angolanos homogeneizaram mais o endogrupo do que o exogrupo (respectivamente, $M=3,50$ e $=3,78$), mas esta diferença não é estatisticamente significativa⁵³.

Resumindo, nas diversas medidas consideradas, os membros do grupo dominado foram mais homogeneizados do que os membros do grupo dominante. Estes resultados estão de acordo com os obtidos no estudo anterior. Verificou-se também uma assimetria na diferenciação que os participantes estabeleceram entre si próprios, o grupo de pertença e o grupo dos outros. Embora todos os participantes tenham declarado sentir-se mais semelhantes ao endogrupo do que ao exogrupo, esta diferença foi significativamente mais acentuada para os membros do grupo dominado do que para os membros do grupo dominante.

⁵² Efeito grupo-alvo: $F(1,133)=5,43$, $p<0,021$.

⁵³ Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,133)=8,05$, $p<0,005$. Contrastes: angolanos não significativo; portugueses, $F(1,133)=14,20$, $p<0,0005$.

Tal como no estudo anterior, analisámos o favoritismo endogrupal através dos dados recolhidos na tarefa de estimação de médias: diferenças na atribuição de traços positivos e negativos. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 33. Globalmente, verificou-se um favoritismo endogrupal significativo. Os participantes angolanos atribuíram uma média maior de traços positivos ao endogrupo do que ao exogrupo (respectivamente, $M=75,38$ e $=56,64$) e atribuíram uma média menor de traços negativos ao endogrupo do que ao exogrupo ($M=38,07$ e $=48,67$), revelando um significativo favoritismo endogrupal. Em contrapartida, os participantes portugueses atribuíram maior diferença entre os traços positivos e os traços negativos ao exogrupo (positivos – negativos = 8,10) do que ao endogrupo (positivos – negativos = 20,57), isto é, exibiram um favoritismo exogrupal significativo⁵⁴. Resumindo, verificou-se um favoritismo endogrupal para a globalidade da amostra, sendo este efeito significativo para os participantes angolanos, mas não para os participantes portugueses.

Tabela 33 – Médias e desvios-padrão das medidas de favoritismo endogrupal

Medidas	Participantes					
	Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
Traços positivos	75,38 (17,23)	56,64 (16,35)	60,44 (11,55)	61,10 (18,80)	66,37 (15,83)	59,33 (17,94)
Traços negativos	38,07 (21,74)	48,67 (17,46)	52,34 (16,43)	40,53 (17,76)	46,68 (19,92)	43,76 (18,03)
Favoritismo	37,31 (30,90)	7,97 (27,32)	8,10 (21,50)	20,57 (31,12)	19,69 (29,29)	15,57 (30,21)

Legenda: Favoritismo = (Média dos traços positivos – Média dos traços negativos).

No questionário foram incluídas duas sub-escalas de racismo subtil: *negação da expressão de emoções positivas*; e *acentuação de diferenças culturais* (Vala et al., 1999a). No que respeita à primeira sub-escala, os participantes deveriam estimar com que frequência sentiam simpatia e admiração pelos [angolanos/portugueses], através de uma escala de 4 pontos (1 = ‘muitas vezes’; 2 = ‘algumas vezes’; 3 = ‘raramente’; e 4 = ‘nunca’). A medida de negação da expressão das emoções positivas corresponde à média aritmética da expressão de ambas as emoções (simpatia e admiração). Na segunda sub-escala, os participantes deveriam indicar em que medida consideravam os angolanos diferentes ou semelhantes aos portugueses, relativamente aos seguintes aspectos: valores e princípios morais; religião – crenças e práticas religiosas; valores e comportamentos sexuais; e língua que falam. A apreciação era efectuada através de uma

⁵⁴ Efeito grupo-alvo, $F(1,133)=5,66$, $p<0,019$; Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,133)=34,34$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,133)=28,29$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,133)=7,57$, $p<0,007$.

escala de quatro pontos (1 = ‘muito semelhantes’; 2 = ‘um pouco semelhantes’; 3 = ‘um pouco diferentes’; 4 = ‘muito diferentes’). A medida da acentuação de diferenças culturais corresponde à média aritmética dos vários itens.

Os seis itens correspondentes às duas sub-escalas de racismo subtil foram submetidos a uma análise factorial (rotação varimax) que revelou a existência de dois factores ortogonais: um agregando os quatro itens relativos à percepção de diferenças culturais (valor próprio = 1,678) e outro agregando os dois itens referentes à expressão das emoções (valor próprio = 1,303), que juntos explicam 49,69% da variância. Este padrão mostrou-se consistente com os estudos previamente realizados em Portugal (Vala et al., 1999a).

Os dados relativos às sub-escalas de racismo subtil foram submetidos a análises de variância tendo como variável independente o grupo do participante (angolanos vs. portugueses). A Tabela 34 apresenta as médias obtidas na escala negação da expressão de emoções positivas. Quanto mais elevados os valores maior a negação de emoções positivas (admiração e simpatia). Globalmente, não se verificaram diferenças significativas em função do grupo: os participantes angolanos ($M = 2,13$) e os participantes portugueses ($M = 1,99$) apresentaram níveis semelhantes de expressão de emoções positivas face ao exogrupo, sendo a expressão da simpatia ($M = 1,90$) mais frequente do que a expressão de admiração ($M = 2,19$), tanto para os participantes angolanos como para os participantes portugueses.

Tabela 34 – Médias e desvios-padrão das questões sobre a expressão de emoções positivas

Negação da expressão de emoções positivas	Participantes		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
Admiração	2,30 (0,77)	2,12 (0,63)	2,19 (0,69)
Simpatia	1,96 (0,58)	1,86 (0,83)	1,90 (0,74)
Total	2,13 (0,60)	1,99 (0,55)	2,04 (0,57)

Escala: 1 = ‘muitas vezes’; 2 = ‘algumas vezes’; 3 = ‘raramente’; 4 = ‘nunca’.

A Tabela 35 apresenta as médias obtidas na escala *acentuação de diferenças culturais*. Os diferentes itens estão ordenados por ordem crescente da percepção das diferenças. Quanto mais elevados os valores maior a acentuação das diferenças culturais entre os angolanos e os portugueses.

Verificou-se uma diferença significativa em função do grupo dos participantes: os portugueses ($M = 2,58$) acentuaram mais as diferenças culturais entre os dois grupos do que os angolanos ($M = 2,18$)⁵⁵. Como podemos constatar, os itens em que as respostas dos participantes angolanos e portugueses foram

⁵⁵ Efeito grupo do participante, $F(1,135)=15,175$, $p<0,001$.

mais divergentes são os relativos aos ‘valores e princípios morais’ e às ‘crenças e práticas religiosas’, sendo que os participantes angolanos consideram existirem mais semelhanças entre os dois grupos do que os participantes portugueses. Os itens referentes aos ‘valores e comportamentos sexuais’ e ‘língua que falam’ suscitaram consenso entre os participantes de ambos os grupos, sendo que é relativamente aos ‘valores e comportamentos sexuais’ que os participantes referem maior diferença entre os grupos e na ‘língua que falam’ a maior semelhança.

Tabela 35 – Médias e desvios-padrão das questões sobre a percepção das diferenças culturais

Percepção de diferenças culturais	Participantes		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
Língua	2,00 (1,06)	2,07 (0,91)	2,04 (0,97)
Religião	1,66 (0,92)	2,76 (0,89)	2,33 (1,05)
Valores	2,19 (1,01)	2,61 (0,88)	2,45 (0,95)
Sexualidade	2,85 (1,04)	2,86 (0,86)	2,85 (0,93)
Total	2,18 (0,62)	2,58 (0,57)	2,42 (0,62)

Escala: 1 = ‘muito semelhantes’; 2 = ‘um pouco semelhantes’; 3 = ‘um pouco diferentes’; 4 = ‘muito diferentes’.

5.2.3. Assimetrias nas estratégias de diferenciação interpessoal

A Tabela 36 apresenta as médias e desvios-padrão das medidas baseadas na tarefa de auto-descrição. A medida de auto-estereotipização indica até que ponto o indivíduo se descreve de forma consonante com os traços estereotípicos do endogrupo. Valores mais elevados correspondem a uma maior indiferenciação dos participantes face aos estereótipos do seu grupo de pertença.

Globalmente, o efeito da estereotipicidade dos traços não foi estatisticamente significativo. No entanto, verificou-se uma assimetria em função do grupo: os participantes angolanos descreveram-se a si próprios recorrendo mais aos traços estereotípicos do endogrupo do que aos traços contra-estereotípicos (respectivamente, $M=59,01$ e $=51,59$) enquanto que os participantes portugueses se descreveram a si próprios recorrendo mais aos traços contra-estereotípicos do endogrupo do que aos traços estereotípicos ($M=57,96$ e $=51,45$)⁵⁶.

Estes resultados demonstram que os participantes angolanos se descrevem a si próprios de forma consonante com os estereótipos do endogrupo enquanto os participantes portugueses preferem descrever-se de uma forma dissonante com os estereótipos do endogrupo. Em consonância com as nossas hipóteses, os partici-

⁵⁶ Efeito estereotipicidade x grupo dos participantes, $F(1,133)=15,90$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,133)=7,08$, $p<0,009$; portugueses, $F(1,133)=8,37$, $p<0,004$.

pantes portugueses enfatizam a sua diferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença, enquanto que os participantes angolanos enfatizam a indiferenciação interpessoal dentro do endogrupo, o que aponta para o fenómeno de *fusão* nos membros do grupo dominado (Lorenzi-Cioldi, 1988).

Tal como no estudo anterior, esta assimetria nos padrões de diferenciação dos indivíduos face ao seu grupo de pertença parece ir ao encontro dos resultados obtidos nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida: os membros do grupo dominado homogeneizam o endogrupo e enfatizam a indiferenciação/fusão do *self* face ao grupo de pertença, enquanto que os membros do grupo dominante heterogeneizam o endogrupo e enfatizam a diferenciação do *self* face ao grupo de pertença.

A medida de auto-favoritismo indica até que ponto o indivíduo se descreve a si próprio recorrendo preferencialmente a traços positivos ou a traços negativos. Globalmente, os indivíduos descrevem-se a si próprios recorrendo mais aos traços positivos ($M=71,53$) do que aos traços negativos ($M=38,35$). Tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses se auto-descrevem de forma mais positiva do que negativa, embora este efeito seja mais pronunciado nos participantes angolanos⁵⁷.

Tabela 36 – Médias e desvios-padrão da medida de auto-descrição

Medidas	Participantes		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
Traços estereotípicos	59,01 (15,94)	51,45 (14,10)	54,43 (15,25)
Traços contra-estereotípicos	51,59 (14,95)	57,96 (14,74)	55,45 (15,10)
Auto-estereotipização	7,42 (23,35)	-6,51 (19,09)	-1,02 (21,89)
Traços positivos	78,13 (14,42)	67,23 (13,90)	71,53 (15,03)
Traços negativos	32,47 (18,87)	42,17 (20,03)	38,35 (20,08)
Auto-favoritismo	45,66 (26,80)	25,06 (26,86)	33,18 (28,58)
Auto-diferenciação	21,31 (11,51)	21,76 (9,43)	21,58 (10,26)

Nota: *Auto-estereotipização* = (Média dos traços estereotípicos – Média dos traços contra-estereotípicos); *Auto-favoritismo* = (Média dos traços positivos – Média dos traços negativos); *Auto-diferenciação* = Distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo.

⁵⁷ Efeito valência, $F(1,133)=195,88$, $p<0,0001$. Efeito valência x grupo dos participantes, $F(1,133)=20,19$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,133)=156,95$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,133)=72,68$, $p<0,0001$.

A medida de auto-diferenciação indica a distância absoluta da auto-descrição face à média do endogrupo. Quanto maiores os valores maior a distância entre as auto-descrições dos participantes e as descrições que eles próprios efectuaram do grupo de pertença. A análise de variância efectuada revelou que a distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo não difere significativamente para participantes angolanos e portugueses.

Tendo em conta os resultados obtidos com as medidas de auto-estereotipização e de auto-favoritismo podemos deduzir que, embora a distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo seja equivalente para participantes portugueses e angolanos, tal deve-se a uma aproximação dos angolanos aos traços estereotípicos do endogrupo e a uma aproximação dos portugueses aos traços contra-estereotípicos do endogrupo. Tal como no estudo anterior, verificámos esta hipótese recalculando a medida de auto-diferenciação em função da estereotipicidade dos traços e também em função da valência dos traços. As médias destas medidas são apresentadas na Tabela 37.

Tabela 37 – Médias e desvios-padrão das medidas de auto-diferenciação em função da estereotipicidade e da valência dos traços

Auto-diferenciação	Grupo dos participantes		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
Traços estereotípicos	21,42 (14,25)	23,27 (10,90)	22,54 (12,33)
Traços contra-estereotípicos	21,21 (14,50)	20,37 (13,12)	20,70 (13,64)
Traços positivos	19,36 (13,92)	17,47 (11,29)	18,22 (12,38)
Traços negativos	23,27 (17,35)	26,21 (13,68)	25,04 (15,25)

Nota: *Auto-diferenciação* = distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo.

Começamos por averiguar até que ponto a auto-diferenciação (distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo) foi afectada pela estereotipicidade dos traços. Como podemos constatar na Tabela 37, a distância das auto-descrições dos participantes angolanos face ao endogrupo não variou em função da estereotipicidade dos traços enquanto que as auto-descrições dos participantes portugueses apresentaram uma tendência para serem mais distantes do endogrupo nos traços estereotípicos ($M = 23,27$) do que nos traços contra-estereotípicos ($M = 20,37$). Globalmente, o efeito da estereotipicidade dos traços não foi estatisticamente significativo.

Seguidamente, verificámos até que ponto a auto-diferenciação foi afectada pela valência dos traços. Globalmente, as auto-descrições dos participantes foram

significativamente mais próximas da tendência central do endogrupo nos traços positivos ($M=18,22$) do que nos traços negativos ($M=25,04$), sendo este efeito mais pronunciado nos participantes angolanos⁵⁸.

5.2.4. Assimetrias nos níveis de identificação e de contacto entre os grupos

Os níveis de identificação e de contacto entre os grupos foram analisados recorrendo às medidas já presentes no estudo anterior e também algumas novas medidas. Enquanto no estudo anterior averiguámos apenas os níveis de identificação nacional (angolanos; portugueses), neste estudo averiguámos também os níveis de identificação supranacional (africanos; europeus) e racial (branco; negro). Examinámos igualmente os níveis de orgulho nacional, supranacional e racial, em função das pertenças declaradas numa tarefa de auto-categorização. No que respeita aos níveis de contacto, utilizámos a mesma escala com três itens do estudo anterior, mas efectuámos uma ligeira alteração na questão aberta, como adiante se explica.

Num primeiro momento, os participantes deveriam indicar a que grupo(s) pertenciam, assinalando ‘sim’ ou ‘não’ para cada um dos seguintes grupos: *angolanos*, *portugueses*, *africanos*, *europeus*, *negros* e *brancos*. Foi explicado aos participantes que as pertenças não eram necessariamente exclusivas. Seguidamente, os participantes deveriam indicar em que medida se sentiam orgulhosos por pertencer a cada um dos grupos atrás assinalados, através de uma escala de 4 pontos (1 = ‘muito orgulhoso’; 2 = ‘orgulhoso’; 3 = ‘pouco orgulhoso’; e 4 = ‘nada orgulhoso’). Finalmente, foi pedido aos participantes para avaliarem em que medida se sentiam identificados com cada um dos grupos atrás referidos, independentemente da sua pertença ou não a esses grupos, através de uma escala de sete pontos (1 = ‘nada identificado’; 7 = ‘muito fortemente’).

Os dados referentes ao nível de *orgulho nacional* (angolanos, portugueses), *supranacional* (africanos, europeus) e *racial* (negros, brancos) foram submetidos a análises de variância tendo como variável independente o grupo dos participantes. Efectuou-se também uma análise de variância multivariada tendo os níveis de orgulho grupal (nacional *vs.* racial) como variável intra-participantes.

Enquanto que relativamente ao nível de orgulho grupal apenas analisámos os valores referentes ao endogrupo dos participantes (tendo em conta as suas auto-categorizações), relativamente aos *níveis de identificação grupal* analisámos igualmente as respostas em relação ao exogrupo. Os dados relativos aos níveis de identificação (nacional, supranacional e racial) em relação ao endogrupo e ao exogrupo foram submetidos aos mesmos tratamentos estatísticos do estudo anterior, assim como a alguns novos tratamentos, que adiante explicitaremos.

⁵⁸ Efeito valência, $F(1,135)=227,21$, $p<0,0001$. Valência x grupo do participante, $F(1,135)=19,28$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,135)=156,33$, $p<0,0001$, portugueses, $F(1,135)=72,39$, $p<0,0001$.

A Tabela 38 apresenta os valores relativos ao orgulho nacional, supranacional e racial. Valores mais elevados correspondem a menor nível de orgulho na respectiva pertença grupal. Começámos por comparar os níveis de orgulho nacional, supranacional e racial em função do grupo dos participantes. No que respeita ao orgulho nacional, os participantes angolanos declararam sentir maior orgulho nacional do que os participantes portugueses (respectivamente, $M = 1,35$ e $= 1,88$). O mesmo padrão de resultados foi observado relativamente ao orgulho supranacional (angolanos $M = 1,63$ e portugueses $= 2,10$) e relativamente ao orgulho racial (angolanos $M = 1,45$ e portugueses $= 2,53$)⁵⁹. Seguidamente, comparámos os níveis de orgulho nacional e orgulho racial para cada um dos grupos. Globalmente, os participantes declararam sentir maior orgulho nacional ($M = 1,67$) do que orgulho racial ($M = 2,14$). No entanto, verifica-se uma assimetria em função do grupo dos participantes: para os portugueses o nível orgulho nacional foi significativamente superior ao nível de orgulho racial (respectivamente, $M=1,88$ e $=2,53$), enquanto que para os participantes angolanos esta diferença não foi estatisticamente significativa⁶⁰.

Tabela 38 – Médias e desvios-padrão das medidas respeitantes ao orgulho grupal

Orgulho da pertença	Participantes		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
Nacional	1,35 (0,59)	1,88 (0,82)	1,67 (0,78)
Racial	1,45 (0,67)	2,53 (0,89)	2,14 (0,96)
Supranacional	1,63 (0,64)	2,10 (0,78)	1,92 (0,77)

Escala: 1 = 'muito orgulhoso'; 2 = 'orgulhoso'; 3 = 'pouco orgulhoso'; 4 = 'nada orgulhoso'.

Orgulho *nacional* (angolanos, portugueses); Orgulho *supranacional* (africanos, europeus);

Orgulho *racial* (negros, brancos).

A Tabela 39 apresenta os valores correspondentes aos níveis de identificação (endogrupal e exogrupal) para os grupos nacionais, supranacionais e raciais. Valores mais elevados correspondem a maiores níveis de identificação com os respectivos grupos. Os níveis de identificação endogrupal não diferiram significativamente em função do grupo dos participantes. Embora os participantes angolanos tenham apresentado valores superiores aos dos participantes portugueses no que respeita aos níveis de identificação endogrupal (nacional, supranacional e racial), estas diferenças não foram estatisticamente significativas.

⁵⁹ Efeito do grupo dos participantes: orgulho nacional, $F(1,129)=15,555$, $p<0,001$; orgulho supranacional, $F(1,116)=12,550$, $p<0,001$; orgulho racial, $F(1,116)=46,787$, $p<0,001$.

⁶⁰ Efeito do tipo de pertença, $F(1,114)=19,05$, $p<0,0001$. Efeito tipo de pertença x grupo dos participantes, $F(1,114)=10,69$, $p<0,001$. Contrastes: angolanos não significativo; portugueses, $F(1,114)=41,21$, $p<0,0001$.

Tabela 39 – Médias e desvios-padrão das medidas respeitantes à identificação grupal

		Participantes		
		Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
Identificação nacional	Endogrupo	5,67 (1,54)	5,35 (1,56)	5,48 (1,55)
	Exogrupo	2,91 (1,76)	2,17 (1,18)	2,46 (1,47)
Identificação supranacional	Endogrupo	5,06 (1,73)	4,99 (1,42)	5,02 (1,54)
	Exogrupo	2,88 (1,92)	2,28 (1,47)	2,50 (1,66)
Identificação racial	Endogrupo	5,31 (1,77)	4,84 (1,73)	5,01 (1,75)
	Exogrupo	2,35 (1,65)	2,48 (1,46)	2,43 (1,52)

Escala: 1 = ‘nada identificado’; 7 = ‘muito identificado’. Identificação *nacional* (angolanos, portugueses); Identificação *supranacional* (africanos, europeus); Identificação *racial* (negros, brancos).

Globalmente, os níveis de identificação nacional são superiores aos níveis de identificação racial (respectivamente, $M = 5,48$ e $= 5,01$), independentemente do grupo dos participantes⁶¹. Os níveis de identificação exogrupal não variaram significativamente em função do tipo de pertença (nacional *vs.* racial).

O nível de identificação exogrupal nacional é superior para participantes angolanos ($M=2,91$) do que para participantes portugueses ($M=2,17$)⁶². Em contrapartida, os níveis de identificação exogrupal supranacional e racial não diferiram significativamente em função do grupo de pertença.

Tal como procedemos no estudo anterior, para analisar o impacto da identificação nacional e racial nos efeitos de homogeneidade e nos efeitos de favoritismo, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas, dividindo assim os participantes em ‘fortemente identificados’ e ‘fracamente identificados’⁶³. Analisámos o impacto dos níveis de identificação endogrupal e exogrupal nas medidas de variabilidade grupal percebida. As análises de variância efectuadas não produziram resultados significativos, isto é, não encontramos evidência para uma mediação do grau de identificação endogrupal e do grau de identificação exogrupal na variabilidade grupal percebida, quer para a identificação nacional quer para a identificação racial.

⁶¹ Efeito tipo de pertença, $F(1,124)=7,08$, $p<0,009$.

⁶² Efeito grupo do participante, $F(1,113)=7,313$, $p<0,008$.

⁶³ Tanto para os participantes angolanos como para os participantes portugueses a mediana da identificação endogrupal foi =6 e a mediana da identificação exogrupal foi =2.

Para averiguar os *níveis de contacto* entre os grupos, foi pedido aos participantes para indicarem o seu nível de contacto com o endogrupo e com o exogrupo através de três escalas de sete pontos e uma questão aberta. A única diferença foi que no estudo anterior pedia-se aos participantes para indicarem o número aproximado de ‘amigos’ enquanto que neste estudo a mesma questão era colocada relativamente aos ‘amigos íntimos’. Os valores referentes aos níveis de contacto foram submetidos aos mesmos tratamentos que no estudo anterior. A Tabela 40 apresenta os valores referentes aos níveis de contacto: *nível de familiaridade* (correspondente à média das três escalas) e o *número de amigos íntimos*. Quanto mais elevados os valores maior o nível de contacto.

Globalmente, os participantes declararam maior familiaridade com o endogrupo do que com o exogrupo. Também se verificou uma assimetria em função do grupo dos participantes: os angolanos declararam um nível de familiaridade significativamente superior com endogrupo do que com o exogrupo (respectivamente, $M=5,78$ e $=3,96$), mas esta diferença foi ainda mais acentuada para os participantes portugueses ($M=6,30$ para o endogrupo e $M=2,24$ para o exogrupo)⁶⁴. Pensamos que esta assimetria no nível de contacto se deve ao facto de os participantes angolanos estarem fora do seu país: essa situação conduz a um maior contacto com o exogrupo e, simultaneamente, a um menor contacto com o endogrupo.

Relativamente ao número de amigos íntimos, os participantes de ambos os grupos declararam ter mais amigos íntimos pertencentes ao endogrupo do que ao exogrupo ($M = 16,48$ e $= 4,51$)⁶⁵, não se verificando diferenças significativas em função do grupo do participante.

Assim, globalmente, os participantes de ambos os grupos manifestam ter um nível de contacto superior com o endogrupo do que com o exogrupo, sendo esta diferença mais acentuada para os participantes portugueses.

Tabela 40 – Médias e desvios-padrão das questões sobre o contacto intergruppal

Contacto intergruppal		Participantes		
		Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
Nível de familiaridade	Endogrupo	5,78 (1,39)	6,30 (0,85)	6,09 (1,12)
	Exogrupo	3,96 (1,76)	2,24 (1,26)	2,92 (1,70)
Amigos íntimos	Endogrupo	23,96 (34,43)	11,68 (13,10)	16,48 (24,46)
	Exogrupo	8,24 (15,20)	1,72 (6,59)	4,51 (11,53)

⁶⁴ Efeito grupo-alvo, $F(1,135)=251,67$, $p<0,0001$. Efeito grupo-alvo x grupo do participante, $F(1,135)=36,76$, $p<0,0001$. Contrastes: angolanos, $F(1,135)=39,64$, $p<0,0001$; portugueses, $F(1,135)=304,95$, $p<0,0001$.

⁶⁵ Efeito grupo-alvo, $F(1,114)=31,07$, $p<0,0001$.

Para analisar o impacto dos níveis de contacto nos efeitos de homogeneidade e no favoritismo endogrupal, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (contacto endogrupal e contacto exogrupal), dividindo assim os participantes conforme o alto ou baixo nível de contacto⁶⁶. Analisámos o impacto dos níveis de contacto endogrupal e exogrupal em diversas medidas de variabilidade grupal percebida e nas medidas de favoritismo endogrupal. As análises efectuadas não evidenciaram uma mediação da variabilidade grupal percebida pelos níveis de contacto endogrupal e exogrupal. No que respeita ao favoritismo endogrupal, este é tanto mais elevado quanto maior o contacto endogrupal, mas este efeito só é significativo para os participantes angolanos – esta diferença pode ser devida à solidariedade grupal, face ao destino comum, dos membros do grupo dominado. Por último, averiguámos o nível de diversidade das *amizades intergrupais*. Foi pedido aos participantes para indicarem, do conjunto dos seus amigos, se existiam muitas, poucas ou nenhuma(s) pessoas: de outra nacionalidade; de outra raça; de outra religião; de outra cultura; de outra classe social, através de uma escala de três pontos (1= ‘nenhuma’; 2 = ‘poucas’; 3 = ‘muitas’). A Tabela 41 apresenta as médias relativas ao número de amizades intergrupais referidas pelos participantes. Valores mais elevados correspondem a maior número de amizades intergrupais. Como se pode verificar, as amizades intergrupais são mais frequentes nos participantes angolanos (M = 2,47) do que nos participantes portugueses (M = 2,00), o que se prende com a sua situação de imigrantes que os obriga a um maior contacto com outros grupos⁶⁷.

Tabela 41 – Médias e desvios-padrão das questões sobre as amizades intergrupais

Amizades intergrupais	Participantes		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
Pessoas de outra nacionalidade	2,52 (0,50)	1,93 (0,54)	2,16 (0,60)
Pessoas de outra raça	2,48 (0,57)	1,71 (0,57)	2,01 (0,69)
Pessoas de outra religião	2,48 (0,58)	1,90 (0,62)	2,13 (0,66)
Pessoas de outra cultura	2,38 (0,66)	2,02 (0,61)	2,16 (0,65)
Pessoas de outra classe social	2,52 (0,57)	2,43 (0,61)	2,46 (0,60)
Total	2,47 (0,38)	2,00 (0,41)	2,18 (0,46)

Escala: 1 = ‘nenhuma’; 2 = ‘poucas’; 3 = ‘muitas’.

⁶⁶ Para os participantes angolanos a mediana do contacto endogrupal foi =6 e a mediana do contacto exogrupal foi =4,67. Para os participantes portugueses a mediana do contacto endogrupal foi =6,33 e a mediana do contacto exogrupal foi =2,00.

⁶⁷ Efeito grupo do participante, $F(1,135)=45,437$, $p<0,001$.

5.2.5 Assimetrias nas estratégias de diferenciação intra e intergruppal

Um dos objectivos deste estudo era verificar a saliência categorial da cor da pele (*negros vs. brancos*), isoladamente ou conjugada com a categorização nacional (*angolanos vs. portugueses*), e averiguar os efeitos de homogeneidade relativamente a estes grupos. A comparação dos erros intergrupais com os erros intra-grupais demonstrou que os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em dois grupos distintos: os *brancos* e os *negros*. Os participantes de ambos os grupos mostraram maior tendência para confundir a informação acerca dos membros de um mesmo grupo-alvo do que a informação referente a membros de grupos-alvo distintos, isto é, estruturaram a informação a partir da pertença *étnica* das pessoas-estímulo.

O efeito de categorização foi significativo em ambas as versões do material-estímulo, mas foi mais forte na versão A (identificação das pessoas-estímulo pela fotografia, nome próprio e nacionalidade) do que na versão B (identificação das pessoas-estímulo pela fotografia e nome próprio), isto é, este efeito foi mais forte quando a categorização racial era acompanhada da categorização nacional.

Outro dos nossos objectivos era replicar alguns dos resultados encontrados no estudo anterior para uma maior validação dos mesmos assim como um aprofundamento da sua discussão. Neste sentido, analisámos os efeitos de homogeneidade e de favoritismo, assim como a relação entre estes dois fenómenos, recorrendo a diferentes tipos de medidas.

Na tarefa de recordação indiciada, a comparação entre os erros endogrupais e os erros exogrupais demonstrou a ausência de um efeito de homogeneidade do exogrupo para a globalidade da amostra. Consistentemente com as nossas hipóteses, os membros do grupo dominante demonstraram um forte efeito de homogeneidade do exogrupo, isto é, confundiram muito mais a informação respeitante às pessoas-estímulo *negras* (exogrupo) do que a informação respeitante às pessoas-estímulo *brancas* (endogrupo), enquanto que os membros do grupo dominado evidenciaram um padrão oposto de resultados, demonstrando um forte efeito de homogeneidade do endogrupo. Globalmente, as pessoas-estímulo do grupo dominado foram mais homogeneizadas do que as pessoas-estímulo do grupo dominante, independentemente da pertença étnica dos participantes.

Uma vez que a valência dos traços utilizados para descrever as pessoas-estímulo foi sistematicamente controlada, neste estudo o material-estímulo utilizado permitiu a análise da relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo, recorrendo a medidas indirectas: comparação dos erros intragrupais (endogrupais *vs.* exogrupais) tendo em conta a valência dos traços (positivos *vs.* negativos). Tal como esperávamos, a relação entre o tipo de erro intragrupal e a valência dos traços foi qualificada pelo estatuto relativo dos grupos em presença. Os participantes angolanos cometeram mais erros endogrupais

nos traços positivos do que nos traços negativos e efectuaram mais erros exogrupais nos traços negativos do que nos traços positivos, mas esta diferença não atingiu o limiar da significância estatística. Os participantes portugueses apresentaram um padrão de resultados oposto: cometeram mais erros endogrupais nos traços negativos do que nos traços positivos e efectuaram mais erros exogrupais nos traços positivos do que nos traços negativos.

Resumindo, verificou-se uma assimetria entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo em função do estatuto dos grupos. Os membros do grupo dominante aumentaram a distintividade do endogrupo nos traços positivos e reduziram-na nos traços negativos, mas usam sempre a mesma estratégia em relação ao exogrupo: independentemente da valência dos traços prevaleceu a homogeneização do exogrupo. Em contrapartida, os membros do grupo dominado homogeneizaram sempre o endogrupo, mas de forma mais acentuada nos traços positivos do que nos negativos, e heterogeneizaram o exogrupo, sobretudo nos traços positivos. Assim, foi sobretudo ao nível dos traços positivos que se verificaram as maiores divergências nas estratégias cognitivas em relação ao endogrupo entre o grupo dominante e o grupo dominado.

Assim, conseguimos replicar o padrão de resultados inédito encontrado no estudo anterior, ajudando a esclarecer as inconsistências encontradas em pesquisas realizadas por outros autores (e.g., Haslam *et al.*, 1995; Judd *et al.*, 1995). Este padrão vai no sentido do modelo da assimetria simbólica (Amâncio, 1994) no que diz respeito aos processos de diferenciação a partir dos estereótipos: enquanto que os estereótipos salientam a pertença dos dominados e acentuam a sua distância em relação aos dominantes, no caso destes últimos, os estereótipos não parecem servir as mesmas funções podendo ser utilizados pelos seus membros com uma maior margem de liberdade.

Relativamente às medidas ‘directas’ de variabilidade grupal percebida obtidas através do questionário, a medida baseada na diferença de atribuição de traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos revelou um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo para os participantes portugueses, uma vez que estes atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os traços contra-estereotípicos ao exogrupo do que ao endogrupo. Em contrapartida, os participantes angolanos demonstraram um efeito de homogeneidade do endogrupo significativo, isto é, atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os traços contra-estereotípicos ao endogrupo do que ao exogrupo.

A estimação de amplitudes apresentou um padrão de resultados diferente, sendo a única medida em que se verificou um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo para ambos os grupos de participantes – estes estabeleceram uma maior diferença entre os membros extremos (amplitude) do endogrupo do que entre os membros extremos do exogrupo.

Quanto à estimação de variabilidade, os participantes portugueses estimaram significativamente maior variabilidade global para o endogrupo, enquanto que os

participantes angolanos demonstraram uma tendência no sentido oposto, isto é, estimaram maior variabilidade global para o exogrupo do que para o endogrupo. Resumindo, nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida utilizadas neste estudo encontramos um padrão consistente de resultados. De acordo com as nossas previsões, verificou-se uma assimetria na percepção da homogeneidade grupal em função do estatuto relativo dos grupos. O grupo dominante apresentou um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo enquanto que o grupo dominado homogeneizou o endogrupo face ao exogrupo (à exceção da estimação de amplitudes). Assim, os dados suportam a nossa hipótese: o efeito de homogeneidade manifesta-se assimetricamente em função do estatuto relativo dos grupos em presença (Cabecinhas e Amâncio, 1999; Lorenzi-Cioldi, 1998). Globalmente, o grupo dominado é mais homogeneizado do que o grupo dominante, independentemente do grupo de pertença dos participantes.

No que respeita aos efeitos de favoritismo, os resultados obtidos com as medidas directas derivadas do questionário evidenciaram um favoritismo endogrupal significativo para a globalidade da amostra, isto é, os participantes atribuíram uma maior diferença entre os traços positivos e os traços negativos ao endogrupo do que ao exogrupo. O favoritismo endogrupal foi significativo para os participantes angolanos, mas os participantes portugueses mostraram uma tendência no sentido oposto.

Relativamente às medidas de auto-descrição, começámos por averiguar até que ponto os indivíduos se descreveram de forma consonante com os traços estereotípicos do seu próprio grupo de pertença. Em concordância com as nossas hipóteses, verificámos que os participantes angolanos se descreveram a si próprios recorrendo mais aos traços estereotípicos do endogrupo do que aos traços contra-estereotípicos, enquanto que os participantes portugueses recorreram à estratégia inversa, isto é, descreveram-se a si próprios recorrendo mais aos traços contra-estereotípicos do endogrupo do que aos traços estereotípicos. Assim, os participantes portugueses enfatizaram a sua diferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença, enquanto que os participantes angolanos enfatizaram a indiferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença.

Esta assimetria nos padrões de diferenciação dos indivíduos face ao endogrupo em função do estatuto relativo dos grupos vai ao encontro dos resultados obtidos no estudo anterior: os participantes angolanos homogeneizaram o endogrupo e enfatizaram a indiferenciação do *self* face ao grupo de pertença, enquanto que os participantes portugueses heterogeneizaram o endogrupo e enfatizaram a diferenciação do *self* face ao grupo de pertença. Vai também ao encontro dos resultados relativos à semelhança percebida com o endogrupo e com o exogrupo. Os participantes de ambos os grupos sentem-se mais semelhantes ao endogrupo do que ao exogrupo. No entanto, verifica-se uma assimetria na diferenciação que os participantes estabelecem entre si próprios e o grupo de pertença e o grupo dos outros em função do estatuto relativo dos grupos. Embora globalmente todos os

participantes se sintam mais semelhantes ao endogrupo do que ao exogrupo, esta diferença é mais acentuada para os membros do grupo dominado do que para os membros do grupo dominante.

Em segundo lugar, averiguámos até que ponto os indivíduos se descreveram a si próprios recorrendo preferencialmente a traços positivos ou a traços negativos. Tal como no estudo anterior, verificámos que tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses se auto-descreveram recorrendo mais aos traços positivos do que aos traços negativos, o que vai ao encontro da norma da positividade das auto-descrições.

Seguidamente, investigámos se a auto-diferenciação face ao endogrupo (distância absoluta entre a auto-descrição e a tendência central do endogrupo) variava em função do grupo dos participantes. Contrariamente às nossas hipóteses, os valores de auto-diferenciação não foram significativamente diferentes para participantes angolanos e portugueses. Verificámos ainda que a distância das auto-descrições dos participantes face ao endogrupo não variava significativamente em função da estereotipicalidade dos traços. No entanto, as auto-descrições dos participantes foram significativamente mais próximas da tendência central do endogrupo nos traços positivos do que nos traços negativos, sendo o efeito da valência dos traços mais forte para os participantes angolanos do que para os portugueses.

Seguidamente investigámos os níveis de orgulho e de identificação grupais, os níveis de contacto entre os grupos. Relativamente orgulho grupal, verificámos que tanto os angolanos como os portugueses referem sentir maior orgulho *nacional* do que orgulho *racial*, embora para os angolanos esta diferença não seja estatisticamente significativa. As comparações intergrupais efectuadas relativamente a cada uma das pertenças, permitiram verificar que os participantes angolanos evidenciam um maior nível de orgulho nacional do que os participantes portugueses, o mesmo acontecendo com o nível de orgulho racial.

No que respeita aos níveis de identificação endogrupal, globalmente, os participantes referiram sentir-se mais identificados com o seu grupo nacional do que com o seu grupo racial. As comparações intergrupais efectuadas relativamente a cada uma das pertenças, permitiram verificar que os níveis de identificação endogrupal nacional e racial não diferiram significativamente entre participantes angolanos e participantes portugueses.

Quanto aos níveis de identificação exogrupal, os participantes portugueses referiram sentir-se menos identificados com o seu exogrupo nacional do que com o seu exogrupo racial, enquanto que os participantes angolanos apresentaram níveis idênticos de identificação exogrupal nacional e racial. As comparações intergrupais efectuadas relativamente a cada um dos exogrupos permitiram verificar que os níveis de identificação exogrupal nacional foram superiores para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses, enquanto que os níveis de identificação exogrupal racial não diferiram significativamente entre os dois grupos de participantes.

Analísámos o impacto dos níveis de identificação nacional (angolanos, portugueses) e racial (negros, brancos) nos efeitos de homogeneidade e também nos efeitos de favoritismo. Globalmente, não encontramos evidência para uma mediação do nível de identificação endogrupal nem do nível de identificação exogrupal na percepção da variabilidade grupal. Quanto aos efeitos de favoritismo, os resultados apontaram para uma mediação do favoritismo endogrupal pelo nível de identificação exogrupal (mas não pelo nível de identificação endogrupal). Este padrão de resultados, tanto no que respeita à mediação dos efeitos de homogeneidade como à mediação dos efeitos de favoritismo, aplica-se tanto aos níveis de identificação nacional como racial, indo ao encontro dos resultados obtidos no estudo anterior.

Globalmente, os participantes consideraram ter maior familiaridade com o endogrupo do que com o exogrupo, sendo esta diferença mais acentuada nos participantes portugueses do que nos participantes angolanos. Analísámos o impacto dos níveis de contacto (endogrupal e exogrupal) nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida e nas medidas de favoritismo endogrupal. As análises efectuadas sobre as medidas de variabilidade grupal percebida fazendo co-variarem os níveis de contacto endogrupal e de contacto exogrupal não produziram resultados significativos. Resumindo, os efeitos de homogeneidade não variaram significativamente em função do alto ou baixo contacto com os grupos.

No que respeita às medidas de favoritismo endogrupal, as análises de co-variância efectuadas revelaram que para os participantes angolanos quanto maior o nível de contacto com o endogrupo maior o favoritismo endogrupal. Assim, o nível de contacto endogrupal parece ser um mediador do favoritismo endogrupal, mas o seu efeito só é significativo para os angolanos, o que se prende com a sua situação de imigrantes.

Neste estudo analisámos o *racismo subtil* (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala *et al.*, 1999) através de duas sub-escalas: ‘negação da expressão de emoções positivas’ e ‘acentuação das diferenças culturais’. Os participantes de ambos os grupos apresentaram níveis semelhantes de expressão de emoções positivas face ao exogrupo. Quanto à ‘acentuação das diferenças culturais’, os participantes portugueses acentuaram mais as diferenças culturais entre os dois grupos do que os participantes angolanos. Os itens em que as respostas dos participantes angolanos e portugueses foram mais divergentes são os relativos aos ‘valores e princípios morais’ e às ‘crenças e práticas religiosas’, sendo que os participantes angolanos consideraram existirem mais semelhanças entre os dois grupos do que os participantes portugueses. Os itens ‘valores e comportamentos sexuais’ e ‘língua que falam’ suscitaram consenso entre os participantes de ambos os grupos, sendo que é relativamente aos ‘valores e comportamentos sexuais’ que os participantes referem maior diferença entre os grupos e na ‘língua que falam’ a maior semelhança.

Por último, neste estudo pretendíamos averiguar o nível de diversidade das amizades dos participantes. Os resultados indicam que as ‘amizades intergru-

pais' são mais frequentes nos participantes angolanos do que nos participantes portugueses, o que se prende com a sua situação de imigrantes que os obriga a um maior contacto com outros grupos. No entanto, a ordem em que surgem os vários tipos grupos é semelhante em ambos os casos: globalmente, as amizades são mais frequentes com pessoas de outra *classe social* e outra *cultura* e são menos frequentes com pessoas de outra *religião* ou *raça*.

Neste estudo e no precedente investigámos os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo recorrendo a dois grupos de estatuto assimétrico na sociedade portuguesa: o grupo maioritário (portugueses) e um grupo minoritário de origem africana (angolanos). Será, no entanto, necessário averiguar se o padrão de resultados observado em relação ao grupo dos angolanos poderá ser extrapolado para outros grupos de origem africana. Com o objectivo de alargar as conclusões desta pesquisa, decidimos realizar um último estudo para comparar as percepções que os portugueses têm dos vários grupos nacionais de origem africana, que apresentamos no capítulo seguinte.

6. Racismo e homogeneização das minorias

Nos dois estudos experimentais que apresentámos no capítulo precedente, investigámos as percepções e as estratégias identitárias de dois grupos de estatuto assimétrico na sociedade portuguesa: o grupo maioritário (portugueses) e um grupo minoritário de origem africana (angolanos). Com o objectivo de alargar as conclusões desta pesquisa, decidimos realizar um último estudo para comparar as percepções que os portugueses têm dos vários grupos nacionais de origem africana: *angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses*. A nossa hipótese é que os portugueses não têm uma percepção significativamente diferenciada de cada um destes grupos.

No que respeita à percepção da variabilidade grupal, tal como nos estudos anteriores, esperamos encontrar um efeito de homogeneidade do exogrupo em relação aos vários grupos oriundos dos PALOP e esperamos que este efeito não varie significativamente de magnitude em função da nacionalidade.

O segundo objectivo deste estudo foi averiguar quais as variáveis predictoras da variabilidade grupal percebida. Nesse sentido construímos um questionário com várias medidas, a maior parte já presentes no estudo anterior: o racismo subtil e o racismo flagrante, o contacto entre os grupos, a diversidade de amizades intergrupais, o orgulho e a identificação nacional e racial. Interessa-nos particularmente averiguar até que ponto o efeito de homogeneidade do exogrupo vai ancorar no *racismo*. A nossa hipótese é que haja uma correlação positiva significativa entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o racismo, nomeadamente o ‘racismo subtil’. Neste sentido recorreremos à escala de racismo subtil e racismo flagrante de Pettigrew e Meertens (1995), o que nos permitirá comparar os nossos resultados com os outros estudos efectuados em Portugal (Vala *et al.*, 1999a).

Tendo sido a escala traduzida e aferida para a população portuguesa em relação aos ‘imigrantes negros’ decidimos utilizar a mesma escala, mas tendo em

conta seis grupos-alvo: as cinco nacionalidades dos PALOP e os ‘negros’ (original da escala). Assim, foram construídas seis versões do mesmo questionário. Cada versão corresponde a um grupo-alvo: *angolanos*, *cabo-verdianos*, *guineenses*, *moçambicanos*, *são-tomenses* e *negros*. A utilização destes seis grupos-alvo permite, por um lado, a comparação das respostas em função dos cinco grupos nacionais africanos e, por outro, a comparação das respostas em função do tipo de categorização: baseada na nacionalidade (categorização *nacional*) ou baseada na cor da pele (categorização *racial*).

Uma vez que as campanhas anti-racismo se têm focalizado na ilegitimidade da discriminação em função da cor da pele, é provável que a designação ‘negros’ (categorização *racial*) seja mais facilmente reconhecida como activando respostas que possam ser conotadas com racismo. Sendo os participantes neste estudo pessoas com elevada escolaridade e cientes das normas sociais em vigor contra a discriminação provavelmente a inibição provocada pela designação ‘negros’ será mais forte do que a provocada pelas diferentes designações nacionais. Assim, esperamos encontrar respostas mais discriminatórias nas condições de categorização nacional (*angolanos*, *cabo-verdianos*, *guineenses*, *moçambicanos* e *são-tomenses*) do que na condição de categorização racial (*negros*), especialmente nas medidas mais veladas da discriminação (percepção de homogeneidade grupal e racismo subtil). Nas medidas de discriminação flagrante a norma anti-racismo será automaticamente activada independentemente do tipo de categorização, pelo que não esperamos encontrar diferenças significativas. Esperamos também uma diferença significativa entre a categorização racial e a categorização nacional nas medidas mais ligadas ao contacto com o exogrupo, uma vez que a designação ‘negros’ possui maior grau de generalidade do que as designações nacionais.

Este estudo foi realizado nas mesmas cidades do Estudo 2: Braga, Bragança, Porto, Lisboa, Évora e Faro. Tal como no Estudo 2, não esperamos encontrar diferenças significativas em função do local de recolha de dados (excepções poderão ser encontradas nas medidas mais ligadas ao contacto entre grupos que se prevê superior nos grandes centros urbanos).

Um dos nossos objectivos é demonstrar que a nacionalidade não é relevante para os participantes portugueses quando se trata de grupos minoritários de origem africana, isto é, esperamos que as respostas dos participantes não variem significativamente em função do grupo-alvo quando este é categorizado em função da sua origem nacional. Outro dos nossos objectivos é demonstrar que a categorização racial activa mais facilmente a norma anti-racismo do que a categorização nacional, o que se traduzirá num menor nível de discriminação face ao grupo-alvo *negros*. Dada a validade facial das medidas utilizadas neste estudo é muito provável que as respostas dos participantes correspondam a baixos níveis de discriminação, no sentido da deseabilidade social. Finalmente, outro dos nossos objectivos é averiguar quais as variáveis predictoras da percepção da homogeneidade do exogrupo.

Neste estudo participaram 718 estudantes do ensino superior, 289 do sexo masculino e 429 do sexo feminino, todos de nacionalidade e naturalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos (idade média = 20 anos). As respostas dos estudantes foram recolhidas colectivamente em salas de aula de estabelecimentos de ensino superior público nas seis cidades seleccionadas (Braga, Bragança, Évora, Faro, Lisboa e Porto). Sempre que possível, os dados foram recolhidos junto de estudantes do primeiro ou do segundo ano de cursos ligados às ciências sociais.

Na apresentação do questionário solicitava-se a participação dos estudantes num estudo sobre as relações entre diferentes grupos sociais em Portugal. Apelava-se à sinceridade dos participantes e garantia-se o anonimato das suas respostas. Cada participante respondia a uma das versões do questionário (foram utilizadas seis versões correspondentes a cada um dos grupos-alvo: *angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e imigrantes negros*).

O questionário era composto por várias questões, a maior parte delas já presentes nos questionários que acompanharam os estudos experimentais (Estudos 4 e 5). Os participantes começavam por responder a algumas questões sobre as suas amizades com pessoas pertencentes a outros grupos sociais, religiosos ou culturais. Seguidamente, os participantes deveriam estimar a variabilidade global do exogrupo e também estimar a sua semelhança com os membros do exogrupo. Seguiu-se uma série de questões relativas ao racismo subtil, ao racismo flagrante e ao nível de contacto com o exogrupo. Finalmente, foram efectuadas questões sobre o nível de orgulho e o nível de identificação com determinados grupos. Por último, os participantes respondiam a questões de caracterização: sexo, idade, nacionalidade e naturalidade. Esta última pergunta serviu para eliminar do tratamento de dados os membros de minorias étnicas já nascidos em Portugal. Terminada a tarefa, a investigadora esclarecia os objectivos do estudo, agradecia a participação dos estudantes e respondia às eventuais questões.

6.1. Percepções do exogrupo

As percepções do exogrupo foram avaliadas a partir das tarefas de estimação de variabilidade e de estimação da semelhança. No estudo anterior estas tarefas eram efectuadas relativamente ao endogrupo e ao exogrupo enquanto que neste estudo foram efectuadas apenas em relação ao exogrupo.

Começámos por averiguar se a percepção de variabilidade do exogrupo e a percepção de semelhança com os membros do exogrupo variavam significativamente em função do grupo-alvo, do sexo dos participantes e do local de recolha de dados. Nesse sentido, os dados relativos a estas duas medidas foram submetidos a análises multivariadas de variância tendo como variáveis independentes o grupo-alvo (*angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-to-*

menses e negros), o sexo dos participantes (masculino, feminino) e o local de recolha de dados (Braga, Porto, Lisboa, Bragança, Évora, e Faro), todas como variáveis inter-participantes. Com o objectivo de averiguar a influência do tipo de categorização nas respostas dos participantes, estes dados foram igualmente submetidos a análises de variância tendo o tipo de categorização do grupo-alvo (*nacional vs. racial*) como variável inter-participantes¹.

No sentido de averiguar a *variabilidade percebida do exogrupo* efectuámos um teste-t testando contra o valor neutro da escala. Se a média obtida ficar significativamente aquém do ponto neutro da escala, poderemos inferir um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo. Utilizámos o mesmo procedimento de análise de dados para a estimação de semelhança com o exogrupo. Se a média ficar significativamente aquém do ponto neutro da escala, poderemos inferir que os participantes se sentem ‘semelhantes’ aos membros do exogrupo. Se a média ficar significativamente além do ponto neutro da escala, poderemos inferir que os participantes se sentem ‘diferentes’ dos membros do exogrupo.

Os valores relativos à variabilidade grupal percebida diferem significativamente do ponto neutro da escala, demonstrando a esperada homogeneização do exogrupo ($M = 3,88$)². Este efeito de homogeneização não variou significativamente em função do local de recolha de dados nem do sexo dos participantes. Também não variou significativamente em função dos cinco grupos nacionais africanos (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses). Estes resultados vão ao encontro das nossas hipóteses, na medida em que esperávamos que os participantes não tivessem uma percepção diferenciada dos diferentes grupos nacionais africanos.

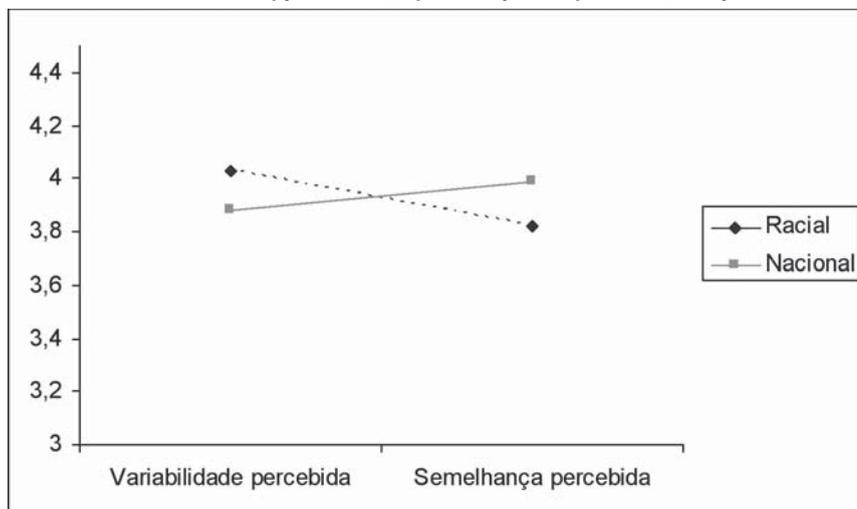
Também de acordo com as nossas expectativas verificou-se um efeito significativo do tipo de categorização grupo-alvo (*racial vs. nacional*): a variabilidade grupal atribuída ao grupo-alvo ‘negros’ ($M = 4,03$) é significativamente mais elevada do que a atribuída à média dos grupos nacionais africanos ($M = 3,85$)³, como se pode observar no Gráfico 5.

¹ Uma vez que o número de efectivos relativos à categorização nacional ($N=592$) é muito superior ao número de efectivos relativos à categorização racial ($N=126$), antes de proceder à segunda análise de variância seleccionámos aleatoriamente um número idêntico de participantes nas cinco condições de categorização nacional de modo a totalizar o mesmo número de participantes que na categorização racial (para cada grupo-alvo seleccionámos aleatoriamente 12 participantes do sexo masculino e 12 do sexo feminino, o que totalizou 120 participantes).

² T-teste (valor neutro=4), $t(674) = -2,525$, $p < 0,012$.

³ Efeito tipo de categorização, $F(1, 248) = 4,033$, $p < 0,046$.

Gráfico 5 – Percepções do exogrupo em função do tipo de categorização



Nota: Variabilidade percebida do exogrupo: 1 = ‘eles são todos semelhantes’; 7 = ‘eles são todos diferentes’; Semelhança percebida com o exogrupo: Escala: 1 = ‘sinto-me muito semelhante’; 7 = ‘sinto-me muito diferente’; Categorização racial = *negros*; Categorização nacional = média (*angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses*).

A semelhança percebida com o exogrupo também não variou significativamente em função dos diferentes grupos nacionais africanos ($M = 3,96$). No entanto, verificou-se um inesperado efeito significativo do local de recolha de dados, sendo a ‘diferença percebida’ face ao exogrupo mais elevada em Lisboa ($M = 4,51$) do que nas restantes cidades. Verificou-se igualmente um efeito significativo do sexo dos participantes: as mulheres ($M = 3,78$) declaram sentir-se mais ‘semelhantes’ do exogrupo do que os homens ($M = 4,22$)⁴.

No que respeita ao grupo-alvo, verificamos novamente que os participantes não têm uma percepção diferenciada dos vários grupos nacionais africanos, confirmando assim as nossas expectativas. Embora a percepção da semelhança com os membros do exogrupo seja superior para a categorização racial ($M = 3,82$) do que para a categorização nacional ($M = 3,99$), esta diferença não é estatisticamente significativa.

6.2 Racismo subtil e racismo flagrante

Os participantes responderam às três sub-escalas de *racismo subtil* e às duas sub-escalas de *racismo flagrante* (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999). Duas das sub-escalas de racismo subtil já foram apresentadas no estudo anterior: *negação de emoções positivas* e *acentuação de diferenças culturais*. Passamos então à des-

⁴ Efeito do local, $F(5,628)=5,435$, $p<0,001$; Efeito do sexo dos participantes, $F(1,628)=8,039$, $p<0,005$.

crição das outras três escalas. A *defesa de valores tradicionais* foi medida a partir do grau de acordo (1 = ‘concordo totalmente’; 2 = ‘concordo parcialmente’; 3 = ‘discordo parcialmente’; 4 = ‘concordo totalmente’) face às frases seguintes: ‘O problema é que algumas pessoas não se esforçam o suficiente. Se os [negros]⁵ se esforçassem um pouco mais, teriam o mesmo sucesso que os portugueses’; ‘Outros grupos vieram para cá e ultrapassaram o preconceito (por exemplo, os brasileiros). Os [negros] deviam fazer o mesmo sem reclamar tratamento especial’; ‘Os [negros] que vivem aqui não se deviam meter onde não são desejados’; ‘Os [negros] transmitem aos filhos valores e aptidões diferentes dos que são necessários para ser bem sucedido na sociedade portuguesa’.

A *ameaça e rejeição* foi medida a partir do grau de acordo (utilizando a mesma escala) face às frases seguintes: ‘A maior parte dos governantes do país preocupa-se demasiado com os imigrantes [negros] e não o suficiente com os portugueses’; ‘Os imigrantes [negros] têm empregos que deveriam pertencer aos portugueses’; ‘A maioria dos imigrantes [negros] que recebem apoio da segurança social podiam muito bem passar sem ela se quisessem’; ‘Os imigrantes [negros] pertencem a uma raça menos dotada e isso explica porque não estão numa situação tão boa quanto os portugueses’; ‘Os portugueses e os imigrantes [negros] dificilmente conseguirão estar completamente à vontade, ainda que sejam amigos chegados’. Desta escala fazia ainda parte a seguinte questão: ‘No que respeita à honestidade, acha que os portugueses e os imigrantes [negros] são muito semelhantes, um pouco semelhantes, um pouco diferentes, ou muito diferentes?’ (1 = ‘muito semelhantes’; 4 = ‘muito diferentes’).

A *rejeição de intimidade* foi averiguada a partir do grau de acordo relativamente às frases seguintes: ‘À partida excluiria a hipótese de ter relações sexuais com um(a) [negro(a)]’; ‘Não gostaria que um(a) [negro(a)] fosse meu chefe mesmo se tivesse as competências adequadas’; ‘Não gostaria que um familiar meu casasse com um(a) [negro(a)] mesmo se fosse de meio social semelhante’. Desta escala fazia ainda parte a seguinte questão: ‘Suponha que um(a) filho(a) seu casava com uma pessoa [negra] e os seus netos eram mulatos. Acha que se sentiria nada incomodado, um pouco incomodado, incomodado ou muito incomodado?’ (1 = ‘muito incomodado’; 4 = ‘nada incomodado’).

No que respeita ao *racismo subtil e racismo flagrante*, começámos por analisar a distribuição das respostas dos vários itens que compõem as cinco sub-escalas de racismo. Uma vez que se verificaram concentrações excessivas de resposta numa mesma categoria (nalguns casos ultrapassando os 80%), a maior parte dos itens teria de ser excluída da Análise Factorial (à excepção dos itens que

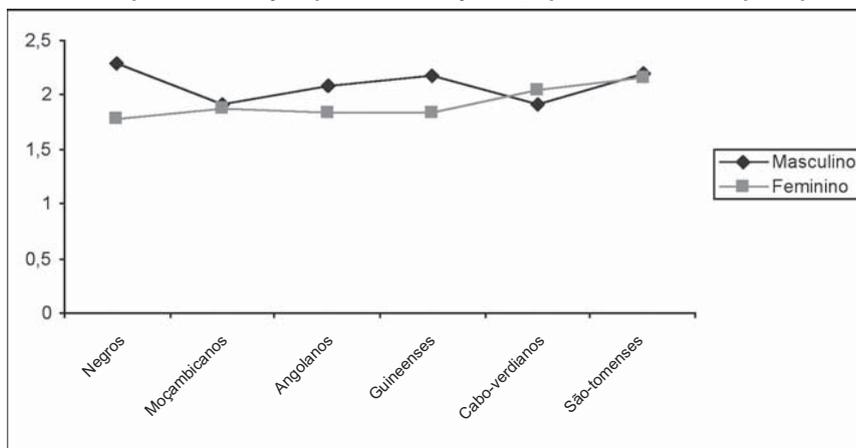
⁵ Por uma questão de simplicidade de apresentação, colocámos a designação do grupo-alvo como na escala originalmente utilizada em Portugal: *negros* (Vala *et al.*, 1999a). Recorde-se que foram efectuadas seis versões deste questionário, cada uma referindo-se a um exogrupo diferente: angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e *negros*.

compõem as sub-escalas de racismo subtil). Apesar desta limitação efectuámos uma Análise Factorial em Componentes Principais, mas os resultados não se ajustaram aos de Pettigrew e Meertens (1995), nem aos de Vala e colaboradores (1999a). Pensámos que tal se deve ao simples facto da nossa amostra ser bastante homogénea em termos de nível de escolaridade e idade (os outros autores trabalharam com amostras constituídas por pessoas dos 18 aos 65 anos e com os mais diversos níveis de escolaridade). Uma vez que esta escala já foi testada e aferida na população portuguesa (Vala *et al.*, 1999a), optámos por calcular as diversas sub-escalas da mesma forma que estes autores. Os itens que constituem cada sub-escala foram apresentados anteriormente. O valor de cada sub-escala corresponde à média aritmética dos itens que a constituem.

Os dados referentes a cada uma das sub-escalas de racismo foram submetidos a análises de variância idênticas às efectuadas para as medidas relativas às percepções do exogrupo. No que respeita à manifestação de emoções positivas face ao exogrupo ($M = 1,98$), tal como esperávamos, os resultados não variaram significativamente em função do grupo-alvo. Em contrapartida, verificou-se um efeito significativo do local de recolha de dados sendo que em Lisboa os participantes referiram sentir emoções positivas menos frequentemente do que nas restantes cidades. Verificou-se também um efeito principal significativo do sexo dos participantes, sendo que os participantes de sexo feminino ($M = 1,91$) referem sentir emoções positivas mais frequentemente do que os participantes de sexo masculino ($M = 2,08$) (Gráfico 6). Verificou-se ainda um efeito tendencialmente significativo do tipo de categorização do grupo-alvo: a média de respostas em relação aos ‘imigrantes negros’ ($M=1,88$) foi tendencialmente mais favorável do que a média em relação aos cinco grupos africanos ($M=2,00$)⁶.

⁶ Efeito local, $F(5,627)=3,150$, $p<0,008$; Efeito sexo dos participantes, $F(1,627)=5,248$, $p<0,022$; Efeito tipo de categorização, $F(1,248)=1,033$, $p<0,076$.

Gráfico 6 – Expressão de emoções positivas em função do grupo-alvo e do sexo dos participantes



Emoções: Frequência de expressão de emoções positivas [admiração; simpatia] em relação aos *negros*. (1 = 'muitas vezes'; 4 = 'nunca').

No que respeita aos resultados sobre a percepção de diferenças culturais, não se verificaram quaisquer efeitos significativos ligados ao grupo-alvo, local de recolha de dados e sexo dos participantes. Em contrapartida, a acentuação das diferenças culturais foi significativamente mais elevada na categorização nacional ($M=2,41$) do que na categorização racial ($M=2,34$)⁷.

Relativamente aos resultados da sub-escala defesa de valores tradicionais, os participantes de sexo feminino ($M = 2,77$) evidenciaram um maior grau de desacordo com os valores tradicionais do que os participantes de sexo masculino ($M = 2,63$), sendo este o único efeito significativo encontrado⁸.

As duas sub-escalas de racismo flagrante, *ameaça e rejeição* e *rejeição de intimidade*, apresentam um padrão idêntico de resultados. Os únicos efeitos significativos encontrados dizem respeito ao local de recolha de dados: no Porto os participantes expressaram maior grau de desacordo com os itens de ambas as sub-escalas do que nas restantes cidades⁹.

Depois de invertidos os valores das escalas de *defesa de valores tradicionais*, *ameaça e rejeição* e de *rejeição de intimidade* (para que a valores mais elevados correspondessem maiores níveis de discriminação), calculámos o nível de *racismo subtil* (média aritmética das sub-escalas *negação de emoções positivas*, *acentuação de diferenças culturais* e *defesa de valores tradicionais*) assim como o nível de *racismo flagrante* (média aritmética das sub-escalas *ameaça e rejeição* e *rejeição de intimidade*).

⁷ Efeito tipo de categorização, $F(1,248)=6,064$, $p<0,014$.

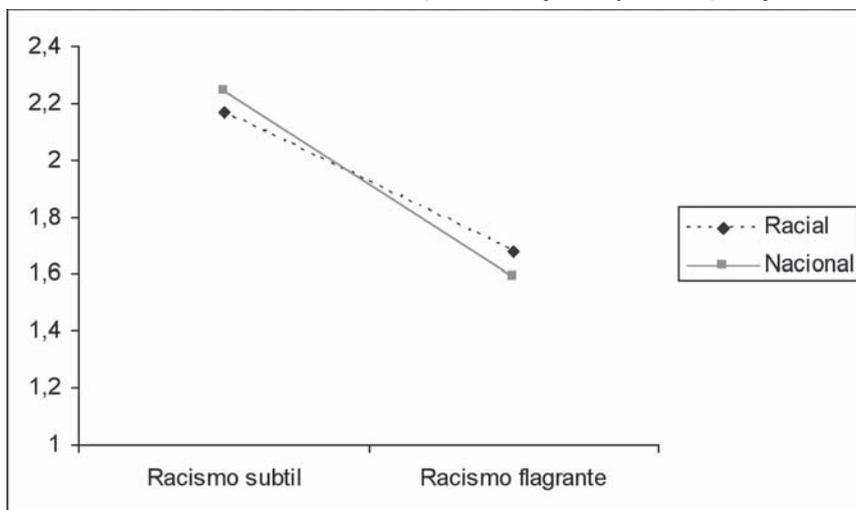
⁸ Efeito sexo dos participantes, $F(1,645)=7,140$, $p<0,008$.

⁹ Ameaça e rejeição: efeito do local, $F(5,645)=4,072$, $p<0,001$. Rejeição de intimidade: efeito do local, $F(5,646)=7,646$, $p<0,001$.

Tal como esperávamos, o racismo subtil ($M=2,22$) foi significativamente mais elevado do que o racismo flagrante ($M=1,61$) (ver Gráfico 7). Também de acordo com as nossas hipóteses, os níveis de discriminação subtil e flagrante não variaram em função dos vários grupos-alvo de origem africana.

Contrariamente às nossas expectativas, a diferença entre o racismo subtil e o racismo flagrante é significativa para ambos os sexos, mas é mais pronunciada nos participantes do sexo masculino do que nos de sexo feminino (ver Gráfico 8). Também contrariamente às nossas expectativas, a diferença entre o racismo subtil e o racismo flagrante foi mais acentuada nos grandes centros urbanos do que nas cidades de menor dimensão (ver Gráfico 9)¹⁰.

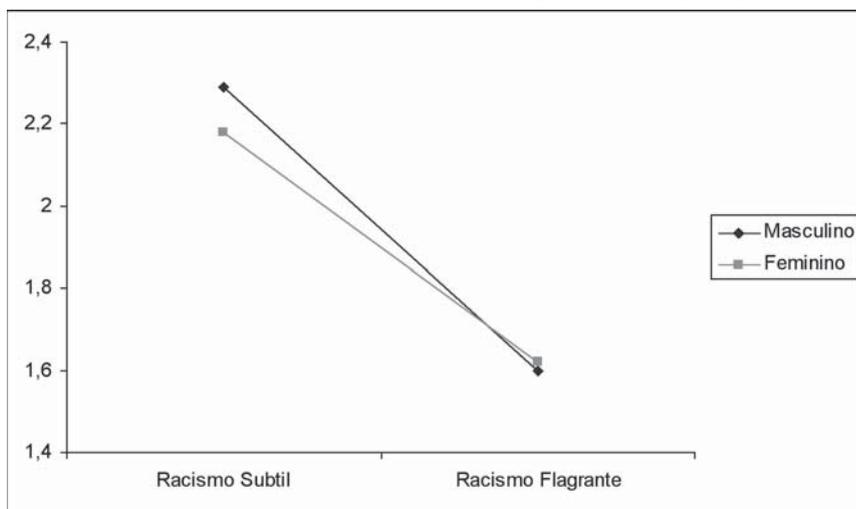
Gráfico 7 – Racismo subtil e racismo flagrante em função do tipo de categorização



Nota: Valores mais elevados correspondem a maior discriminação (Escala: 1 a 4).

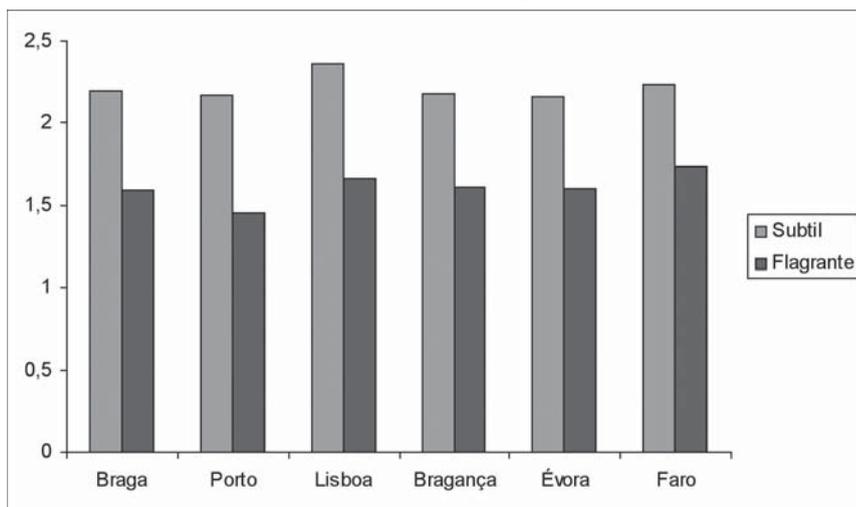
¹⁰ Efeito tipo de racismo, $F(1,645)=1105,98$, $p<0,0001$. Efeito tipo de racismo x sexo dos participantes, $F(1,645)=8,97$, $p<0,003$. Contrastes: sexo masculino, $F(1,645)=770,05$, $p<0,0001$; sexo feminino, $F(1,645)=770,36$, $p<0,0001$. Efeito tipo de racismo x local, $F(1,645)=5,32$, $p<0,0001$.

Gráfico 8 – Racismo subtil e racismo flagrante em função do sexo dos participantes



Nota: Valores mais elevados correspondem a maior discriminação (Escala: 1 a 4).

Gráfico 9 – Racismo subtil e racismo flagrante em função do local de recolha de dados



Nota: Valores mais elevados correspondem a maior discriminação (Escala: 1 a 4).

A diferença entre o racismo subtil e o racismo flagrante foi mais acentuada na categorização nacional (respectivamente $M=2,24$ e $M=1,59$) do que na categorização racial ($M=2,17$ e $M=1,68$), no entanto, o efeito de interacção entre o tipo de racismo e o tipo de categorização do grupo-alvo não é estatisticamente significativo. Assim, embora o efeito do tipo de categorização (racial *vs.*

nacional) tenha sido significativo para duas das sub-escalas do racismo subtil ('negação de emoções positivas' e 'acentuação de diferenças culturais'), não foi suficientemente forte para produzir uma diferença na escala global.

Finalmente, calculámos as correlações entre o racismo subtil e o racismo flagrante. Como podemos constatar na Tabela 42, os valores relativos ao racismo subtil e ao racismo flagrante estão positiva e fortemente correlacionados entre si ($r = 0,542$), à semelhança do que tem sido encontrado noutros estudos utilizando esta escala (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999). Tanto o racismo subtil como o flagrante estão negativa e significativamente correlacionados com a percepção de variabilidade do exogrupo, a percepção da semelhança com o exogrupo, o nível de familiaridade com o exogrupo e as amizades intergrupais. Em contrapartida, tanto o racismo subtil como o flagrante estão positiva e significativamente correlacionados com o orgulho racial e a identificação nacional e racial.

Tabela 42 – Correlações entre o racismo subtil, o racismo flagrante e as restantes variáveis

	Correlações (N=718)	
	Racismo subtil	Racismo flagrante
Racismo subtil	-	,542**
Racismo flagrante	,542**	-
Variabilidade do exogrupo	-,191**	-,153**
Semelhança com o exogrupo	-,508**	-,335**
Familiaridade com o exogrupo	-,329**	-,122**
Orgulho nacional	,038	,043
Orgulho racial	,180**	,312**
Identificação nacional	,090*	,077*
Identificação racial	,227**	,325**
Amizades intergrupais	-,100**	-,130**

Nota: ** Correlação significativa $p < .01$; * Correlação significativa $p < .05$.

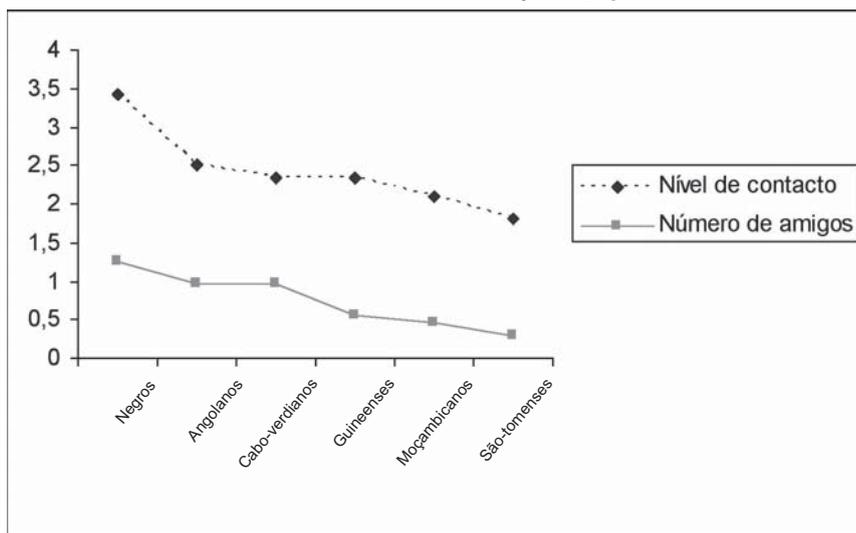
6.3. Contacto com o exogrupo e diversidade nas amizades

O nível de *contacto com o exogrupo* foi medido da mesma forma que no estudo anterior, isto é, através de três questões fechadas sobre o *nível de familiaridade* e uma questão aberta: número de *amigos íntimos*. Enquanto no estudo anterior se aferiu o nível de contacto com o exogrupo e com o endogrupo, neste estudo apenas se aferiu o nível de contacto com o exogrupo.

Como podemos observar no Gráfico 10, globalmente o contacto com os africanos é bastante reduzido. O nível de familiaridade (média das três escalas = 2,43) variou significativamente em função do grupo-alvo: o nível de familiaridade foi mais elevado em relação aos 'negros' ($M = 3,41$) e mais baixo em relação aos 'são-tomenses' ($M = 1,80$). Também se verificou um efeito significativo do local de recolha de dados: os participantes referem maior contacto em Faro ($M = 2,95$) e menor contacto em Braga ($M = 2,09$). Globalmente, verificou-se

um efeito significativo do tipo de categorização: os participantes referem um nível de familiaridade significativamente mais elevado em relação aos ‘negros’ ($M = 3,41$) do que em relação à média dos cinco grupos nacionais africanos ($M = 2,23$)¹¹. No entanto, tal resultado poderá dever-se ao maior grau de generalidade do exogrupo ‘negros’ e não a qualquer pressão de ordem normativa. Globalmente, a média de amigos íntimos de origem africana é bastante baixa ($M = 0,76$; 73,4% dos participantes não refere nenhum amigo íntimo, 9,7% refere um amigo íntimo, 8,7% refere dois amigos íntimos, 3,2% refere três amigos íntimos; 4,4% refere mais do que três amigos íntimos). Mais uma vez, o número de amigos íntimos foi superior relativamente aos ‘negros’ ($M = 1,26$) do que para cada um dos cinco grupos nacionais africanos, sendo em relação aos ‘são-tomenses’ ($M = 0,30$) que os participantes referiram ter menos amigos íntimos. Globalmente, o número de amigos íntimos é superior quando o grupo-alvo é categorizado em função da cor da pele ($M = 1,26$) do que quando é categorizado em função da nacionalidade ($M = 0,66$)¹². Como referimos em relação às questões anteriores, este efeito do tipo de categorização, no caso das medidas de contacto, pode dever-se simplesmente ao maior grau de generalidade da categorização ‘negros’ relativamente às categorizações ‘nacionais’.

Gráfico 10 – Nível de contacto em função do grupo-alvo



Nível de contacto: Quanto maior o valor maior o nível de contacto (1 = ‘muito distante’; 7 = ‘muito próximo’); *Número de amigos íntimos* (questão aberta): ‘Escreva o número aproximado de [negros] que são seus amigos íntimos’.

¹¹ Efeito grupo-alvo, $F(5,642)=14,492$, $p<0,001$. Efeito local, $F(5,642)=5,214$, $p<0,001$. Efeito tipo de categorização, $F(1,251)=30,70$, $p<0,0001$.

¹² Efeito grupo-alvo, $F(5,641)=2,451$, $p<0,033$. Efeito tipo de categorização, $F(1,251)=10,363$, $p<0,001$.

O nível de diversidade das amizades intergrupais foi avaliado da mesma forma que no estudo anterior. A Tabela 43 apresenta as médias referentes às amizades intergrupais (amigos de outra nacionalidade, de outra raça, de outra religião, de outra cultura, ou de outra classe social). Como se pode verificar, a ordem em que surgem os vários grupos é exactamente a mesma para ambos os sexos: classe social ($M = 2,39$), cultura ($M = 2,99$), nacionalidade ($M = 1,95$), religião ($M = 1,93$), e finalmente a raça ($M = 1,91$). Globalmente, os participantes de sexo masculino ($M = 2,09$) referem um maior número de amizades intergrupais do que os participantes de sexo feminino ($M = 2,00$)¹³.

Tabela 43 – Médias relativas às amizades intergrupais em função do sexo dos participantes

Amizades intergrupais	Sexo dos participantes		
	Masculino (N=289)	Feminino (N=429)	Total (N=718)
Pessoas de outra classe social	2,44	2,35	2,39
Pessoas de outra cultura	2,05	1,96	1,99
Pessoas de outra nacionalidade	2,01	1,91	1,95
Pessoas de outra religião	1,98	1,90	1,93
Pessoas de outra raça	1,97	1,86	1,91
Total	2,09	2,00	2,03

Amizades intergrupais: 'Do conjunto dos seus amigos, existem muitas, poucas ou nenhuma pessoas como estas?' (1 = 'nenhuma'; 2 = 'poucas'; 3 = 'muitas').

6.4 Pertença, orgulho e identificação grupais

Tal como no estudo anterior, foram medidos os níveis de *orgulho grupal* e de *identificação grupal*. Neste estudo foram analisados os dados referentes à pertença nacional (*portugueses*) e à pertença racial (*branco*). Os dados referentes aos níveis de orgulho e de identificação foram submetidos a análises de variância simples tendo como variável independente o sexo dos participantes e ainda a análises multivariadas de variância tendo o tipo de categorização (nacional *vs.* racial) como variável intra-participantes.

A Tabela 44 apresenta os valores relativos ao orgulho nacional e ao orgulho racial. Os participantes de sexo masculino ($M = 1,57$) declararam sentir maior grau de orgulho nacional do que os participantes de sexo feminino ($M = 1,74$). Em contrapartida, o orgulho racial ($M = 2,65$) não diferiu significativamente em função do sexo dos participantes. A comparação dos níveis de orgulho em função do tipo pertença produziu um efeito significativo: o nível de orgulho

¹³ Efeito sexo dos participantes, $F(1,715)=10,798$, $p<0,001$. Verifica-se uma diferença significativa relativamente aos seguintes grupos: classe social, $F(1,712)=3,924$, $p<0,048$; nacionalidade, $F(1,714)=7,009$, $p<0,008$; e raça, $F(1,713)=6,612$, $p<0,010$.

nacional ($M = 1,67$) foi significativamente superior ao nível de orgulho racial ($M = 2,65$)¹⁴.

Tabela 44 – Médias relativas ao orgulho nacional e racial

Sexo dos participantes	Nível de orgulho	
	Nacional	Racial
Masculino (N= 289)	1,57	2,70
Feminino (N= 429)	1,74	2,62
Total (N=718)	1,67	2,65

Orgulho grupal: 'Diga-nos em que medida se sente orgulhoso por pertencer a estes grupos [*portugueses; brancos*]: (1 = 'muito orgulhoso'; 2 = 'orgulhoso'; 3 = 'pouco orgulhoso'; 4 = 'nada orgulhoso').

A Tabela 45 apresenta os valores relativos aos níveis de identificação nacional e de identificação racial. Paralelamente ao que se verificou com os dados referentes ao orgulho, os participantes de sexo masculino ($M = 5,59$) declararam sentir-se mais identificados com o grupo dos portugueses do que os participantes de sexo feminino ($M = 5,37$), enquanto que o nível de identificação racial ($M = 4,25$) não diferiu significativamente em função do sexo dos participantes. A comparação dos níveis de identificação em função dos dois tipos de pertença revelou que a identificação nacional ($M = 5,50$) é significativamente superior à identificação racial ($M = 4,25$)¹⁵.

Sintetizando, as medidas aferindo o orgulho e a identificação dos participantes revelaram um padrão idêntico de resultados. Os participantes de ambos os sexos expressaram maiores níveis de orgulho e identificação relativamente ao grupo dos 'portugueses' (categorização nacional) do que relativamente ao grupo dos 'brancos' (categorização racial). Os participantes do sexo masculino expressaram níveis de orgulho nacional e de identificação nacional significativamente superiores aos participantes de sexo feminino. Em contrapartida, nos níveis de orgulho racial e de identificação racial não se verificaram diferenças significativas em função do sexo dos participantes.

¹⁴ Efeito do sexo dos participantes, $F(1,711)=11,108$, $p<0,001$. Efeito do tipo de pertença, $F(1,689)=695,36$, $p<0,0001$.

¹⁵ Efeito do sexo participantes, $F(1,711)=8,980$, $p<0,003$. Efeito do tipo de pertença, $F(1,701)=360,10$, $p<0,0001$.

Tabela 45 – Médias relativas à identificação nacional e racial

Sexo dos participantes	Nível de identificação	
	Nacional	Racial
Masculino (N= 289)	5,59	4,32
Feminino (N= 429)	5,37	4,20
Total (N=718)	5,50	4,25

Nível de identificação grupal: 'Em que medida se sente identificado com os seguintes grupos [portugueses; brancos]'? (1 = 'nada identificado'; 7 = 'muito identificado').

6.5 Preditores da variabilidade percebida do exogrupo

Finalmente, com o objectivo de averiguar os *preditores da variabilidade percebida do exogrupo*, começámos por calcular as correlações entre esta variável e as outras medidas analisadas neste estudo, tendo previamente recodificado os valores de algumas variáveis (*percepção de semelhança com o exogrupo*, *orgulho nacional* e *orgulho racial*; as sub-escalas *defesa de valores tradicionais*, *ameaça e rejeição*, e *rejeição de intimidade* já haviam sido recodificadas).

A tabela 46 apresenta as correlações entre a variabilidade percebida do exogrupo e as outras variáveis analisadas. Considerando o total da amostra (N=718), verificam-se correlações negativas significativas entre a percepção da variabilidade do exogrupo, o racismo subtil ($r = -0,191$), o racismo flagrante ($r = -0,153$) e o orgulho racial ($r = -0,127$). Em contrapartida verificam-se correlações positivas significativas com a familiaridade com o exogrupo ($r = 0,149$) e as amizades intergrupais ($r = 0,106$).

Uma vez que os resultados referentes ao grupo-alvo 'negros' em algumas das variáveis (nomeadamente, a percepção da variabilidade do exogrupo e o nível de familiaridade com o exogrupo) diferiram significativamente das restantes condições, recalculámos as correlações excluindo o grupo-alvo 'negros' (PALOP; N=592). Como podemos constatar, todas as variáveis com as quais a percepção da variabilidade grupal correlacionava significativamente se mantêm. De salientar que todas as correlações significativas são mais fortes do que quando incluímos o grupo-alvo 'negros', verificando-se uma correlação positiva significativa com a variável 'percepção de semelhança com o exogrupo' que, quando considerada a amostra total, não atingia o limiar de significância estatística.

Também recalculámos as correlações tendo em conta apenas um grupo nacional específico, neste caso, o grupo dos 'angolanos' (N=120). As variáveis com as quais a percepção da variabilidade grupal correlacionava significativamente mantêm-se com a excepção da variável 'orgulho racial'. De um modo geral as correlações são mais fracas, o que se deve provavelmente ao menor número de efectivos contabilizados para a análise.

Tabela 46 – Correlações entre a percepção da variabilidade do exogrupo e as restantes variáveis

	Total (N=718)	PALOP (N=592)	Angolanos (N=120)
Racismo subtil	-,191**	-,220**	-,352**
Racismo flagrante	-,153**	-,198**	-,228**
Semelhança com o exogrupo	,071	,095*	,055*
Familiaridade com o exogrupo	,149**	,174**	,176**
Pertença nacional	-,042	-,031	-,100
Pertença racial	-,063	-,073	-,124
Orgulho nacional	-,021	-,041	-,032
Orgulho racial	-,127**	-,145**	-,128
Identificação nacional	-,041	-,050	-,146
Identificação racial	-,073	-,073	-,116
Amizades intergrupais	,106**	,152**	,285**

Nota: ** Correlação significativa $p < .01$; * Correlação significativa $p < .05$.

As variáveis com as quais se verificaram correlações significativas foram introduzidas como variáveis independentes em análises de regressão linear múltipla (ARLM), método *stepwise*, tomando como variável dependente a percepção da variabilidade do exogrupo. Foram realizadas três ARLM: uma com o total da amostra (seis grupos-alvo), outra excluindo o grupo-alvo ‘negros’ (incluindo os cinco grupos-alvo nacionais africanos: PALOP) e outra tendo como grupo-alvo apenas os ‘angolanos’. A Tabela 47 sintetiza os resultados das três análises de regressão efectuadas.

Tabela 47 – Preditores da variabilidade percebida do exogrupo

Variáveis independentes	Total (N=718)	PALOP (N=592)	Angolanos (N=120)
Racismo subtil	-,151**	-,166**	-,313**
Amizades intergrupais	n.s.	,107**	,226**
Orgulho racial	-,087*	-,089*	n.s.
Familiaridade com o exogrupo	,084*	,091*	n.s.
R ² ajustado	,056	,077	,174

Nota: ** Beta significativo $p < .01$; * Beta significativo $p < .05$; n.s. = Não significativo.

No que respeita à análise de regressão realizada com a totalidade da amostra, três variáveis independentes entraram na equação de regressão. O racismo subtil aparece como o melhor preditor da percepção da variabilidade do exogrupo: quanto maior o nível de racismo subtil menor a variabilidade percebida do exogrupo ($\beta = -0,151$). O nível de orgulho racial é o segundo melhor preditor: quanto mais elevado o orgulho racial menor a percepção de variabilidade do exogrupo ($\beta = -0,087$). Finalmente, quanto maior o nível de familiaridade com o exogrupo maior a percepção de variabilidade, ($\beta = 0,084$). Note-se, no entanto, que a variância explicada por estas três variáveis é baixa (R² ajustado = 0,056).

Na segunda análise de regressão realizada – excluindo o grupo-alvo ‘negros’ – entraram quatro variáveis na equação de regressão, três das quais constantes no modelo anterior. O racismo subtil surge de novo como o melhor preditor da percepção da variabilidade do exogrupo, tendo-se registado um incremento do seu valor preditivo: quanto maior o nível de racismo subtil menor a variabilidade percebida do exogrupo ($\beta = -0,166$). A diversidade de amizades (amigos de nacionalidade, raça, religião, cultura ou classe social diferente dos participantes) é o segundo melhor preditor, sendo que quanto maior o nível de amizades intergrupais maior a variabilidade percebida do exogrupo ($\beta = 0,107$). Segue-se o nível de orgulho racial: quanto mais elevado o orgulho racial menor a percepção de variabilidade do exogrupo ($\beta = -0,089$). Finalmente, quanto maior o nível de familiaridade com o exogrupo maior a percepção de variabilidade ($\beta = 0,090$). Note-se que se verifica um ligeiro incremento da variância explicada por este modelo face ao anterior (R^2 ajustado = 0,077).

Na terceira análise de regressão realizada – apenas com o grupo-alvo ‘angolanos’ – duas variáveis entraram na equação de regressão, sendo as que no modelo anterior tinham maior valor preditivo: o racismo subtil e as amizades intergrupais. Quanto maior o nível de racismo subtil em relação aos ‘angolanos’ menor a variabilidade grupal percebida, isto é, maior é o efeito de homogeneidade do exogrupo ($\beta = -0,313$). Em contrapartida, quanto maior o nível de amizades intergrupais maior a variabilidade percebida ($\beta = 0,226$). Note-se que se verifica um incremento bastante considerável da variância explicada por este modelo (R^2 ajustado = 0,174).

6.6 Racismo e homogeneização do Outro

Neste estudo analisámos as percepções e atitudes dos portugueses face aos ‘imigrantes negros’ e face aos vários grupos nacionais de origem africana: *angolanos*, *cabo-verdianos*, *guineenses*, *moçambicanos* e *são-tomenses*.

No que respeita às percepções de homogeneidade grupal, em consonância com as nossas hipóteses, verificou-se um efeito de homogeneidade do exogrupo estatisticamente significativo para a globalidade da amostra, isto é, os participantes homogeneizaram todos os grupo-alvo minoritários oriundos dos PALOP. Também de acordo com as nossas hipóteses, a variabilidade percebida do exogrupo não variou significativamente em função da nacionalidade do grupo-alvo, isto é, os participantes não têm uma percepção diferenciada dos vários grupos nacionais africanos.

Em contrapartida, a homogeneização do exogrupo foi significativamente mais elevada nas condições de categorização nacional (*angolanos*, *cabo-verdianos*, *guineenses*, *moçambicanos* e *são-tomenses*) do que na condição de categorização racial (*negros*). Assim, contrariamente ao que se verificou para os vários grupos-alvo designados pela nacionalidade, o efeito de homogeneidade do

exogrupo não foi estatisticamente significativo para o grupo-alvo *negros*. O local de recolha de dados e o sexo dos participantes não produziram quaisquer efeitos significativos, tal como esperávamos.

Estes resultados vão ao encontro dos obtidos no Estudo 2, quando constatámos que aos ‘negros’ era atribuído um estatuto social mais elevado do que à média dos cinco grupos nacionais africanos. Como referimos anteriormente, tal poderá dever-se ao facto da designação ‘negros’ ser reconhecida como ativando respostas que possam ser conotadas com racismo. Ora, tendo esta medida de variabilidade grupal percebida uma grande validade facial, é automaticamente reconhecida como ‘discriminatória’. Sendo os participantes neste estudo pessoas com elevados níveis de escolaridade e bem cientes das normas sociais em vigor contra a discriminação é provável que a inibição provocada pela designação ‘negros’ seja mais forte do que a provocada pelas designações nacionais. No entanto, esta diferença poderá dever-se simplesmente ao facto de a designação ‘negros’ remeter para um grupo com maior grau de generalidade do que cada uma das várias designações nacionais.

Tal como esperávamos, a percepção de semelhança com os membros do exogrupo não variou significativamente em função da designação do exogrupo. No entanto, verificou-se um inesperado efeito significativo do local de recolha de dados, sendo a média de Lisboa significativamente mais baixa que as das restantes cidades. Verificou-se igualmente um efeito significativo do sexo dos participantes: as mulheres referem sentir-se ‘semelhantes’ aos membros minoritários de origem africana enquanto que os homens referem sentir-se ‘diferentes’ dos membros destes grupos. Este resultado é consonante com os resultados obtidos em alguns estudos (e.g., Miranda, 2002) que apontam para respostas mais igualitárias, isto é, mais consonantes com as normas sociais, da parte do sexo feminino do que do sexo masculino.

Os resultados relativos ao *racismo subtil* e ao *racismo flagrante* (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala *et al.*, 1999a) foram analisados primeiro separadamente e depois conjuntamente, no sentido de comparar os níveis de expressão dos dois tipos de racismo. Tomando as três sub-escalas de racismo subtil no seu conjunto os resultados vão maioritariamente ao encontro das nossas hipóteses: o nível de racismo subtil não variou em função dos vários grupos-alvo nacionais (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses); e verificou-se um menor nível de racismo subtil para o grupo-alvo ‘negros’ (categorização racial) do que para cada um dos PALOP (categorização nacional). Globalmente o efeito do local de recolha de dados não foi significativo, mas verificou-se um efeito do sexo dos participantes. Este efeito, embora não previsto uma vez que a maior parte dos estudos sobre racismo subtil aponta para que não haja diferenças significativas relativamente ao sexo (para uma sistematização dos preditores do racismo ver Pettigrew, 1999), vai de encontro aos resultados obtidos nas duas medidas anteriores, nas quais verificámos que

as mulheres apresentam respostas mais igualitárias do que os homens (diferença significativa no caso da percepção da semelhança com o exogrupo ou apenas tendencialmente significativa no caso da percepção da variabilidade do exogrupo).

Os resultados referentes às duas sub-escalas de racismo flagrante estão também em consonância com as nossas hipóteses: os níveis de discriminação não variaram significativamente em função dos diferentes grupos-alvo nacionais nem em função do tipo de categorização do grupo-alvo (racial vs. nacional). Tal como esperávamos, a média do racismo subtil foi significativamente mais elevada do que a média do racismo flagrante, à semelhança do que tem sido verificado noutros estudos europeus (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999).

Também de acordo com as nossas hipóteses, os níveis de discriminação subtil e flagrante não variaram em função dos vários grupos-alvo de origem africana. A diferença entre a o racismo subtil e o racismo flagrante foi ligeiramente mais acentuada na categorização nacional do que na categorização racial, mas esta diferença não alcançou o limiar de significância estatística.

Globalmente, os níveis de discriminação foram baixos. Em todas as sub-escalas as respostas dos participantes ficaram em média aquém do ponto neutro. No caso das sub-escalas do racismo flagrante as respostas dos participantes demarcaram-se nitidamente do pólo correspondente ao ‘concordo completamente’. Assim, de um modo geral, os participantes – todos eles jovens e com elevados níveis de escolaridade – demonstraram o seu desacordo com as expressões mais ‘abertas’ de racismo (sentimentos de ameaça e rejeição do exogrupo, crença na inferioridade genética do exogrupo, rejeição de intimidade e possibilidade de descendência comum, etc.), mas também as suas formas mais ‘veladas’ (considerar que a culpa da inadaptação do exogrupo à nossa sociedade se deve essencialmente ao facto de este não agir da forma necessária para obter sucesso, acentuação das diferenças culturais entre o endogrupo e o exogrupo, negação da expressão de emoções positivas face ao exogrupo), especialmente quando o grupo-alvo era designado em função da cor da pele (*negros*).

Globalmente, o contacto com os vários grupos de origem africana é bastante reduzido. As questões referentes aos níveis de contacto com exogrupo (nível de familiaridade e número de amigos íntimos) foram as únicas em que se obtiveram diferenças significativas em relação aos vários grupos nacionais: os participantes referem um contacto mais próximo em relação aos angolanos, cabo-verdianos e moçambicanos e menor em relação aos guineenses e aos são-tomenses. Também se verificou um efeito significativo do local de recolha de dados: os participantes referem maior contacto em Faro e menor contacto em Braga. Paralelamente com os resultados da percepção da variabilidade grupal e do racismo subtil, os participantes referiram maior nível de contacto com o exogrupo na condição de categorização racial do que em cada uma das cinco condições de categorização nacional.

Como já referimos anteriormente, tal poderá dever-se ao facto da designação ‘negros’ ser reconhecida como activando respostas ‘racistas’¹⁶. No entanto, esta diferença poderá dever-se simplesmente ao facto de a designação ‘negros’ remeter para um grupo com maior grau de generalidade do que cada uma das várias designações nacionais. O facto da medida de racismo subtil estar também ela dependente do nível de contacto (especialmente, a sub-escala relativa à expressão de emoções positivas) coloca-nos um problema de interpretação dos resultados, não nos permitindo excluir categoricamente nenhuma das alternativas de explicação. Tal aspecto poderá, no entanto, ser esclarecido em futura pesquisa utilizando medidas ‘indirectas’ de discriminação.

Nas medidas relativas aos níveis de orgulho e de identificação, a pertença nacional (o grupo dos *portugueses*) foi significativamente mais valorizada do que a pertença racial (o grupo dos *brancos*). Os níveis de orgulho racial e de identificação racial não diferiram significativamente em função do sexo dos participantes. Em contrapartida, os níveis de orgulho nacional e de identificação nacional foram superiores nos participantes de sexo masculino do que nos participantes de sexo feminino.

No que respeita à diversidade de amizades intergrupais, os participantes declaram maior número de amizades com pessoas de outra *classe social* ou de outra *cultura* do que com pessoas de outra *religião* e menos ainda com pessoas de outra *raça*. Globalmente, os participantes de sexo masculino referem maior número de amizades intergrupais do que nos participantes de sexo feminino, mas o padrão das amizades intergrupais é o mesmo para ambos os sexos.

Finalmente, analisámos os preditores da variabilidade grupal percebida. O *racismo subtil* e o *racismo flagrante* estão positiva e fortemente correlacionados à semelhança do que tem sido encontrado noutros estudos utilizando esta escala (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999). Tanto o racismo subtil como o flagrante estão negativa e significativamente correlacionados com a percepção de variabilidade do exogrupo, a percepção da semelhança com o exogrupo, o nível de familiaridade com o exogrupo e as amizades intergrupais. Em contrapartida, tanto o racismo subtil como o flagrante estão positiva e significativamente correlacionados com o orgulho racial, a identificação nacional e a identificação racial.

¹⁶ Vários participantes ao responder ao questionário sentiram necessidade de justificar as suas respostas para que elas não fossem conotadas com *racismo*. Essa preocupação foi especialmente evidente nas questões sobre o nível de contacto: ‘Estas questões deveriam ser colocadas se de facto as pessoas conhecessem são-tomenses. A minha situação não é essa, pelo que a resposta dada não é ‘real’; ‘Não conheço nenhum são-tomense e respondi relativamente a pessoas de outras raças na generalidade’; ‘Não conheço ninguém moçambicano’; ‘Eu não consigo responder a esta parte do inquérito, visto não ter grandes contactos com guineenses’; ‘O meu contacto é muito distante porque nunca conheci nenhum guineense’. Esta preocupação surge também relativamente às questões sobre a expressão de emoções positivas: ‘Nunca senti admiração pois não conheço ninguém’. Outros participantes fazem este tipo de comentário para o questionário em geral: ‘Não tenho conhecimento suficiente acerca dos guineenses que me permita responder a certas questões’; ‘Na minha opinião este questionário apresenta questões de índole racista’.

A percepção da variabilidade do exogrupo está negativa e fortemente correlacionada com o racismo subtil, o racismo flagrante e o orgulho racial. Em contrapartida, verifica-se correlações positivas significativas com a familiaridade com o exogrupo, as amizades intergrupais e a semelhança percebida do exogrupo.

Tendo como variável dependente a percepção da variabilidade do exogrupo efectuámos três análises de regressão linear múltipla, a primeira incluindo os seis grupos-alvo, a segunda incluindo os cinco grupos dos PALOP e a terceira incluindo apenas os angolanos. A percentagem de variância explicada pelo primeiro modelo é bastante baixa, registando-se um ligeiro incremento da variância explicada no segundo modelo e um incremento considerável no terceiro. Nos três modelos, o racismo subtil surge como o melhor preditor da percepção da variabilidade do exogrupo: quanto maior o nível de racismo subtil menor a variabilidade percebida do exogrupo. Tanto no segundo como no terceiro modelos, o número de amizades intergrupais surge como o segundo melhor preditor da variabilidade percebida do exogrupo: quanto maior o nível de amizades intergrupais maior a variabilidade percebida do exogrupo. O nível de orgulho racial é o segundo melhor preditor no primeiro modelo e o terceiro melhor preditor no segundo modelo: quanto mais elevado o orgulho racial menor a percepção de variabilidade do exogrupo. Finalmente, o nível de familiaridade com o exogrupo é o quarto melhor preditor no segundo modelo e o terceiro no primeiro modelo: quanto maior o nível de familiaridade com o exogrupo maior a percepção de variabilidade. Assim, o racismo subtil, para além de ser a variável com maior valor preditivo, é a única que se encontra nos três modelos.

Conclusões

Nesta investigação empírica procurámos aprofundar o conhecimento dos processos cognitivos subjacentes à discriminação racial e étnica. No plano teórico, enfatizamos a insuficiência dos modelos puramente cognitivos na explicação dos enviesamentos que ocorrem na percepção dos grupos sociais e salientámos a necessidade de ter em consideração a história das relações entre os grupos, o contexto cultural e as ideologias dominantes. Foi dada particular relevância ao papel do estatuto social relativo dos grupos e às suas consequências nas estratégias identitárias adoptadas pelos membros desses mesmos grupos.

Contrariamente ao que tem sido corrente na investigação em psicologia social, averiguámos as perspectivas do ‘agente da discriminação’ e do ‘alvo de discriminação’, sendo precisamente o confronto de perspectivas que nos permitiu questionar a ‘universalidade’ de determinados enviesamentos cognitivos.

No plano metodológico, também contrariamente ao que é corrente na investigação neste domínio, confrontámos diferentes tipos de técnicas de recolha e de tratamento de dados. O facto de, em alguns dos estudos, termos recorrido simultaneamente a medidas ‘directas’ e ‘indirectas’ deu-nos uma maior segurança na interpretação dos resultados, uma vez que estes foram reforçados por não serem contingentes a um tipo específico de metodologia. Foi precisamente a comparação dos resultados convergentes e divergentes obtidos através das diversas metodologias que nos permitiu averiguar as dimensões estruturantes desta problemática. Antes de apresentarmos as conclusões gerais desta investigação iremos, num primeiro momento, resumir brevemente os principais resultados dos diversos estudos e, num segundo momento, comparar alguns desses resultados.

Iniciámos esta investigação empírica em 1997 – *Ano Europeu Contra o Racismo* – ano em que a problemática do racismo foi alvo de diversas campanhas

de sensibilização nos meios de comunicação social, nos estabelecimentos de ensino e nas associações juvenis. Os resultados do Estudo 1 demonstraram que, apesar destas campanhas de sensibilização, a maior parte dos estudantes nunca tinha problematizado as noções de *raça* e de *grupo étnico*, considerando-as como conceitos objectivos explicativos das assimetrias sociais. Os participantes consideram as características culturais como inseparáveis das características físicas ligadas à hereditariedade. Os *grupos étnicos* são vistos como possuindo características intrínsecas, imutáveis e muito marcadas, que os distinguem da maioria ou da cultura dominante e que são justificativas das assimetrias de poder. Globalmente, as respostas dos participantes remetem claramente para uma ‘naturalização’ ou ‘essencialização’ das categorias *raciais* e *étnicas* (Allport, 1954/1979; Rothbart e Taylor, 1992). No entanto, verifica-se uma certa assimetria de significado destes dois termos: em alguns casos o *grupo étnico* é considerado como algo ‘transitório’ que resulta das trajectórias de migração dos grupos enquanto que o termo *raça* remete sempre para algo imutável.

Da análise das respostas dos participantes ressalta a centralidade da cor da pele na categorização dos grupos sociais: embora se verifique uma predominância de traços físicos nas definições de *raça*, estes estão também significativamente presentes nas definições de *grupo étnico*; as designações de *grupos étnicos* baseadas na nacionalidade são sistematicamente associadas à cor da pele; e as auto-categorizações *raciais* dos participantes são muito mais frequentes do que as auto-categorizações *étnicas*.

No seu conjunto, os resultados deste estudo indicam que a categorização *racial* é extremamente saliente e acessível (Fiske e Neuberg, 1990). A acessibilidade das categorias raciais e o seu valor explicativo da realidade social demonstram que, apesar das tipologias raciais terem sido abolidas da ciência há largas décadas (UNESCO, 1973), continuam a estruturar o pensamento do senso comum. As campanhas de sensibilização da opinião pública para a problemática do racismo, tendo insistido na ilegitimidade da discriminação a partir da ‘cor da pele’, conduziram a uma maior prudência no discurso relativamente às categorias *raciais*, mas não quanto às categoriais *étnicas*: alguns participantes mencionaram nas suas respostas que as diferenças biológicas não deveriam conduzir à discriminação social, mas o mesmo não aconteceu no que concerne às diferenças culturais. Vemos assim que a herança do pensamento racista continua presente, embora se verifique uma metamorfose ao nível do discurso público (Cunha, 2000).

Esta mudança parece corresponder à apropriação pelo senso comum de categorias ‘científicas’ que se tornaram acessíveis com a difusão e acessibilidade da ciência a partir de meados do século XX (Moscovici, 1998). No entanto, esta apropriação segue uma ‘lógica’ de perpetuação das desigualdades sociais, reforçando a posição privilegiada dos membros dos grupos dominantes (Cabeinhas e Amâncio, 2003).

No Estudo 2 averiguámos o estatuto social percebido de diversos grupos na sociedade portuguesa, designados em função da sua origem nacional ou geográfica (categorização nacional) ou em função da cor da pele (categorização racial). Os valores correspondentes ao estatuto social percebido evidenciam uma hierarquização em função da nacionalidade ou origem geográfica: aos portugueses foi atribuída a posição superior, aos grupos de origem asiática (indianos, macaenses e timorenses) foram atribuídas posições intermédias e aos grupos oriundos dos PALOP (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses) foram atribuídas posições inferiores. O estatuto social mais baixo foi atribuído ao grupo dos *ciganos*, que sendo portugueses há vários séculos, continuam a ser percebidos como ‘estrangeiros’ na sociedade portuguesa, como se constatou no Estudo 1.

Verificou-se igualmente uma hierarquização em função da cor da pele: aos *brancos* foi atribuída a posição superior e aos *negros* a posição inferior, ocupando os *mestiços* uma posição superior à dos *negros*, mas muito mais próxima destes últimos do que dos primeiros. Comparando os dois sistemas de hierarquização, verificámos que o estatuto social atribuído aos *brancos* foi semelhante ao atribuído aos *portugueses*. Em contrapartida, o estatuto social atribuído aos *negros* foi significativamente superior ao estatuto atribuído a cada um dos cinco grupos africanos considerados.

Como referimos no Capítulo 1, as teorias racialistas clássicas advogavam uma hierarquização das raças humanas, na qual os *brancos* ocupavam o topo da hierarquia e os *negros* a base, ocupando os *amarelos* uma posição intermédia, mais próxima dos últimos do que dos primeiros (Montagu, 1997; Richards, 1997). Os nossos resultados espelham nitidamente esta hierarquização, o que demonstra, mais uma vez, o grande peso dos aspectos históricos e ideológicos na percepção dos grupos sociais.

Nos três estudos seguintes procedeu-se a uma análise dos conteúdos que são associados ao grupo maioritário (portugueses) e a um grupo minoritário de origem africana (angolanos). Analisámos o consenso dos conteúdos, a sua valência avaliativa e o seu significado simbólico. No Estudo 3a, através das respostas espontâneas dos participantes, verificámos que o grupo dos ‘angolanos’ foi descrito de forma mais homogénea do que o grupo dos ‘portugueses’, tanto por participantes angolanos como portugueses, isto é, verificou-se um menor consenso na representação do grupo dos portugueses do que no grupo dos angolanos.

Comparando as dimensões de conteúdo atribuídas exclusivamente a cada um dos grupos, verificámos que aos angolanos foram associados traços relacionados com a solidariedade e coesão grupais (geralmente associados aos grupos cuja identidade é ameaçada pelo exterior) e traços remetendo para a submissão e para o estatuto de vítima de discriminação (tipicamente associados a grupos ocupando uma posição social e economicamente desfavorecida), enquanto que

aos portugueses são associados traços relacionados com a autonomia e a independência (geralmente associados aos membros dos grupos dominantes, cuja singularidade e idiosincrasia não estão ameaçadas pela sua pertença grupal) e com o estatuto de agente de discriminação. Verifica-se, assim, um paralelismo entre a forma como os angolanos e os portugueses são caracterizados neste estudo e o observado noutros estudos na caracterização de grupos que ocupam posições socialmente assimétricas (e.g., Amâncio, 1994; Chombart de Lauwe, 1983-1984).

De salientar ainda que as referências à cor da pele foram mais frequentes para caracterizar os angolanos do que para caracterizar os portugueses, o que mais uma vez demonstra a assimetria entre os grupos, uma vez que a cor da pele para os primeiros funciona como estigma que os demarca da sociedade em geral (Cf: Goffman, 1963/1988; Katz, 1981).

Nos dois estudos seguintes, analisámos de forma mais sistemática os auto- e hetero-estereótipos dos ‘angolanos’ e dos ‘portugueses’ a partir de uma lista de 80 adjetivos, construída com base no vocabulário recolhido no estudo anterior. Analisámos a estereotipicalidade dos traços relativamente a cada um dos grupos, de forma independente (Estudo 3b) ou interdependente (Estudo 3c), e averiguámos a valência avaliativa dos traços a partir da opinião pessoal dos participantes (Estudo 3b) e também o significado dos traços tendo como referente o modelo ‘universal’ de pessoa (Estudo 3c).

O grau de consenso observado relativamente ao significado dos traços permitiu-nos concluir que tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses reconhecem um universo comum de valores que passa pela valorização da pessoa adulta caracterizada por traços de instrumentalidade e sociabilidade positiva. De um modo geral, os participantes de ambos os grupos atribuem mais qualidades do que defeitos, tanto ao endogrupo como ao exogrupo: aos angolanos são predominantemente reconhecidas qualidades de expressividade e sociabilidade positiva, enquanto aos portugueses são predominantemente reconhecidas qualidades instrumentais. Aos portugueses são associados alguns traços de sociabilidade negativa enquanto aos angolanos são atribuídos alguns traços de instrumentalidade negativa, especialmente no Estudo 3c.

Os resultados destes três estudos no seu conjunto demonstram que a diferenciação entre os grupos não se opera ao nível da valência avaliativa dos conteúdos associados a cada grupo (já que ambos são descritos com traços predominantemente positivos), mas ao nível das dimensões subjacentes a esses conteúdos e do seu significado tendo como referente a imagem de ‘pessoa’. O estereótipo dos portugueses aproxima-se mais do modelo de pessoa ‘adulta’ enquanto que o estereótipo dos angolanos se aproxima mais do modelo de pessoa ‘jovem’. Sendo os participantes nestes estudos jovens e vivendo numa época em que existe uma clara valorização social dos atributos ‘juvenis’, o estereótipo dos

angolanos foi avaliado mais positivamente do que o estereótipo dos portugueses, sobretudo quando essa avaliação foi efectuada tendo em conta a opinião pessoal dos participantes.

De um modo geral, observámos que o estereótipo dos angolanos é mais consensual e mais ‘positivo’ do que o estereótipo dos portugueses. No entanto, o estereótipo dos angolanos torna-se menos ‘positivo’ quando temos em consideração o referente de ‘pessoa’ ao passo que o estereótipo português se torna mais ‘positivo’, uma vez que está mais próximo do modelo de pessoa autónoma, com capacidade de realização e de decisão (Amâncio, 1994).

Estes estudos demonstram que os ‘novos estereótipos’, aparentemente mais positivos, escondem uma flagrante constância da ideologia que subtilmente perdura: as dimensões mais valorizadas nas sociedades ocidentais (autonomia, individualidade, competência, responsabilidade) continuam a ser negadas ao grupo dominado, cuja representação permanece com forte ligação à ‘natureza’ enquanto que o grupo dominante surge como aparentemente liberto desta (Amâncio, 1998; Guillaumin, 1992).

A manutenção dos significados associados aos estereótipos torna-se particularmente evidente quando consideramos as dimensões de conteúdo exclusivas de cada grupo: a instrumentalidade para o grupo dominante e a expressividade e o exotismo para o grupo dominado.

Outro aspecto a salientar diz respeito aos papéis que são atribuídos a cada um dos grupos: aos portugueses são associados traços que remetem para um papel *activo* na sociedade enquanto que aos angolanos são associados traços que remetem para um papel *decorativo* ou *lúdico*. O papel lúdico atribuído aos angolanos constitui também uma forma de permanência, se o virmos à luz das representações raciais durante o período colonial. Assim, o predomínio de traços juvenis e exóticos nos angolanos, denuncia a permanência da oposição entre a suposta ‘especificidade’ destes e a imaginada ‘universalidade’ de portugueses.

Nos dois estudos experimentais que se seguiram verificámos a saliência da categorização nacional (angolanos, portugueses: Estudo 4) e da categorização racial (*negros*, *brancos*: Estudo 5), isoladamente ou conjugadas. Nestes estudos experimentais participaram membros de ambos os grupos e foram utilizados diferentes tipos de medidas: num primeiro momento os participantes foram confrontados com medidas não-obstrusivas ligadas à organização da informação em tarefas de recordação indiciada e, num segundo momento, com medidas explícitas através de um questionário.

A tarefa de recordação indiciada permitiu analisar os efeitos de categorização e os efeitos de homogeneidade. No que respeita aos efeitos de categorização, a análise dos erros na recuperação da informação demonstrou que os participantes de ambos os grupos categorizaram as pessoas-estímulo em dois grupos *étnicos* distintos. A tendência para confundir informação relativa aos membros do mesmo grupo *étnico* foi bastante forte tanto na categorização nacional

como na categorização racial, sendo ligeiramente mais elevada quando ambas as categorizações estavam disponíveis.

No que respeita aos efeitos de homogeneidade, os resultados evidenciaram uma assimetria em função do estatuto relativo dos grupos em presença. Os participantes portugueses demonstraram um forte efeito de homogeneidade do exogrupo, isto é, confundiram muito mais a informação respeitante às pessoas-estímulo do exogrupo do que a informação respeitante às pessoas-estímulo do endogrupo, enquanto que os participantes angolanos evidenciaram um padrão oposto de resultados, demonstrando um efeito de homogeneidade do endogrupo. Estes resultados indicam que os participantes prestaram menos atenção aos membros do grupo de menor estatuto social, o que se traduziu num tratamento mais automático, menos ‘personalizado’ da informação sobre esses membros. Os resultados obtidos nas medidas directas foram globalmente no mesmo sentido: os participantes portugueses homogeneizaram sempre o grupo dos angolanos enquanto que os participantes angolanos, dependendo do tipo de medida, ora homogeneizaram igualmente ambos os grupos ora manifestaram um efeito de homogeneidade do endogrupo. Globalmente, as pessoas-estímulo do grupo dominado foram mais homogeneizadas do que as pessoas-estímulo do grupo dominante, independentemente da pertença dos participantes, isto é, verificou-se um efeito de homogeneidade do grupo dominado (Cabecinhas e Amâncio, 1999).

Verificou-se também uma assimetria entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo em função do estatuto dos grupos. Os membros do grupo dominante aumentaram a distintividade do endogrupo nos traços positivos e reduziram-na nos traços negativos, mas prevaleceu sempre a homogeneização do exogrupo. Em contrapartida, os membros do grupo dominado homogeneizaram sempre o endogrupo, mas de forma mais acentuada nos traços positivos do que nos negativos. Assim, foi sobretudo ao nível dos traços positivos que se verificaram as maiores divergências nas estratégias cognitivas dos membros do grupo dominante e do grupo dominado.

Este padrão inédito de resultados foi obtido em ambos os estudos, num recorrendo a medidas ‘directas’ (Estudo 4) e no outro recorrendo a medidas ‘indirectas’ (Estudo 5), ajudando a esclarecer as inconsistências encontradas em pesquisas anteriores (e.g., Haslam *et al.*, 1995; Judd *et al.*, 1995). Este padrão de diferenciação a partir dos estereótipos sociais vai no sentido do modelo da assimetria simbólica (Amâncio, 1994): para os membros do grupo dominado os estereótipos salientam a sua pertença grupal e acentuam a sua distância face aos membros do grupo dominante enquanto que para estes últimos os estereótipos são utilizados com uma maior margem de liberdade.

Verificou-se também uma assimetria nos padrões de diferenciação dos indivíduos face ao endogrupo e ao exogrupo em função do estatuto relativo dos grupos, sendo esta evidenciada tanto nas auto-descrições dos participantes (Es-

tudo 4 e 5) como nas percepções de semelhança dos participantes face aos membros de ambos os grupos (Estudo 5). No que respeita às auto-descrições dos participantes, verificámos que os angolanos se descreveram a si próprios recorrendo aos traços estereotípicos do endogrupo em detrimento dos traços contra-estereotípicos enquanto que os portugueses recorreram à estratégia inversa. Estes resultados demonstram que os portugueses preferiram descrever-se de uma forma dissonante com os estereótipos do endogrupo enquanto que os angolanos preferiram descrever-se de forma consonante com o estereótipo, isto é, os portugueses enfatizaram a sua diferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença enquanto que os participantes angolanos enfatizaram a indiferenciação face ao endogrupo. Quanto à percepção de semelhança face ao endogrupo e ao exogrupo, verificou-se mais uma vez uma assimetria nas estratégias de diferenciação: os participantes portugueses referiram sentir-se mais semelhantes aos membros do endogrupo do que aos membros do exogrupo, mas esta diferença foi muito mais acentuada nos participantes angolanos.

Também relativamente aos níveis de orgulho e de identificação verificámos algumas assimetrias em função do grupo dos participantes. Tanto os angolanos como os portugueses referiram sentir maior orgulho nacional do que racial, mas os angolanos evidenciaram níveis superiores de orgulho nacional e de orgulho racial do que os portugueses. No que respeita aos níveis de identificação, globalmente, os participantes referiram sentir-se mais identificados com o seu grupo nacional do que com o seu grupo racial. No seu conjunto, estes resultados são consonantes com os obtidos em pesquisa anterior sobre os níveis de identificação dos membros de grupos dominantes e de grupos dominados (Cabecinhas, 1996). De referir ainda que os níveis de identificação endogrupal e exogrupal dos participantes angolanos variam significativamente em função do seu tempo de permanência em Portugal: quanto maior o seu tempo de permanência, maior o nível de identificação exogrupal e menor o nível de identificação endogrupal.

Observámos ainda algumas assimetrias relativamente aos níveis de contacto entre os grupos. Globalmente, os participantes referiram ter maior familiaridade com o endogrupo do que com o exogrupo, sendo esta diferença mais acentuada nos participantes portugueses do que nos participantes angolanos, o que se prende com o estatuto de imigrantes destes últimos. De salientar ainda que para os participantes angolanos, tal como foi observado relativamente aos níveis de identificação, quanto maior o tempo de permanência em Portugal maior o nível de contacto com o exogrupo.

Os efeitos de homogeneidade não variaram significativamente em função do nível de contacto com os grupos. Este padrão de resultados contraria a hipótese cognitivista de que o efeito de homogeneidade do exogrupo seria uma simples consequência do nível diferencial de contacto com o endogrupo e o exogrupo,

como já foi salientado por alguns autores (Lorenzi-Cioldi, 1998; Park e Rothbart, 1982).

Verificámos também algumas assimetrias no que respeita ao *racismo subtil*. Os angolanos e os portugueses apresentaram níveis semelhantes de expressão de emoções positivas face ao exogrupo. Em contrapartida, os participantes portugueses acentuaram mais as ‘diferenças culturais’ entre os dois grupos do que os participantes angolanos, principalmente no que respeita aos ‘valores e princípios morais’ e às ‘crenças e práticas religiosas’. O maior consenso entre os participantes de ambos os grupos foi observado nos itens relativos aos ‘valores e comportamentos sexuais’ e à ‘língua que falam’, sendo que foi relativamente aos ‘valores e comportamentos sexuais’ que os participantes referiram existir maior diferença entre os grupos e na ‘língua que falam’ a maior semelhança. Por último, observámos algumas assimetrias no nível de diversidade das amizades intergrupais em função do grupo dos participantes. Os angolanos reportaram um maior nível de diversidade nas amizades intergrupais do que os portugueses, o que se prende com a sua situação de imigrantes que os obriga a um maior contacto com outros grupos. No entanto, a ordem em que surgem os vários tipos de amizades intergrupais foi semelhante em ambos os grupos: as amizades mais frequentes são com pessoas de outra ‘classe social’ ou de outra ‘cultura’ e as menos frequentes são com pessoas de outra ‘religião’ ou de outra ‘raça’.

Terminámos esta investigação empírica com um estudo correlacional extensivo (Estudo 6) no qual averiguámos as percepções e as atitudes dos portugueses face a seis grupos-alvo, cinco definidos a partir da nacionalidade (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses) e um a partir da cor da pele (imigrantes negros). Os participantes homogeneizaram todos os grupos nacionais africanos. Tal como esperávamos, os participantes demonstraram não ter uma percepção diferenciada dos vários grupos nacionais africanos. O efeito de homogeneidade do exogrupo foi significativo nas condições de categorização nacional (PALOP) mas não foi significativo na condição de categorização racial (imigrantes negros).

A percepção de semelhança com os membros do exogrupo também não variou significativamente em função da nacionalidade do grupo-alvo, indicando novamente que os participantes não têm uma percepção diferenciada dos diferentes grupos africanos. Mais uma vez, a percepção de semelhança foi tendencialmente superior face aos ‘negros’ do que face aos vários grupos nacionais africanos.

Um padrão de resultados idêntico foi obtido relativamente ao *racismo subtil* e ao *racismo flagrante*: os níveis de racismo não variaram significativamente em função da nacionalidade dos grupos africanos, mas variaram em função do tipo de categorização do grupo-alvo. Nas sub-escalas de racismo subtil verificaram-se menores níveis de discriminação para o grupo-alvo ‘negros’ do que para

cada um dos PALOP, mas não houve qualquer efeito do tipo de categorização nas sub-escalas de racismo flagrante.

À semelhança do que tem sido verificado noutros estudos europeus (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999), o racismo subtil foi significativamente mais elevado do que o racismo flagrante. Globalmente, os níveis de discriminação foram baixos. Assim, de um modo geral, os participantes demonstraram o seu desacordo com as expressões mais ‘abertas’ de racismo (sentimentos de ameaça e rejeição do exogrupo, crença na inferioridade genética do exogrupo, rejeição de intimidade, etc.), mas também com as suas formas mais ‘subtis’ (acentuação das diferenças culturais, negação da expressão de emoções positivas, etc.), sobretudo quando o grupo-alvo era designado em função da cor da pele.

Os resultados deste estudo indicam que o contacto dos portugueses com os vários grupos de origem africana é bastante reduzido. As questões referentes aos níveis de contacto com exogrupo foram as únicas em que se obtiveram diferenças significativas em função dos vários grupos nacionais: os participantes referiram ter um contacto mais próximo com os angolanos, os cabo-verdianos e os moçambicanos e menos próximo com os guineenses e os são-tomenses.

Tal como se verificou no estudo anterior, a pertença nacional (*portugueses*) foi significativamente mais valorizada pelos participantes do que a pertença racial (*brancos*). Também em concordância com os resultados do estudo anterior, os participantes referiram um maior número de amizades com pessoas de outra ‘classe social’ ou de outra ‘cultura’ do que com pessoas de outra ‘religião’ e menos ainda com pessoas de outra ‘raça’.

No que respeita às variáveis predictoras da variabilidade grupal percebida, os resultados obtidos variaram ligeiramente em função dos grupos-alvo considerados, mas apontaram globalmente no mesmo sentido. Nos três modelos testados, o racismo subtil aparece como o melhor preditor da percepção da variabilidade do exogrupo: quanto maior o nível de racismo subtil menor a variabilidade percebida do exogrupo. O número de amizades intergrupais surge como o segundo melhor preditor em dois dos modelos: quanto maior o nível de amizades intergrupais maior a variabilidade percebida do exogrupo. O nível de orgulho racial surge em dois dos modelos: quanto mais elevado o orgulho racial menor a percepção de variabilidade do exogrupo. O nível de familiaridade surge também em dois modelos, mas trata-se da variável com menor valor preditivo: quanto maior o contacto com o exogrupo maior a percepção de variabilidade. Assim, o racismo subtil, para além de ser a variável com maior valor preditivo, é a única que surge nos três modelos testados.

O facto da percepção da homogeneidade do exogrupo estar fortemente relacionada com o racismo subtil, sendo este último o maior preditor do primeiro, permite-nos enquadrar a percepção da homogeneidade do exogrupo no quadro geral dos fenómenos racistas e generalizar os resultados obtidos nos estudos experimentais (Estudos 4 e 5) em relação aos angolanos aos restantes grupos

de origem africana, uma vez que ficou demonstrado que os portugueses não estabelecem uma diferenciação entre os vários grupos nacionais africanos, sendo estes homogeneizados na categoria de ‘negros’ ou ‘africanos’.

As variáveis independentes estruturantes desta investigação empírica foram o grupo *étnico* do participante e do grupo-alvo. No entanto, nos diversos estudos, fomos tendo em consideração outras variáveis independentes tais como o local de recolha de dados, o sexo dos participantes e o tipo de categorização do grupo-alvo. No Estudo 2 e no Estudo 6, ambos realizados em seis cidades, do norte ao sul do país e do litoral ao interior, raramente foram observadas diferenças ligadas ao local de recolha de dados, o que demonstra que estamos perante resultados com elevado grau de consensualidade.

Também relativamente ao sexo dos participantes se observaram poucas diferenças significativas. Nos estudos 4 e 5 não se observaram diferenças significativas. Nos estudos 2 e 6 verificaram-se algumas diferenças significativas que, tomadas em conjunto, parecem apontar para uma menor diferenciação intergrupar por parte das raparigas: não extremaram tanto a diferença de estatuto social entre o grupo maioritário e os vários grupos minoritários quanto os rapazes (Estudo 2); consideraram-se ‘semelhantes’ aos membros do exogrupo enquanto que os rapazes se consideraram ‘diferentes’ (Estudo 6); expressaram maior nível de emoções positivas face ao exogrupo do que os rapazes (Estudo 6); e manifestaram menores níveis de orgulho e de identificação nacional (Estudo 6). Em contrapartida, os rapazes declararam maior nível de contacto intergrupar e maior diversidade nas amizades (amigos de outros grupos culturais, religiosos, etc.) do que as raparigas (Estudo 6). O padrão de diferenças observadas entre rapazes e raparigas aponta para uma relação não linear entre o nível de contacto e as percepções e atitudes face ao exogrupo, tal como foi demonstrado nos estudos experimentais (Estudo 4 e 5). No entanto, não podemos esquecer que estamos perante ‘declarações’ dos participantes em questões de elevada validade facial, o que limita a interpretação dos resultados.

Observámos ainda algumas diferenças significativas em função do tipo de categorização do grupo-alvo (nacional ou racial). No Estudo 2, verificámos que o estatuto social atribuído aos *brancos* não foi significativamente diferente do atribuído aos *portugueses* enquanto que o estatuto social atribuído aos *negros* foi significativamente superior ao estatuto atribuído a cada um dos cinco grupos africanos considerados. Paralelamente, no Estudo 6 verificámos que a homogeneização do exogrupo e o racismo subtil (a negação de expressão de emoções positivas e a acentuação de diferenças culturais) foram menores relativamente aos *negros* do que relativamente a cada um dos grupos nacionais africanos enquanto que no nível de contacto se observou o padrão inverso de resultados. A diferença observada no nível de contacto – maior para os *negros* – pode dever-se ao facto da designação ‘negros’ remeter para um grupo com maior grau de generalidade do que cada uma das várias designações nacionais.

No entanto, o grau de generalidade não pode explicar a diferença observada no Estudo 2. O facto de, no Estudo 6, se terem observado diferenças em função do tipo de categorização nas medidas mais ‘veladas’ de discriminação (percepção de homogeneidade do exogrupo e racismo subtil) mas não nas medidas mais ‘evidentes’ (racismo flagrante) reforça uma interpretação normativa destes resultados.

Na nossa opinião, as diferenças observadas em função do tipo de categorização devem-se ao facto da designação ‘negros’ ser reconhecida como activando respostas conotadas com ‘racismo’. Sendo os participantes neste estudo pessoas com elevados níveis de escolaridade e cientes das normas sociais em vigor contra a discriminação baseada na cor da pele é provável que a inibição provocada pela designação ‘negros’ seja mais forte do que a desencadeada pelas designações nacionais. Ora essa inibição será tanto mais forte quanto maior for a ‘validade facial’ das medidas de discriminação. Assim, as medidas de racismo flagrante são automaticamente reconhecidas como ‘discriminatórias’, activando de imediato a norma anti-discriminação. Nas medidas mais subtis de discriminação a activação dessa norma é facilitada pela designação ‘negros’. O facto de vários participantes terem sentido necessidade de justificar as suas respostas para que elas não fossem conotadas com ‘racismo’ mostra bem a consciência desta norma social.

Como vimos ao longo deste trabalho, as expressões de racismo estão extremamente dependentes do contexto histórico e social. Hoje, nas sociedades ocidentais, formalmente anti-racistas, assiste-se à permanência de fenómenos racistas, mas estes são cada vez menos justificados pela percepção de diferenças genéticas (*raciais*) e cada vez mais pela percepção de diferenças culturais ou religiosas (*étnicas*). Verifica-se uma grande ambiguidade nas expressões de racismo, que surgem sempre mascaradas e dissimuladas.

As normas sociais de hoje inibem a expressão do racismo tal como foi dado a conhecer durante muito tempo. Como mencionámos no Capítulo 3, há setenta anos LaPierre (1934) considerava que a melhor forma de medir o racismo era através da aceitação ou recusa da prestação de serviços hoteleiros a pessoas de outra ‘raça’. Hoje, essa forma de medição seria completamente desadequada, visto que esse comportamento, normativo nos anos 30 nos EUA, se tornou anti-normativo e ilegal. Também já não é possível estudar o racismo recorrendo exclusivamente a escalas de atitudes (Bogardus, 1928; Katz e Braly, 1933). O actual contexto histórico e social obriga a confrontar diferentes expressões de racismo, não podendo este fenómeno ser reduzido às suas ‘manifestações mais visíveis ou identificáveis’ (Vala, 1999: 7). Foi precisamente essa necessidade que nos levou a recorrer a medidas mais finas (Estudo 4 e 5), incidindo sobre processos cognitivos ‘automáticos’ (e.g., Bargh, 1996; Fazio e Dunton, 1997). A comparação dos resultados do estudo correlacional com os dos estudos ex-

perimentais permite constatar que o nível de discriminação foi mais baixo nas medidas ‘directas’ do que nas medidas ‘indirectas’.

Os resultados destes estudos mostram que o racismo sofreu uma metamorfose nas suas formas de expressão, mas não desapareceu. As pessoas têm estratégias de adequação ao contexto histórico de modo a redireccionar o racismo, protegendo a sua imagem pública de adesão aos valores da igualdade. Ou seja, as normas igualitárias deram origem a novas formas de racismo, o que obriga os investigadores a usar medidas finas para um fenómeno que continua a existir, mas é filtrado por estratégias de auto-apresentação (Snyder, 1995). O racismo não desapareceu, complexificou-se. Tornou-se um fenómeno muito difícil de diagnosticar e de prever nas suas implicações.

Um dos aspectos inéditos desta investigação foi demonstrar que não existe uma relação linear entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal, mas que esta relação é regulada pelo estatuto relativo dos grupos em presença e pelas suas estratégias de ‘diferenciação positiva’ (Tajfel, 1984). Para os participantes portugueses, a ‘diferenciação positiva’ é conseguida através da afirmação da heterogeneidade endogrupal, mesmo que esta implique abdicar de traços estereotípicos positivos, enquanto que para os angolanos a ‘diferenciação positiva’ é conseguida através da reivindicação de traços estereotípicos positivos e da negação dos traços estereotípicos negativos, o que contribui para a homogeneização do endogrupo.

Como foi referido, este padrão de resultados vai no sentido do modelo da assimetria simbólica no que diz respeito aos processos de diferenciação: os estereótipos salientam a pertença colectiva dos dominados remetendo-os para um modo de ser ‘específico’ enquanto que para os dominantes são usados com uma maior margem de liberdade remetendo-os para um modo de ser ‘universal’ (Amâncio, 1994).

Assim, dominantes e dominados contribuem, embora de forma diferente, para a objectivação da diferença entre os grupos, por um lado, acentuando a diferenciação intergrupala e, por outro, acentuando a indiferenciação intragrupal dos dominados e a personalização dos dominantes. No caso dos portugueses, a objectivação da diferença entre os grupos revela-se na homogeneização do exogrupo e na heterogeneização do endogrupo. No caso dos angolanos, revela-se na valorização e reivindicação colectiva de um modo de ser específico que contribui para a sua invisibilidade individual ou despersonalização. Como salientou Amâncio, a propósito das estratégias das mulheres face à discriminação no trabalho, ‘a afirmação do direito à diferença pode muito bem transformar-se na negação do direito à individualidade’ (1994: 181).

Globalmente, os resultados dos diversos estudos demonstram que os processos cognitivos são regulados pelos significados atribuídos aos grupos, em função da sua distância percebida face ao modelo de ‘pessoa’. O racismo actual manifesta-se essencialmente pela negação do reconhecimento da singularidade do

outro. Na prática, isto significa que os membros das minorias não são tratados como ‘indivíduos’, mas simplesmente como ‘representantes’ de uma categoria homogênea. Este processo traduz-se num tratamento mais automático da informação sobre os membros das minorias raciais ou étnicas, isto é, menos personalizado e mais baseado nos estereótipos sociais. Assim, os membros das minorias tornam-se ‘invisíveis’ enquanto *pessoas*, mas extremamente ‘visíveis’ enquanto *grupo*.

No início desta dissertação denunciámos o carácter eurocêntrico e androcêntrico da ciência e sublinhámos a necessidade de se considerar o contexto histórico e social no qual a ciência é produzida. Como refere Sousa Santos (1987/2001), toda a ciência é datada e localizada. O nosso trabalho não constitui exceção. Contudo, na interpretação dos resultados tentámos ter em conta este aspecto ao comparar os resultados obtidos ‘aqui e agora’, com os resultados obtidos em diferentes países em diferentes momentos históricos. Não obstante, e apesar dos nossos esforços para ter em conta diferentes perspectivas, não deixámos de certa forma de privilegiar a perspectiva ocidental, não só na revisão de literatura como na recolha de dados.

Diversos autores têm enfatizado a importância das dimensões culturais – individualismo *vs.* colectivismo – nos processos cognitivos em geral (Markus e Kitayama, 1991; Triandis, 1997) e, em particular, nos efeitos de homogeneidade: os membros das sociedades ‘individualistas’ (isto é, ocidentais) teriam tendência a homogeneizar o exogrupo enquanto que os membros das sociedades ‘colectivistas’ (não ocidentais) teriam tendência a homogeneizar o endogrupo (e.g., Lee, 1993; Lee e Ottati, 1993). No nosso estudo, uma vez que os membros do grupo minoritário eram todos eles imigrantes oriundos de uma sociedade considerada ‘colectivista’, esse aspecto poderá ter influenciado os resultados. No entanto, não podemos esquecer que, como ficou demonstrado no Estudo 3c, a ideologia dominante é partilhada por ambos os grupos, isto é, ambos partilham um sistema de valores que define um modelo de ‘pessoa’ autónoma, racional e independente.

Na nossa opinião, da mesma forma que os *modos de ser* não são determinados pela natureza (homens *vs.* mulheres; brancos *vs.* negros; etc.) também não o são totalmente pela cultura (individualista *vs.* colectivista), mas sobretudo pelas condições sociais que regem as relações entre os grupos. A mesma pessoa pode assumir identidades diversas em função das relações sociais em que está inserida em determinado momento ou em determinado contexto. Isto pode explicar porque é que nos nossos estudos se observaram tão poucas diferenças em função do sexo dos participantes. De facto, a literatura em psicologia social tem demonstrado que enquanto o sexo masculino tende a adoptar o perfil de identidade dominante, caracterizado pela diferenciação intergrupala e intragrupal, o sexo feminino tende a adoptar o perfil de identidade dominada caracterizado pela indiferenciação (Amâncio, 1994). Nos nossos estudos, uma vez

que a categorização sexual não estava activada, os participantes portugueses (tanto rapazes como raparigas) agiram enquanto membros do grupo dominante e os participantes angolanos (tanto rapazes como raparigas) agiram enquanto membros do grupo dominado. Não é pois a ‘raça’ ou o sexo da pessoa que explica as suas estratégias de diferenciação ou indiferenciação mas o tipo de situação em que as pessoas estão envolvidas e as normas que são activadas nessa situação.

O paralelismo que se observa nas estratégias identitárias dos grupos colocados na mesma situação, por exemplo, as estratégias das mulheres e dos *negros* nas lutas pela conquista dos directos cívicos no século XX e, actualmente, as expressões dos ‘novos racismos’ e dos ‘novos sexismos’, mostram bem o peso da assimetria de estatuto entre os grupos envolvidos. Num texto sobre a ‘exclusão social’ Amâncio afirma:

“O enorme peso histórico da ideologia sexista, a sua fortíssima influência ao nível dos sistemas de saber e de poder, a eficácia desta ideologia na criação da realidade social, na formação do self e na marcação das trajectórias individuais permite avançar a ideia, em jeito de conclusão, que a ideologia sexista é, além de tudo isto, uma ideologia fundadora de todas as formas de exclusão social” (1998: 88).

Na ocasião a autora sublinhou sobretudo os paralelismos entre o sexismo e o racismo. Tal paralelismo pode ser observado tanto nas dimensões de conteúdo tradicionalmente associadas às mulheres e aos ‘negros’ ou ‘primitivos’ – privados de inteligência, de autonomia e de responsabilidade, em nome da ligação à natureza (Chombart de Lauwe, 1983-1984; Guillaumin, 1972), como nos ‘novos’ estereótipos destas categorias, que embora recorrendo a uma nova linguagem aparentemente menos discriminadora, continuam a acentuar a sua dependência e sua ligação à natureza (Amâncio, 2003; Fiske *et al.*, 1999). Tanto os novos racismos como os novos sexismos assentam numa ambivalência face ao objecto de discriminação, ao qual não é atribuído o estatuto de ‘pessoa’ na sua plenitude e diversidade.

Bibliografia

- Abrams, D., e Hogg, M. A. (Eds.) (1999). *Social Identity and Social Cognition*. Oxford: Blackwell.
- Academia de Ciências de Lisboa (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa* (Vol. 1 e 2). Lisboa: Verbo.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswilk, E., Levinson, D. J., e Sanford, R. N. (1950). *The Authoritarian Personality*. Nova Iorque: Harper and Row.
- Aires de Azevedo, J. (1940). A pureza bioquímica do povo português. In *Congresso Nacional de Ciências da População: Resumo das memórias e comunicações*. Porto: Comissão Executiva dos Centenários.
- Albuquerque, R. (2002). Associações étnicas e o desafio da participação política de jovens descendentes de imigrantes. In *Actas do Colóquio: A comunicação entre culturas*. Lisboa: Grupo Sietar Portugal.
- Albuquerque, R., Ferreira, L. E., e Viegas, T. (2000). *O fenómeno associativo em contexto migratório. duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta/Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.
- Alexandre, V. (1999). O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX). In J. Vala (Coord.). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 133-144). Oeiras: Celta.
- Allport, G. W. (1954/1979). *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. Em <http://www.acime.gov.pt>.
- Alves, A. (1999). Ciências da comunicação. Área interdisciplinar. *Comunicação e Sociedade 1. Cadernos do Noroeste*, 12, 5-18.
- Alves, M., e Ávila: (1994). Indianos em Portugal – Processos de (re)construção da identidade e estratégias de integração. In Encontro sobre *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local, Vila do Conde, 1993* (pp. 285-297). Lisboa: APS.

- Alves, N. (1998). Escola e trabalho: Atitudes, projectos e trajectórias. In M. V. Cabral, e J. M. Pais (Orgs.). *Jovens portugueses de hoje* (pp. 53-134). Oeiras: Celta.
- Amâncio, L. (1989). *Factores Psicossociológicos da Discriminação da Mulher no Trabalho*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Amâncio, L. (1993). Níveis de análise no estudo da identidade social. *Análise Psicológica*, 2, XI, 213-221.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amâncio, L. (1998). Sexismo e Racismo – Dois exemplos de exclusão do ‘Outro’. In H. G. de Araújo: M. Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 79-88). Porto: S.P.A.E.
- Amâncio, L. (2000). Identidade social e relações intergrupais. In Vala, J., e Monteiro M. B. (Coords.). *Psicologia Social* (4.ª ed., pp. 387-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amâncio, L. (2003). Género e assimetria simbólica. O lugar da história na psicologia social. In M. L. Lima, P. Castro & M. Garrido (eds). *Temas e debates em psicologia social*, pp. 111-124. Lisboa: Livros Horizonte.
- Anderson, N. H. (1974). Cognitive algebra: integration theory applied to social attribution. In L. Berkowitz (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 7). Nova Iorque: Academic Press.
- Apfelbaum, E. (1979). Relations of domination and movements for liberation: an analysis of power between groups. In W. G. Austin e S. Worchel (Eds.). *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 118-204). Monterey, California Brooks/Cole.
- Araújo, H. G. de, Santos: M., e Seixas: C. (Coords.) (1998). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa*. Porto: S.P.A.E.
- Arcuri, L. (1982). Three patterns of social categorization in attribution memory. *European Journal of Social Psychology*, 12, 271-282.
- Arcuri, L., e Boca, S. (1999). Posicionamentos políticos: Racismo subtil e racismo flagrante em Itália. In J. Vala, (Org.). *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 61-78). Lisboa: Celta.
- Areia, M. L. R. (1998). Portugal e o ‘outro’ africano: A imigração e o racismo. In *Colóquio Internacional sobre Portugal na transição do milénio em Lisboa, 1977* (pp. 409-417). Lisboa: Fim de Século.
- Aristóteles (s.d./1997). *Tratado da Política*. Sintra: Europa-América.
- Ashmore, R. D., e Del Boca, F. K. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. In D. Hamilton (Ed.), *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 1-35). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Azevedo, J. (1992). Perspectivas psicossociais no estudo da identidade. In *Sociologia*, 2, 111-119.
- Bacelar de Vasconcelos: (1998). Racismo e Xenofobia: a realidade portuguesa – A comunidade cigana em Portugal. In H. G. de Araújo: M. Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 35-40). Porto: S.P.A.E.
- Baganha, M. I., e Góis: (1999). Migrações internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 229-280.
- Banaji, M. R., e Hardin, C. (1996). Automatic stereotyping. *Psychological Science*, 7, 136-141.
- Banton, M. (1996). Race – as a classification. In E. Cashmore, M. Banton, J. Jennings, B. Troyna e P. L. van der Berghe (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4th Ed., pp.294-296). Londres: Routledge.
- Barata, C. (2001, Dezembro 10). Genoma permite compreender melhor a evolução: Semelhanças entre o homem e outros seres vivos surgem realçadas. *Público*, pp.4-5.
- Bargh, J. A. (1996). Automaticity in social psychology. In Higgins, E. T. e Kruglanski (Eds). *Social Psychology: Basis principle*, 169-183.
- Barradas, A. (1991). *Ministros da Noite: Livro negro da Expansão portuguesa*. Lisboa: Antígona.
- Barreto, M., e Ellemers, N. (2002). Recent developments within motivational approaches to prejudice: The target and the perceiver. Comunicação apresentada no *13th General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology*, San Sebastian, Espanha, 26-29 Junho.
- Bar-Tal, D., e Kruglanski, A. W. (Eds.) (1988). *The Social Psychology of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bastos, S. P. (1990). Espaço doméstico, espaço simbólico e identidade – Um olhar sobre o viver indiano na cidade de Lisboa. *Colóquio viver (n)a cidade* (pp. 17-31). Grupo de ecologia social do LNEC/ Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, Lisboa.
- Beauvois, J.-L., e Deschamps, J.-C. (1990). Vers la cognition sociale. In R. Ghiglione, C. Bonnet e J.-F. Richard (Eds.). *Traité de Psychologie Cognitive* (Vol. 3, pp. 1-110). Paris: Dunod.
- Bender, G. J. (1976/1980). *Angola sobre o domínio Português: mito e realidade*. Lisboa: Sá da Costa.
- Benot, Y. (1969/1981). *Ideologias das Independências Africanas* (Vol. I). Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Berger: L., e Luckmann, T. (1999). *A construção Social da Realidade: Um livro sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- Berkowitz, L. (1962). *Aggression: A Social Psychological Analysis*. Nova Iorque: McGraw Hill.
- Berry, J. W. (1992). Acculturation and adaptation in a new society. *International Migration*, 30, 69-80.

- Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation, and adaptation. *Applied Psychology: An International Review*, 46, 5-68.
- Billig, M. (1981). *L' internationale Raciste: De la Psychologie à la 'Science' des Races*. Paris: Maspéro.
- Billig, M. (1996). Nationalism as an international ideology: imagining the Nation, others and the world of nations. In Breakwell, G. M., e Lyons, E. (eds). *Changing european identities. Social psychological analysis of social change*. (pp.181-194). Oxford: Butter Worth-Heinemann.
- Billig, M., e Tajfel, H. (1973). Social categorization and similarity in intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 3, 27-52.
- Bogardus, E. S. (1928). *Immigration and race attitudes*. Boston: Heath.
- Boldry, J. G., e Kashy, A. (1999). Intergroup perceptions in naturally occurring groups of differential status: A social relations perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 1200-1212.
- Bourdieu: (1979). *La Distinction*. Paris: Minuit.
- Bourdieu: (1991/2001). *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Fayard.
- Bourhis, R. Y., Moïse, L. C., Perreault, S., e Sénécal, S. (1997). Towards an interactive acculturation model: A social psychological approach. *International Journal of Psychology*, 32, 369-386.
- Bracinha-Vieira, A. (1995). Racismo e teoria. *Ethnologia*, 3/4, 23-38.
- Brandão de Brito, J. M. (1999). *Do Marcelismo ao fim do império*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Branscombe, N. R., e Ellemers, N. (1998). Coping with group-based discrimination: individualistic versus group-level strategies. In J. K. Swim e C. Stangor (Eds.) *Prejudice: The target's perspective* (pp. 244-266). San Diego, CA: Academic Press.
- Breakwell, G. (1978). Some effects of marginal social identity. In H. Tajfel (Ed.) *Differentiation Between Social Groups – Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 301-338). Londres: Academic Press.
- Brewer, M. B. (1979). The role of ethnocentrism in intergroup conflict. In W. G. Austin e S. Worchel (Eds.). *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 71-84). Monterey, California: Brooks/Cole.
- Brewer, M. B. (1993). Social identity, distinctiveness, and in-group homogeneity. *Social Cognition*, 11, 150-164.
- Brewer, M. B. (1998). Category-based vs. Person-based perception in intergroup contexts. *European Review of Social Psychology*, 9, 77-105.
- Brewer, M. B., e Brown, R. J. (1998). Intergroup Relations. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske e G. Lindzey (Eds.) *The Handbook of Social Psychology* (4.^a ed., Vol.2, pp.552-594). Nova Iorque: McGraw-Hill.

- Brewer, M. B., e Campbell, D. T. (1976). *Ethnocentrism and intergroup attitudes: East African Evidence*. Nova Iorque: Sage.
- Brown, R. (2000). Agenda 2000. Social Identity Theory: past achievements, current problems and future challenges. *European Journal of Social Psychology*, 30, 745-778.
- Brown, R., e Wootton-Millward, L. (1993). Perceptions of group homogeneity during group formation and change. *Social Cognition*, 11, 126-149.
- Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64, 123-152.
- Bruner, J. S., e Tagiuri, R. (1954). The perception of people. In G. Lindzey, e E. Aronson (Eds.). *Handbook of Social Psychology*, (Vol. 2, pp. 634-654). Reading MA: Addison-Wesley.
- Burguière, A., e Grew, R. (Eds.). (2001). *The construction of Minorities: Cases for comparison across time and around the world*. Michigan: University of Michigan Press.
- Cabecinhas, R. (1994). *Assimetrias na percepção dos outros: para uma abordagem psicossociológica do processamento da informação sobre grupos sociais*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Cabecinhas, R. (1996). Enviesamentos na percepção dos grupos sociais: o papel da posição social e do contexto. *Análise Psicológica*, XIV(1), 73-86.
- Cabecinhas, R. (2002). *Media*, etnocentrismo e estereótipos sociais. In *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação* (pp.407-418). Lisboa:Vega.
- Cabecinhas, R., e Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58, 40-50.
- Cabecinhas, R., e Amâncio, L. (2003). A naturalização da diferença: Representações sobre raça e grupo étnico (pp.982-1007). *Actas da III Jornada Internacional sobre Representações Sociais*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/*Maison des Sciences de l'Homme*.
- Cabecinhas, R., Lorenzi-Cioldi, F., e Dafflon-Novelle, A.-C. (2003). Direct and indirect assessment of group homogeneity perceptions in a natural setting. *Psicologia*, 17(2), 431-452.
- Cabral, M. V., e Pais, J. M. (Coords.) (1998). *Jovens portuguesas de hoje: Resultados do Inquérito de 1997*. Oeiras. Celta.
- Cádima, R., e Figueiredo, A. (Orgs.) (2003). *Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Éticas nos Media*. Lisboa: ACIME.
- Caetano, A. (2000). Formação de impressões. In J. Vala, e M. B. Monteiro (Orgs.) *Psicologia Social* (4.ª ed., pp. 89-124). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Campbell, D. T. (1958). Common fate, similarity, and other indices of the status of aggregates of persons as social entities. *Behavioral Science*, 3, 14-25.
- Campbell, D. T. (1965). Ethnocentrism and other altruistic motives. In D. Levine (Ed.). *Nebraska Symposium on Motivation*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.

- Capucha, L. M. A. (1990). Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 8, 29-41.
- Carpenter, S. (1993). Organization of in-group and out-group information: the influence of gender-role orientation. *Social Cognition*, 11, 70-91.
- Cashmore, E. (1996). Ethnicity. In E. Cashmore, M. Banton, J. Jennings, B. Troyna e P. L. van der Berghe (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4th Ed., pp.119-124). Londres: Routledge.
- Castano, E., e Yzerbyt, V. Y. (1998). The highs and lows of group homogeneity. *Behavioural Processes*, 42, 219-238.
- Castelo, C. (1998). *O Modo português de estar no mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Chombart de Luawe, M.-J. (1983-1984). La représentaton des catégories sociales dominées, rôle social, intériorisation. *Bulletin de Psychologie*, 37, 877-886.
- Clark, K. B., e Clark, M. P. (1947). Racial identification and preference in negro children. In H. Proshansky e B. Seidenberg (Eds.). *Basic studies in social psychology*. Nova Iorque: Holt Rinehart and Winston.
- Codol, J.-P. (1975). On the so-called 'superior conformity of the self' behaviour: 20 experimental investigations. *European Journal of Social Psychology*, 5, 457-501.
- Codol, J.-P. (1984). Social differentiation and non-differentiation. In H. Tajfel (Ed). *The Social Dimension* (Vol. 1, pp. 314-337). Cambridge: University Press.
- Coelho, J. N. (2001). *Portugal, a equipa de todos nós: Nacionalismo, futebol e media. A reprodução da nação nos jornais desportivos*. Porto: Afrontamento.
- Confucius (s.d./1994). *Analects of Confucius*. Beijing: Sinolingua.
- Contador, A. C. (2001) *Cultura juvenil negra em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Corneille, O., e Leyens, J.-Ph. (1994). Catégories, catégorisation social et essentialisme psychologique. In R. Y. Bourhis e J.-Ph. Leyens (Eds.). *Stéréotypes, Discrimination et Relations Intergroupes* (pp. 41-68). Liège: Mardaga.
- Correia, I., Brito, R., e Vala, J. (2001). *Normes antiracistas et persistance du racisme flagrant: analyse comparative des attitudes face aux tziganes et face aux noirs au Portugal. Working Paper 1/01*. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social.
- Correia: P. (1999). Descolonização. In Brandão de Brito, J. M. (Org.). *Do Marcelismo ao fim do império*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Cunha, I. F. (2003), Imagens da imigração em Portugal, *Media & Jornalismo*, vol. 1, 2, pp. 71-87.
- Cunha, I. F., Policarpo, V., Monteiro, T. L., e Figueiras, R. (2002). Media e discriminação: um estudo exploratório do caso português. *Observatório*, 5, 27-38.

- Cunha, L. (1994). *A imagem do Negro na banda desenhada do Estado Novo*. Relatório de aula teórico-prática. Braga: Universidade do Minho.
- Cunha, L. (2001). *A Nação nas malhas da sua identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Afrontamento.
- Cunha, M. I. (2000). A natureza da 'raça'. *Sociedade e Cultura 2. Cadernos do Noroeste*, 13, 191-203.
- Cunha, M. I. (2002). *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.
- Darley, J. M., e Fazio, R. H. (1980). Expectancy confirmation processes arising in the social interaction sequence. *American Psychologist*, 35, 867-881.
- Dawkins, R. (1979). *The Selfish Gene*. Oxford: University Press.
- Deaux, K., e Emswiller, T. (1974). Explanations of successful performance on sex-linked tasks: What is skill for the male is luck for the female. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29, 80-85.
- Delgado, A. M. (1997). *Branco e Negro. Construção social da assimetria (expressão de identidades entre crianças brancas e negras)*. Tese de Licenciatura. Lisboa: ISCTE.
- Deschamps, J.-C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.). *Social identity and intergroup relations* (pp. 85-98). Cambridge: Cambridge University Press.
- Deschamps, J.-C., Lorenzi-Cioldi, F., e Meyer, G. (1982). *L'échec scolaire*. Lausanne: Favre.
- Deschamps, J.-C. e Lorenzi-Cioldi, F. (1981). 'Egocentrisme' et 'sociocentrisme' dans les relations entre groupes. *Revue Suisse de Psychologie*, 2, 108-131.
- Deschamps, J.-C., Morales, J.-F., Páez, D., e Worchel, S. (1999). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Devine: (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18.
- Devine: G., e Elliot, A. J. (1995). Are stereotypes really fading? The Princeton trilogy revisited. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 1139-1150.
- Devos, T., Comby, L., e Deschamps, J.-C. (1996). Asymmetries in judgements of ingroup and outgroup variability. In Stroebe, W. e Hewstone, M. (Eds.) *European Review of Social Psychology* (vol. 7, pp. 95-144). Chichester: Wiley.
- Dias, A. J. (1950/1990). Os elementos fundamentais da cultura portuguesa. In A. J. Dias. *Estudos de Antropologia* (Vol. I). Lisboa: I.N.C.M.
- Dias, A. J. (1961). Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português. *Estudos Ciência Política e Social*, 52.

- Doise, W. (1976/1984). *A Articulação Psicossociológica e as Relações entre Grupos*. Lisboa: Moraes Editores.
- Doise, W. (1982). *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Doise, W. (1988). Individual and social identities in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 99-111.
- Doise, W. (1999). L'individualisme comme représentation collective. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Páez, e S. Worchel (Eds.). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp. 195-212). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Doise, W., Deschamps, J.-C., e Meyer, G. (1978). The accentuation of intra-category similarities. In H. Tajfel (Ed.). *Differentiation Between Social Groups – Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 159-170). Londres: Academic Press.
- Doise, W., e Lorenzi-Cioldi, F. (1989). Patterns of differentiation within and between groups. In van Oudenhoven, J. P., e Willemsen (Eds.). *Ethnic minorities. Social psychology perspective* (pp. 43-57). Amesterdão: Swets & Zeitlinger.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N., Mowrer, O., e Sears, R. (1939). *Frustration and aggression*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Doosje, B., Ellemers, N., e Spears, R. (1995). Perceived intragroup variability as a function of group status and identification. *European Journal of Social Psychology*, 31, 410-436.
- Dovidio, J. F., e Gaertner, S. L. (Eds.). (1986). *Prejudice, Discrimination and Racism*. Nova Iorque: Academic Press.
- Dovidio, J. F., e Gaertner, S. L. (1991). Changes in the nature and expression of racial prejudice. In H. Knopke, J. Norrel e R. Rogers (Eds.). *Opening doors: An appraisal of race relations in contemporary America* (pp. 201-241). Tuscaloosa, AL: University of Alabama Press.
- Duckitt, J. H. (1992). *The social psychology of prejudice*. Nova Iorque: Prager.
- Einstein, A. (1929). Address at the Sorbonne. *The Oxford Dictionary of Quotations*. Em: <http://www.xrefer.com>.
- Elliot, J. (2002). *Blue-eyed/Brown-eyed*. Em <http://www.newsreel.org>.
- Essed: (1991). *Understanding every day racism: An interdisciplinary theory*. Newbury Park: Sage.
- Esteves, M. C. (1991). Portugal: País de imigração. *Cadernos IED*, 22. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Fanon, F. (1967). *The wretched of the Earth*. Harmondsworth: Penguin.
- Fazio, R. H., e Dunton, B. C. (1997). Categorization by race: the impact of automatic and controlled components of racial prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology*, 33, 451-470.

- Fazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., e Williams, C. (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: A bona fide pipeline?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 1013-1027.
- Fenton, S. (1999). *Ethnicity: Racism, class and culture*. Hong Kong: Rowman & Littlefield.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-140.
- Figueiredo, J. (1939). *Governo da Província do Niassa – Relatório de 1938*, II Parte, s.l.
- Fiske, A. P., Haslam, N., e Fiske, S. T. (1991). Confusing one person with another: What errors reveal about the elementary forms of social relations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 656-674.
- Fiske, S. T. (2000). Agenda 2000. Stereotyping, prejudice, and discrimination at the seam between the centuries: evolution, culture, mind, and brain. *European Journal of Social Psychology*, 30, 299-322.
- Fiske, S. T., e Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: influence of information and motivation on attention and interpretation. In M. Zanna (Ed.) *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 23, pp. 1-74). San Diego: Academic Press.
- Fiske, S. T., e Taylor, S. E. (1991) *Social Cognition* (2.^a ed.). Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A. J. C, e Glick: S. (1999). (Dis)respect versus (dis)liking: Status and interdependence underlie ambivalent stereotypes of competence and warmth. *Journal of Social Issues*, 55, 473-491.
- Forgas, J. P. (1981). What is social about social cognition? In J. P. Forgas (Ed.). *Social Cognition* (pp. 1-26). Londres: Academic Press.
- Forgas, J. P. (2000). *Feeling and Thinking: the role of affect in social cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Frable, D. E., e Bem, S. L. (1985). If you are gender schematic, all members of the opposite sex look alike. *European Journal of Social Psychology*, 49, 459-468.
- França, L. (1992). A Comunidade cabo-verdiana em Portugal. *Cadernos IED*, 23. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Freeman, F. S. (1962/1980). *Teoria e prática dos testes psicológicos* (2.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Freyre, G. (1933/1992). *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- Gaertner, S. L., e Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio, e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). Nova Iorque: Academic Press.
- Galissot, R. (1991). Qu'est-ce qu'une minorité? *Sciences Humaines*, 3, 19-21.

- Garcia-Marques, L. (1999). O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: Serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis? In J. Vala (Org.). *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 121-131). Lisboa: Celta.
- Garcia-Marques, L., e Mackie, D. M. (1999). The impact of stereotype-incongruent information on perceived group variability and stereotype change. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 979-990.
- Gergen, K. J. (1997). Social Psychology as social construction: The emerging vision. In C. McGarty, e S. A. Haslam (Eds.). *The Message of Social Psychology* (pp. 113-127). Cambridge: Blackwell.
- Gilbert, G. M. (1951). Stereotype persistence and change among college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46, 245-254.
- Goffman, E. (1963/1988). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Gould, S. J. (1981/1990). *O Polegar do Panda: Reflexões sobre a História Natural*. Lisboa: Grádiva.
- Guillaumin, C. (1972). *L'idéologie raciste: Genèse et langage actuel*. Paris: Mouton.
- Guillaumin, C. (1992). *Sexe, Race et Pratique du Pouvoir: L'idée de Nature*. Paris: Côté-femmes.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attributional analysis of stereotyping. In L. Berkowitz (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 12). Nova Iorque: Academic Press.
- Hamilton, D. L. (1981). (Ed.). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior*. Hillsdale: Erlbaum.
- Hamilton, D. L., e Trolie, T.K. (1986). Stereotypes and stereotyping: An overview of the cognitive approach. In J. F. Dovidio e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, discrimination and racism*. Nova Iorque: Academic Press.
- Hartley, E. L. (1946/1969). *Problems in Prejudice*. Nova Iorque: King's Crown Press.
- Haslam, S. A., Oakes, J., Turner, J. C., e McGarty, C. (1995). Social categorization and group homogeneity: Changes in the perceived applicability of stereotype content as a function of comparative context and attribute favourableness. *British Journal of Social Psychology*, 34, 139-160.
- Hecht, M. L. (1998). *Communicating Prejudice*. Londres: Sage.
- Hewstone, M., e Brown, R. (Eds.). (1988). *Contact and Conflict in Intergroup Encounters*. Oxford: Blackwell.
- Hewstone, M., Hantzi, A., e Johnston, L. (1991). Social categorization and person memory: The pervasiveness of race as an organizing principle. *European Journal of Social Psychology*, 21, 517-528.

- Higgins, E. T. (1996). Knowledge activation: Accessibility, applicability, and salience. In E. T. Higgins, e A. W. Kruglanski (Eds.). *Social psychology: Basic principles* (pp. 133-168). Nova Iorque: Guilford Press.
- Higgins, E. T. (2000). Agenda 2000. Social cognition: Learning about what matters in the social world. *European Journal of Social Psychology*, 30, 3-39.
- Hirschfeld, L. A. (1998). Natural assumptions: Race, essence, and taxonomies of human kinds. *Social Research*, 65, 331-349.
- Hogg, M. A., e McGarty, C. (1990). Self-categorization and social identity. In D. Abrams, e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp. 10-27). Londres: Harvester Wheatsheaf.
- Jelloun, T. B. (1999). *Le racism expliqué à ma fille*. Paris: Seuil.
- Jenkins, R. (1997). *Rethinking Ethnicity – Arguments and Explorations*. Londres: Sage.
- Johnston, L. C., e Macrae, C. N. (1994). Changing social stereotypes: The case of the information seeker. *European Journal of Social Psychology*, 24, 581-592.
- Jones, E. E., Wood, G. C., e Quattrone, G. A. (1981). Perceived variability of personal characteristics in in-group and out-groups: the role of knowledge and evaluation. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 7, 523-528.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and racism*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Jost, J. T., e Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Judd, C. M., e Park, B. (1988). Out-group homogeneity: judgements of variability at the individual and group levels. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 778-788.
- Judd, C. M., Park, B., Ryan, C. S., Brauer, M., e Kraus, S. (1995). Stereotypes and ethnocentrism: Diverging interethnic perceptions of African American and White American Youth. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 460-480.
- Karlins, M., Coffman, T. L., e Walters, G. (1969). On the fading of social stereotypes: Studies in three generations of college students. *Journal of Personality and Social Psychology*, 13, 1-16.
- Katz, D., e Braly, K. W. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 280-290.
- Katz, D., e Braly, K. W. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 30, 175-193.
- Katz, I. (1981). *Stigma: A social psychological analysis*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Kerr, M. (1943). An experimental investigation of national stereotypes. *Sociological Review*, 35, 37-43.

- Kerstein, R. (1996). Affirmative action. In E. Cashmore, M. Banton, J. Jennings, B. Troyna e P. L. van der Berghe (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4th Ed., pp.4-9). Londres: Routledge.
- Khan, S. (1998). *Jovens 'negros' imigrantes num processo de aculturação*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Kovel, I. (1970). *White racism: A psychohistory*. Nova Iorque: Pantheon.
- Krueger, J. (1992). On the overestimation of between-group differences. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.) *European Review of Social Psychology* (vol. 3, pp.31-56). Chichester: Wiley.
- Kuhn, M. H. e McPartland, T. S. (1954). An empirical investigation of self-attitudes. *American Sociological Review*, 19, 68-76.
- Kutner, B., Wilkins, C., e Yarrow: R. (1952). Verbal attitudes and overt behavior involving racial prejudice. *Journal of Abnormal and Social Psychology*. 47, 649-652.
- LaPierre, R. T. (1934). Attitudes versus action. *Social Forces*. 13, 230-237.
- Leão, C. (1960/1992). *O enigma português* (3.^a Edição). Lisboa: Guimaraes Editores.
- Lee, Y.-T. (1993). Ingroup preference and homogeneity among African and Chinese American Students. *The Journal of Social Psychology*, 133, 225-235.
- Lee, Y.-T., e Ottati, V. (1993). Determinantes of in-group and out-group perceptions of heterogeneity: An investigation of Sino-Americans stereotypes. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 24, 298-318.
- Leitão, J. (1998). Combater a exclusão, alargando a cidadania social. In H. G. de Araújo: M. Santos, e P. C. Seixas (Coords.). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 55-62). Porto: S.P.A.E.
- Leite da Costa, M. I. (1934). Contribuição para a avaliação mental dos indígenas de Angola. In Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial* (Vol. II). Porto: Edições da 1.^a Exposição Colonial portuguesa/ Imprensa portuguesa.
- Levine, R. A., e Campbell, D. (1972). *Ethnocentrism theories of conflict, ethnic attitudes and group behavior*. Nova Iorque: John Wiley Sons.
- Lévi-Strauss, C. (1983/1986). *O Olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70.
- Lewin, K. (1948/1997). *Resolving Social Conflicts & Field Theory in Social Science*. Washington: APA.
- Leyens, J.-Ph., Yzerbyt, V., e Schadron, G. (1994). *Stereotypes and social cognition*. Londres: Sage.
- Liégois, J. P. (1989). *Ciganos e itinerantes*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

- Lima, L. (2000). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala e M. B. Monteiro (Coords.). *Psicologia social* (4.ª Ed., pp. 187-225). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, M.E. (2002). *Normas sociais e racismo: Efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Linville: W., e Jones, E. E. (1980). Polarized appraisals of outgroup members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 689-703.
- Linville: W., Fischer, G. W., e Salovey: (1989). Perceived distributions of characteristics of in-group and out-group members: Empirical evidence and a computer simulation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 165-188.
- Linville: W., Salovey: , e Fischer, G. W. (1986). Stereotyping and perceived distributions of social characteristics: An application to in-group-out-group perception. In J. Dovidio e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, Discrimination, and Racism* (pp.165-208). San Diego: Academic Press.
- Lippmann, W. (1922/1961). *Public Opinion*. Nova Iorque: Free Press.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groupes dominés. Images masculines et féminines*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les Représentations des groupes dominants et dominés Collections et agrégats*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1993). They all look alike, but so do we... sometimes: Perceptions of in-group and out-group homogeneity as a function of sex and context. *British Journal of Social Psychology*, 32, 111-124.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1998). Group status and perceptions of homogeneity. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (vol.9, pp. 31-75). Chichester: Wiley.
- Lorenzi-Cioldi, F., Deaux, K., e Dafflon, A.-C. (1998). Group homogeneity as a function of relative social status. *Swiss Journal of Psychology*, 57, 255-273.
- Lorenzi-Cioldi, F., e Dafflon, A.-C. (1999). Comment l'identité et le statut sont étudiés en psychologie sociale. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Páez, e S. Worchel (Eds.). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp.215-234). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F., e Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.) *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances and Research* (pp.71-88). Londres: Harvester.
- Lorenzi-Cioldi, F., Eagly, A. H., e Stewart, T. L. (1995). Homogeneity in gender groups in memory. *Journal of Experimental Social Psychology*, 31, 193-217.
- Lourenço, E. (1990). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Maass, A., Salvi, D., Arcuri, L., e Semin, G. R. (1989). Language use in intergroup contexts: The linguistic intergroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 981-993.
- Mace, C. A., (1943). National Stereotypes: Their nature and functions. *Sociological Review*, 35, 29-36.
- Machado, F. L. (1992). Etnicidade em Portugal: Contrastes e politização. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 12, 123-136.
- Machado, F. L. (1993). Etnicidade em Portugal. O grau zero da politização. In Silva, M. B., Baganha, M. I., Maranhão, M. J., e Pereira, M. H. (Orgs.). *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do 'Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (sec. XIX-XX)'*. Algés: Editorial Fragmentos.
- Machado, F. L. (1994). Luso-africanos em Portugal: Nas margens da etnicidade. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 16, 111-134.
- Machado, F. L. (1998). Da Guiné-Bissau a Portugal: Luso-guineenses e imigrantes. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 26, 9-56.
- Machado, F. L. (1999). Imigrantes e estrutura social. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 29, 51-76.
- Machado, F. L. (2000). Os novos nomes do racismo: Especificação ou inflação conceptual? *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 9-44.
- Mackie, D. M., Sherman, J. W., e Worth, L. (1993). On-line and memory-based processes in group variability judgments. *Social Cognition*, 11, 44-69.
- McConahay, J. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J. F. Dovidio e S. L. Gaertner (Eds.). (1986). *Prejudice, Discrimination and Racism* (pp.91-125). Nova Iorque: Academic Press.
- Markus, H. R., e Kitayama, S. (1991). Culture and the self: Implications for cognition, emotion, and motivation. *Psychological Review*, 98, 224-253.
- Markus, H., e Zajonc, R. B. (1985). The cognitive perspective in social psychology. In G. Lindzey, e E. Aronson (Eds.). *Handbook of Social Psychology* (3.^a ed.). Reading, MA: Addison Wesley.
- Marques, J. M. (1990). The back-sheep effect: Out-group homogeneity in social comparisons settings. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp. 131-151). Londres: Harvester.
- Marques, J., e Paéz, D. (2000). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala e M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social* (pp. 333-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, M. L. (1996). *Para uma inversa navegação. O discurso da identidade*. Porto: Afrontamento.
- Martins, O. (1884/1957). Teoria da história universal. *Política e História*, 2, 1-44.

- Mattoso, J. (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva / Fundação Mário Soares.
- McGarty, C., Yzerbyt, V. Y., e Spears, R. (2002) (Eds.). *Stereotypes as explanations. The Formation of Meaningful Beliefs about Social Groups*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McGuire, W. J. (1983). A contextualist theory of knowledge. In R. Gilmour, e S. Duck (Eds.). *The development of social psychology* (pp. 53-80). Londres: Academic Press.
- Mendes Correia, A. A. (1934). Valor psico-social comparado das raças coloniais. In Sociedade portuguesa de Antropologia e Etnologia (Org.). *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial* (Vol. 2). Porto: Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa/Imprensa portuguesa.
- Mendes, M. M. (1998). Etnicidade cigana, exclusão social e racismos. *Sociologia*, 8, 207-246.
- Merton, R. (1949/1968). Contribuições à teoria do comportamento do grupo de referência. In *Sociologia – Teoria e Estrutura*. São Paulo: Ed. Mestre Jou.
- Messick, D. M., e Mackie, D. M. (1989). Intergroup relations. *Annual Review of Psychology* (Vol. 40, pp. 45-81). Palo Alto: Annual Review.
- Miles, R. (1989/1995). *Racism*. Nova Iorque: Routledge.
- Miranda, J. C. (1994). *Os estereótipos que os ‘portugueses’ desenvolvem sobre os grupos étnicos residentes em Portugal*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- Miranda, J. C. (2002). *A identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.
- Montagu, A. (1997). *Man’s Most Dangerous Myth – The Fallacy of Race* (6.ª ed.). Londres: Sage.
- Monteiro, M. B. (Org.) (2002). A construção da exclusão e da inclusão social nas relações interétnicas. *Psicologia*, Vol. XVI (2) (número temático).
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son Image et son Public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1972/1977). *A sociedade contranatura*. Amadora: Bertrand.
- Moscovici, S. (1976). *Social Influence and Social Change*. Londres: Academic Press.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moutinho, M. C. (1980). *Introdução à Etnologia*. Lisboa: Estampa.
- Mullen, B., e Hu, L. (1989). Perceptions of in-group and out-group variability: A meta-analytic integration. *Basic and Applied Social Psychology*, 10, 233-252.
- Neisser, U. (1976). *Cognition and Reality*. California: Freeman.
- Neto, A. (1959/2000). Introdução a um colóquio sobre poesia angolana. In Pires Pires Laranjeira (Org.). (2000). *Negritude Africana de Língua portuguesa: Textos de apoio (1947-1963)* (pp.49-55). Coimbra: Angelus Novus.

- Neto, F. (1997). *Estudos de psicologia intercultural: Nós e os Outros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nunes, O. (1981). *O povo cigano*. Porto: Livraria Apostulado da Imprensa.
- Oakes, J. P. (1987). The salience of social categories. In J. C. Turner, M. A. Hogg: J. Oakes, S. D. Reicher, e M. S. Wetherell (Eds.). *Rediscovering the Social Group: A Self-categorization Theory* (pp. 117-141). Oxford: Blackwell.
- Oakes: J., e Turner, J. C. (1990). Is limited information processing capacity the cause of social stereotyping? In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (Vol. 1, pp 117-141). Chichester: Wiley.
- Oakes: J., Haslam, S. A., e Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and Social Reality*. Oxford: Blackwell.
- Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia. Em <http://eumc.eu.int>.
- Ostrom, T. (1984). On the sovereignty of social cognition. In Wyer, R. S., e Srull, T. K. (Eds.). *Handbook of social cognition* (Vol. 1). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Ostrom, T. M., Carpenter, S. L., Sedikides, C., e Li, F. (1993). Differential processing of in-group and out-group information. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 21-34.
- Ostrom, T. M., e Sedikides, C. (1992). Out-group homogeneity effects in natural and minimal groups. *Psychological Bulletin*, 112, 536-552.
- Park, B., e Judd, C. M. (1990). Measures and models of perceived group variability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 173-191.
- Park, B., e Rothbart, M. (1982). Perception of out-group homogeneity and levels of social categorization: Memory for the subordinate attributes of in-group and out-group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 1051-1068.
- Park, B., Judd, C. M., e Ryan, C. S. (1991). Social categorization and the representation of variability information. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (vol. 2, pp. 211-245) Chichester, Willey.
- Peffley, M., e Hurwitz, J. (2002). The racial components of 'race-neutral' crime policy attitudes. *Political Psychology*, 23, 59-75.
- Pereira, R. (1986). A antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4/5, 191-235.
- Pettigrew, T. F., Allport, G. W., e Barnet, E. O. (1958). Binocular resolution and perception of race in South Africa. *British Journal of Psychology*, 49, 265-278.
- Pettigrew, T. F., e Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Phinney, J. S. (1990). Ethnic identity in adolescents and adults: Review of research. *Psychological Bulletin*, 108, 499-514.

- Pichevin, M.-F., e Hurtig, M.-C. (1996). Describing men, describing women: sex membership salience and numerical distinctiveness. *European Journal of Social Psychology*, 26, 513-522.
- Pina-Cabral, J. (1998). Racismo ou etnocentrismo. In H. G. de Araújo: M. Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 19-26). Porto: S.P.A.E.
- Pina-Cabral, J., e Lourenço, N. (1993). *Em terra de tufões: Dinâmicas da etnicidade Macaense*. Macau: Instituto cultural de Macau.
- Pinto de Andrade, M. (1958/2000). Cultura negro-africana e assimilação. In Pires Laranjeira (Org.). (2000). *Negritude Africana de Língua portuguesa: Textos de apoio (1947-1963)* (pp. 41-48). Coimbra: Angelus Novus.
- Pinto de Andrade, M. (1961/2000). Poetas negros de expressão portuguesa. In Pires Laranjeira (Org.). (2000). *Negritude Africana de Língua portuguesa: Textos de apoio (1947-1963)* (pp.56-63). Coimbra: Angelus Novus.
- Pires de Lima, J. A. (1940). *Mouros, Judeus e negros na história de Portugal*. Porto: Livraria Civilização.
- Platão (s.d./2001). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Quattrone, G. A. (1986). On the perception of a group's variability. In S. Worchel e W. Austin (Eds.). *Psychology of Intergroup Relations* (2^a ed., pp.25-48). Chicago: Nelson-Hall.
- Quattrone, G. A., e Jones, E. E. (1980). The perception of variability within ingroups and outgroups: Implications for the law of small numbers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38,141-152.
- Rex, J. (1986). *Raça e etnia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Richards, G. (1997). 'Race', *Racism and Psychology: Towards a reflexive history*. Nova Iorque: Routledge.
- Rocha-Trindade, M. B. (Org.) (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rosas, F. (1990). *Portugal entre a paz e a guerra: 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, F. (Coord.). (1994). O Estado Novo (1926-1974). In J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal* (Vol. 7). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F., e Brandão de Brito, J. M. (Org.). (1996). *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. I). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosch, E. (1978). Human categorization. In N. Warren (Ed.). *Studies in Cross-Cultural Psychology* (Vol. I) Londres: Academic Press.
- Rothbart, M. (1981). Memory processes and social beliefs. In D. Hamilton (Ed.). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp.145-182). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Rothbart, M., e Park, B. (1986). On the confirmability and disconfirmability of trait concepts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 131-142.
- Rothbart, M., e Taylor, M. (1992). Category labels and social reality: Do we view social categories as natural kinds? In G. R. Semin, e K. Fiedler (Eds.). *Language, interaction, and social cognition*. Londres: Sage.
- Ryan, C. S., e Bogart, L. M. (1997). Development of new group members' ingroup and outgroup stereotypes: changes in perceived group variability and ethnocentrism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 719-732.
- Saint-Maurice, A. (1997). *Identidades reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Saint-Maurice, A., e Pires, R. P. (1989). Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10/11, 203-226.
- Salazar, A. O. (1935). *Discursos (1928-1934) (Vol. I)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Samutelela Pires, H. (2000). Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português. *Psicologia*, XIV (2), 149-157.
- Sartre, J.-P. (1954/2001). Orphée noir. In L. S. Senghor (Org.) *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française* (pp. IX-XLIV). Paris: Presses Universitaires de France.
- Sartre, J.-P. (1954/2001). *Réflexions sur la question juive*. Saint-Amand: Gallimard.
- Schmitt, M. T. e Branscombe, N. R. (2002). The meaning and consequences of perceived discrimination in disadvantaged and privileged social groups. In W. Stroebe, e Hewstone, M. (Eds.) *European Review of Social Psychology* (Vol.12, pp.167-199). Chichester: Wiley.
- Schwarz, N. (2000). Agenda 2000. Social judgment and attitudes: warmer, more social, and less conscious. *European Journal of Social Psychology*, 30, 149-176.
- Sears, D. O. (1983). The person-positivity bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 233-240.
- Sears, D. O. (1988). Symbolic racism. In P. A. Katz e D. A. Taylor (Eds.). *Eliminating racism: Profiles in controversy* (pp. 53-84). Nova Iorque: Plenum.
- Sedikides, C. (1997). Differential processing of ingroup and outgroup information: the role of relative group status in permeable boundary groups. *European Journal of Social Psychology*, 27, 121-144.
- Segall, M. H. (1999). Why is there still racism if there is no such thing as 'race'? In W. J. Lonner, D. L. Dinnel, D. K. Forgays, e S. A. Hayes (Eds.). *Merging past, present, and future in cross-cultural psychology. Selected papers from the Fourteenth International Congress of the International Association for Cross-Cultural Psychology* (pp. 14-26). Lisse: Swets & Zeitlinger.
- Semin, G. R. (2000). Agenda 2000 – Communication: language as implementational device for cognition. *European Journal of Social Psychology*, 30, 595-612.

- Senghor, L. S. (1977/1997). *Négritude et Civilisation de L'universel*. Paris: Seuil.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Em <http://www.set.pt>.
- Sherif, M., e Sherif, C. W. (1979). Research on intergroup relations. In W. G. Austin e S. (Eds.). *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 7-18). Monterey, California: Brooks/cole.
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., e Sherif, C. W. (1961/1988). *The robbers cave experiment: Intergroup conflict and cooperation*. Middletown, CO: Wesleyan University Press.
- Sidanius, J., e Pratto, F. (1999). *Social Dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sigall, H., e Page, R. (1971). Current stereotypes: A little fading, a little faking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 18, 247-255.
- Silva, A. E. D. (1989). Salazar e a política colonial do Estado Novo: O Acto Colonial (1930-1951). In Rosas, F., e Brito, J. M. B. (Org.) *Salazar e o salazarismo*. (pp.101-152). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Silva, M. C. (2000). Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 61-79.
- Silva, M. C. e Silva (2002). Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde, in *Passados Recentes, Futuros Próximos, Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (CD-ROM).
- Simon, B. (1992). The perception of ingroup and outgroup homogeneity: Reintroducing the social context. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.) *European Review of Social Psychology* (vol. 3, pp. 1-30). Chichester: Wiley.
- Simon, B., e Brown, R. (1987). Perceived intragroup homogeneity in minority-majority contexts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 703-711.
- Simon, B., Glässner-Bayerl, B., e Stratentwerth, I. (1991). Stereotyping and self-stereotyping in a natural intergroup context: The case of heterosexual and homosexual men. *Social Psychology Quarterly*, 54, 252-266.
- Simon, H. A. (1976). Discussion: cognition and social behaviour. In J. Carroll e J. Payne (Eds.). *Cognition and Social Behaviour*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Snodgrass, S. E. (1985). Women's intuition: The effect of subordinate role on interpersonal sensitivity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 146-155.
- Snyder, M. (1981). On the self-perpetuating nature of social stereotypes. In D. Hamilton (Ed.). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 183-212). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Snyder, M. (1995). Self-monitoring: Public appearances versus private realities. In G. G. Brannigan, e M. R. Merrens (Eds.). *The social psychologists: research adventures*. Nova Iorque: McGraw-Hill.

- Sousa Santos, B. (1987/2001). *Um discurso sobre as ciências* (12.^a ed.) Porto. Afrontamento.
- Stangor, C., Lynch, L., Duan, C., e Glass, B. (1992). Categorization of individuals on the basis of multiple social features. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 207-218.
- Stephan, W. G. (1985). Intergroup relations. In G. Lindzey, e E. Aronson (Eds.). *Handbook of Social Psychology* (3.^a ed., Vol. 2, pp. 599-658). Reading, MA: Addison Wesley.
- Stewart, T. L., Vassar, M., Sanchez, D. T., e David, S. E. (2000). Attitude toward women's societal roles moderates the effect of gender cues on target individuation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 143-157.
- Stroebe, W., e Insko, C. A. (1989). Stereotypes, prejudice and discrimination: changing conceptions in theory and research. In D. Bar-Tal, C. F. Grauman, A. W. Kruglanski e W. Stroebe (Eds.). *Stereotyping and Prejudice: Changing Conceptions*. Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Sumner, W. G. (1906/1940). *Folkways: A study of the social importance of usages, manners, customs mores, and morals*. Nova Iorque: Ginn and Company.
- Swim, J. K., e Stangor, C. (1998). *Prejudice: The target's perspective*. San Diego: Academic
- Taguieff: -A. (1990). The new cultural racism in France. In M. Bulmer e J. Solomos (Eds.). *Racism: Oxford readers* (pp. 201- 212). Oxford: University Press.
- Taguieff: -A. (1992/1995). O anti-racismo em crise: elementos de uma crítica reformista. In M. Wieviorka (Org.). *Racismo e Modernidade*. Lisboa: Bertrand.
- Taguieff: -A. (1997). *Le racisme. Un exposé pour comprendre. Un essai pour réfléchir*. Paris: Flammarion.
- Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, 25, 79-97.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.) *Introduction à la Psychologie Sociale* (vol. I, pp. 272-302). Paris: Larousse Université.
- Tajfel, H. (Ed.) (1978). *Differentiation Between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*. San Diego: Academic Press.
- Tajfel, H. (1981/1983). *Grupos humanos e categorias sociais* (Vol. 1 e 2). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In Vários (Eds.). *Mudança Social e Psicologia Social* (pp.13-24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H., e Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin, e S. Worchel (Eds.) *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp.33-48). Monterey, California: Brooks/cole.
- Tajfel, H., e Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Psychology*, 54,101-114.

- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M. G., e Bundy, R. P. (1971). Social categorization and intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Tajfel, H., Sheikh, A. A., e Gardner, R. C. (1964). Content of stereotypes and the inference of similarity between members of stereotyped groups, *Acta Psychologica*, 22, 191-201.
- Taylor, S. E., Fiske, S. T., Etcoff, N. L., e Ruderman, A. J. (1978). Categorical bases of person memory and stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 778-793.
- Tinhorão, J. R. (1988/1997) *Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa* (2.^a ed.). Lisboa: Caminho.
- Triandis, H. C. (1997). A cross-cultural perspective on social psychology. In C. McGarty, e S. A. Haslam (Eds.) *The Message of Social Psychology* (pp. 342-353). Cambridge: Blackwell.
- Trope, Y., e Liberman, A. (1996). Social hypothesis testing: Cognitive and motivational mechanisms. In E. T. Higgins, e A. W. Kruglanski (Eds.). *Social Psychology: Handbook of Basic Principles* (pp.239-270). Nova Iorque: Guilford.
- Tumin, M. (1964). Ethnic group. In J. Gould e W. L. Kolb (Eds.). *Dictionary of the Social Sciences*. Nova Iorque: UNESCO/The Free Press of Glencoe.
- Turner, J. C. (1975). Social comparison and social identity: Some prospects for intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 5, 5-34.
- Turner, J. C. (1987). A self-categorization theory. In J. C. Turner, M. A. Hogg: J. Oakes, S. D. Reicher, e M. S. Wetherell (Eds.). *Rediscovering the Social Group: A Self-Categorization Theory* (pp. 42-67). Oxford: Blackwell.
- Turner, J. C. (1988). Comments on Doise's individual and social identities in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 113-116.
- Turner, J. C., Brown, R. J., e Tajfel, H. (1979). Social comparison and group interest in ingroup favouritism. *European Journal of Social Psychology*, 9, 187-204.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes: J., Reicher, S. D., e Wetherell, M. (1987). *Rediscovering the Social Group: A self-categorization Theory*. Oxford: Blackwell.
- Tversky, A., e Gati, I. (1978). Studies of similarity. In Rosch, E. e Lloyd, B. B. (Eds.). *Cognition and categorization*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- UNESCO (1973). *Le racism devant la science*. Paris: Gallimard.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Em <http://www.unesco.org>.
- United Nations. Em <http://www.un.org>.
- Vala, J. (1986). Sobre as representações sociais – para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, 5-30.
- Vala, J. (Org.) (1999). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.

- Vala, J. (Org.) (2003). *Simetrias e identidades: Jovens negros em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Vala, J., Brito, R., e Lopes, D. (1999a). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vala, J., Brito, R., e Lopes, D. (1999b). O racismo flagrante e o racismo subtil em Portugal. In J. Vala (Org.). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 31-60). Oeiras: Celta.
- Vala, J., Lopes, D., e Brito, R. (1999). A construção social da diferença: Racialização e etnização das minorias. In J. Vala (Org.). *Novos Racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 145-167). Oeiras: Celta.
- Vale de Almeida, M. (1997) Misto, crioulo e cidadão: notas para um humanismo radical. In M. Silva, F. Reis, J. A. Silva, e I. Meneses (Orgs.) *O que é a Raça? Debate entre a Antropologia e a Biologia* (pp. 19-28). Lisboa: Oikos.
- Vale de Almeida, M. (2000). *Um mar da cor da terra: Raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta.
- van der Berghe: L. (1996). Race – as a synonym. In E. Cashmore, M. Banton, J. Jennings, B. Troyna e P. L. van der Berghe (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4th Ed., pp.296-298). Londres: Routledge.
- van Dijk, T. A. V. (1987). *Communicating racism: Ethnic prejudice in thought and talk*. Londres: Sage.
- van Dijk, T. A. V. (1991). *Racism and the press*. Londres: Routledge.
- vsan Knippenberg, A., e van Oers (1984). Social identity and equity concerns in intergroup perceptions. *British Journal of Social Psychology*, 23, 351-361.
- van Knippenberg, A., van Twuyver, M., e Pepels, J. (1994). Factors affecting social categorization processes in memory. *British Journal of Social Psychology*, 33, 419-431.
- Verkuyten, M. (1997). Discourses of ethnic minority identity. *British Journal of Social Psychology*, 36, 565-586.
- Viegas, J. M. L. e Costa, A. F. da (Orgs.) (1998). *Portugal, que modernidade?* (2.^a ed.). Oeiras: Celta.
- Vieira, J. (2000). *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1970-1980*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Voci, A. (2000). Perceived group variability and the salience of personal and social identity. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology*, (vol. 11, pp. 177-221). Chichester: Willey.
- Walker, P., e Antaki, C. (1986). Sexual orientation as a basis for categorization in recall. *British Journal of Social Psychology*, 25, 337-339.
- Wetherell, M. S. (1982). Cross-cultural studies of minimal groups: implications for the social identity theory of intergroups relations. In H. Tajfel (Ed.). *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 207-240). Cambridge: Cambridge University Press.

- Wieviorka, M. (1998). La nouvelle ère du racisme. In Araújo, H. G. de, Santos: M. e Seixas: C. (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 133-153). Porto: S.P.A.E.
- Wieviorka, M. (Org.) (1992/1995). *Racismo e Modernidade*. Lisboa: Bertrand.
- Wilson, C. C., e Gutierrez, F. (1995). *Race, Multiculturalism, and the Media: From Mass to Class Communication* (2.^a ed.). Londres: Sage.
- Wittenbrink, B., Judd, C. M., e Park, B. (1997). Evidence for racial prejudice at the implicit level and its relationship with questionnaire measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 262-274.
- Yzerbyt, V. Y., e Leyens, J.-Ph. (1991). Requesting information to form an impression: The influence of valence and confirmatory status. *Journal of Experimental Social Psychology*, 27, 1-16.
- Yzerbyt, V., Rocher, S., e Schadron, G. (1996). Stereotypes as explanations: a subjective essentialistic view of group perception. In R. Spears: J. Oakes, N. Ellemers, e S. A. Haslam (Eds.). *The Social Psychology of Stereotyping and Group Life* (pp. 20-50). Londres: Blackwell.
- Zajonc, R. B. (1968). Attitudinal effects of mere exposure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9, 1-27.
- Zajonc, R. B. (1980). Cognition and social cognition: a historical perspective. In L. Festinger (Ed.). *Retrospections on Social Psychology*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Zárate, M. A., Bonilla, S., e Luevano, M. (1995). Ethnic influences on exemplar retrieval and stereotyping. *Social Cognition*, 13, 145-162.
- Zárate, M. A., e Sandoval: (1995). The effects of contextual cues on making occupational and gender categorizations. *British Journal of Social Psychology*, 34, 353-362.
- Zárate, M. A., e Smith, R. E. (1990). Person categorization and stereotyping. *Social Cognition*, 8, 161-185.

Índice

Prefácio	7
Agradecimentos	11
Introdução	13
1. Racismo, racialização e etnicização das minorias	19
1.1 Racismo e etnocentrismo: a actualidade de uma velha questão	20
1.2 Contexto histórico-político, ciência e racismo	28
1.3 O contexto português	43
1.4 Desminar um terreno repleto de ambiguidades	68
2. Identidade social e diferenciação simbólica	75
2.1 Relações intergrupais, identidade social e discriminação social	76
2.2 Categorização social, identidade social e identidade pessoal	83
2.3 Representações sociais, identidade social e dominação simbólica	98
3. Processos cognitivos e estereótipos sociais	111
3.1 Processos cognitivos e realidade social	113
3.2 Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais	117
3.3 Processos cognitivos, identidade social e percepção da variabilidade grupal	127
4. Categorização e diferenciação entre grupos étnicos	145
4.1 Crenças sobre <i>grupo étnico</i> e <i>raça</i>	147
4.2 Percepção do estatuto social dos diferentes grupos étnicos	154
4.3 Estereótipos sociais e assimetria simbólica	162
5. Discriminação no tratamento da informação	187
5.1 Homogeneização de uma minoria nacional	188
5.2 Homogeneização de uma minoria étnica	219
6. Racismo e homogeneização das minorias	247
6.1. Percepções do exogrupo	249
6.2 Racismo subtil e racismo flagrante	251
6.3. Contacto com o exogrupo e diversidade nas amizades	257
6.4 Pertença, orgulho e identificação grupais	259
6.5 Preditores da variabilidade percebida do exogrupo	261
6.6 Racismo e homogeneização do Outro	263
Conclusões	269
Bibliografia	283

O trabalho apresentado neste livro, que resulta da tese de doutoramento da autora, premiada pelo Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas em 2004, constitui um contributo fundamental para colmatar o défice de conhecimento sobre o racismo (...). ¶ O racismo é aqui analisado na sua complexidade, no plano cognitivo e individual, certamente, mas também na sua vertente de memória colectiva que alimenta as crenças e as representações sobre determinados grupos sociais, e na sua ligação a dinâmicas de categorização social que traduzem hierarquias simbólicas e de estatuto, geradoras de desigualdades. ¶ O racismo adquire assim toda a sua dimensão de fenómeno social, fortemente enraizado na(s) sociedade(s) e na sua memória colectiva, que é aprendido e reproduzido de forma inconsciente ou naturalizada, se não for contrariado por um esforço de reflexividade. Enquanto obra de referência nesta área de investigação que passará a ser, este livro suscita ainda, no plano cívico, a necessidade urgente de reflexão na sociedade portuguesa sobre as relações entre diferentes grupos sociais e sobre o reconhecimento do outro, enquanto indivíduo, prescindindo do estereótipo do seu grupo de pertença. ¶ O combate ao racismo faz-se de diversas formas, desde a punição exemplar dos crimes violentos de natureza racista à afirmação dos valores civilizacionais de igualdade e respeito pela dignidade dos seres humanos. A autora deste livro fê-lo também, através dos instrumentos que melhor domina, construindo conhecimento rigoroso e aprofundado e devolvendo-o a todos aqueles e aquelas que querem saber mais para viver melhor. *Lígia Amâncio*

ISBN 978-989-755-292-2



9 789897 552922

COMPETE
2020

PORTUGAL
2020



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UNIDADE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO